

CONEXÃO E PÓS

CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA
EM COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO
(PÓS)PANDÊMICO - 50 ANOS
PPGCOM-ECA-USP

Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Gilberto Carloti Junior
Reitor

Profª. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda
Vice-reitora

Prof. Dr. Rodrigo do Tocantins Calado de Saloma Rodrigues
Pró-reitor de Pós-Graduação

Escola de Comunicações e Artes

Profª Dra. Brasilina Passarelli
Diretora

Prof. Dr. Eduardo Monteiro
Vice-Diretor

Prof. Dr. Mario Rodrigues Videira Junior
Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

Profª Dra. Maria Clotilde Perez Rodrigues
Coordenadora

Profª Dra. Maria Cristina Palma Mungoli
Vice-coordenadora

Membros Titulares

Profª Dra. Maria Aparecida Ferrari
Profª Dra. Maria Clotilde Perez Rodrigues
Profª Dra. Maria Cristina Palma Mungoli
Profª Dra. Roseli Aparecida Figaro Paulino

Membros Suplentes

Prof. Dr. Luiz Alberto Beserra de Farias
Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho
Prof. Dr. Wagner Souza e Silva
Prof. Dr. Richard Romancini

Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico - 50 anos PPGCOM-ECA-USP

Organizadores

Luiz Alberto de Farias
Márcia Pinheiro Ohlson
Vinícius Alves Sarralheiro

Autores

Alex Sander Alcântara, Ana Claudia Fernandes Gomes, Andressa Caprecci, Carla de Oliveira Tôzo, Giuliano Tonasso Galli, Jamir Kinoshita, José Esteves Evagelidis, Lana Canepa, Manuella Vieira Reale, Marcelo de Andrade, Maria Rita Mazzucatto, Naiana Rodrigues da Silva, Tatiana Garcia Luz-CarvalhoFernandes

Conselho Editorial

Ana Flávia Marques, Carla de Oliveira Tôzo, Felipe Parra, Gabriela Torres, Jamir Kinoshita, Marcelo Salton Schleider, Márcia Pinheiro Ohlson, Vinícius Alves Sarralheiro

Conselho Científico

Andréia Terzariol Couto, Candida Almeida, Carlos Tavares Jr., Claudia Nociolini Rebechi, Cláudia Nonato, Diogo Rôgora Kawano, Eneus Trindade Barreto Filho, Erick Roza, Eugênio Bucci, Fernando Felício Pachi Filho, Janaina Visibeli, João Augusto Moliani, João Nery, Julia Lucia Albano Oliveira, Juliana Doretto, Lina Moreira, Mara Rovida, Pablo Bastos, Paulo Celso da Silva, Rafael Venâncio, Ramon Marlet, Sandra Maria Ribeiro de Souza, Wagner Belmonte, Wagner Souza e Silva, Walter de Sousa Junior

Pareceristas

Carlos Tavares Jr., Claudia Nociolini Rebechi, Cláudia Nonato, Eugênio Bucci, Fernando Felício Pachi Filho, Gean Gonçalves, José Petrola, Juliana Doretto, Larissa Conceição, Mara Rovida, Rafael Venâncio, Walter de Sousa Junior

Capa

Mota Produções

Projeto gráfico, editoração e revisão de conteúdo

Mota Produções

Revisão final

Márcia Pinheiro Ohlson
Vinícius Alves Sarralheiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial
Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

C747 Conexão Pós : contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico : 50 anos PPGCOM-ECA-USP [recurso eletrônico] / organizadores Luiz Alberto de Farias, Márcia Pinheiro Ohlson e Vinícius Alves Sarralheiro. — São Paulo : ECA-USP, 2023. Dados eletrônicos (ePub).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-6036-033-4

1. Comunicação de massa - Pesquisa. 2. Ciências da comunicação. 3. Comunicação de massa - Aspectos políticos. 4. Comunicação de massa e educação. 5. Comunicação de massa e cultura. 6. COVID-19, Pandemia de, 2020- - Comunicação de massa - Aspectos sociais - Brasil. I. Farias, Luiz Alberto de. II. Ohlson, Márcia Pinheiro. III. Sarralheiro, Vinícius Alves. IV. Título.

CDD23: 302.23



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual 4.0 Internacional.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

CONEXÃO PÓS

CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA
EM COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO
(PÓS)PANDÊMICO - 50 ANOS
PPGCOM-ECA-USP

Luiz Alberto de Farias
Márcia Pinheiro Ohlson
Vinícius Alves Sarralheiro

Organizadores

São Paulo
ECA - USP
2023

SUMÁRIO

Apresentação

Prof. Dr. Luiz Alberto de Farias **7**

Prefácio

Profa. Dra. Maria Cristina Palma Mungioli
Profa. Dra. Clotilde Perez **9**

Conexões no contexto (pós)pandêmico

Márcia Pinheiro Ohlson
Vinícius Alves Sarralheiro **11**

Jornalismo e Comunicação para a democracia

A reportagem etnográfica como método para compreensão de contextos socioculturais no Jornalismo

Alex Sander Alcântara **15**

O jornalismo científico produzido pelas universidades públicas: a experiência do Jornal da USP

Carla de Oliveira Tôzo **25**

FEITO PARA E PELA COMUNIDADE: O jornalismo comunitário como instrumento de consolidação da democracia, de representação social e de resgate da identidade individual e coletiva

Giuliano Tonasso Galli **37**

Comunicação, mediação, cultura e educação

Cultura digital e narrativas transmídia: multiverso infantojuvenil no SBT (Sistema Brasileiro de Televisão)

Ana Claudia Fernandes Gomes **49**

Projetos de incentivo à leitura no metrô de São Paulo

Manuella Vieira Reale **59**

O brincar mediado e midiaticizado: possibilidades de articulação de sentidos das crianças a partir dos rituais de consumo

Marcelo de Andrade

71

O papel da gestão escolar na incorporação de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na unidade educativa

Tatiana Garcia Luz-Carvalho

81

A utilização do Mapa de mediações em estudos sobre movimento estudantil chileno (2006 e 2011) e ocupações escolares brasileiras (2015 e 2016)

Andressa Caprecci

93

Comunicação no contexto (pós)pandêmico

Cuidados na Escola: uma análise ritual e narrativa sobre a volta às aulas em meio à pandemia de COVID-19

Maria Rita Mazzucatto

107

O trabalho de pesquisadora durante a pandemia da Covid-19: reflexões sobre a entrevista mediada por novos dispositivos comunicacionais

Naiana Rodrigues da Silva

121

Comunicação no contexto (pós)pandêmico

O discurso neoliberal como sinônimo de inclusão social de pessoas com deficiência motora

Jamir Kinoshita

133

A marginalidade interdita: censura estatal à obra de Plínio Marcos

José Esteves Evagelidis

143

Comunicação autoritária: elementos discursivos da tipologia do fascismo, segundo Umberto Eco nas falas do presidente Jair Bolsonaro

Lana Canepa

153



APRESENTAÇÃO

Apesar de tudo, amanhã haverá pós-graduação

Ser pesquisador não é tarefa fácil. Por vezes, até impossível. Ao longo dos últimos anos cursos, professores e estudantes de pós-graduação têm vivido um verdadeiro suplício. Com uma estratégia institucionalmente orquestrada para a demolição do fazer-saber, o discurso populista colocou em xeque a pesquisa, em especial aquela que transita no campo das Ciências Humanas, atribuindo a ela a pecha de pouco útil para a sociedade. Afinal, o que produzem aqueles que transitam no campo das humanidades? No caso desta obra, “para que servem essas pesquisas”? A ideia utilitária é, no mínimo, perversa, porque afinal o resultado da obra da pesquisa em humanidades é gigantesco. Gera, pelo menos, o pensar, o criticar, algo tão incômodo para os que preferem comportamentos automatizados, em tempos nos quais os dispositivos se tornaram próteses – não apenas de nossos corpos e mentes, mas também de nosso caráter.

Os artigos apresentados neste **“Conexão Pós: contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico - 50 anos PPGCOM-ECA-USP”**, fruto do evento que reúne pesquisadores vinculados ao mais antigo e tradicional curso de pós-graduação em Ciências da Comunicação de nosso país demonstram que nosso país precisa – e muito – disso: de pensar nossa realidade criticamente, de ampliar os olhares sobre aquilo que muitas vezes não é enxergado por tantos véus simbólicos que o revestem. São treze artigos de pesquisadores em nível de mestrado e de doutorado que transitam sobre as inquietações de nossa sociedade e que trazem respostas a muitas questões, mas também trazem questões que precisam ser dialogadas com toda a sociedade.

O curso mais tradicional, que formou significativa e valiosa população de pesquisadores que hoje atuam Brasil afora, continua pulsando, com fôlego para investir em pesquisa, para acolher talentos, para questionar, ser questionado e questionar-se todo o tempo. A trajetória de cinquenta anos com pólo gerador de conhecimento, traz a responsabilidade de novos amanhãs, mesmo que isso seja um desafio coletivo, mesmo que se tenha que transpor governos autoritários ou populistas, ainda que em certos momentos tenha que sobreviver à desordem de gestões de órgãos aparelhados.

Aos autores, esses pesquisadores que apresentaram suas pesquisas no evento Conexão Pós 2021, que trafegaram firmes em meio a uma pandemia (sobrevivendo a um vírus devastador e a uma política destruidora), o nosso muito obrigado. Aos que fizeram parte do PPGCOM-ECA e hoje multiplicam o que lá produziram, a nossa estima. Aos que ainda estão por vir, a certeza que a pesquisa, apesar de tudo, sobreviverá a todos os tempos.

Luiz Alberto de Farias

Professor Permanente do PPGCOM-ECA-USP

Professor Associado ECA-USP

Membro da Comissão de Coordenação de Programa



PREFÁCIO

Profa. Dra. Maria Cristina Palma Mungoli
Profa. Dra. Clotilde Perez

A publicação de **Conexão Pós: contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós) pandêmico - 50 anos PPGCOM-ECA-USP** se reveste de especial importância e significado para o PPGCom/USP. O quinto livro dos eventos Conexão Pós é resultado de um processo totalmente coordenado por discentes, com a participação de docentes, e ex-discentes do PPGCom/USP. O livro traz pesquisas apresentadas ao longo do evento realizado em dezembro de 2021. Em especial, destacamos o contexto pandêmico que vivíamos - com todas suas tristes consequências em nossas vidas pessoais e acadêmicas -, no qual tivemos de enfrentar, além da doença em si, posicionamentos anticientíficos e negacionistas que impactaram fortemente a pesquisa científica e a formação no Brasil. A realização do evento e a publicação do presente livro, lembram-nos desses momentos difíceis, mas também revelam, além da resistência, o engajamento de discentes e docentes do programa com a pesquisa e a ciência em nosso País. Essas duas características e o momento histórico pelo qual passamos e ainda estamos passando podem ser observados em capítulos ao longo do livro demonstrando a importância da pesquisa científica para pensar a sociedade e a democracia em nosso País.

Outro aspecto que marca o livro e que está incorporado a seu título são os 50 anos do PPGCom/USP. Programa pioneiro no campo da Comunicação no país e na América Latina e que tem contribuído desde sua criação, em 8 de janeiro de 1972, para o desenvolvimento das Ciências da Comunicação nos contextos nacional e internacional. Em termos nacionais, 30% de seus egressos atuam em instituições de ensino em outros estados do País (Perez et al. 2023, p. 8), demonstrando uma das características de nosso programa em formar novos pesquisadores e professores. Ao longo de sua trajetória o PPGCom/USP formou 1.650 mestres e 950 doutores (Perez et al. 2023, p. 8). Mais que números e porcentagens, esses dados dimensionam, em certa medida, os esforços empreendidos por docentes, discentes e funcionários para a realização de pesquisas de qualidade no campo da comunicação. Prenunciando as comemorações que se deram ao longo de 2022 e no primeiro semestre de 2023, o evento Conexão Pós 2021 trouxe o frescor dos debates de pesquisas em andamento e recém-finalizadas em torno de temas candentes da Comunicação envolvendo estudantes das três linhas de pesquisa que estruturam o PPGCom/USP: (1) Comunicação, redes e linguagens: objetos teóricos e empíricos; (2) Processos comunicacionais: tecnologias, produção e consumos; (3) Comunicação: interfaces e institucionalidades. O evento proporciona aos estudantes do programa a oportunidade de debater e pensar seus objetos de pesquisa frente aos desafios da comunicação contemporânea, contando com a avaliação de outros pesquisadores de fora da USP, normalmente professores de outros programas de pós-graduação do país, ampliando as possibilidades teóricas, com aberturas para inovações metodológicas e novas perspectivas sobre seus objetos.

Os treze capítulos que compõem o livro estão organizados em quatro eixos temáticos expressivos das nossas pesquisas mais recentes: Jornalismo e Comunicação para a democracia; Comunicação, mediação, cultura e educação; Comunicação no contexto (pós)pandêmico; Discursos autoritários, intolerância e desafios da comunicação. Tais eixos articulam trabalhos que dialogam entre si por meio de epistemologias e metodologias em uma perspectiva plural e interdisciplinar que marca nosso programa na abordagem dos objetos da Comunicação.

Boa leitura!

Referência:

PEREZ, Clotilde et al. PPGCOM-USP 50 anos: entre o passado e o futuro, nosso percurso. In: PEREZ, Clotilde et. al. (org.) PPGCOM-USP 50 anos: entre o passado e o futuro, nosso percurso. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2023.



CONEXÕES NO CONTEXTO (PÓS)PANDÊMICO

Márcia Pinheiro Ohlson
Vinícius Alves Sarralheiro

O *Conexão Pós* propõe uma atividade que visa a integração entre os discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo por meio da apresentação de trabalhos acerca do processo produtivo das pesquisas científicas, que são debatidas em grupos de trabalho temáticos. Em 2021, intitulado como *Conexão Pós: contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico*, a atividade buscou fortalecer os laços entre os mestrandos e doutorandos, consolidando uma comissão discente do Programa.

Buscamos um momento de respiro em um processo como a pesquisa científica, que é bastante solitário, para que mestrandos e doutorandos do nosso PPGCOM conheçam os trabalhos uns dos outros e possam compartilhar caminhos epistemológicos, teóricos e metodológicos da sua produção acadêmica. O encontro entre sujeitos pesquisadores retoma a perspectiva de produção científica coletiva, forjando maior comprometimento com o avanço do desenvolvimento e autonomia do campo da Comunicação, bem como possibilita, em certo grau, uma vigilância epistemológica do todo, isto é, acerca do conjunto da produção científica discente do PPGCOM/ECA-USP.

O objetivo geral do nosso evento *Conexão Pós* é dar visibilidade às pesquisas desenvolvidas pelos discentes do PPGCOM-USP, além de integrar as perspectivas sobre o trabalho científico em Comunicação, estimulando a identificação de aspectos convergentes entre as produções e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico dos mestrandos e doutorandos, para, consequentemente, dispor de uma maior coesão do Programa e buscar novas possíveis conexões.

Diante disso, a escolha da temática foi um ponto assertivo e delicado, pois sabemos que, desde o começo da pandemia, com todas as mudanças ocorridas, muitos de nós nos sentimos desestimulados e receosos com o futuro. O ano de 2021, porém, trouxe uma luz de esperança, com as vacinas já em circulação e a possibilidade da retomada das conexões em um futuro próximo (que no momento atual já se tornou uma nova realidade). O *Conexão Pós* naquele ano, ainda assim, foi realizado de forma remota, tendo como pano de fundo a discussão desse contexto híbrido entre já estarmos ou não numa chamada pós-pandemia, temática que se reflete em grande parte dos trabalhos selecionados para o evento e para compor este ebook.

Por isso, ainda tomando por base essa temática neste ebook, buscamos ampliar a visibilidade dessas discussões, pois acreditamos que este seja o melhor momento para debatermos os desafios impostos para a Ciência e para o campo da Comunicação e também pautarmos as possibilidades de fazer mais conexões, incentivar o debate entre diferentes grupos e linhas de pesquisa e estimular ainda mais a participação discente.

Diante deste pano de fundo, nosso evento de 2021 aconteceu em dois dias: 8 e 9 de dezembro. Os Grupos de Trabalho (GTs) aconteceram todos no dia 9 de dezembro, com um total de 42 trabalhos apresentados em 10 GTs. Fruto das pesquisas desenvolvidas pelos mestrandos e doutorandos do programa, o evento contou com temas e reflexões a partir da Comunicação, com conexões com a Cultura e Cidadania, Cibercultura, Semiótica, Audiovisual, Jornalismo, Publicidade e Consumo e Comunicação Organizacional.

No dia 8, tivemos três painéis preparados e planejados com muito carinho, sobre temas de extrema importância - e que perpassam as temáticas apresentadas neste livro e as inquietações acadêmicas dos pesquisadores, sobretudo no contexto em que estávamos, a discussão de um futuro no (até então) pós-pandemia.

Nosso primeiro painel, sobre o Futuro da Ciência no Brasil, contou com as presenças da professora do nosso PPGCOM, Roseli Figaro, então presidente da Compós, da professora Fernanda Sobral, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e de Adriana Alves, do Escritório USP Mulheres. No painel seguinte, debatemos sobre escrita e produção acadêmica com os professores Issaaf Karhawi e Wilton Garcia, ambos doutores pelo PPGCOM-USP. E, por fim, falamos sobre o campo de trabalho do pesquisador em comunicação, com nossos colegas doutores e ex-ecanos Mara Rovida, José Petrola e Renato Essfelder, que retrataram um pouco de suas experiências como pesquisadores e docentes. Com esses painéis, buscamos debater as questões que permeiam nosso mundo acadêmico aqui no PPGCOM, assim como refletir caminhos, questões, dúvidas e possibilidades para um futuro na comunicação, na academia, no mercado e, principalmente, no Brasil, enquanto cidadãos.

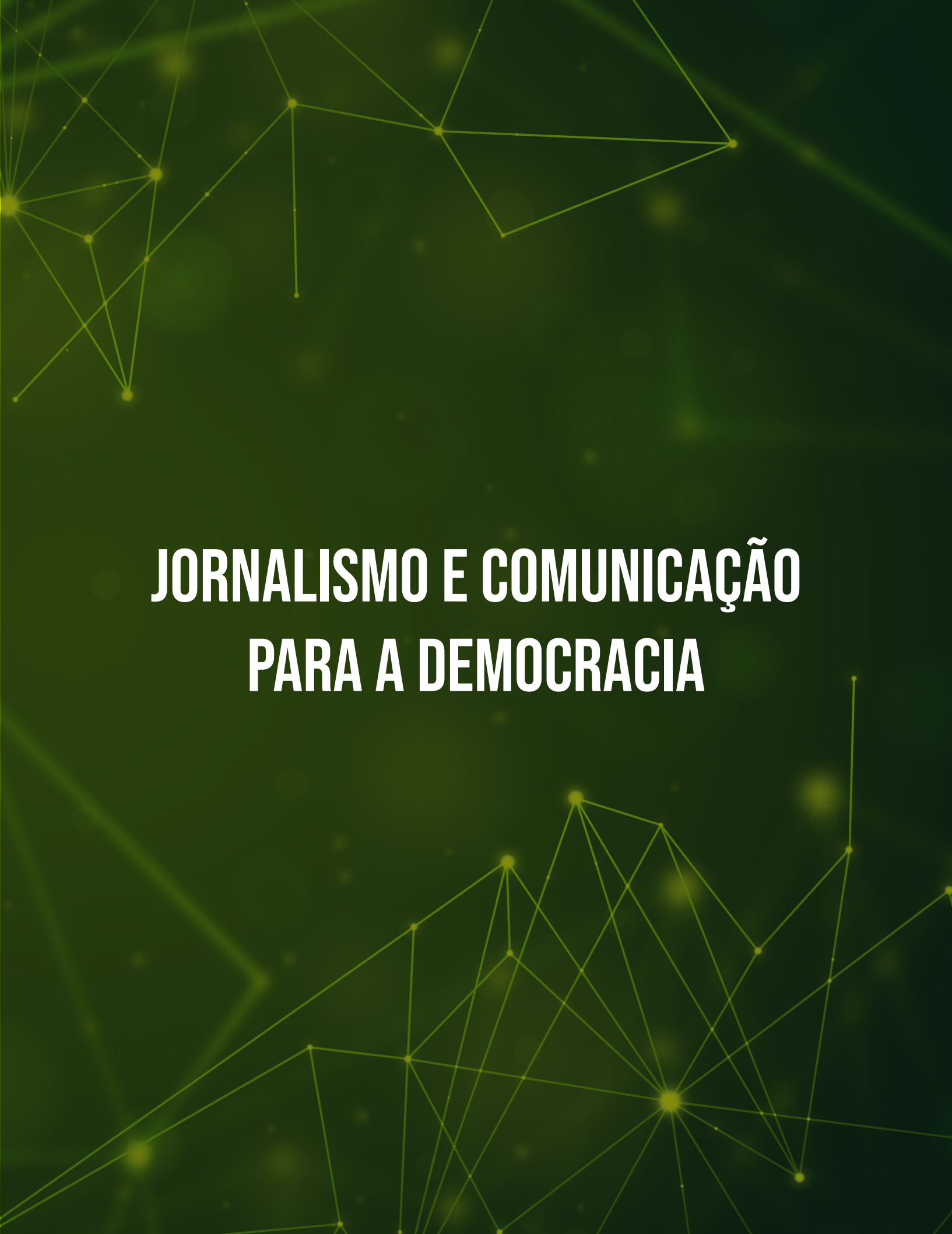
Todo esse esforço, de discentes, docentes e ex-colegas de pós-graduação, resultou nessa importante publicação para o campo, o ebook *Conexão Pós: contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico - 50 anos PPGCOM ECA-USP*, o quinto ebook resultante do evento discente. A publicação, que também vem na esteira das celebrações dos 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP, conta, portanto, com reflexões de pós-graduandos da comunidade ecana, com temas contemporâneos e que reforçam o lugar da comunicação, da cultura, da educação, da democracia e, sobretudo, das conexões que pautaram os debates no contexto da pandemia, seja no momento atual ou sob uma ótica de futuro pós-pandêmico.

Diante dessa conquista, agradecemos a todos os colegas que voluntariamente contribuíram com a organização do nosso evento, a todos que assistiram aos painéis e também àqueles que apresentaram seus trabalhos. É de suma importância destacar o trabalho de toda a equipe que, mesmo ainda em pandemia e com as restrições sociais em vigor, realizou um trabalho de alto nível para colocar esses debates em pauta.

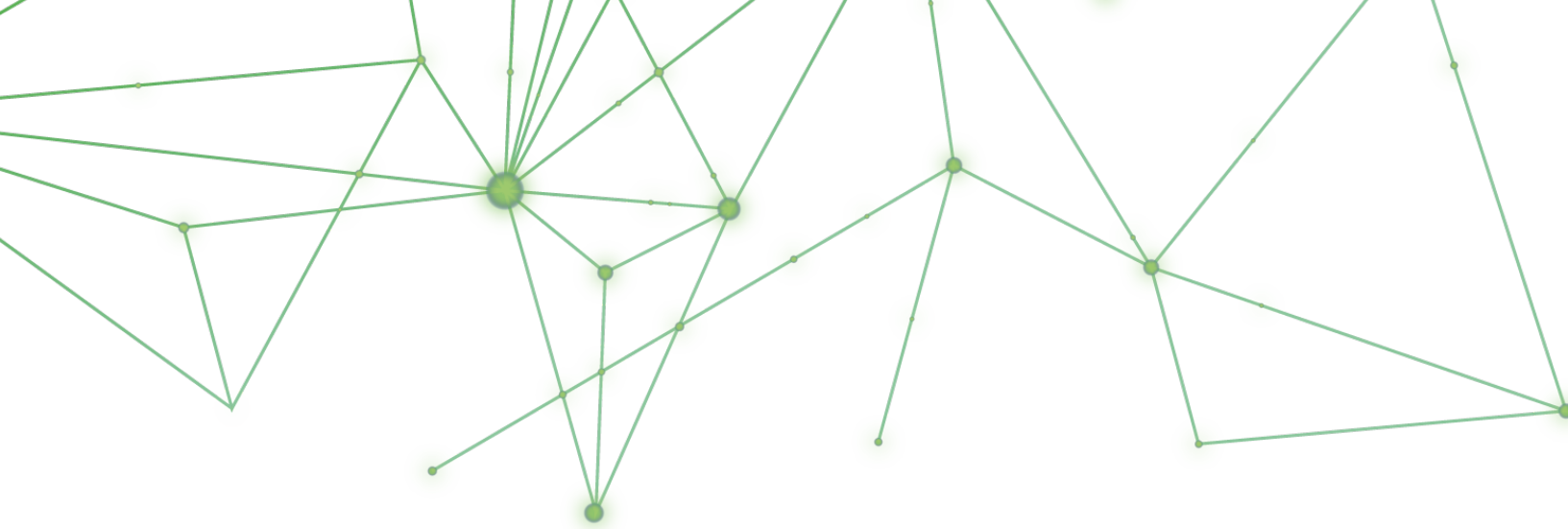
Por fim, ressaltamos ainda o nosso compromisso em debater continuamente os desafios da pesquisa em comunicação, com o comprometimento com a vida, o bem-estar e a democracia; além de, a partir desse olhar para o contexto presente, buscar caminhos para fortalecer o futuro.

Que venham os próximos Conexão Pós!

Boa leitura.



JORNALISMO E COMUNICAÇÃO PARA A DEMOCRACIA



A REPORTAGEM ETNOGRÁFICA COMO MÉTODO PARA COMPREENSÃO DE CONTEXTOS SOCIOCULTURAIS NO JORNALISMO¹

Alex Sander Alcântara²³

-
- 1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 2021. Parte deste texto (cerca de 30%) compõe o artigo aprovado para publicação na revista *Estudos em Jornalismo e Mídia* (EJM), ligada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
 - 2 Jornalista, doutorando pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), na área de Ciências da Comunicação, na Linha de Pesquisa 1 – Comunicação, redes e linguagens: objetos teóricos e empíricos. Membro do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da USP e da Comissão Editorial da revista eletrônica *Ponto Urbe*, do Departamento de Antropologia da USP. A pesquisa foca nas confluências entre reportagem e etnografia.. Orientador: Eugênio Bucci. e-mail: alexander.alcantara@usp.br.
 - 3 Bolsista do doutorado pelo CNPq.

Resumo: O artigo discute como a etnografia pode contribuir para compreensão de contextos socioculturais em reportagens. Define o que é o método etnográfico e expõe alguns equívocos nas pesquisas que aproximam as duas áreas. Parte da concepção de que o jornalismo se define por uma ética - e não por uma técnica - e que a atividade se caracteriza como disciplina acadêmica. O texto cita categorias de observação antropológicas, com ênfase na perspectiva De perto e De dentro da antropologia urbana. Essas categorias são incorporadas à reportagem que aborda formas de lazer e de moradia no Elevado Presidente João Goulart, o Minhocão.

Palavras-chave: Jornalismo; Etnografia; Antropologia; Reportagem; Contexto Social

No livro *A Ciência do Comum*, Muniz Sodré analisa as contribuições das disciplinas que delinearam os estudos das Ciências da Comunicação, acentuando o papel da Antropologia. Ao expor as análises de Lévi-Strauss sobre a noção do método estruturalista, Sodré sintetiza que, segundo a concepção levi-straussiana, "toda e qualquer cultura seria uma modalidade específica de comunicação" (SODRÉ, 2014, p. 130). Ao inserir Foucault na discussão, reforça a tese de que "é no quadro conceitual e metodologicamente largo da antropologia - e não no âmbito mais estreito da sociologia - que se desenham as sugestões de uma ciência da comunicação" (SODRÉ, 2014, p. 131).

Seguindo as pistas de Sodré - que salientam as influências da antropologia sobre o método comunicacional - a pesquisa estabelece um diálogo particular entre antropologia e jornalismo. A tese parte da premissa de que a antropologia pode enriquecer a produção jornalística a partir da observação etnográfica na compreensão de contextos socioculturais. A etnografia, que não se resume a uma técnica apenas e pode valer-se de várias, pode fomentar novos padrões e conexões interpretativos, ajudando a mudar a abordagem fragmentada e compartimentada no jornalismo. (BIRD, 2005, p. 302). O estudo não estabelece hierarquias entre as duas disciplinas. Há inclusive contrapontos que propõem o oposto: o que o jornalismo pode oferecer ao trabalho do antropólogo (HARRINGTON, 2003).

São ressaltadas as similaridades entre as duas disciplinas, mas também as diferenças entre elas. A principal discrepância diz respeito à forma como cada área concebe os acontecimentos socioculturais. Diferentemente dos fatos jornalísticos⁴, que circulam na forma de notícias, os "fatos etnográficos não existem" (MALINOWSKI, 1935, vol. 1, p. 317).

A pesquisa analisa alguns equívocos quanto à compreensão do que é etnografia, confundida em muitos estudos apenas como um método de descrição (MAGNANI, 2002) ou como sinônimo de trabalho de campo (URIARTE, 2012). Outro ponto é a simplificação do conceito a partir da definição de Geertz, segundo a qual etnografia é uma "descrição densa" (2019).

O estudo examina as mudanças pelas quais o jornalismo sofreu, traz conceitos para a atividade e analisa as confluências entre etnografia e reportagem. Além dos nexos teóricos, a proposta consiste na construção de uma reportagem com o objetivo de aplicar as discussões expostas na tese. A partir do método etnográfico, a reportagem aborda formas de lazer e de moradia no Elevado Presidente João Goulart, o Minhocão⁵, numa imersão que emprega as categorias *De Dentro* (etnográfica) e *De Fora* (sociológica), e *De Passagem* (etnográfica, literária, ensaísta).

4 Fato jornalístico empregado aqui não leva em consideração as discussões filosóficas que envolvem o tema. Fato jornalístico é utilizado como acontecimento com base numa realidade objetiva. Para uma discussão aprofundada sobre o fato no jornalismo, cf. GOMES, 2009 e SODRÉ, 2009.

5 O Elevado Presidente João Goulart foi inaugurado em 24 de janeiro de 1971. O projeto foi apresentado na administração do prefeito Faria Lima (1965-1969), que não o levou adiante. Retomado pelo seu sucessor, Paulo Maluf (1969-197), foi construído em apenas 11 meses, ligando a cidade de leste a oeste. A crítica da imprensa à época questionava os custos de um projeto rejeitado, que atrapalharia a execução do metrô. O Estadão reuniu em seu acervo digital uma série de edições da época do projeto, execução e inauguração do Elevado em comemoração dos 50 anos do Viaduto: "Conheça a história do Minhocão em páginas e fotos do Estadão" "Conheça a história do Minhocão em páginas e fotos do Estadão". Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,conheca-a-historia-do-minhocao-em-paginas-e-fotos-do-estadao,70003591882,0.htm> Acesso em 25/01/2021.

A ênfase da pesquisa concentra-se na perspectiva de observação *De perto* e *De dentro* (Magnani, 2002), desenvolvida pela antropologia urbana. *De Passagem* consiste na prática de observação-experiência que pode se valer de períodos curtos de tempo⁶ para execução do trabalho etnográfico e, por isso, pode ser um recurso para o trabalho jornalístico. *De passagem*, que na antropologia urbana compreende a caminhadas etnográficas exploratórias na cidade (Cf. nota 6) consiste

(...) em percorrer a cidade e seus meandros observando espaços, equipamentos e personagens típicos com seus hábitos, conflitos e expedientes, deixando-se imbuir pela fragmentação que a sucessão de imagens e situações produz. O relato final, geralmente na forma de ensaio, termina por expressar essa experiência por meio do uso de metáforas que serão tanto mais sugestivas quanto maior a criatividade do analista e o leque de relações que estabelecer: "hibridização", "porosidades", "territorialidades flexíveis", "não-lugares", "configurações espaço-temporais", "paisagens disjuntivas" e outras (MAGNANI, 2002, p. 18).

Essa prática - que lembra a figura do *flâneur* tão bem descrita por Walter Benjamin (ROUANET, 1993) em seus escritos sobre Paris - fornece pistas para compor um itinerário do que pode ser investigado de forma mais densa em momentos posteriores. Esse tipo de observação já é utilizado na prática jornalística, em diferentes abordagens, principalmente quando o jornalista fica impedido, por alguma razão, de colher depoimentos ou entrevistas com suas fontes e capta informações a partir do que viu e ouviu.

A principal crítica às aproximações entre jornalismo e etnografia é a questão do tempo de execução do trabalho jornalístico (MORETZSOHN, 2007, p. 154), que se diferencia dos intervalos mais extensos da observação antropológica. A perspectiva *De passagem*, uma das três categorias empregadas na reportagem, parte da concepção do antropólogo-*flâneur*, das caminhadas etnográficas para colher as primeiras informações das cenas observadas. O *flâneur* "entende a cidade como poucos, pois memorizou-a com os pés". Porque

andar é mapear com os pés. Ajuda-nos a unir as peças de uma cidade, conectando bairros que, de outro modo, ficariam como entidades avulsas, planetas diferentes ligados entre si, sustentando-se embora distantes (...). Ficamos inteirados dessas vidas e conversas que não têm nada a ver conosco, mas que podemos entreouvir (ELKIN, 2022. p. 32 e 33).

Um dos pontos que a tese defende é o de que a reportagem pode contribuir para a construção social de sentidos empregando as amplas possibilidades de novos significados de contextos sociais (nas acepções sociológica e antropológica) a partir da etnografia. Entende-se por construção social de sentidos o tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo, que não é científico nem senso comum e se caracteriza como "uma forma de conhecimento singular" (GENRO FILHO, 1987). Sodré também compartilha com a concepção de que existem possibilidades de níveis diferentes de aprofundamento no jornalismo ao reportar os fatos: "um conhecimento não sistemático ou não científico, sem conexões lógicas de conceitos e expressões, pode comportar graus diferentes de aprofundamento de um fato. É bem o caso do jornalismo" (SODRÉ, 2009, p.48).

A reportagem pode se valer dos métodos antropológicos para dar novos sentidos aos contextos sociais observados, a partir de dois aspectos principais relacionados à prática etnográfica: a interpretação cultural e o relacionamento com as fontes. O estudo utiliza categorias da reportagem delimitadas por Cremilda Medina desde a década de 1970. Parte da concepção de que o gênero pode aglutinar, em seu conjunto, (1) o contexto social, que situa a problemática do assunto no tempo e espaço social, (2) a captação de vozes especializadas, com diagnósticos e prognósticos de pesquisadores; (3) a busca das raízes histórico-culturais dos fenômenos analisados, bem como as nuances que emergem do (4) protagonismo anônimo (MEDINA & LEANDRO, 1973).

6 O Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da USP, vinculado ao Departamento de Antropologia, do qual faço parte, realiza caminhadas etnográficas de cerca de três horas em vários projetos. Um deles é o Centralidades, que realiza observações exploratórias pelas regiões centrais de São Paulo e em Lima, capital do Peru.

De perto e De dentro

A categoria “De perto e de dentro” é um refinamento do método antropológico clássico, uma mudança de perspectiva em relação à primeira escola antropológica de vertente evolucionista, e representa uma mudança em relação aos métodos sociológicos. A antropologia surge no bojo das chamadas Ciências Sociais, em meados do século XIX, e tem entre os seus fundadores Émile Durkheim (1858-1917) e seu sobrinho Marcel Mauss (1872-1950), que fornecem o quadro teórico que lhe faltava. À época, a Sociologia tentava se firmar como área autônoma de conhecimento e os primeiros esboços do método sociológico de investigação foram descritos por Durkheim em *As Regras do Método Sociológico*, publicado em 1894. A preocupação maior de Durkheim é “mostrar que existe uma especificidade do social, e que convém consequentemente emancipar a sociologia, ciência dos fenômenos sociais, dos outros discursos sobre o homem, em especial, do da psicologia” (LAPLANTINE, 2007, p. 88). Ou seja, a Sociologia caminhava para a sua definição do método e objeto de estudo próprios.

Como disciplinas, Sociologia e Antropologia começam a se diferenciar nas concepções divergentes de Durkheim e nas de Mauss. Enquanto o criador do conceito de “fato social” pensava a antropologia como um ramo da sociologia, Mauss empenhava-se em demarcar o lugar da antropologia como uma “ciência verdadeira” e autônoma e não “como uma disciplina anexa” (LAPLANTINE, 2007, p. 90). A primeira corrente antropológica consagrou nomes como Lewis Morgan (1818-1881), Edward Tylor (1832-1917) e James Frazer (1854-1941), criticados por serem “antropólogos de gabinetes”. As pesquisas desses pioneiros partiam de análises teóricas, sem trabalhos empíricos, a partir de informações de viajantes, numa perspectiva em que a crítica classifica como “De fora e de longe”.

Jornalismo e Antropologia

A relação entre Antropologia e Jornalismo remonta ao início do século XX, com o surgimento da Escola de Chicago. Fundada em 1892 nos Estados Unidos, as pesquisas realizadas por essa instituição entre 1915 e 1940, de caráter notadamente interdisciplinar, caracterizavam-se pelo empirismo e pelo interesse de estudos que compreendessem patologias sociais, como crimes, gangsterismo, os problemas sociais da imigração, da urbanização e das formas contemporâneas do pluralismo cultural (COULON, 1995). Os primeiros trabalhos empíricos da Escola de Chicago, nas duas primeiras décadas do século XX, foram conduzidos por jornalistas e sociólogos como Robert Park, cuja produção é analisada no Brasil como uma das primeiras referências para as teorias do jornalismo (MACHADO, 2005).

O método etnográfico tem sido estudado e aplicado em pesquisas de diferentes áreas do conhecimento, particularmente no jornalismo, cuja atividade apresenta similaridades com a antropologia. O empirismo é uma das características em comum. Aquilo que acontece em algum lugar, não importa em qual espaço (geográfico ou virtual)⁷ constitui a matéria-prima dessas duas disciplinas, que ganham força durante o nascimento das Ciências Sociais no século XIX. A credibilidade jornalística “decorre muito provavelmente do lugar privilegiado que o jornalista ocupa como mediador entre a cena do acontecimento e a sociedade global: o lugar de testemunha” (SODRÉ, 2009, p. 48).

Há diferenças cruciais quando se analisa os campos de estudo do jornalismo e da antropologia. Uma delas reside no fato de que os jornalistas normalmente fazem pesquisa sobre a própria profissão. Ou seja, são pesquisadores e objetos do estudo. As pesquisas em jornalismo que estabelecem um paralelo com a antropologia “não atentam para o problema do distanciamento, que é uma das categorias antropológicas por excelência” (LAGO, 2010, p. 57). A discussão sobre a subjetividade do pesquisador, que é forte na antropologia, reforça a autora, “está ausente nesses estudos que relacionam as duas áreas” (2010, p. 58).

7 O Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) do Departamento de Antropologia da USP, por exemplo, possui um grupo de estudos, o CyberNAU, que estuda e realiza etnografias virtuais.

Há outra particularidade contrastante entre os dois campos, que não é citada nas pesquisas: diferentemente dos “fatos e acontecimentos jornalísticos”⁸, que circulam na forma de notícias, os “fatos etnográficos não existem”, uma vez que se torna necessário um esforço para reconstituir “os fatos invioláveis” por meio da “inferência construtiva” (MALINOWSKI, 1935, vol. 1, p. 317 apud GOLDMAN, 2003, p.456). Nesse sentido, os antropólogos não partem de hipóteses da mesma forma que os sociólogos, por exemplo: estas surgem a partir da conjunção entre campo e teoria. No momento em que um fato etnográfico novo é revelado, “traz a promessa de uma contribuição para o conhecimento acumulado. A teoria antropológica não é rígida, não é estável, está sempre em mudança e será sempre revigorada por novas pesquisas etnográficas” (PEIRANO, 2022)⁹.

Outro ponto distinto entre as duas disciplinas diz respeito à relação com as fontes. O interesse público norteia a atividade jornalística e, nesse caso, torna-se necessário em algumas situações relevar informações que não sejam do interesse do entrevistado. Os jornalistas são comprometidos com a ideia de que sua lealdade final é com os leitores:

(...) se tiver de reter o que sabemos ser verdade para proteger os sujeitos, omitindo dos leitores, não o retemos. Como jornalistas, costumamos citar nomes, ao contrário dos etnógrafos que escondem a identidade de seus sujeitos supostamente para protegê-los. Usamos nomes reais porque acreditamos que confere autenticidade às nossas histórias e porque a veracidade e precisão podem ser checadas, algo que é impossível com a maioria dos relatos etnográficos (HARRINGTON, 2003, p. 100. A tradução é própria).

O jornalismo tende a personificar e individualizar ao reportar os fatos. Na busca pela audiência, o insólito tem mais peso para virar notícia¹⁰. A discussão sobre o conhecimento produzido pelo jornalismo é um dos aspectos analisados na tese. Genro Filho (1987) destaca a *singularidade* como característica essencial ao tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo, que não é o mesmo da ciência, que apresenta categorias lógicas universais, mas tampouco é gerado pelo senso comum: “o singular é efêmero” e “apresenta uma dimensão objetiva que diferencia o jornalismo da arte” (1987, p. 64 e 66).

Meditsch¹¹ salienta que o jornalismo não revela mais nem menos a realidade do que a ciência, mas opera isso de forma diferente. A atividade pode mostrar inclusive aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar, sobretudo, porque a singularidade não interessa à ciência. “O jornalismo se importa exatamente com o que a ciência ignorou” (SPONHOLZ, 2009, p. 110).

A falta de transparência dos condicionantes da produção jornalística, a velocidade da produção e a espetacularização ao narrar os acontecimentos, na busca por mais público e audiência, estariam entre os fatores problemáticos no jornalismo como produtor de conhecimento, segundo Meditsch (1997). Em raras situações, o leitor será informado sobre os critérios de decisão que nortearam a equipe de jornalistas, bem como não saberá o que foi omitido ou privilegiado na produção de uma reportagem, por exemplo.

8 Fato jornalístico empregado aqui não pretende levar em consideração as discussões filosóficas que envolvem o tema. A expressão utilizada como acontecimento com base numa realidade objetiva. Para uma discussão aprofundada sobre o fato no jornalismo, cf. GOMES, 2009; SODRÉ, 2009.

9 Em aula inaugural virtual para o curso de pós-graduação em Antropologia na Universidade Federal do Piauí (UFPI), na qual explana sobre os “Cem anos de Argonautas do Pacífico Ocidental”, de Malinowski. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aBg0gvvzOF0> Acesso em 24/06/2022.

10 Sodré ressalta um embasamento teórico precário para o conceito de notícia, que se caracteriza em definições com descrições de uma prática profissional. Há uma precariedade teórica na definição e uma imprecisão conceitual, com escasso valor cognitivo. Sodré define a notícia como o “relato de algo que foi ou será inscrito na trama das relações cotidianas e um real-histórico determinado (2009, p. 24).

11 Além do livro *Conhecimento do Jornalismo* (1992), as ideias do autor utilizadas aqui estão condensadas em artigos e numa conferência proferida em 1997, disponível na biblioteca on-line de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf> Acesso em: 04/02/2022.

Equívocos

Em mais de 70 pesquisas consultadas nas plataformas do CNPq, Capes, e também nos arquivos disponíveis da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), além de teses e artigos acadêmicos em periódicos associados aos programas de universidades brasileiras, há alguns equívocos nos estudos que relacionam jornalismo e etnografia.

O primeiro dos problemas virou um vício nos estudos que associam as duas disciplinas. Com raras exceções, as pesquisas recorrem à definição-síntese de Clifford Geertz, segundo a qual etnografia é uma “descrição densa”. A expressão virou um lugar-comum, reforçando simplificações e reducionismos sobre o assunto. O próprio Geertz alerta que as técnicas e os processos determinados não explicam a etnografia. O que a designa é um “tipo de esforço intelectual” (2019, p. 4).

Geertz contextualiza a expressão do filósofo britânico Gilbert Ryle e exemplifica o conceito de etnografia, a partir da cena de dois garotos que piscam o olho direito. Num deles, a ação é um tique involuntário; no outro, a piscadela representa uma conspiração a um amigo. Como movimentos, os dois são idênticos. Entre a descrição superficial (o tique nervoso) e a descrição densa (o piscar como farsa) está o objeto da etnografia: “uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais os tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios das imitações são produzidos, percebidos e interpretados (...) como categoria cultural” (2019, p. 4).

As simplificações do termo “descrição densa” reduzem a etnografia à ideia de descritivismo¹². Etnografar, define Magnani, consiste em estabelecer eixos de observação e relações entre os achados aparentemente dispersos. Não pode ser confundida apenas como uma técnica, uma vez que pode servir-se de várias delas, e se adaptar às circunstâncias de cada pesquisa. Etnografia “é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos (...) e tem como base um *insight* que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo” (MAGNANI, 2002, p.17). Não é algo que se faz espontaneamente e

meras descrições de um fenômeno de uma cultura em termos de outra são um arremedo necessariamente pobre da prática antropológica (...) as observações são realizadas não só para descrever o curioso, o exótico ou o diferente por si mesmos (...) mas também e principalmente para universalizar-los (PEIRANO, 1995, p. 16).

A preocupação com o excesso de detalhes (de cenas, pessoas e fatos) induz à instrumentalização do método etnográfico. As pesquisas em jornalismo,

quando interagem com a antropologia, o fazem principalmente visando uma aplicação quase que mecânica do método – perdendo com isso o olhar disciplinado pela antropologia, fundamentalmente marcado pela suspeição em relação à própria pesquisa (LAGO, 2010, p. 55).

A autora salienta inclusive que as pesquisas que estabelecem o encontro entre as duas disciplinas são marcadas mais “por faltas” do que “por presenças”: há uma “ausência reflexiva sobre o método antropológico por excelência, a observação participante, quando este em si é incorporado” (2010, p. 55).

Embora Lago aborde outros aspectos da observação participante – como a discussão da “subjetividade do pesquisador” –, para muitos antropólogos, a exemplo de Malinowski, a observação participante é apenas um dos elementos do processo etnográfico. Ou seja, há mais do que observação participante na etnografia (SANTOS, 2021), o que reforça a convicção, entre os antropólogos, de que a etnografia é resultado analítico de todo o processo de coleta e análise.

A observação participante é um modo antropológico de trabalhar, assegura Tim Ingold, não um

12 O dicionário Houaiss de Língua Portuguesa define etnografia como (1) “o registro descritivo da cultura material de um povo” e (2) “estudo descritivo das diversas etnias”, reforçando, portanto, a ideia de descrição. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001, p. 1272.

método para coletar dados etnográficos. Para a antropologia, contudo, esse envolvimento, o de estar lá, é essencial porque “na antropologia, a observação não se dá pela objetivação dos outros, mas prestando atenção a eles, vendo o que fazem e escutando o que dizem. Estudamos com as pessoas, ao invés de fazer estudos sobre elas (INGOLD, 2019, p.12).

Os estudos que relacionam jornalismo e etnografia empregam “trabalho de campo”, generalizadamente, como sinônimo do método etnográfico. O trabalho de campo não é uma invenção da antropologia, adverte Uriarte, muito menos é exclusividade dela, e pesquisadores de diversas áreas (a exemplo de geógrafos, arqueólogos, cientistas sociais, entre outros) realizam trabalhos em campo para testar teorias a partir de dados empíricos. Mas ao advogar um “trabalho de campo intensivo foi necessário um esforço para diferenciar o tipo de conhecimento antropológico produzido com este método daquele adquirido por outras áreas” (URIARTE, 2012).

Contextos sociais

Os pontos levantados suscitam uma questão não exposta até agora: por que estudar etnografia no jornalismo? Os métodos e abordagens antropológicas podem enriquecer a atividade jornalística, segundo a antropóloga Elizabeth Bird, professora da University of South Florida. No artigo *The journalist as ethnographer? how anthropology can enrich journalistic practice*, publicado originalmente em 1987, mas atualizado em 2005, Bird aponta a interpretação cultural como um princípio central e unificador de todo trabalho etnográfico que poderia fomentar uma apreciação de novos padrões e conexões interpretativos, ajudando a mudar a abordagem fragmentária e compartimentada no jornalismo (2005, p. 302).

Um dos pontos centrais apontados pela pesquisadora é a relação que o jornalista estabelece com as fontes, tratadas em grande parte nas abordagens como objetos quantificáveis - e não como sujeitos. Bird salienta as diferenças das relações com as fontes entre antropólogos e pesquisadores de outras áreas das ciências sociais e também em relação ao jornalismo. Um dos pontos que levanta é a forma como os jornalistas conduzem as entrevistas. A entrevista é tão importante na antropologia quanto no jornalismo, mas a postura do etnógrafo tende a ser diferente das demais ciências sociais. O etnógrafo encara o entrevistado como fonte e sujeito da pesquisa. Mas para o jornalista, adverte Bird, a “fonte” é separada da personalidade do indivíduo e vista, muitas vezes, como um “representante”, uma unidade que fala por outras unidades semelhantes, e não como um indivíduo (2005, p. 302. A tradução é própria).

No Brasil, Cremilda Medina (1986) deu particular atenção às fontes na prática jornalística. A autora defende uma pesquisa de campo na seleção de fontes para combater o vício da predeterminação de quem se deve ouvir na reportagem, prática “inerente ao jornalismo acoplado a grupos de poder (econômico ou político ou cultural). Diz Medina:

torna-se sumária seleção de fontes de informação: já estão à disposição do editor, chefes de reportagem, repórter ou pauteiro aqueles nomes, endereços e telefones dos entrevistados *habitués*. Outras possíveis fontes são descartadas ou porque não servem (não se explica o motivo), ou porque “a casa” (entidade mítica que significa a empresa) não aceita esses nomes (malditos), ou porque, por desconhecimento total, uma sugestão inovadora por parte do repórter pega de surpresa o produtor cultural que está à frente do processo de decisão (1986, p. 35).

No Minhocão

No artigo *What journalism can offer ethnography*, publicado na revista *Qualitative Inquiry*, Walt Harrington, da Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, empenha-se na análise dessa relação entre

etnografia e jornalismo por um caminho inverso e elenca as virtudes da atividade jornalística que poderiam ser incorporadas à etnografia. Concisão, clareza, simplicidade e objetividade na linguagem se inserem entre as qualidades dos jornalistas. Harrington reconhece, contudo, que a fraqueza das abordagens reside no fato de que os jornalistas “raramente inserem tão bem os indivíduos que capturam em um contexto cultural”. (HARRINGTON, 2003, p. 101).

Os dados que estão compondo a reportagem sobre o Minhocão¹³ contempla entrevistas, observações etnográficas, material jornalístico¹⁴, teses e artigos. No processo de observação etnográfica, é possível perceber que o Minhocão, uma pista suspensa de quase quatro quilômetros, que liga as regiões Leste-Oeste da cidade, é o melhor espaço para o desenvolvimento de técnicas. A técnica, entendida como um conjunto de habilidades para executar determinadas tarefas, ofícios e habilidades, é uma categoria filosófica por excelência.

Em encontro com aposentados que jogam xadrez¹⁵, num tabuleiro gigante montado no asfalto, os participantes direcionaram a conversa, voluntariamente, para falar da necessidade do domínio da técnica para se praticar o jogo.

A técnica também foi o mote para uma entrevista com o artista plástico JC Neto¹⁶, que mora no primeiro andar de um prédio localizado na avenida São João, e utiliza sua sacada para expor pinturas e esculturas que ficam visíveis para quem passa pelo viaduto. Para esse artista, o Minhocão é o lugar que aglutina todo o processo artístico: é local de trabalho, de exposição e de recepção em relação às suas obras. Do quarto, no primeiro andar, a quatro metros do parapeito do viaduto, escuta comentários das pessoas que observam as diversas peças na varanda.

Nas abordagens tradicionais no jornalismo, este aspecto poderia passar despercebido. A reportagem amplia os aspectos relacionados à discussão urbanística: o Minhocão é considerado um fracasso na arquitetura da cidade de São Paulo. Do ponto de vista político, foi um erro, segundo a crítica dos jornais à época. A concepção do projeto privilegiou os carros e não o transporte coletivo. Socialmente, na visão dos moradores, a pista suspensa é uma catástrofe. A construção provocou uma degradação da região, trouxe problemas de segurança com a presença crescente de pessoas em situação de rua embaixo do viaduto, tirou a privacidade dos moradores dos andares inferiores, causa incômodo devido ao ruído excessivo dos veículos que circulam diariamente. Esses fatores reforçam os argumentos do grupo Movimento Desmonte do Minhocão (MDM) que defende a demolição. A ideia engendrada pela Associação Parque Minhocão (APM), contrária a essa ação, por sua vez, parte da concepção de que a via suspensa pode ser um parque, oficializando os usos existentes. A proposta nasce a partir da apropriação espontânea da via por parte da população, nos períodos em que permanece interditada ao tráfego de veículos.

Para além da discussão dos problemas urbanos, o Minhocão é palco para o ativismo cultural. Em baixo dele, nas proximidades, a dinâmica cultural segue a mesma tendência. Até o final de 2018 haviam sido mapeadas pelo menos 45 referências culturais¹⁷ ao seu redor.

Em fase de elaboração, a reportagem parte da premissa de que o viaduto - assim como a rua - concentra um sistema de relações e apresenta múltiplos eixos de classificação e significados. Ou seja, não se está falando da rua em si, mas de experiência de rua e torna-se possível “descobrir, em meio ao caos urbano, onde ela se refugiou - já não como espaço de circulação mas enquanto lugar e suporte de sociabilidade (...) às vezes, um espaço é hostil ou indiferente durante o dia, mas acolhedor à noite” (MAGNANI, 1993).

O que o saber antropológico ensina é que não existem fórmulas nem receitas para extrair informações a partir do que se observa e vivencia. É exatamente o caráter incompleto do trabalho que mantém a força permanente de se estabelecer novas perguntas para os mesmos problemas.

13 O projeto inicial contemplava uma reportagem sobre idosos que moram em asilos na cidade de São Paulo. Diante da inviabilidade de entrevistas e visitas durante dois anos de pandemia, o tema mudou para o Minhocão, que completou 50 anos em 2021.

14 Cf. nota 5.

15 Material colhido em caminhada etnográfica realizada em 12 de março de 2022, entre 14h e 18h.

16 Conversa realizada em 20 de março de 2022.

17 REPEP. Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação. 2019. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, São Paulo, 2019.

Referências

- BIRD, S. Elizabeth. The journalist as ethnographer? how anthropology can enrich journalistic practice. In: **Media Anthropology**, ed. E.Rothenbuhler and M.Coman. Florida (EUA), 2005, p. 301-308. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319968557_The_journalist_as_ethnographer_How_anthropology_can_enrich_journalistic_practice. Acesso em: abril de 2020.
- BUCCI, Eugênio. **A Superindústria do Imaginário**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.
- COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas (SP), Papirus, 1995.
- ELKIN, Lauren. **Flâneuse**: mulheres que caminham pela cidade em Paris, Nova York, Tóquio, Veneza e Londres. São Paulo: Fósforo, 2022.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: por uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Editora Tchê, 1987.
- GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política e, Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, v.46, n° 2, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27171/28943>. Acesso em: 01/06/2022
- HARRINGTON, Walt. What journalism can offer ethnography. **Qualitative Inquiry**, Texas A&M University, Texas, v.9, n. 1, 2003, p. 90-104. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1077800402239342>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- HERMANN, Anne K.. Ethnographic Journalism. In: *Journalism*, vol. 17, 2016, p. 260-278. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/1464884914555964>. Acesso em: 19/11/2022
- INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis (RJ): Vozes, 2019.
- LAGO, Cláudia. Antropologia e Jornalismo: uma questão de método. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia.. (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010, v. 1, p. 48-66.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Coral Gardens and their Magic**, London, George Allen & Unwin, 1935.
- MACHADO, Elias. O Pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, n° 1, 2005, p. 23 a 34. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2086>. Acesso em: 12/03/2021
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, vol.17 n° 49, junho de 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002#tx11. Acesso em: 21/05/2021
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Rua, símbolo e suporte da experiência urbana**. Versão revista e atualizada do artigo "A rua e a evolução da sociabilidade", originalmente publicado em Cadernos de História de São Paulo 2, jan/dez 1993, Museu Paulista- USP. Disponível em: https://nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani_0.pdf. Acesso em: 12/07/2019
- MEDITSCH, Eduardo. **O Conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1992.
- MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência feita nos Cursos da Arrábida - Universidade de Verão, em 1997. Disponível na biblioteca on-line de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 04/02/2022
- MEDINA, Cremilda; LEANDRO, Paulo Roberto. **A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo**. São Paulo: Média, 1973.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e Cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

PEIRANO, Mariza. Argonautas, cem anos depois. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: ano 27, n. 61, p. 379-403, set./dez. 2021, p. 379-403.

ROUANET, José Paulo. **A razão nômade. Walter Benjamin e outros viajantes**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993.

ROSENSTIEL, Tom. Why we need a better conversation about the future of journalism education. St. Petersburg, Florida (USA), **The Poynter Institute**, 2013. Disponível em: <https://www.poynter.org/reporting-editing/2013/why-we-need-a-better-conversation-about-the-future-of-journalism-education/>. Acesso em: 27/04/2022.

SANTOS, Augusto Ventura dos. Etnografia é observação participante? Trabalhando com um método constitutivamente heterodoxo. **Ponto Urbe**. v.28, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/10089>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum**. Notas para o método comunicacional. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, Conhecimento e Objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2009.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. In: **Revista Ponto Urbe**, nº 11, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/300>. Acesso em: 20/04/2022



O JORNALISMO CIENTÍFICO PRODUZIDO PELAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: A EXPERIÊNCIA DO JORNAL DA USP¹

Carla de Oliveira Tôzo²

-
- 1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 2021.
 - 2 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo na linha 2 – Processos comunicacionais: tecnologias, produção e consumos sob a orientação do professor Luciano Maluly. E-mail: carla.tozo@usp.br.

Resumo: Cabe ao jornalismo científico a tarefa de veicular informações científicas e tecnológicas, muitas vezes também ser um mediador (ao reelaborar a informação) entre o cientista e a sociedade. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é identificar o papel do jornalismo científico produzido nas universidades públicas como agente da divulgação da Ciência tendo como referência o *Jornal da USP*. Nesse sentido, como método de pesquisa, entrevistas foram realizadas com vários profissionais da equipe do veículo para compreender como se dá essa produção jornalística. Identifica-se que o *Jornal da USP* tem mais Ciências como destaque, pois compreende-se que é importante mostrar para a sociedade o que a USP, como instituição, está produzindo, pesquisando.

Palavras-chave: Jornalismo científico. Desinformação Científica. Entrevista. Universidade de São Paulo. *Jornal da USP*.

Introdução

Esta pesquisa busca conectar três pontos fundamentais: ciência, universidade e jornalismo. É voltar o olhar para o jornalismo produzido dentro das universidades públicas, em especial, o jornalismo científico feito pelo *Jornal da USP*.

Há fortes indícios de que a divulgação da Ciência teve início com o advento da imprensa de tipo móvel, em meados do século XV, aliás, isso não só impulsionou a difusão da Ciência, como também possibilitou o surgimento do jornalismo científico no século XVII (OLIVEIRA, 2002).

A expansão da Ciência e de sua cobertura no mundo todo se dá de forma mais consistente a partir da segunda metade do século XIX. Na Europa, por exemplo, a Ciência passa a ser parte integrante do cotidiano das elites em suas conversas, já que os jornais publicavam com frequência artigos científicos. No Brasil, depois da abertura dos portos com a vinda da família Real portuguesa, em 1808, houve a criação dos primeiros jornais, como *A Gazeta do Rio de Janeiro* e *O Patriota*, que difundiam em suas páginas artigos e notícias relacionados ao tema, o surgimento das primeiras escolas de nível superior e a realização das exposições nacionais dentro da perspectiva das exposições universais³. Aliás, alguns veículos como o *Jornal do Commercio* e o *Diário do Rio de Janeiro* anunciavam esses eventos e traziam seus resumos⁴.

Permeando essa trajetória histórica podemos citar algumas iniciativas importantes para a popularização da Ciência, visando chegar a um público mais amplo, via jornalismo científico. É o caso das colunas do médico e professor da Universidade de São Paulo José Reis, já nos anos 1940, com a seção dominical "Mundo da Ciência" no jornal *Folha da Manhã* e a seção "Ciência de 30 Dias" na revista *Anhembi*.

Nos anos 1980 destaca-se a criação da revista *Ciência Hoje*, em 1982, o programa *Globo Ciência*, transmitido pela TV Globo (1984) e a revista *Superinteressante*, criada pela Editora Abril, em 1987. Já na década de 1990, há a criação do Núcleo José Reis de Divulgação Científica da Escola de Comunicações e Artes da USP, com um curso de especialização em jornalismo científico e, em 1999, o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp dá início ao curso de jornalismo científico naquela universidade.

3 As exposições universais representavam o que o século XIX entendia como modernidade, via progresso da Ciência, tecnologia e indústria. A ideia era mostrar e ensinar sobre as descobertas e vislumbrar um futuro brilhante. As cidades onde as exposições eram montadas (Londres, Paris, Chicago, entre outras) foram consideradas os epicentros dessa modernidade. As exposições serviram também de palco para congressos científicos e demonstrações públicas de novas invenções, como o telefone de Graham Bell (Filadélfia, 1876), e para a inauguração de grandes monumentos, como o Palácio de Cristal inglês (Londres, 1851) e a Torre Eiffel (Paris, 1889).

4 No período de 1850 a 1880 há um crescimento acentuado de periódicos de caráter geral e, a partir de 1860, o aumento de periódicos relacionados à Ciência. Como exemplos podemos citar a *Revista Brasileira* (1857), *Doutor Benignus* (1875), *Revista do Rio de Janeiro* (1876) e *Ciência para o Povo* (1981). Esta última trazia semanalmente, em suas páginas, temas ligados à saúde e a comportamento como divórcio, frigidez feminina, impotência masculina e esterilidade (MOREIRA; MASSARANI, 2002).

Ao longo dos anos podemos mencionar também a criação de editorias e/ou cadernos de Ciência e tecnologia nos grandes jornais, a criação de revistas (tanto na grande mídia quanto nas agências de fomento), programas televisivos e o investimento das Universidades na criação de jornais universitários. Todas essas iniciativas, em sintonia com o próprio desenvolvimento das empresas de comunicação no país, contribuíram para a evolução do jornalismo científico brasileiro.

No entanto, a partir dos anos 2000 o jornalismo científico, seja o produzido nas grandes redações quanto nas universidades, é impactado pela internet e a crise da mídia impressa. Vários veículos foram descontinuados, jornais diminuíram suas páginas e, conseqüentemente, cortaram editorias (entre elas, a de Ciência), produtos migraram para o digital (em um primeiro momento em sites) e outros já nasceram nesse ambiente (sites ou mídias sociais), com a proposta de fazer uma comunicação alternativa à da grande mídia.

Ocorre que nos últimos anos a Ciência brasileira tem sofrido com ataques em diversas frentes e isso tem impactado na produção jornalística especializada nessa área e nas ações construídas, até então, visando à sua popularização como observado pelas pesquisadoras Catarina Chagas e Luisa Massarani no livro *Manual de sobrevivência para divulgar ciência e saúde*, publicado em 2020.

[...] A ciência tem perdido espaço nas decisões do país. Desde 2013, orçamentos para a pasta têm caído vertiginosamente ano a ano – sem falar da fusão entre os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e das Comunicações, em 2016 (os dois foram novamente separados em 2020), e da tentativa, em 2019, de extinguir o CNPq (ou fundi-lo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes). [...] Com o governo Bolsonaro, que assumiu a Presidência em 2019, as ações de divulgação científica foram enxugadas e passaram a estar subordinadas à assessoria de comunicação. Assim, também foram substancialmente reduzidos os recursos alocados em divulgação científica (CHAGAS; MASSARANI, 2020, p. 18).

Essa falta de investimento tem “alimentado” a propagação de desinformações científicas, principalmente nos últimos dois anos (2020-2021), com a pandemia da Covid-19, mas isso já era alvo de atenção e preocupação por parte da comunidade científica. Controvérsias ligadas à negação do aquecimento global e aos supostos malefícios das vacinas, a defesa de medicamentos ineficazes para o tratamento da atual pandemia de Covid-19, a defesa do “terraplanismo” e outros movimentos negacionistas têm preenchido as narrativas presentes, sobretudo nas mídias sociais.

Assim, tem-se percebido uma mobilização por parte da comunidade científica quanto ao problema da desinformação, por meio de ações como a melhora da divulgação de pesquisas e, com isso, comunicando-se mais – direta ou indiretamente – com a sociedade. Muitos cientistas, pesquisadores e divulgadores científicos perceberam a importância de se comunicar e, inclusive, tornaram-se figuras públicas nas redes sociais digitais para refutar informações falsas ou distorcidas em relação à pandemia.

A grande mídia também passa a buscar as universidades e seus pesquisadores no esforço de compreender sobre a pandemia da Covid-19, a produção de novas vacinas, enquanto nas instituições de ensino superior os cientistas decidem fazer e/ou ampliar a comunicação com a sociedade via jornalismo ou mídias sociais, além dos departamentos de comunicação produzirem seu próprio jornalismo científico.

Ao observar esse movimento, o objetivo principal desta pesquisa é identificar como as universidades públicas têm utilizado o jornalismo científico para a defesa da Ciência e o combate às *fake news*, no intuito de auxiliar na reflexão e discussão sobre quais características, potencialidades, fragilidades e em que contexto esse jornalismo é produzido, tendo como referencial a Universidade de São Paulo e, mais especificamente, o *Jornal da USP*.

As universidades são grandes geradoras de pautas e propulsoras de pesquisas, por isso, o potencial para serem divulgadoras científicas de excelência.

[...] mais de 90% da produção científica nacional vem das universidades públicas, feita por professores e alunos de pós-graduação. Só a USP, por exemplo, tem cerca

de 2 mil pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq, ou seja, que se destacam entre seus pares, além de 30 mil pós-graduandos. A USP é responsável por 20% de todos os trabalhos produzidos no país. [...] Oito das dez instituições que mais depositam patentes no Brasil são universidades públicas, federais e estaduais (JORNAL DA USP, 2019, 28 jun., online).

Dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/Seade (2021) apontam que o Estado de São Paulo tem quase 45 milhões de habitantes e é o principal centro de pesquisa e desenvolvimento do Brasil. Aqui estão renomadas instituições de ensino e pesquisa, como Instituto Butantan, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e Universidade de São Paulo.

Criada a partir do decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, sob a chancela do interventor Armando Sales de Oliveira, a Universidade de São Paulo (USP) nasce com o papel definido de ser uma organização que ajudaria no desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística na busca da liberdade e grandeza de um povo. De acordo com o site da instituição, atualmente são mais de 58 mil alunos distribuídos em 183 cursos, 42 unidades de ensino e pesquisa (graduação) e 30 mil alunos em 239 programas de pós-graduação. Para desenvolver essas atividades, a universidade está distribuída em *campi* nas cidades de São Paulo, Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, Santos e São Carlos.

Mesmo com os cortes públicos nas áreas de educação, a Universidade de São Paulo vem sendo apontada como um bom exemplo de comunicação com a sociedade, por meio de suas redes sociais mais institucionais, mas, também, sob a égide da Superintendência de Comunicação e seus produtos (com olhar mais jornalístico), principalmente o *Jornal da USP*.

Percurso metodológico

Esta pesquisa segue metodologia qualitativa que oferece diversas possibilidades de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais. As pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados (ALVES-MAZZOTTI, 2001).

Oferecer sugestões para o planejamento de estudos qualitativos não é fácil. Em primeiro lugar porque, ao contrário do que ocorre com as pesquisas quantitativas, as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos. Além disso, as pesquisas qualitativas diferem bastante quanto ao grau de estruturação prévia, isto é, quanto aos aspectos que podem ser definidos já no projeto (ALVES-MAZZOTTI, 2001., p. 147).

Para retratar como funcionam as mídias da USP, em especial o *Jornal da USP*, foram realizadas entrevistas não estruturadas⁵ e semi-estruturadas⁶ ainda em 2020 com Marcia Blasques⁷ (diretora de Redação do Jornal da USP e coordenadora da Rádio USP), Luiza Caires (editora de Ciências do Jornal da USP), Luiz Roberto Serrano⁸ (superintendente de Comunicação) e Luiz Prado (repórter de cultura do Jornal da

5 Entrevista realizada quando ainda se tem pouco conhecimento sobre o assunto e se pede para o entrevistado falar a respeito, conforme os pontos de interesse.

6 Entrevista em que há um roteiro de perguntas, mas com liberdade para se desenvolver, em profundidade, os assuntos a partir das colocações dos entrevistados.

7 A jornalista foi entrevistada duas vezes. A primeira (em abril de 2020) para compreender as mudanças das mídias da USP, já que Marcia Blasques fez parte dos grupos que propuseram e discutiram as alterações. A segunda (em julho de 2020) abordou o papel do *Jornal da USP* e sua linha editorial.

8 Em 26 de janeiro de 2022 o novo reitor e a nova vice-reitora da USP, Carlos Gilberto Carlotti Junior e Maria Armanda do Nascimento Arruda, respectivamente tomaram posse. Dois dias após, a Superintendência de Comunicação Social passa ser gerida pelo Prof. Dr. Eugênio Bucci. Ele já havia sido superintendente entre 2015 e 2018.

USP), com o objetivo de auxiliar na melhor compreensão do objeto. Do ponto de vista jornalístico, elas foram temáticas e dialogais, pensadas de acordo com a área de atuação de cada um.

Lage (2001) classifica as entrevistas jornalísticas do ponto de vista dos objetivos (ritual, temática, testemunhal, em profundidade) e quanto às circunstâncias de realização (ocasional, confronto, coletiva, dialogal). O objetivo da entrevista em profundidade não é:

[...] um tema particular ou um acontecimento específico, mas a figura do entrevistado, a representação de mundo que ele constrói, uma atividade que desenvolve ou um viés de sua maneira de ser geralmente relacionada com outros aspectos da sua vida (LAGE, 2001, p.75).

Além disso, uma amostra aleatória do *Jornal da USP* de março (30 e 31), abril (13 e 14) e junho (18 e 19; 25 e 26) de 2021 ajudou a identificar como se dá a organização do veículo, a distribuição das temáticas (as que mais aparecem na sequência são ciências, universidade, cultura e institucional), gêneros e formatos jornalísticos (informativos/reportagens). Os assuntos foram catalogados em uma tabela identificando data da publicação, em que parte da página se encontra, editoria, título, subtítulo (linha fina), assinatura, pauta (tema), fontes, gêneros e formatos jornalísticos, além de estrutura complementar (recursos multimídia).

Em julho de 2021 foi proposto à Superintendência de Comunicação e à equipe do *Jornal da USP* a realização de um workshop para apresentar ao público o funcionamento do *Jornal da USP*, sob a coordenação do Departamento de Editoração e Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (tendo os professores Dennis de Oliveira e Luciano Maluly à frente). A ideia surge não apenas como uma etapa dessa pesquisa, mas de uma demanda de um público diverso que busca saber mais sobre como o jornalismo da USP se organiza.

Assim, no dia 21 de outubro ocorreu o workshop online intitulado *Jornal da USP: jornalismo em ambientes universitários*, com a participação de Luiz Roberto Serrano (superintendente de Comunicação Social), Marcia Blasques (diretora de Redação do *Jornal da USP* e coordenadora da *Rádio USP*), Luiza Caires (editora de Ciências), Herton Escobar (repórter especial), Marcello Rollemberg (editor de Cultura), Cinderela Caldeira (editora de Atualidades), Thaís Helena dos Santos (editora de Universidade), Adriana Cruz (assessora de imprensa da USP) e Moisés Dorado (editor de arte, foto e vídeo).

Referencial teórico: a divulgação científica e o jornalismo científico

A comunicação é inerente à condição humana, ou seja, os seres humanos desejam se comunicar porque precisam compartilhar informações, convencer e seduzir pessoas. Para essa pesquisa vamos considerar os conceitos de Wilson Bueno, principalmente ao que se refere à divulgação científica porque a partir da compreensão do que o autor entende por esse conceito, chegaremos à definição de jornalismo científico.

A divulgação científica visa um público diverso e compreende a "[...] utilização de recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo." (BUENO, 2009, p. 162). Ela, inclusive, está associada, muitas vezes, à difusão das informações pela imprensa, confundindo-se com a prática do jornalismo científico. Na verdade, a divulgação científica extrapola o universo da mídia e pode ser vista em diversos canais em produtos não jornalísticos como, cinema, teatro, músicas, livros, Histórias em Quadrinhos etc.

A divulgação científica exerce esse papel de comunicar, difundir os conteúdos de Ciência, tecnologia e inovação para uma audiência ampla e heterogênea e isso pode ocorrer de diversas maneiras. Por exemplo: (1) um cientista/pesquisador pode usar sua rede social (pessoal ou institucional) e se comunicar diretamente com essa audiência; (2) um museu distribui material complementar sobre uma das

suas exposições; (3) uma palestra e/ou congresso sobre um tema específico para um público um pouco mais restrito em função da própria capacidade do local. Reforçando, a divulgação científica torna o conhecimento científico mais acessível através de livros, filmes, programas de rádio e TV, reportagens e matérias jornalísticas para diversos meios de imprensa analógica e digital, exposições e atividades em museus, feiras, artigos, seminários, palestras, entre outros.

Na prática, a linguagem, a forma como a divulgação científica se apresenta para a sociedade tem suas características particulares, então, não se trata apenas de traduzir o discurso científico. No caso da divulgação científica feita pela imprensa (via jornalismo científico), há algumas características específicas que precisam ser consideradas, pois “[...] incorpora novos elementos ao processo de circulação de informações científicas e tecnológicas porque estabelece instâncias adicionais de mediação.” (BUENO, 2010, p. 4).

Bueno (1985) afirma que o conceito de jornalismo científico deve, obrigatoriamente, incluir o de jornalismo ao apropriar-se das características expostas pelo jornalista e pesquisador alemão Otto Groth (1875-1965): atualidade (fatos ou pessoas ligados direta ou indiretamente com o momento presente), universalidade (abrange as diferentes áreas do conhecimento), periodicidade (ritmo de produção e publicação de materiais) e difusão (circulação do conhecimento para o coletivo).

Basicamente, jornalismo científico, cuja tradução vem da expressão em inglês *scientific journalism* ou do espanhol *periodismo científico*, tem sido definido no Brasil como veiculação de informações científicas e tecnológicas pelos meios de comunicação de massa. Jornalismo científico é a arte de dar sentido à Ciência, é reelaborar a informação para o outro.

Ricardo Whiteman Muniz (2021), jornalista e editor da revista de jornalismo científico *ComCiência*, do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na palestra *A Ciência como pauta jornalística*⁹, chama a atenção para o fato de o jornalismo científico não ser “apenas” um armazém de coisas boas, interessantes. Muito pelo contrário, ele precisa colocar o dedo na ferida, compreender que está ligado às questões geopolíticas, econômicas e de saúde pública: “[...] o jornalista científico tem que ter discernimento [...]. O jornalismo científico é jornalismo, então os critérios são os critérios jornalísticos básicos. É a novidade, oportunidade, proximidade, relevância, importância [...]”.

Primeiras observações sobre o *Jornal da USP*

Prestes a completar 90 anos (em 25 de janeiro de 2024), a Universidade de São Paulo é uma instituição de ensino que nasce com a missão de ajudar no desenvolvimento cultural, científico, literário e artístico do país e, em especial, de São Paulo.

A estrutura de comunicação da universidade é imensa. Há a assessoria de imprensa (ligada diretamente à reitoria), que cuida da imagem, da comunicação institucional; as assessorias de comunicação das unidades, dos laboratórios e dos grupos de pesquisa; e a Superintendência de Comunicação Social, responsável pela comunicação mais geral voltada para o público interno (todas as unidades da USP, professores, alunos e funcionários de todos os campi, visando à integração do conjunto da universidade) e externo (a mídia em geral, parceiros, instituições públicas, outras universidades e a sociedade como um todo), relatando o que acontece na universidade (educação, pesquisa e extensão) via canais/ferramentas de caráter jornalísticos.

O *Jornal da USP*, criado em 1985, é considerado o veículo mais antigo na categoria de jornalismo universitário institucional do Brasil e tem como missão principal divulgar para a sociedade a produção e o conhecimento da Universidade de São Paulo no campo das ciências exatas, humanas e biológicas, além de produzir conteúdo e ações que visam à defesa da Ciência e do conhecimento, principalmente em um mundo em que a desinformação tem crescido a ponto de ocupar espaços de destaque no debate público.

9 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rEO1kWJfZGY>>. Acesso em: 7 nov. 2021.

Em maio de 2016, o *Jornal da USP* deixou de circular na sua versão impressa e passou a ser digital. Desde então, o jornal, que também agrega a programação da *Rádio USP São Paulo e Ribeirão Preto* e do *Canal USP* no YouTube, tem despertado o interesse cada vez maior do público, ampliando, assim, sua audiência. Dados de 2019 demonstram que desde a transformação do *Jornal da USP* para o formato digital em 2016, 16 milhões de usuários acessaram o site.¹⁰

Até 2016 a Superintendência de Comunicação Social era responsável por uma série de veículos (até então fragmentados). Havia o *Jornal da USP* (na versão impressa com a sua equipe de reportagem e um público específico), as mídias online, a *Rádio USP*, a *TV USP*, a *Revista USP* (cada uma com a sua equipe e públicos diferentes). Posteriormente, ocorreu a integração entre esses veículos e, respectivamente, de suas redações.

Desde 2016 nós trabalhamos como uma redação integrada, somos todos parte da mesma equipe que produz conteúdo. Esse conteúdo posteriormente é veiculado pelo jornal, rádio, revista e assim por diante. [...] Atualmente nós temos equipes da Superintendência de Comunicação Social em Ribeirão Preto que produz conteúdo para o *Jornal da USP* e *Rádio USP RP* e também um jornalista no campus de Pirassununga. Nos outros campi nós contamos com a parceria das comunicações locais. A USP trabalha de uma maneira bem descentralizada na comunicação, portanto, é comum que as unidades tenham sua própria assessoria, equipe de comunicação [...] então de uma forma ou de outra eles mesmos produzem seu conteúdo e nós aproveitamos na integra, servindo como pauta e às vezes fazendo trabalho em parceria com essas equipes locais [...] de toda forma a gente tenta expandir nossa capacidade de produção por meio dessas redes de profissionais, já que, todos têm esse foco de levar a USP para fora (BLASQUES, 2021).

De 2018 até 2020, os números de visualizações e assinantes tanto do *Jornal da USP* quanto do *Canal USP* só cresceram. Do jornal, passou de 15,5 milhões (2018) para 25,6 milhões (2020). Já o canal do YouTube, de 100 mil (2019) para 311 mil (2021)¹¹.

A tarefa que eu recebi foi reforçar claramente para a sociedade paulista e brasileira a excelência da USP nas áreas de pesquisa, ensino e extensão. Mostrar que graças a essa excelência de nível mundial cada centavo dos 5,3 milhões do ICMS estadual anual destinados para a USP reverte amplamente para a população sob a forma de educação, serviços, políticas públicas, produtos e pesquisas em todos os campos do saber. Reforçar, enfim, que a USP como universidade pública (isso é sempre importante ressaltar) é essencial para o desenvolvimento da sociedade dos pontos de vista científico, técnico, social e humanístico (SERRANO, 2021)¹².

É importante destacar que o público pode acessar diretamente (nas páginas específicas) cada um dos produtos ou ser levado a elas pela página do *Jornal da USP*. Todas têm, logo abaixo do endereço, uma aba com ícones para o Portal da USP, Fale Conosco, WhatsApp, Envie uma Pauta, Newsletter, Podcasts, *Rádio USP*, *TV USP*¹³ e, em seguida, o nome da página específica com as chamadas de cada uma.

Além do mais, todo o conteúdo produzido pelo *Jornal da USP* e *Rádio USP* pode ser usado/reproduzido livremente, desde que dado os créditos, ou seja, que haja a citação da fonte de origem.

Em sua *home*, encontramos reportagens e notícias, artigos, *podcasts* e vídeos nas editorias de ciências, cultura, atualidades, universidade e institucional, além dos programas veiculados na *Rádio*

10 Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/jornal-da-usp-atinge-7-milhoes-de-usuarios-e-lanca-novidades/>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

11 Os dados foram apresentados durante o workshop *Jornal da USP: Jornalismo em ambientes universitários*, realizado no dia 21 de outubro de 2021 e transmitido pelo Canal USP no YouTube. Os números do jornal referentes a 2021 ainda não tinham sido consolidados na época do evento.

12 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=molY7XlAW2s&t=312s>>. Acesso em: 7 jan.2022.

13 Apesar de aparecer com o nome TV USP, o antigo canal universitário não existe mais e hoje ele se refere ao conteúdo do YouTube. Ao clicar, o público é levado para a página do Canal USP.

USP. Cada uma dessas editorias tem subeditorias. No caso de ciências, por exemplo, existem as subeditorias de ciências agrárias, ciências ambientais, ciências biológicas, ciências da saúde, ciências exatas e da terra e ciências humanas.

O jornal tem cinco destaques diários (atualizados de segunda a sexta-feira), depois vêm outras notícias que também são alteradas todos os dias, e a lista dos últimos vídeos do *Canal USP*, podcasts e columnistas, cursos, artigos e os indicadores das mais lidas (do dia, da semana e do mês).

O entendimento de como as informações estão dispostas (o que publicam e como publicam) ocorreu após uma observação mais detalhada da página principal do *Jornal da USP* e, posteriormente, da editoria de ciências e suas subdivisões nos meses de março (30 e 31), abril (13 e 14) e junho (18 e 19; 25 e 26) de 2021. Posteriormente os assuntos foram catalogados em uma tabela identificando data da publicação, em que parte da página se encontra, editoria, título, linha fina, assinatura, pauta, fontes, gêneros e formatos jornalísticos, além de estrutura (recursos multimídia). Após descartar os textos que se repetem, identificamos como destaques na *home* do *Jornal da USP*:

Quadro 1 – Levantamento geral da *home* do *Jornal da USP*

Jornal da USP – home	
Editorias	Universidade (16) Ciências (15) Cultura (8)
Gêneros	Informativo (35) Opinativo (4)
Formatos	Reportagem (21) Notícia (8) Entrevista (6) Artigo (3) Resenha (1)
Temas	Calouros, pandemia (vacina, número de infectados, ações políticas), doação de sangue, produção de melatonina na gravidez, influenza/vacina, taxaço de livros, cigarro/estrutura óssea, uso de memes na educação, bioeconomia na Amazônia, alteração no Lattes, queda do presidente da Capes, modernismo brasileiro, síndrome de Haff (urina preta), programa USP Vida, aumento da islamofobia
Estrutura	Como padrão todos os textos têm título, linha fina e uma foto de abre antes do texto principal. Outros trazem o áudio (originário do <i>Jornal da USP no Ar</i> veiculado na <i>Rádio USP</i>), infográficos, galeria de imagens e vídeos
Fontes	Em sua maioria, docentes e pesquisadores de uma das escolas da USP SP e USP Ribeirão Preto
Assinatura	A maioria é assinada por um repórter (do <i>Jornal da USP</i> ou eventualmente da <i>Rádio USP</i>), mas há também a clássica assinatura “redação”

Fonte: produção da autora

Algumas Considerações

André Azevedo da Fonseca (2019), professor e pesquisador no Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), editor do site *Brasil Ciência*¹⁴, ressalta que “[...] a comunicação das universidades precisa servir à sociedade com informações úteis para o dia a dia das pessoas. E, para isso, não se deve confundir divulgação científica com o mero registro factual de eventos [...]”

14 Disponível em: <<https://www.brasilciencia.com.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2021. O *Brasil Ciência* é um projeto experimental criado por estudantes de jornalismo da UEL para apoiar a divulgação das pesquisas científicas realizadas nas universidades públicas brasileiras. O objetivo é realizar uma curadoria dos releases publicados nos próprios sites das instituições e contribuir com a disseminação dessas informações.

No mesmo artigo ele aponta que, ao visitar as seções de notícias nos sites das instituições (federais, estaduais e municipais), com poucas exceções, a maioria das informações é direcionada ao público interno. São notícias como aquisição ou manutenção de equipamentos, anúncios de acordos e convênios, informes sobre editais, eventos e solenidades, entre outras.

De qualquer forma, mesmo que de maneira isolada, as ações de comunicação da Ciência, em especial ao que se refere ao jornalismo científico, feitas nas/pelas universidades precisam ser comemoradas, ainda mais quando estão antenadas às aflições, aos anseios da sociedade brasileira e em conexão com o que ocorre no mundo.

Bucci (2021), em entrevista, defende que a comunicação na universidade não pode ser a comunicação de assessoria do reitor.

Ela precisa ser a comunicação da comunidade universitária [...] precisamos ter jornalistas íntegros, honestos, capazes, com boa envergadura, boa cultura apurando fatos e ideias editando e publicando segundo os desígnios e as necessidades da opinião pública, não da Universidade. [...] Certamente o jornalismo científico é prioritário na interface da universidade com a sociedade, mas um jornalismo científico conduzido por profissionais que tenham independência, isso é crucial para a qualidade do que eles produzem.

Em um mundo cada vez mais globalizado, é fundamental que a universidade brasileira estabeleça novas diretrizes para o seu relacionamento com a sociedade. Não cabe mais à academia se comunicar somente via publicações científicas (ainda que prioritárias e fundamentais). É necessário transpor os muros, deixar de lado somente o discurso institucional e enxergar a comunicação como estratégica.

O jornalismo produzido pelo *Jornal da USP* segue basicamente duas premissas: (1) prestar conta para a sociedade do que é investido na universidade, prestar contas das ações das pesquisas que a USP faz e de que maneira isso impacta no mundo e na sociedade brasileira; (2) mostrar para a sociedade de que maneira as pessoas que não fazem parte da comunidade USP também podem acessar os vários serviços oferecidos por ela, sejam eles de educação, saúde, culturais etc.

Serrano (2020) explica que existe esse desafio da USP se mostrar para a sociedade, o quanto ela desenvolve, os benefícios, seja em pesquisa, serviços, aulas, formação de cidadãos.

[...] No *Jornal da USP* o carro chefe são as ciências exatas, biológicas e humanas. Temos uma amplitude que nos permite trabalhar quase todos os assuntos que interessam a sociedade, como economia, educação, psicologia, infraestrutura, Covid. Nós trazemos professores, alunos, pesquisadores e os puxamos para discutir os problemas do dia a dia (SERRANO, 2020).

O *Jornal da USP*, como principal veículo jornalístico da Superintendência de Comunicação Social, faz uma ampla cobertura científica. Pode até parecer óbvia essa constatação; afinal, trata-se de um veículo ligado a uma universidade pública que precisa prestar contas à sociedade e que tem alta produção de pesquisas. Mas quando olhamos para a distribuição dos assuntos através das editorias (ciências, universidade, atualidades, cultura e institucional) identificamos uma separação do que é visto como informação ligada à imagem da instituição e o que tem caráter jornalístico, além de uma amplitude de assuntos – direta ou indiretamente – ligados às ciências na editoria específica e em outras, como universidade e atualidades.

Identificamos um jornalismo informativo apresentado no formato de reportagem e notícia,¹⁵ mas ainda muito dependente de fontes internas.

15 Apesar de o gênero opinativo aparecer em número menor, isso não significa que o *Jornal da USP* não o utilize. A Opinião está concentrada nos Artigos (texto), Colunistas (Rádio USP) e em Debates (Canal Ciência USP).

Quase em todas as pautas a gente fala com as fontes internas e eu particularmente não acho que é o ideal. O ideal era trazer alguém de fora para repercutir, mas não dá para fazer por falta de braços [...] então a gente acaba focando nas fontes principais que são as fontes que produziram as pesquisas (CAIRES, 2020).

Na editoria de Ciências percebe-se também um cuidado com a criação dos títulos. “Título é muito importante para qualquer texto, formato, mas ainda mais para quem trabalha com ciência. Tem que ser atrativo e correto e em poucos caracteres. Isso é bem desafiador” (CAIRES, 2020).

O foco da editoria de Ciências, por exemplo, é a divulgação de resultados e discussões que são proporcionadas por pesquisas feitas na USP ou em parceria com a universidade. A ideia - na medida do possível - é trazer toda a diversidade das áreas do conhecimento e também distribuir a cobertura pelas unidades e por todos os campi.

Todo esse conteúdo é encontrado nas reportagens, podcast *Ciência USP* que traz a repercussão de trabalhos científicos importantes - sejam da USP ou não - e *Novos cientistas*, em que jovens pesquisadores são entrevistados sobre suas pesquisas/trabalhos. Sem contar que, “durante a pandemia fizemos uma série de lives que tiveram bastante procura abordando os temas mais atuais da Covid e os temas que mais preocupavam as pessoas, trazendo especialistas para falar”. (CAIRES, 2021).

Além disso, a editoria tem uma atuação importante nas redes sociais, em particular, no twitter e no instagram. “Além de ser uma forma a mais de distribuição de conteúdo, isso possibilita ampliar os públicos, como por exemplo, atender um público mais jovem e que não procura ativamente informações sobre ciências”. (CAIRES, 2021).

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. *Procedimentos e instrumentos de coleta de dados*. In: ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências sociais e naturais**. São Paulo: Thomson, 2001.

BLASQUES, Marcia. **Workshop Jornal da USP - Jornalismo em ambientes universitários**, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=molY7XIAW2s&list=PLAudUnJeNg4uQn_7hJ2cLR5QSvSCJperf&index=15>. Acesso em: 24 out. 2021.

BUCCI, Eugênio. **A Superintendência de Comunicação Social e as mídias da USP**. [Entrevista concedida a] Carla de Oliveira Tôzo. São Paulo, 22 mar. 2021.

BUENO, W.C. *Jornalismo científico: conceito e funções*. **Ciência e Cultura**, São Bernardo do Campo, v. 37, n. 9, p. 1420-1427, set. 1985.

_____. *Jornalismo científico no Brasil: os desafios de uma longa trajetória*. In: PORTO, C. M. (org.). **Difusão e cultura científica: alguns recortes**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/68>>. Acesso em: 1 nov. 2021.

_____. *Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais*. **Informação & Informação**. Londrina, v. 15, n. 1, especial, 2010, p. 1-12. Disponível em: <[10.5433/1981-8920.2010v15n1espp1](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1espp1)>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CAIRES, Luiza. **Jornal da USP**. [Entrevista concedida a] Carla de Oliveira Tôzo. São Paulo, 30 jul. 2020.

_____. **Workshop Jornal da USP - Jornalismo em ambientes universitários**, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=molY7XIAW2s&list=PLAudUnJeNg4uQn_7hJ2cLR5QSvSCJperf&index=15>. Acesso em: 24 out. 2021.

CHAGAS, Catarina; MASSARANI, Luisa. **Manual de sobrevivência para divulgar ciência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

FONSECA, André Azevedo da. *Comunicação das universidades ainda despreza interesse público*. **Observatório da**

Imprensa, ed. 1.042, 18 jun. 2019. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/ciencia/comunicacao-das-universidades-ainda-despreza-interesse-publico/>>. Acesso em: 5 out. 2021.

JORNAL DA USP. *10 mitos sobre a universidade pública no Brasil*. 28 jun.2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/10-mitos-sobre-a-universidade-publica-no-brasil/>>. Acesso em: 22 dez.2021.

LAGE, N. **A reportagem** – Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. São Paulo: Record, 2001.

MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa. *Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil*. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fatima (orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

MUNIZ, Ricardo Whiteman. **A ciência como pauta jornalística**. Universidade Federal de Tocantins, 7 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rEO1kWJfZGY>>. Acesso em: 7 nov. 2021.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

SERRANO, Luiz Roberto. **A Superintendência de Comunicação Social**. [Entrevista concedida a] Carla de Oliveira Tôzo. São Paulo, 24 jul. 2020.

_____. **Workshop Jornal da USP - Jornalismo em ambientes universitários**, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=molY7XIAW2s&list=PLAudUnJeNg4uQn_7hJ2cLR5QSvSCJperf&index=15>. Acesso em: 24 out. 2021.



FEITO PARA E PELA COMUNIDADE: O JORNALISMO COMUNITÁRIO COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA, DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL E DE RESGATE DA IDENTIDADE INDIVIDUAL E COLETIVA¹

Giuliano Tonasso Galli²

-
- 1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 2021.
 - 2 Mestrando em Ciências da Comunicação e graduado em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), pesquisador dos direitos humanos, mais especificamente do direito à liberdade de expressão e das formas de comunicação populares.

Resumo: Este artigo destaca o direito à informação e a liberdade de expressão como fundamentais para o cumprimento efetivo de ideais intrínsecos à democracia. Os meios de comunicação tradicionais, na forma como se configuram atualmente, não são capazes de alcançar e de representar uma parte da população. A partir dessa perspectiva, o jornalismo comunitário surge como um poderoso instrumento de representação social, de expressão e de discussão de valores e de identidade de um grupo específico.

Palavras-chave: Jornalismo comunitário. Comunicação popular. Representação.

Introdução

Há uma lacuna na forma como o jornalismo organiza a produção de seus conteúdos atualmente, pois há um numeroso grupo de pessoas que não está no foco do público para o qual os veículos direcionam suas realizações. Não é exagero dizer, assim, que o jornalismo tem fraquejado na sua tarefa de informar a totalidade dos cidadãos e, conseqüentemente, na concretização do ideal democrático de livre e extensa circulação das ideias e das informações.

A notícia jornalística possui um papel vital na tarefa de informar o público e, conseqüentemente, na circulação das informações. Mas não é apenas isso. O jornalismo é fundamental na investigação dos agentes de poder, entre eles o poder político. Tem a função de análise, através da qual devem ser fornecidos quadros de interpretação que tornem compreensíveis e coerentes aspectos mais complexos da sociedade. “Deve transmitir histórias de interesse humano, providas de diferentes pontos de vista e modos de vida que compõem o mundo” (DINES, 2009, p. 79). Em suma:

O jornalismo demarcou para si um campo situado fora do Estado, tornando-se independente do governo. A partir daí, exerce sua tarefa primordial: vigiar o poder por meio da investigação e disseminação das notícias e das ideias de interesse público, promovendo o diálogo entre os integrantes do espaço público (BUCCI, 2006, p. 47).

Há, portanto, uma responsabilidade dos meios para com a sociedade democrática, independente se esses meios são públicos ou privados, pois embora sejam instituições livres, prestam contas à Justiça e aos cidadãos. E quando os cidadãos não têm uma determinada informação necessária, há um problema. No sentido de corrigir essa falha, destaca-se a atuação do jornalismo comunitário, que se torna uma possibilidade para parte da população encontrar espaço e discutir assuntos que são de seu interesse, mas que nos grandes veículos de comunicação não são abordados e, quando o são, o viés não é o desejado.

Além disso, essa modalidade de jornalismo ajuda – numa contribuição também imensamente valiosa para a democracia – na socialização de cidadãos que normalmente não são protagonistas nas narrativas do jornalismo tradicional, uma vez que promove “a humanização e a realização do sujeito como um indivíduo, sendo esse um espaço de realização individual que já não é mais possível na sociedade que tende a cada vez mais nivelar as pessoas, deixando-as na generalidade” (MARCONDES FILHO, 1987, p. 26).

Entende-se por jornalismo comunitário aquele jornalismo que, em linhas gerais, se dedica ao relato de fatos que atendem às demandas de uma determinada comunidade. Basicamente, é através dele que se busca resgatar a identidade individual e coletiva da sociedade na qual determinada comunidade está inserida. Configura-se também numa forma de busca constante pela valorização da cultura local, de uma coletividade, a partir da noção de pertencimento do indivíduo a uma determinada comunidade, sendo que existem condições básicas para a existência de uma comunidade. São elas:

Um processo de vida comum por meio de relacionamentos orgânicos e certo grau de coesão social; autossuficiência (as relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade, embora não seja excludente); cultura comum; objetivos comuns;

identidade natural e espontânea entre os interesses e seus membros; consciência de suas singularidades identificativas; sentimento de pertencimento; participação ativa; lócus territorial específico; e linguagem comum (PERUZZO, 2006, p.13).

A conceituação de "comunidade" é imprescindível no entendimento do jornalismo e da comunicação comunitária, mas não há nenhuma condição *sine qua non* nessa definição. Tal ressalva é válida porque, em tempos de novas tecnologias e de fim de determinadas barreiras quebradas pela internet, nem sempre todas as características estarão presentes, mas nem por isso o conceito de "comunidade" se perde. Ele é, na verdade, reconfigurado. Destacar essa modificação é fundamental porque a própria comunicação comunitária se apropriou dessa reconfiguração e se modificou para se estabelecer nos moldes em que está atualmente. E faz isso a todo instante, se modificando, se adaptando e se transformando permanentemente.

Uma imprensa só pode ser considerada comunitária, quando se estrutura e funciona como meio de comunicação autêntico de uma comunidade. Isto significa dizer: produzido pela e para a comunidade (MELO, 2006, p. 126).

O jornalismo comunitário pode ser, portanto, uma oportunidade de proporcionar aos indivíduos uma cidadania mais ampla, no sentido de poder exercer seu direito a uma comunicação ativa; e não apenas passiva, como já acontece nos meios de comunicação de massa tradicionais, nos jornais de bairro e nos cadernos de bairro. O cidadão, ao ser inserido em um sistema de comunicação comunitária, tem condições de participar de maneira ativa do processo de construção das produções jornalísticas que culminam com publicação de um determinado veículo comunitário. Esta *práxis* conduz, cada vez mais, à produção de conteúdos que podem garantir um estreitamento entre o público leitor e a produção das informações. E essa é, sem dúvida, uma forma de garantir maior reciprocidade e respeitabilidade entre o veículo e o público a que ele se destina.

Além de sinalizar para a participação ativa da população, o jornalismo comunitário também se caracteriza por possuir princípios ligados a valores públicos, coletivos, como: não ter fins lucrativos, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania. Ou seja, também é característico dessa experiência de comunicação o potencial de empoderamento das concepções de comunidade, a fim de promover iniciativas de transformação e de incremento da cidadania para os seus membros. A princípio, pode-se afirmar que sempre existiu o jornalismo voltado para a comunidade, antes até de assuntos de âmbito nacional ou mundial. Mas o jornalismo comunitário como é conhecido atualmente foi intensamente impulsionado pelas novas tecnologias de comunicação, em especial a internet, que tornaram a produção de conteúdo mais acessível.

As transformações tecnológicas

A internet impactou o mundo de uma forma tão estrondosa com a sua tecnologia digital, que não demorou muito para transgredir o meio na qual se concretizou de fato – o computador *desktop* – e veio parar em celulares, *tablets* e televisores. Com a expansão da internet banda larga pelos provedores de serviços de redes e comunicações, aumentou-se a acessibilidade das populações ao ambiente *online*, que foi rapidamente tomado por milhões e milhões de internautas do mundo inteiro.

Nessa esteira de novidades, logo vieram as redes sociais. Prometendo novas e sempre muito atraentes possibilidades de interação, as tais plataformas sociais passaram a permitir, de uma forma fácil e imediata, o intercâmbio e o compartilhamento de ideias, informações, opiniões, imagens, músicas, áudios e vídeos. Essa possibilidade de propagar o conteúdo que bem entendêssemos e quando bem quiséssemos fez com que nós, os usuários das redes sociais, nos sentíssemos empoderados e passássemos a deter nas pontas de nossos dedos o poder de sermos novos e permanentes disseminadores de informação. Esse poder concedido aos usuários provocou mudanças imensas na comunicação social, como a perda do monopólio de informação pelas grandes mídias tradicionais, mas também em toda a sociedade.

O resultado na união dessas novidades é que o compartilhamento de informações nas sociedades de massa contemporâneas foi migrando do broadcasting unidirecional das empresas de comunicação ao *microcasting* multidirecional e dos usuários das redes, em que cada um dos participantes tem a liberdade para se conectar aos demais, ao mesmo tempo em que desaparece o conceito de centralidade: nas redes sociais, o centro está em todas as partes (ROMANINI, 2012, p. 22).

Isso quer dizer que, de uma forma facilmente perceptível, a informação passou a ser disseminada não apenas por poucos meios ou por uma grande mídia; mas por uma quantidade imensurável de indivíduos, que estavam prontos e aptos a propagar conteúdo e opiniões de naturezas imprevisíveis. A curadoria do que passou a ser transmitido às massas deixou de ser feita de forma exclusiva pela mídia tradicional, e passou a ser feita pelos próprios usuários das redes, que, pelo menos aparentemente, passaram a ter o controle do que compartilhar e divulgar entre suas conexões interpessoais.

O sociólogo Pierre Lévy resume essas transformações e, principalmente, o advento da internet, como o surgimento de uma comunicação ativa, bastante diferente do modo que era feito pelas mídias tradicionais, como o jornal ou a televisão. A atuação do poder – seja ele político, econômico ou tecnológico – passou a acontecer com a participação permanente da sociedade civil, que passou a poder, o tempo inteiro, formar e expressar uma opinião pública de uma forma incrivelmente fácil e imediata.

Segundo termo cunhado pelo sociólogo Manuel Castells, essa nova forma de comunicação é denominada “autocomunicação de massas” (CASTELLS, 2015), pois alcança um grande número de pessoas a partir das conexões que estas têm em suas redes e ainda há uma autonomia na emissão das mensagens, na seleção da recepção das mensagens e na criação de redes interpessoais específicas, fazendo com que a capacidade de encontrar e propagar informação seja ilimitada.

Na prática, no entanto, sabemos que o desenvolvimento e a massificação dessas plataformas que criam e mediam os ambientes digitais, fez com que a realidade se tornasse muito menos democrática e inclusiva do que podia se imaginar. Um estudo recente, divulgado em 2021 pela União Internacional de Telecomunicações (UIT)³, reforçou que o acesso à internet segue bastante desigual. Os números mostram que 37% da população mundial ainda não teve a oportunidade de acessar a rede mundial de computadores. Na prática, isso significa uma fatia composta por 2,9 bilhões de pessoas. Desse montante, cerca de 96% são residentes de países em desenvolvimento. No Brasil, a realidade também é assustadora: 80% da população brasileira acima de dez anos não possui conexão de qualidade à internet. O estudo “O abismo digital no Brasil”⁴, realizado pela PwC Brasil em parceria com o Instituto Locomotiva, revela ainda que, embora 81% dessa população tenha algum acesso à internet, apenas 20% contam com conexão de qualidade. De acordo com a pesquisa, a falta de qualidade no acesso à internet, impacta, sobretudo, as classes C, D e E e a população negra.

Mesmo quem consegue ter acesso a uma internet de qualidade precisa lidar com as regras de funcionamento muito pouco transparentes das grandes plataformas que dominam as interações no ambiente digital. As redes sociais, por exemplo, funcionam com base em algoritmos de relevância, ou seja, sistemas programados para mostrar com prioridade o que é mais relevante naquele momento, a partir dos dados e informações anteriormente captados.

De qualquer forma, apesar dos problemas que precisam ser debatidos por toda a sociedade, é inegável que as relações humanas mudaram drasticamente com o desenvolvimento da tecnologia e o passar do tempo. A popularização da internet trouxe novas ferramentas e possibilidades de comunicação que, aliadas à insatisfação de cidadãos de diferentes camadas sociais com a cobertura da imprensa

3 A União Internacional de Telecomunicações é a agência da ONU especializada em tecnologias de informação e comunicação. Tem como missão promover a conectividade universal às tecnologias de informação e comunicação como condição para o desenvolvimento sustentável. O estudo em questão foi divulgado pela agência em novembro de 2021. Disponível em: encurtador.com.br/boPT3 (Acessado em 28 de julho de 2022).

4 O estudo “O abismo digital no Brasil”, realizado pelas organizações da sociedade civil PwC Brasil e Instituto Locomotiva, buscou medir a desigualdade do acesso à internet no Brasil e a infraestrutura de telecomunicações oferecida à população brasileira. Disponível em: encurtador.com.br/qwxyG (Acessado em 28 de julho de 2022).

dos veículos tradicionais, fez eclodir uma série de iniciativas jornalísticas independentes de diferentes naturezas, múltiplos enfoques e condições de produção muito distintas.

Fundamentação teórica

O jornalismo comunitário, no sentido da atuação jornalística especializada nos fatos que ocorrem dentro de uma comunidade, se insere dentro das numerosas práticas da comunicação popular – conceito adotado para se referir, em linhas gerais, às modalidades de expressão que têm o povo como protagonista. A gênese desse tipo de manifestação se dá na América Latina, a partir da década de 1970, quando pesquisadores, como o boliviano Luis Beltrán, se voltaram para denunciar a existência de uma comunicação dominante, impositiva e manipuladora, em que o fluxo de informação era unilateral e alienante para o receptor.

Segundo esse movimento, existia uma relação de exploração e controle entre países dominadores e dominados, na qual o grande vilão era os Estados Unidos – apontado pelos críticos como exportador não só dos bens de consumo, mas também do *“American way of life”*, implicando a crença da superioridade da democracia norte-americana, fundada no livre mercado e na competição sem limites. Do outro lado, enquanto isso, estavam os países da América Latina, com altos índices de desemprego, fome, mortalidade infantil e economicamente dependentes. Esse pensar na dependência dos países subdesenvolvidos – inclusive dependência cultural, que engloba a comunicação – fez com que os latino-americanos passassem a levar em conta e considerar como problemática toda a estrutura de dominação que os envolvia.

Seguindo essa linha de raciocínio, pesquisadores influenciados pela Escola de Frankfurt passam a criticar o imperialismo cultural como um todo e, conseqüentemente, a comunicação dominadora. Diante das denúncias que acusavam a comunicação de massa de ser aquela que aliena o receptor e o faz um ser passivo, transmite ideologias dominantes e não garante espaço para as minorias, eclodem em toda a América Latina muitas experiências que almejavam a democratização da informação, o acesso à produção dos conteúdos midiáticos pela maior parte da população e a transformação social da região e de seus cidadãos marginalizados. Algumas dessas experiências utilizavam-se da comunicação interpessoal, enquanto outras recorriam a meios simples, como periódicos comunitários e sistemas de alto-falantes que estavam “convertendo favelados em comunicadores ativos e autônomos” (BELTRÁN, 1981, p. 29).

No Brasil, a comunicação popular com esse viés nasce efetivamente entre os anos 1978 e 1982, a partir dos movimentos sociais, mas, sobretudo, da emergência do movimento operário e sindical. O que se buscava com os estudos sobre a comunicação popular era compreender esse novo fenômeno, que desde o começo caminhava no sentido das utopias libertárias. Essencialmente, por meio de uma vocação libertadora que se nutria por uma multiplicidade de experiências comunicativas, buscava-se alterar o injusto, o opressor e a inércia histórica que impunha dimensões sufocantes.

Entre as primeiras publicações acadêmicas locais sobre o tema, destacam-se as de Regina Festa, Raquel Paiva e de Maria Círcia Krohling Peruzzo, que trouxeram contribuições para o desencadeamento de estudos nessa linha de pesquisa e fizeram circular conceitos fundamentais, como a ideia de que a comunicação popular “implica a quebra da lógica da dominação e se dá não a partir de cima, mas a partir do povo, compartilhando dentro do possível seus próprios códigos” (PERUZZO, 1995, p. 13).

Percebe-se, então, que até o começo da década de 1990, a comunicação popular no Brasil aparecia preponderantemente no âmbito dos movimentos populares, dos militantes articulados, das organizações de base, da oposição sindical ou de setores progressistas da Igreja católica. A partir dos últimos anos, no entanto, pipocaram experiências comunicacionais elaboradas dentro de uma realidade diferente, pois, além de conviverem com um regime democrático, envolvem bairros, entidades sem fins lucrativos e, muitas vezes, se destinam especificamente a jovens e adolescentes. Muito antes das práticas comunitárias ganharem tanta força, estudos acadêmicos já sinalizavam tanto para o fato de que a comunidade é o espaço ideal para a comunicação popular, como para a importância da participação ativa dos cidadãos nesse processo.

A participação ativa do cidadão em todas as fases da comunicação, como protagonista, propicia a constituição de processos educomunicativos favoráveis ao desenvolvimento do exercício da cidadania. Desse modo, apesar da validade de meios que prezam apenas a difusão de conteúdos de interesse público e aderentes às localidades ao invés de provocar a participação avançada das pessoas no que fazer comunicativo, o ideal é possibilitar a oportunidade de aprendizado pelas mensagens divulgadas e também pelo envolvimento direto na sua produção e difusão (PERUZZO, 1998, p. 37).

Portanto, ocorreram mudanças extremamente relevantes, que alteraram toda a dinâmica na qual as modalidades de comunicação popular são produzidas. Por conta dessas diferenças, desde o final do século passado, os estudos acadêmicos realizados no Brasil passaram a empregar mais sistematicamente a expressão “comunitária” para designar este mesmo tipo de comunicação, a fim de enfatizar menos seu sentido politizado, e mais seu sentido participativo. Até bem pouco tempo atrás, uma das poucas bibliografias que focam nesse caráter comunitário era a de José Marques de Melo. Em 1981, ele escreveu:

Defendemos, portanto, a tese de que a imprensa comunitária não encontrou condições para se desenvolver em nosso país. As experiências detectadas, as dos imigrantes, não refletiram iniciativas de uma imprensa brasileira, porém de uma imprensa europeia ou asiática em terras brasileiras (MELO, 1981, p. 130).

O autor chegou a essa conclusão após analisar as vertentes jornalísticas que poderiam ser consideradas modalidades de imprensa comunitária, como os jornais de bairro, a imprensa negra e religiosa, os jornais do interior e a imprensa de imigrantes. Para ele, nenhum deles caracteriza-se como exemplo de jornalismo comunitário por, justamente, a imprensa comunitária não ter encontrado, até então, um ambiente favorável para se desenvolver no Brasil:

Deve-se considerar, sobretudo, o fato de que inexistia vida comunitária no país, pelo menos no que se refere às áreas urbanizadas e alfabetizadas, pois a nossa estrutura política, autoritária e desmobilizante, não tem permitido a disseminação dos ideais democráticos, indispensáveis a qualquer aglutinação comunitária (MELO, 1981, p. 131).

Melo refere-se aqui a algumas características que, durante décadas, marcaram a sociedade brasileira e que, naquela época estavam acentuadas: o elevado analfabetismo, a afeição natural do povo à comunicação oral – e não impressa, o autoritarismo político, a concentração de renda nas mãos de uma elite burguesa – que marginalizava vastos setores da população do consumo de produtos industrializados, incluindo o das mercadorias culturais. Obviamente, o país sofreu transformações que alteraram essa realidade que o autor julgava infértil para o florescimento de um jornalismo comunitário de fato. A partir dessas mudanças, Beatriz Dornelles desenvolveu o mais minucioso trabalho acadêmico acerca do jornalismo comunitário brasileiro.

Entre os anos de 1996 e 1999, a autora pesquisou quatorze jornais editados em municípios do Rio Grande do Sul, focalizando sua natureza jornalística – gêneros, temáticas e morfologia – e sua estrutura empresarial – administração, comercialização e edição –, além de ter recolhido depoimentos do público leitor a respeito da ação comunitária de tais publicações. Trata-se de uma contribuição absolutamente relevante para ampliar o conhecimento sobre o desempenho da imprensa, num contexto de uma sociedade que, historicamente, valoriza os polos de desenvolvimento regional, ancorados em matrizes socio-culturais caracterizadas pelo cultivo dos laços comunitários e em processos políticos responsáveis pelo fortalecimento da cidadania. A conclusão dos estudos de Dornelles é que, pelo menos no Rio Grande do Sul, estabeleceu-se, sim, uma imprensa comunitária – contrariando, portanto, a teoria de José Marques de Melo. Para fazer tal afirmação, a autora se baseia nas características desse tipo de imprensa levantadas por Ciro Marcondes Filho:

Um jornal comunitário é elaborado por membros de uma comunidade que procuram através dele obter mais força política, melhor poder de barganha, mais impacto social, não para alguns interesses particularizados (anunciantes, figuras proe-

minentes), mas para toda a comunidade que esteja operando o veículo. Qualquer comunidade pode articular-se politicamente e, aí, utilizar-se de um jornal comunitário onde sua voz ganhe mais eco, suas reivindicações cheguem muito mais além do que seu – em geral pequeno – território. Com esse tipo de jornalismo, como o jornal de minorias sexuais, sociais e étnicas, essas comunidades podem romper com o gueto a que estão submetidas pelos critérios de marginalização predominantes na sociedade (MARCONDES FILHO, 1986, p. 162).

Percebe-se, portanto, que na bibliografia brasileira não há absoluto consenso em torno da definição, das características e da concreta realização, na prática, do jornalismo comunitário. As propostas feitas por diferentes pesquisadores se enquadram para algumas experiências, mas não para todas. Ainda assim, é possível fazer um esforço conceitual a fim de identificarmos características marcadoras do jornalismo comunitário, responsáveis por garantir ao segmento personalidade, autenticidade e registros muito nítidos de uma carga genética exclusiva.

O papel do jornalismo comunitário na atualidade

A força da comunicação contemporânea deve-se, em grande medida, às capacidades expressivas dos meios de informação que, por meio das imagens e da palavra, conferem realismo, drama e intensidade às representações midiáticas. Na sua origem e etimologia, o conceito de representação evoca algum tipo de simulação das propriedades de objetos, processos e relações, com a finalidade de retratá-los. As representações teriam, assim, um caráter analógico à realidade.

Apesar de sempre relacionadas à comunicação, as representações desempenham papéis distintos nos três grandes gêneros da cultura midiática – a ficção, a publicidade e o jornalismo. Aceita-se com naturalidade, por exemplo, a ideia de que um filme de ficção ou um comercial de televisão contenham representações construídas e que sigam as tendências de sua época. Mas é difícil admitir essa inclinação quando se trata de uma produção jornalística. Isso se deve, principalmente, à suposição de um compromisso ético e profissional, específico desse gênero, em estabelecer uma relação referencial com a realidade. No entanto, o jornalismo é um relato particular dos acontecimentos, ou seja, uma narrativa construída sobre um aspecto do mundo selecionado, e a forma com que esses aspectos – e não outros – são selecionados pode gerar controvérsias.

Essa capacidade que o discurso jornalístico possui de dar diferentes destaques a diversos enquadramentos possíveis e de transitar sobre uma mesma informação – sem, evidentemente, fugir da verdade e do compromisso com o interesse público, faz com que todos se sintam mal representados e reivindiquem uma melhor representação nos discursos jornalísticos, independente de classe social, renda, status, poder adquirido etc. Isso não significa, de maneira nenhuma, que o jornalismo tem se revelado capaz de representar todos os grupos da sociedade de forma proporcional, justa e equivalente.

O fato é que enquanto os meios de comunicação tradicionais parecem representar razoavelmente as questões que envolvem interesses dos mais poderosos e abastados, o mesmo não ocorre com igual intensidade no caso dos mais pobres, dos marginalizados, daqueles que normalmente são obliterados pelas políticas públicas de incremento da cidadania. Ao ignorar, ou ao não tratar com tanto destaque algumas questões sociais, o jornalismo fecha os olhos para uma parcela significativa da realidade com que lida. Cada veículo tem o seu repertório, sua agenda e sua audiência próprios, mas a partir do momento em que o cidadão não dispõe de meios que o informem com qualidade sobre temas que afetam principalmente os mais pobres, algo não vai bem.

Esse problema da sub-representação das questões da cidadania social decorre também da natureza do jornalismo praticado num contexto de mercado, focalizado em critérios que privilegiam os acontecimentos pontuais, as pessoas influentes, o número, o impacto imediato. Nesse caso, as camadas mais pobres da sociedade só alcançariam visibilidade no noticiário em ocorrências extremas: acidentes, chacinas, confrontações, calamidades, ocupações. Essas situações se inserem nos critérios de noticia-

bilidade das redações pelo número de pessoas envolvidas, pela negatividade ou pelo tom emocional das histórias pessoais; e não como indicativos de injustiças, assimetrias sociais, desigualdade de oportunidades e de renda, exclusão histórica, condição de moradia, etc.

O fato de não pertencerem ao grupo dos que se comunicam normalmente pelas páginas dos jornais e às camadas sociais com acesso ao consumo é o que mais segrega os cidadãos das periferias, muito mais do que os julgamentos morais ou políticos. A partir dessa incapacidade do jornalismo tradicional de dialogar com todos os cidadãos, o jornalismo local consegue crescer, se desenvolver e contemplar camadas da população que não têm suas reivindicações e sua realidade representadas nos veículos que se propõem a estabelecer um diálogo nacional. Isso foi imensamente potencializado, nos últimos anos, pelas inovações tecnológicas que propiciaram a ampliação e a transformação das linguagens, dos meios, dos públicos e dos processos.

Conclusões

Ao abordarmos um cidadão na rua e perguntarmos o que ele entende por democracia, provavelmente iremos constatar que sua percepção está ligada ao fato de se tratar de um governo “do povo, pelo povo e para o povo”. Não está errado. Mas a expressão precisa de reparos, uma vez que “pelo povo e para o povo” são instigantes de um pensamento que pode pressupor que há uma instância maior do que o próprio povo na condução dos assuntos da sociedade. E não há. Entre suas diversas características, nos interessa destacar que onde não há diálogo, não há democracia. Sem liberdade de expressão e sem direito à informação, não há a verdadeira democracia. Não à toa, a maior arma de uma ditadura não é o tanque ou o canhão, mas sim a censura.

No sentido de assegurar esse direito, o jornalismo tem papel fundamental, pois é um dos principais responsáveis por fiscalizar políticos e governos, informar o cidadão, cobrar, denunciar e debater temas da política ou comuns à sociedade. Portanto, é essencial, numa democracia, que exista um jornalismo que busque incansavelmente a isenção e a correção para informar o que está acontecendo para que, a partir disso, o cidadão, informado de maneira ampla e plural, escolha o caminho que quer seguir.

Um veículo jornalístico tem, fundamentalmente, a cara de seu público, afinal, é a ele que se dirige e presta serviços. Isso quer dizer que é compreensível que um meio de informação trate da realidade das pessoas que o consome como sendo a totalidade da realidade que interessa. No entanto, nessa lógica, uma parcela considerável da população acaba sendo sub-representada pelos veículos que estão inseridos num contexto de mercado. O problema dessa sub-representação é que ela fere o ideal democrático de direito à informação. Há, portanto, uma lacuna na forma como o jornalismo organiza a produção dos seus conteúdos e há um numeroso grupo de pessoas que não estão no foco do público para o qual os veículos direcionam suas realizações.

Paralelamente a isso, vivemos tempos de crescimento das cidades que, por um lado, pressupõe desenvolvimento; por outro, acarreta novos problemas, como esgoto a céu aberto, calçadas esburacadas, necessidades de creches, de postos de saúde. Essas são situações que obrigam os indivíduos a se relacionarem de maneira mais próxima ao sentido de vizinhança, especialmente nos lugares em que esses problemas são mais graves. Nesse complexo cenário, os indivíduos têm mais força para cobrar a ausência de infraestrutura dos órgãos responsáveis, forçando melhorias públicas para o bairro.

O que temos, então, é um cenário marcado por duas características: moradores organizados e dispostos a fazer reivindicações, e veículos jornalísticos que não dão conta de retratar toda a complexidade dessa realidade e não se apresentam como alternativas viáveis de expressão para esses cidadãos. O jornalismo comunitário surge, assim, como potencial instrumento de representação social, uma forma de expressão, um espaço que discute os valores e a identidade de um determinado grupo, ocupando uma lacuna deixada pela imprensa de grande porte.

Essas são demonstrações de que um novo projeto de sociedade pode estar sendo gestado. Entretanto, os desafios ainda são muitos. E para que as políticas públicas passem a, efetivamente, garantir

um conjunto de melhores condições de vida para todos os cidadãos, é fundamental que esse legado transcenda para os espaços de poder e de decisão, e que exista um ideal participativo na gestão das coisas que afetam a sociedade.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Maria Elisa Vercesi. (Coord.). Os jornais de bairro na cidade de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1985.
- AMARAL, Márcia. Jornalismo popular. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARBERO, Jesus Martín. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. São Paulo: Cortez, 1981.
- BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- BUCCI, Eugênio. A imprensa e o dever da liberdade. São Paulo: Contexto, 2009.
- BUCCI, Eugênio. O espetáculo e a mercadoria com signo. In: NOVAES, Adauto (Org.). Muito além do espetáculo. São Paulo: Editora SENAC, 2005. p. 218-233.
- BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede (Vol. 3). São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. 1ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- CHARAUDEAU, Patrick. O Discurso das mídias. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- DAHL, Robert. Sobre a democracia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- DINES, Alberto. O papel do jornal e a profissão do jornalista. São Paulo: Summus Editorial, 2009.
- DORNELLES, Beatriz. Jornalismo comunitário em cidades do interior: uma radiografia das empresas jornalísticas. Rio Grande do Sul: Sagra Luzzatto, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- KAPLÚN, Mario. El comunicador popular. Buenos Aires: Humanitas, 1996.
- KEANE, John. The media and democracy. Cambridge: Polity Press, 1998.
- KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários. São Paulo: Edusp, 2001.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIPOVETSKY, Gilles & SERROY, Jean. A cultura-mundo: Resposta a uma sociedade desorientada. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MARCONDES FILHO, Ciro Rodrigues. O capital da notícia. São Paulo: Ática, 1986.
- MARCONDES FILHO, Ciro Rodrigues. Quem manipula quem? São Paulo: Vozes, 1991.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MELO, José Marques de. Teoria do jornalismo: Identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.
- OLIVEIRA, Dennis de. Comunicação e cultura popular: noção de espaço, tempo e transcendência. Extraprensa (USP), São Paulo, v. VII, n.11, p. 11-18, 2003.

PAIVA, Raquel. O espírito comum. São Paulo: Mauad, 2003.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.

PERUZZO, Cíclia M. K. (org.). Comunicação e outras culturas populares. São Paulo: Intercom, 1995.

PERUZZO, Cíclia M. K. (org.). Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellar, 2009.

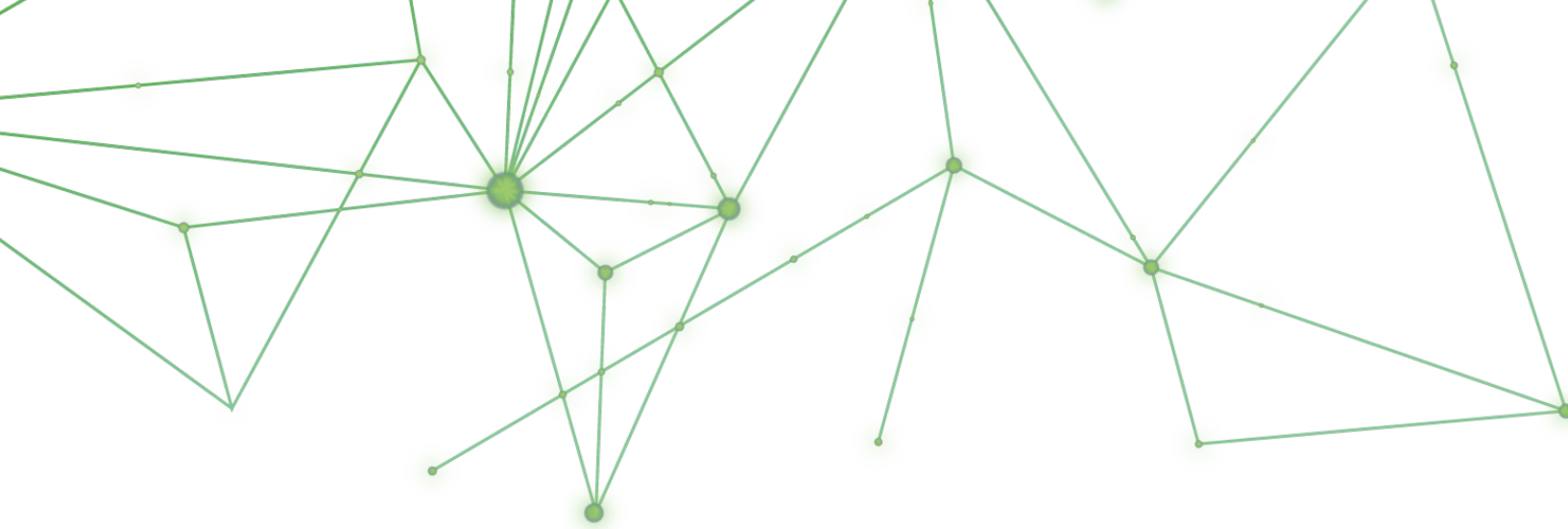
PERUZZO, Cíclia M. K. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. São Paulo: Vozes, 1998.

PROJOR. Atlas da Notícias – Mapeando o jornalismo local no Brasil. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/>. Publicado em 06/11/2017. Acessado em 10/05/2021.

ROMANINI, Vinícius. Tudo azul no universo das redes. Revista USP, v. 92, p. 58-73, 2012.



COMUNICAÇÃO, MEDIAÇÃO, CULTURA E EDUCAÇÃO



CULTURA DIGITAL E NARRATIVAS TRANSMÍDIA: MULTIVERSO INFANTOJUVENIL NO SBT (SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO) ¹

Ana Claudia Fernandes Gomes²

-
- 1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 2021.
- 2 Doutoranda em Ciências da Comunicação ECA/USP, orientada pela Profa. Dra. Brasilina Passarelli na linha de pesquisa “Comunicação e Educação”, bolsista CNPq. Email: anaclaufg@usp.br.

Resumo: O artigo refere-se ao processo de criação de narrativas transmídia impulsionado pela telenovela infantojuvenil "As aventuras de Poliana", transmitida pelo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) entre 2018 e 2020, período de expansão do projeto digital da emissora em multiplataformas. O objetivo central é a observação e o mapeamento das narrativas divulgadas nas caixas de comentários do canal do YouTube "As aventuras de Poliana" pelas audiências e fãs da telenovela, que indicam novos hábitos de produção e consumo da informação, assim como, novas formas de sociabilidade. Metodologicamente, com base na etnografia *online*, os dados foram coletados e organizados em três categorias de análise: referências, divulgação e hábitos, que foram criadas para este estudo e elucidam a cultura trans-digi-informacional do contemporâneo hiperconectado.

Palavras-chave: Cultura digital. Narrativas transmídia. Televisão, Multiverso infantojuvenil, SBT

Introdução

Este artigo é um recorte da pesquisa de doutorado, que tem como objeto empírico a telenovela infantojuvenil "As aventuras de Poliana", transposição da obra literária *Pollyanna* (1913) de Eleanor Porter, e transmitida pelo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) de 2018 a 2020, com 564 capítulos. A telenovela impulsionou o projeto de multiplataformização da emissora, que consolidou a plataforma digital *SBTonline*, e disponibilizou todo o conteúdo da programação com livre acesso. A comunicação transmídia do SBT estabelece-se em canais do YouTube e nas redes sociais *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* e *TikTok*, sendo a emissora de tv aberta com maior número de seguidores nas redes sociais somado aos inscritos nos canais digitais.

A telenovela roteirizada pela equipe de Iris Abravanel e dirigida por Reynaldo Boury, estreou em maio de 2018, teria duas fases sequenciadas de acordo com os romances referenciados e assim, atingiria a mais longa duração entre as telenovelas brasileiras. A primeira fase com 564 capítulos foi concluída em julho de 2020 e as gravações da segunda fase foram interrompidas em decorrência da pandemia. Assim como as outras atrações da emissora, o conteúdo de "As aventuras de Poliana" destinou-se, segundo os autores, "para a família" ao enfatizar o otimismo do "jogo do contente" e atingiu média de 15 pontos de audiência em seu primeiro ano, mantendo a média de 12 pontos no decorrer dos anos, cada ponto corresponde a aproximadamente 71 mil domicílios na Grande São Paulo. Segundo dados do Ibope (STYCER, 2018), a audiência da tv aberta caracterizou-se por 71% de público adulto pertencente às classes sociais A, B e C, dividido em 17% na faixa etária de 4 a 11 anos; 12% entre 12 e 17 anos; 8% entre 18 e 24 anos; 16% entre 25 e 34 anos; 22% entre 35 e 49 anos e 25% com mais de 50 anos. Ainda de acordo com a pesquisa, a produção infantojuvenil foi consumida por uma audiência majoritariamente feminina (66%), com destaque para mães com os seus filhos.

A obra estudada em seus diferentes formatos e contextos, apresenta temas e símbolos representativos das interfaces entre comunicação e educação em diversos momentos históricos. Em 1913, Eleanor Porter criou a personagem Pollyana, uma menina órfã que aprendeu a jogar o "jogo do contente" como forma de valorizar os aspectos positivos da vida e assim, a autora enfatizou o ensino religioso a partir de valores morais. Em 1934, as traduções de Monteiro Lobato para os livros *Poliana* e *Poliana Moça*, enfatizaram o questionamento e a autonomia de pensamento a partir da espontaneidade da personagem. Já em 1956, Tatiana Belinky enfatizou o exemplo e a educação por meio da televisão ao roteirizar a história para a primeira telenovela infantojuvenil transmitida pela Tupi. E em 2018, Íris Abravanel enfatizou o ensino mediado por tecnologias e a cultura digital na escola ficcional Ruth Goulart, que recebe Poliana como aluna para protagonizar os ensinamentos do jogo do contente. As diferentes formas de produção e consumo da obra indicam transformações sociais que envisionam o futuro. Vale ressaltar que o acidente que imobiliza a personagem e faz a transição entre os dois livros, foi provocado por um automóvel em 1913 e por um andróide em 2020, símbolos do ritmo e anseios futuristas da relação homem-máquina em diferentes configurações culturais.

Na narrativa ficcional, aqui descrita, discussões referentes à cultura digital, como inteligência artificial, androides, óculos de realidade virtual, jogos de realidade aumentada, aplicativos, redes sociais,

influenciadores digitais e ensino mediado por tecnologias são apresentadas como contextualização da sociedade hiperconectada. Produtos licenciados foram lançados no formato impresso (livros e álbum de figurinhas) e no formato digital (jogos e aplicativos criados e apresentados na narrativa), além de bonecos dos personagens.

Os conteúdos produzidos para a audiência infantojuvenil são os principais elos para a convergência das mídias da emissora. A configuração da rede de engajamento de fãs construída pelo SBT inclui a presença de influenciadores digitais como atores-convidados para as telenovelas e como participantes de programas de auditório. Há também a articulação de atores adolescentes e apresentadores em projetos digitais de produção de conteúdo para o multiverso infantojuvenil.

Com o desenvolvimento da cultura digital e de novas habilidades atreladas ao uso de tecnologias, consolidam-se novas formas de ver e estar no mundo, novas formas de produzir e apropriar-se do conhecimento e novas formas de sociabilidades e mediações entre os atores em rede. Diante das constantes recriações das linguagens comunicacionais e informacionais, este artigo objetiva delinear o processo de transposição do conteúdo televisivo para a construção de narrativas e diálogos nas caixas de comentários do canal do *YouTube* “As aventuras de Poliana”, entre os fãs da telenovela. Esse recorte de pesquisa busca investigar como os novos hábitos de produção e consumo da informação são evidenciados a partir das estratégias transmídia criadas pelo SBT.

Empiricamente, a identificação e o mapeamento das narrativas transmídia abrangem o multiverso de entretenimento infantojuvenil, consolidam a participação na “cultura da convergência” (JENKINS, 2009) e indicam o processo de multiplataformização da televisão no futuro-agora. Metodologicamente, as referências do método antropológico clássico adaptaram-se às demandas da etnografia *online*. Segundo FERAZ e ALVES (2017), o método etnográfico *online* deve ir além das “estruturas das redes de comunicação oriundas da internet” e aprofundar o estudo sobre a cultura, “que faz da rede o veículo de comunicação, o campo de relações sociais, instrumento de escrita, armazenamento de dados, organização e/ou objeto de pesquisa” (FERAZ e ALVES, 2017, p.8). Ressalta-se também a necessidade de compreensão dos elos hibridizados entre atores humanos e não-humanos (LATOUR, 1994).

Para isso, segundo o método da etnografia da internet é preciso “incorporar e encarnar a internet cotidianamente” (HINE, 2015 *apud* FERAZ e ALVES, 2017, p.16). A partir da observação das culturas estabelecidas em rede, envisiona-se “um campo vasto, em que, espontaneamente, dados pessoais são tornados públicos, e, dessa maneira, é oferecida uma gama de informações para coleta de dados brutos” (FERAZ e ALVES, 2017, p.10).

há três características da descrição etnográfica: ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o ‘dito’ num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis (GEERTZ, 1989, p.31).

Cultura digital, narrativas transmídia e multiverso infantojuvenil

A teledramaturgia do SBT vinculada ao estilo do melodrama sentimentalista, apresenta elementos recorrentes nas narrativas ficcionais, “maniqueísmo, felizes para sempre, casos familiares, *merchandising* social, momentos fatídicos, dogmas religiosos, ações pedagógicas e *estética kitsch*” (HERGESEL e RASZL 2019, p.61). Já as letras das canções aparecem como apoio dramático para situações específicas e caracterização de personagens. As narrativas transmídia também podem participar desse processo ao relacionarem produção, distribuição, circulação, recepção e recriação de mensagens ao gerarem novos conteúdos e discussões, compartilhados em rede, entre os fãs das telenovelas.

Em um cenário de adaptações e reformulações, as emissoras da televisão aberta brasileira aproximaram-se do multiverso digital e estabeleceram fluxos e refluxos de transmissão de conteúdos e mensagens entre o formato analógico-tradicional e o formato digital-inovador. Especificamente, o SBT

(Sistema Brasileiro de Televisão) iniciou o desenvolvimento de seu projeto digital com a inscrição de um canal no *YouTube* em 2008. Na última década avançou na multiplataformização com a expansão do conteúdo televisivo no canal *SBTonline*, nas redes sociais *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *TikTok* e na criação da plataforma digital “*TvZyn*”, destinada ao público infantojuvenil da emissora. Vale ressaltar as parcerias estabelecidas com canais da tv fechada como Nickelodeon e Disney Brasil para a produção de entretenimento para esse público, além das negociações com a Netflix para a divulgação das telenovelas já transmitidas, além de filmes e séries inéditos com atrizes e atores que fizeram ou fazem parte do elenco do SBT. Em 2022, as telenovelas “*Carrossel*”, “*Chiquititas*”, “*Cúmplices de um resgate*”, “*Carinha de anjo*” e “*As aventuras de Poliana*” estão disponíveis no serviço de *streaming* e constantemente figuram entre os 10 conteúdos mais assistidos pelo público brasileiro.

Em 2020, o *SBTonline* atingiu 10,4 milhões de inscritos e em 7 de outubro, divulgou um vídeo com um texto de agradecimento: “O SBT conseguiu 10 milhões de inscritos no youtube e sabe por que a gente conseguiu alcançar essa marca? Porque a gente é multitela e tudo isso graças a você, nosso multiespectador. Para você e nossos multimilhões de inscritos, nosso multiobrigado. SBT, a tv brasileira mais animada do youtube”. No *instagram*, a emissora também publicou um texto de agradecimento, em setembro de 2020: “Esse mês eu completei 39 anos e ganhei um presentão, o Prêmio Diamante para criadores do Youtube, graças a todos os SBTistas que se inscreveram no canal @sbtonline. É muito amor, tô tão feliz que quero retribuir! Aguardem!”.

A audiência pelo canal “*As aventuras de Poliana*” manteve a média de mais de 2 milhões de visualizações por capítulo durante o período em que a novela também foi transmitida na tv aberta. A participação nas plataformas digitais e nas redes sociais dos fãs, que consomem e produzem comentários, configura a narratividade transmídia impulsionada pela emissora e indicativa de novos hábitos de consumo do conteúdo televisivo. Todos os capítulos da telenovela permanecem disponíveis na plataforma digital, sendo visualizados e comentados ininterruptamente, conforme observado em nossa pesquisa a partir das datas e temporalidades mencionadas nos comentários que indicam “saudades”, “estou assistindo de novo” ou “quem está assistindo em 2021?”. Alguns destes comentários são elaborados com o recurso “eu vim do futuro e digo que...” como resposta provocativa em relação às teorias de fãs que antecipavam alguns desdobramentos da trama no momento de sua primeira transmissão.

Além do canal oficial *SBTonline* (11,3 milhões de inscritos em fevereiro de 2022), a emissora possui canais específicos de acordo com a programação, com destaque para “*Câmeras Escondidas Programa*” (8,32 milhões de inscritos), “*As aventuras de Poliana/ Poliana Moça*” (7,67 milhões de inscritos), “*A praça é nossa*” (3,89 milhões de inscritos), “*TVZyn*” (3,56 milhões de inscritos) e “*Programa Sílvia Santos*” (2,31 milhões de inscritos), de acordo com dados coletados em 25 de fevereiro de 2022 na plataforma do *YouTube*. O canal destinado à “*TVZyn*” foi criado em 18 de abril de 2016 como ação transmídia da telenovela “*Carinha de anjo*” e em 2020 foi reformatado de acordo com a nova proposta: plataforma digital de conteúdo infantojuvenil. Com a criação de conteúdos exclusivos e participação em redes sociais, a emissora comunica-se com os “zynners” (denominação criada para os consumidores da *TVZyn*), publica “vídeos novos todos os dias” e fideliza o público infantojuvenil com renovação das audiências para a emissora em múltiplas telas. O nome do canal “*As aventuras de Poliana*” foi alterado para “*Poliana Moça*”, título da segunda fase da telenovela, que estreou em março de 2022.

Segundo Jenkins, o *YouTube* é o “marco zero” da ruptura “nas operações das mídias de massa comerciais, causada pelo surgimento de novas formas de cultura participativa” (JENKINS, 2009: p.348). Por ser um portal compartilhado, há o encontro de diversas comunidades alternativas de produção amadora de mídia e surge o papel do curador digital que produz conteúdo para um público cada vez mais amplo, onde “todo mundo tem a capacidade de congelar um momento do “fluxo” das mídias de massa para tentar concentrar a atenção no que acabou de acontecer” (JENKINS, 2009: p.349). O conteúdo do site pode ser considerado “mídia espalhável” pelas redes sociais dos participantes, uma vez que o *YouTube* reúne produção, seleção e distribuição de conteúdo em uma única plataforma. Ainda segundo o autor, “na era da cultura da convergência, talvez não haja mais uma cultura *mainstream* forte, mas uma série de diferentes pontos de produção e consumo de mídias” e finalmente, “no contexto cultural do *YouTube*” os conteúdos produzidos por amadores destacam-se e observa-se “as instituições das mídias de massa rotineiramente reconsiderando seus métodos a fim de incorporar esse local alternativo de atividade cultural” (*ibidem*).

Como exemplo essencial da cultura participativa, Jenkins conceitua a “narrativa transmídia”, que para ser fruída, os consumidores devem acompanhar a história em diferentes canais e compartilhar observações com outros fãs, o que dá origem às teorias ou *fan fictions*, sobre o rumo da trama.

A narrativa transmídia (transmedia storytelling) refere-se a uma nova estética que surgiu em resposta à convergência das mídias – uma estética que faz novas exigências aos consumidores e depende da participação ativa de comunidades de conhecimento. A narrativa transmídia é a arte de criação de um universo (JENKINS, 2009, p.49).

Segundo Massarollo e Mesquita (2017), as mudanças no sistema de distribuição do conteúdo audiovisual via *streaming*, através de serviços de vídeo sob demanda (*vídeo on demand* – VoD) intensificaram o fluxo de conteúdos via redes, alteraram o funcionamento do mercado e instauraram uma “nova noção de temporalidade, única e exclusiva para cada telespectador”, que decide o modo de fruição do conteúdo, assim como, constrói uma “visualização conectada” que “se caracteriza pelas múltiplas formas de recepção, sem as amarras de uma grade de programação fixa convencional” (MASSAROLLO e MESQUITA, 2017, p.249), viabilizando o *time-shifting* (escolha dos momentos de visualização do conteúdo) e o *binge-watching* (intensificação da visualização do conteúdo como em “maratonas de séries”).

Referências, divulgação e hábitos: novas sociabilidades narradas no canal do YouTube “As aventuras de Poliana”

Em “As aventuras de Poliana”, o cenário principal é a escola privada Ruth Goulart, onde Poliana estuda, localizada em São Paulo e considerada uma “referência no ensino de artes”, que possui como investidor principal a empresa de *games* e aplicativos O11O, responsável por inserir a tecnologia no tradicional modelo de ensino. A cultura digital e o universo tecnológico da narrativa teleficcional são constituídos por referências a *games*, lousa digital, *notebook*, *tablet*, óculos de realidade virtual, celular, *pendrive*, aplicativos, *game designers*, influenciadores digitais, hackers, robôs, androides e inteligência artificial. As interações entre os atores humanos e atores não-humanos acontecem principalmente com a atuação de Sara, assistente robótica em formato de esfera ocular, que interage falando, filmando e movimentando-se para realização de diversas tarefas, assim como, a atuação de Ester, a androide ou genoide, que foi criada para mimetizar uma menina de 11 anos e estuda na escola onde todos acreditam que é humana. Os outros personagens que destacam-se nesse núcleo são Pendleton (cientista, inventor, empresário), Roger (empresário), Sergio (*game designer*), Joana (*game artist*), Waldisnei/Rato (*hacker*); os adolescentes Luca Tuber (influenciador-youtuber), Filipa (influenciadora-instagrammer), Mirela (influenciadora amadora) e o pré-adolescente Mario (*gamer*). Como estas representações da cultura digital transpõem o roteiro ficcional e recriam narrativas em comentários que elucidam novas práticas de consumo da informação? Para responder a esta questão, foram selecionados comentários publicados em janeiro de 2021 pela audiência da telenovela e organizados em três categorias de análise: referências, divulgação e hábitos. Ressalta-se que as grafias originais dos comentários foram mantidas como indicativo das formas de escrita e de leitura hipermídia.

A identificação e a delimitação dos hábitos de consumo das audiências foram realizadas, inicialmente, a partir da observação de *logins* e temas discutidos e divulgados nas caixas de comentários do canal do YouTube “As aventuras de Poliana”. De acordo com CORUJA (2020), em relação aos critérios de segmentação social das audiências, “o processo de *mass-mediação* fez com que esses sentidos fossem expandidos, pensados agora por questões simbólicas e de gosto, privilegiando subjetividades” (CORUJA, 2020, p.7). Ainda segundo a autora, os fãs “estão na caixa de comentários *performando sua opinião em texto* a partir de uma significação partilhada e deixam indícios, respostas, e opiniões sobre seus sentimentos, conceitos e preconceitos” (*ibidem*, p.12 – grifos da autora).

Novas formas de sociabilidade estabelecem-se a partir do “jogar com” o outro e apresentam-se como forma de interação e negociação de acordo com os conteúdos da vida social (SIMMEL, 1983). No

espaço negociado dos comentários no canal "As aventuras de Poliana" pudemos, metodologicamente, mapear três categorias recorrentes nas conversas entre os fãs, que independem do momento da narrativa e constituem pistas interessantes sobre os hábitos de produção e consumo da informação pelas audiências da telenovela.

Em relação às *Referências*, os fãs estabelecem comparações entre o conteúdo da telenovela com outras produções audiovisuais, por exemplo, desenhos animados, filmes, *games*, HQs e mencionam personagens de outras telenovelas da emissora. Muitas vezes, a indicação do tempo exato da cena ou a citação da fala de algum personagem atribuem especificidade aos comentários e à discussão do conteúdo, que pode ser verificado ou reassistido de maneira não-linear, ou seja, cria-se a possibilidade da fragmentação do capítulo em cenas.

"Renan Albuquerque 12:22 essa música que toca na hora que o mario ttá falando é igual a do apsu dos cavaleiros do zodíaco ômega"

"Milena Bezerra Quando a Gleice coloca a mão para cima eu só penso ela falando "Ó paizinho do Céu" alguém mais? (784 likes e 26 respostas)"

"Moon Diana 15:40 me lembrou gta kkkkkkk"

"Marianny Oliveira O Roger fez até uma cena parecida com o GTAkkkk, na hora do táxi (588 likes e 76 respostas)"

"Edinalva Coutinho - A polícia correndo atrás do Roger foi igual o Tom e Jerry kkkk (574 likes e 55 respostas)"

"Luan Ferreira - Esse acidente da poliana que ela não tá conseguindo mover as pernas, me lembrou a dani de chiquititas (362 likes e 28 respostas)"

Em relação à *Divulgação*, alguns fãs aproveitam o espaço para divulgar o seu próprio canal, uma vez que ao postar um comentário, automaticamente o fã tem o seu canal criado pelo sistema. O direcionamento ao canal individual amplia as redes de sociabilidade já estabelecidas e também possibilita a leitura não-linear dos comentários postados. Ao consultar os indicadores do canal na plataforma digital é possível visualizar a descrição do conteúdo, a *playlist* dos vídeos postados, os canais associados e também as "estatísticas" que indicam quando o canal foi inscrito e quantas visualizações recebeu, o que é constantemente estimulado pelo apelo já padronizado: "já deixa seu *like*, se inscreva no canal e ativa o sininho para não perder nenhuma notificação". A divulgação do *instagram* também é recorrente, na busca de seguidores para a rede social. Algumas vezes, as idades são mencionadas como forma de apresentação e há o estabelecimento de apelos para que os convites sejam aceitos "serei eternamente grata" ou "curte (pfvr)" ou "deixa like". Há também indicação de recriação das narrativas em forma de memes.

"Lari LiFE Tenho 12 anos, amo essa novela. Sou youtuber, estou começando agora, quem puder dar uma olhada no meu canal Deus abençoe, serei eternamente grata".

"Julia Blog Quem vai ficar com saudade das aventuras de Poliana curte (pfvr) insta juliablog12 (113 likes)"

"Liz Carmem - O Roger define as pessoas correndo do coronavírus kkk entrem no meu canal já fiz o meme (697 likes e 105 respostas)"

"Marcicleide - Essa é a melhor novela ninguém pode mudar isso quem deixa o like é porque amam essa novela então quem gostar deixa like e me segue lá no instagram Ah e aqui no YouTube também eu vou fazer meu canal hoje"

Além de divulgarem canais e redes sociais a partir da escolha dos nomes e fotos em logins-identidades, alguns comentários comunicam-se diretamente com a emissora, solicitando oportunidades ou indicando o "sonho de ser ator do SBT". Alguns personagens são mencionados nos logins como indicação indireta "Lara Tuber/ Luca Tuber" ou "GuiQuel ForEver" em menção direta aos personagens Guilherme e Raquel que formaram um par romântico.

"Xandinho na área - (...) depois que eu assisti essa novela eu tive mais forças para vencer e aprendi com ela que nós não devemos desistir dos nossos sonhos e é isso, eu espero que eu consiga um dia realizar o meu sonho de ser ator do sbt"

"Lara Tube UwU", criado em maio de 2020, a descrição do canal anuncia: "Monitorada pela mãe. Olá tubers sou Lara Valentina, tenho 10 anos e amo jogar e resolvi compartilhar com vocês alguns jogos legais. Aqui vocês vão encontrar jogos como Pk xd, roblox, entre outros".

"GuiQuel ForEver - Só eu que lembro do 0110VR? E do Veterna? Do Joy toy? Do campo de férias? (2 likes e 1 resposta)".

Em relação aos *Hábitos*, percebe-se os vínculos estabelecidos entre fãs, personagens e diferentes formas de acompanhar a narrativa, indicando escolha por horários, possibilidade de aceleração, pausa ou repetição da transmissão, além de diferentes experiências de audiência pela televisão ou pelo celular. A escolha do *login* de acesso pode indicar preferências de consumo por produtos como *games* e redes sociais. Durante as interações, os *likes* nas postagens indicam a concordância com o comentário e algumas vezes, ocorre uma disputa pelo recebimento desse valor simbólico. As respostas, em geral, corroboram o comentário inicial, mas, podem estabelecer contrapontos em relação ao que foi dito, ampliando o processo de interação.

"Luan games Quem está assistindo descalço deitado e assistindo antes das 23:30 e assiste pelo Youtube pq não tem paciência de assistir na televisão curte aê (224 likes e 7 respostas)".

"Elaine Santos - É bom assistir aqui, mas na TV é tão emocionante kkk Fico ansiosa pro horário da novela, mesmo podendo assistir aqui no outro dia. Amooo assistir Poliana"

"Dulce ramos - eu estou apaixonado pela Filipa eu sou menino esse e o celular da minha mãe Filipa é vilão mais é linda"

"Ana minegame - Vim aq pra lembrar os velhos tempos kkk ansiosa para a segunda temporada <3"

"Paulo Leal - e quem disse que tá ficando chato a novela, cada episódio um melhor que o outro" (1,3 mil likes e 78 respostas)"

"Cherry-Glow-Lycris - sou só eu que vejo pelo Youtube para não ter anúncio na hora da tv? Kkkkk (136 likes e 18 respostas)"

"AK-DeBoChAdAh - Eu sou assim tbm e outra coisa é que dá pra parar na hr q quiser né"

"Ana Neves - Eu assisto no yt porque sou de Portugal e aqui não passa aadp"

"Yasmin Araujo - Eu também mais eu fico muito curiosa pra ver o que acontece"

"SK9 Pelo menos um comentário bom, só tem mendigo de like por aqui"

"Tainara Hentges Inacio - maratonei nessa quarentena, novela maravilhosa (2 dias atrás)"

"Geysiane Silva - Eu e minha mania de lê comentários assistindo e receber spoiler (292 likes e 13 respostas)"

"Desenhos animados e filmes - "Quem está vendo em 2021 matando a saudade da novela eterna kkkkk (508 likes e 69 respostas) (2 meses atrás)"

"Hey tik Tok Brasil - eu nunca assisti poliana no SBT pq meu pai já tava em casa quando essa novela começava então eu resolvi assistir na Netflix eu nem terminei de vê e já amo essa novela (1 mês atrás)"

"Margarida Mira - já é a segunda vez que vejo isto quero ver uma terceira acabei de ver a segunda vez (há 2 semanas)"

"Jamylye Evelylyne - 26:40 To assistindo isso logo no dia do carnaval 15/02/2021 (cena da escola de samba apresentada no último capítulo)"

A partir das categorias Referências, Divulgação e Hábitos, construídas para este estudo, pode-se mapear a comunicação estabelecida no canal do *YouTube* oficial da telenovela, com referências às novas sociabilidades, linguagens e hábitos de consumo e produção de conteúdo digital. Comentar a telenovela em rede reestabelece os vínculos entre as audiências e a emissora, além de fornecer informações sobre a recepção do conteúdo em múltiplas telas (televisão, computador, celular). A hibridização entre ficção e não-ficção a partir de identificações com personagens, produtos e conteúdos específicos, anunciam a presença orgânica da audiência nas redes como hábito constitutivo da cultura digital, que não mais

diferencia o *online* e o *offline*. De acordo com o relatório TIC Kidsonline 2020, as faixas populacionais de 10 a 15 anos e de 16 a 24 anos possuem os maiores números de usuários da rede ao longo dos anos. Esses dados, assim como as informações observadas nas caixas de comentários dos canais oficiais da emissora, possibilitam a configuração de novas estratégias de conteúdo transmídia em multiplataformas, impulsionadas pela emissora e recriadas pelas audiências, como citações de cenas e personagens.

Para Jenkins, a cultura participativa contrasta com a passividade do espectador dos meios de comunicação. Segundo o autor, a convergência ocorre dentro dos “cérebros de consumidores individuais” e em suas interações sociais com outros. “Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana” (JENKINS, 2009, p.30). Segundo SCOLARI e ANGELUCCI (2016), a qualidade da narrativa é fundamental para promover o engajamento e a participação em projetos transmídia. Ainda segundo os autores, as possibilidades de fragmentação das narrativas criam novos ecossistemas comunicacionais, que permitem a reformulação dos conceitos de produção, consumo e audiências de conteúdos digitais.

Como analisado, as estratégias de narratividade transmídia vinculadas às linguagens do multiverso infantojuvenil, assim denominado por ser múltiplo e diversificado, situam-se no processo de convergência entre as mídias, estimulam a cultura da participação e, dialeticamente, a cultura da convergência recria-se e impulsiona o surgimento de novas narrativas. Novos hábitos de consumo, de entretenimento e de sociabilidade também desvelam novas possibilidades, a serem desenvolvidas nos diversos ambientes digitais. No caso do SBT, o conteúdo disponibilizado e comentado pelo canal do *YouTube*, expande-se e recria-se em novas narrativas nas diferentes linguagens das redes sociais oficiais da emissora.

Considerações

Empiricamente, delimitou-se um objeto info-comunicacional baseado nas estratégias de comunicação transmídia da telenovela “As aventuras de Poliana”, que indicam novas formas de produção e consumo do conteúdo televisivo ficcional. A narratividade transmídia observada abrange o multiverso de entretenimento infantojuvenil, consolida a participação de fãs em comentários sobre o enredo apresentado e impulsiona o projeto de multiplataformização do SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), que diferencia-se de outras emissoras por disponibilizar gratuitamente todo o seu conteúdo e investir nas formas de comunicação em redes digitais com as audiências denominadas “sbtistas”.

Finalmente, a pesquisa permite a observação de novas formas de sociabilidades anunciadas pelos fenômenos comunicacionais mediados pelas tecnologias, que consolidam-se em todas as dimensões da vida social. Fluxos comunicacionais, linguagens, sociabilidades, identidades, mediações e teleficção articulam-se em um processo dinâmico e em constante transformação. Novas habilidades, novas competências e novos desafios configuram as transliteracias, ou seja, as novas formas de ser, estar, ler e interpretar as informações culturais. Segundo Passarelli e Gomes, a sociedade contemporânea hiperconectada apresenta “utopias e distopias em convergência tecendo o agora e os devires” (PASSARELLI e GOMES, 2020, p. 256). E nesse contexto do futuro-agora, a cultura pode ser pensada como cultura trans-digi-informacional, pautada nas transliteracias, nas digitalizações e nas informações em trânsito.

Referências

CORUJA, P. Público: a audiência performática em caixas de comentários no youtube. In **Rumores**. N.28. v.14, 2020.

FERAZ, C. P. e ALVES, A. P. Da etnografia virtual à etnografia online: deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. Trabalho apresentado no 41 encontro Anual **ANPOCS**, Caxambu, 2017. Disponível em <https://www.>

anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10962-da-enografia-virtual-a-etnografia-online-deslocamentos-dos-estudos-qualitativos-em-rede-digital/file. Acesso em: novembro de 2021.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. São Paulo, LTC, 1989.

HERGESEL, J. P. ; RASZL, J.A.B. O samba, sua tradição e a transposição para o público infantojuvenil: análise de *As aventuras de Poliana* (SBT) pela perspectiva da folkcomunicação. IN: **RIF**, Ponta Grossa/PR, vol.17, n.39, jul/dez, 2019.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

MASSAROLO, J. e MESQUITA, D. Práticas de *binge-watching* nas multiplataformas. In: LOPES, M. I. V. L. (org). **Por uma teoria de fãs da ficção televisiva brasileira II**: práticas de fãs no ambiente da cultura participativa. Porto Alegre: Sulinas, 2017.

PASSARELLI, B. e GOMES, A. C. F, "Transliteracias: a terceira onda informacional nas humanidades digitais" **RICI** v.13. n.1. jan/abr 2020. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29527/25371>

SCOLARI, C. B. e ANGELUCCI, A. "A comunicação móvel está no centro dos processos de convergência cultural contemporâneos". **Revista Intercom**, v.39. n.2, 2016.

SIMMEL, G. "Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal". In: FILHO, E. M. (org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. n. 34. São Paulo: Ática, 1983.

STYCER, M. Infantil "As aventuras de Poliana" é vista, em sua maioria, por adultos, 27 de junho de 2018. Disponível em <https://tvefamosos.uol.com.br/blog/mauriciostycer/2018/06/27/infantil-as-aventuras-de-poliana-e-vista-em-sua-maioria-por-adultos/>. Acesso em: outubro de 2018.



PROJETOS DE INCENTIVO À LEITURA NO METRÔ DE SÃO PAULO¹

Manuella Vieira Reale²³

-
- 1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 2021.
 - 2 Mestre em Comunicação e Semiótica. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP. E-mail: manureale@gmail.com.
 - 3 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Resumo: O objetivo deste trabalho é observar e indagar em que medida os diversos projetos de incentivo à leitura realizados no metrô de São Paulo produzem lugares e não-lugares (AUGÉ, 2012). Os projetos, sejam de iniciativa pública ou privada, foram selecionados por propagarem a circulação do livro e a prática da leitura neste meio de transporte. A noção de leitura segue os trabalhos de Roger Chartier e Michel de Certeau. Para tanto, retomamos nossos registros pessoais (anotações e fotografias) e levantamos informações de veículos de notícias da cidade de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo, das concessionárias ViaQuatro e ViaMobilidade e dos sites próprios projetos.

Palavras-chave: prática de leitura; livro; metrô de São Paulo; não-lugar.

Introdução

“Porque as linhas de metrô, como as da mão, se encontram e se cruzam — não apenas no mapa onde o entrelaçamento de suas multicoloridas rotas se desenrola e se estabelece, mas na vida e mente de todos” (AUGÉ, 2002, p. 6)⁴.

Como Marc Augé traça em seu relato sobre sua relação com o metrô parisiense, o metrô atravessa e é atravessado por milhares de pessoas diariamente. Ele sobrepõe espaços reais, podendo ser espelho de diversos lugares e situações. É um espelho complexamente real e irreal para visibilizar a cidade, ou partes dela.

O espaço físico do metrô é programado para direcionar a vida dos sujeitos para um alhures. As indicações dos destinos, o direcionamento do andar, as mensagens sonoras e, principalmente, a publicidade. Os anúncios publicitários espalham-se por diversos pontos do trajeto. Antes mesmo de entrar em uma estação, ao andar pela calçada próxima ao metrô, certas vezes você é bombardeado por panfletos sugerindo a compra de um imóvel ou a escolha de uma faculdade. Você é convidado a consumir as informações daquele papel ao invés de prestar atenção aos degraus que o levam ao subsolo.

Ao entrar na estação, as paredes não apenas restringem o espaço, mas carregam diversos cartazes anunciando produtos culturais, gastronômicos, artísticos. Ao invés de interagir com o ambiente e os demais passageiros, você é levado a possíveis experiências bem longe dali. Uma vez nos vagões, os monitores e cartazes também são carregados de anúncios publicitários. E no caminho de saída, quando você até cogitava estar a salvo, um mapa o aguarda para apresentar o que você encontrará próximo de onde você está: uma farmácia, uma igreja, um shopping center.

Em suma, é natural que o espaço do transporte coletivo seja, como o próprio nome indica, um espaço contratual em que se pratica cotidianamente a coabitação de opiniões diversas que, se não estão autorizadas a se exibir, não são obrigadas a se esconder, já que algumas pessoas leem os chamados jornais de opinião, enquanto outras, que certamente não são de modo algum proibidas de ler o jornal, exibem seus penteados, seus distintivos, suas medalhas, seus uniformes ou suas batinas sem, no dia a dia, causar muitos confrontos (AUGÉ, 2002, p. 44)⁵.

Augé comenta que até os próprios nomes das estações são apenas registros sem nenhum conteúdo real, são apenas “pontos de passagem” através do trajeto. Augé identifica uma palavra-chave para descrever o metrô e as relações contratuais que ocorrem nele: a solidão.

4 Texto original: “For subway lines, like lifelines on the hand, meet and cross not only on the map where the interlacing of their multicolor routes unwinds and is set in place, but in everyone’s lives and minds” (AUGÉ, 2002, p. 6).

5 Texto original: “In short, it is natural that the space of public transport is, as its name indicates, a contractual space in which is daily practiced the cohabitation of diverse opinions that, if they are not authorized to be shown off, are not obliged to be concealed, since some people in it read so-called newspapers of opinion, whereas others, who are surely not for all that forbidden to read the newspaper, display their hairdos, their badges, their medals, their uniforms, or their cassocks without, on the whole, on any daily basis, resulting in many confrontations” (AUGÉ, 2002, p. 44).

É possível conciliar essa relação contratual com as análises de Georg Simmel sobre o homem na metrópole. Segundo o autor, a vida na metrópole, em oposição à vida rural, é esvaziada de espiritualidade e voltada ao caráter individual e lógico. O foco da divisão do trabalho demanda dos indivíduos uma busca unilateral para o aperfeiçoamento. As relações são reduzidas a meras negociações e o valor é calculado pela perspectiva quantitativa, sem consideração à qualidade e subjetividade. "O indivíduo se tornou um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva" (SIMMEL, 1973, p. 23).

Seguindo essa perspectiva crítica, Marc Augé trabalha a noção de não-lugar em oposição ao lugar antropológico. Este último seria um espaço relacional com identidade e história próprias, onde ocorrem relações de sociabilidade. O não-lugar, no que lhe concerne, é um ponto de trânsito e sua ocupação é apenas provisória, não marca sua própria identidade ou história. Nele há grande circulação de pessoas, coisas e imagens, eles "transformam o mundo em um espetáculo com o qual mantemos relações a partir das imagens, transformando-nos em espectadores de um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte" (SÁ, 2014, p. 211).

A mobilidade produz não-lugares por natureza: espaços não identitários, não históricos e não relacionais. As relações em um não-lugar seguem a lógica de uma contratualidade solitária. "Sem dúvida, mesmo, o relativo anonimato que diz respeito a cada identidade provisória pode ser sentido como uma libertação por aqueles que, por um tempo, não têm mais que manter seu nível, ficar no seu lugar, cuidar da aparência" (AUGÉ, 2012, p. 93). Não há espaço para permanência, apenas para transição. Em um não-lugar, costuma-se vivenciar a aceleração do tempo e a virtualização do espaço. A construção voltada à assepsia, funcionalidade e objetividade costuma estar presente em rodovias, redes ferroviárias, transportes aéreos, shopping-centers.

"Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não lugares misturam-se. Interpenetram-se. (...) Lugares e não lugares se opõem (ou se atraem), como as palavras e as noções que permitem descrevê-las" (AUGÉ, 2012, p. 98). Portanto, não se pode restringir tais noções a certos espaços físicos, pois há dualidade entre ambas e podem ocorrer simultaneamente. Apesar da prescrição objetiva do espaço, é possível que seu uso seja ressemantizado pelas pessoas a ponto de transformá-lo em um lugar.

A prática da leitura no metrô

Michel de Certeau desenha a leitura como uma cena secreta, uma janela para outro mundo que só o leitor atravessa. Ele percebe a leitura como criação de cantos, de atmosferas, de outras vidas. A leitura faz o leitor estar em vários lugares ao mesmo tempo. Certeau afirma que o lugar do leitor não é aqui ou lá, um ou outro, mas é uma presença simultânea. O leitor desperta textos adormecidos, os habita, mas nunca os possui.

Longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos servos de antigamente, mas agora trabalhando no solo da linguagem, cavadores de poços e construtores de casas, os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram, arbatando os bens do Egito para usufruí-los. A escritura acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar e multiplica sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não tem garantias contra o desgaste do tempo (a gente se esquece e esquece), ela não conserva ou conserva mal a sua posse, e cada um dos lugares por onde ela passa é repetição do paraíso perdido (CERTEAU, 1998, p. 269-270).

Para Certeau, a leitura tem um ar de acontecimento sem possuir a fixidez da escritura. Pelo contrário, a leitura é a incerteza porque reside no lugar da memória. Por sua vez, os leitores têm ação ativa,

eles viajam, circulam, criam. O leitor se apropria de um texto, entra nesse mundo e descobre seu próprio sentido. Caçam por conta própria, escolhem desbravar aquelas terras. A prática da leitura, portanto, permite encontrar um refúgio do cotidiano no livro.

Segundo Roger Chartier (1996), a leitura é apropriação, invenção e produção de significados. O sentido do texto se dá não no momento de sua escritura pelo autor, mas no momento de leitura. O leitor é livre para mudar e até subverter o sentido que o livro sugere. A leitura é experiência, é uma possibilidade única, nunca se lê o mesmo texto da mesma maneira.

Chartier explica que o texto só acontece quando há um leitor para produzir seu significado. O hábito de ler está diretamente fincado à cultura e ao tempo histórico, portanto difere em cada grupo social. A leitura é uma prática cultural socialmente construída, sendo assim, o sentido só se dá em determinado tempo e lugar. Um texto e a sua significação não existem descolados do tempo e do espaço. A prática da leitura é um acontecimento singular entre leitor, texto e lugar. Não há livro sem leitor e não há leitura sem lugar. O avanço de cada letra, linha e frase ocorre imerso em um lugar, e esse lugar também produz impressões sobre quem lê.

Sabendo que a vida na metrópole carrega diferenças impressionantes em relação à vida rural (SIMMEL, 1973), é possível perceber a leitura na cidade como uma prática com sentidos próprios. O presente trabalho traz alguns projetos de incentivo à leitura na cidade de São Paulo, mais especificamente no meio de transporte do metrô. A partir da ida a campo, foi possível reunir diversas anotações e alguns registros fotográficos. E pelo encontro de alguns projetos próximos a seu fim (como foi o caso das máquinas de venda de livros), também se fez necessário o levantamento de informações por meio virtual. As fontes escolhidas foram os veículos de notícias da cidade de São Paulo, os sites das responsáveis pelas linhas do metrô (Companhia do Metropolitano de São Paulo, ViaQuatro e ViaMobilidade) e os sites dos próprios projetos.

Nota-se que a circulação do livro acontece de diferentes maneiras no metrô, que vai muito além da venda direta. Há o contágio entre passageiros; a publicidade de livros, autores e editoras; exposições e distribuição de livros; leituras orais feitas por artistas nos vagões; instalações nas paredes das estações; eventos, dentre outras práticas. Ao observar os diferentes projetos de incentivo à leitura no metrô de São Paulo, foi possível perceber alguns voltados à criação de um lugar e de relações de sociabilidade. Esse foi o caso de projetos voltados para a experiência de imersão na leitura, para a percepção do livro enquanto objeto cultural e histórico. Os grupos de leitura produzem relações de sociabilidade por meio de encontros presenciais entre passageiros leitores.

Por outro lado, também foi possível encontrar projetos que motivavam apenas a comunicação funcional e a transitoriedade no espaço. A noção de livro para estes estava mais próxima a um mero objeto de consumo, esvaziado de seu potencial emancipador. Alguns projetos com propósito prioritariamente publicitário cabiam nessa situação.

Quando a troca de livros é mediada por um objeto (como estantes, prateleiras ou nichos), as chances de interação entre leitores passageiros do metrô são reduzidas. Caso a troca de livros seja incentivada a ser em um local e horário específico, é possível prever as eventuais indicações de títulos e conversas sobre o que foi lido. A distribuição de livros mediadas por objetos empobrece a troca cultural entre os passageiros. Em sentido similar ocorre a distribuição de audiolivros via código QR em cartazes nas estações. Esse último cenário, contudo, traz consigo um convite para participação de grupo de leitura.

Projetos de incentivo à leitura no metrô de São Paulo

Atualmente a rede metroviária da cidade de São Paulo é composta por seis linhas, com 104,2 km de extensão e 91 estações. Há três responsáveis pela administração das linhas, a saber: a Companhia do Metropolitano de São Paulo, a ViaQuatro e a ViaMobilidade. A Companhia gere as linhas 1-Azul (Jabaquara – Tucuruvi), 2-Verde (Vila Prudente – Vila Madalena), 3-Vermelha (Corinthians-Itaquera – Palmeiras-Barra Funda) e o Monotrilho da Linha 15-Prata. A ViaQuatro, por meio de uma Parceria Público-Privada

(PPP), é responsável pela gestão da Linha 4-Amarela (Luz – São Paulo-Morumbi). E a ViaMobilidade opera a linha 5-Lilás (Chácara Klabin – Capão Redondo) em regime de concessão.

Há projetos de incentivo à leitura desenvolvidos por diferentes agentes, tanto no âmbito público quanto no privado. Há também eventos pontuais, geralmente ocasionados por conta do Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor (23 de abril), do Dia Nacional do Livro (29 de outubro) e do Dia Internacional do Livro Infantil (2 de abril). Através da pesquisa de campo e do levantamento de informações por meio digital, foi possível registrar quinze projetos:

1. Companhia do Metropolitano de São Paulo: Biblioteca Neli Siqueira
2. Companhia do Metropolitano de São Paulo: Poesia no Metrô
3. Companhia do Metropolitano de São Paulo: Achados na Leitura
4. Companhia do Metropolitano de São Paulo: Clube de Leitura do Metrô
5. Companhia do Metropolitano de São Paulo: Nas Estantes da Zona Norte
6. Companhia do Metropolitano de São Paulo: Viaje na Leitura
7. ViaQuatro e ViaMobilidade: Leitura nas Vias
8. ViaQuatro e ViaMobilidade: Clube Digital de Leitura
9. Instituto Brasil Leitor: Embarque na Leitura
10. SESC: BiblioSesc
11. L&PM: Ticket Books
12. Grupo Projetos de Leitura: Viajando na Leitura
13. Movimento BookCrossing: BookCrossing Brasil
14. Empresa 24x7 Cultural: máquinas de venda de livros
15. Pessoa física: Leitura no Vagão

1. Companhia do Metropolitano de São Paulo: Biblioteca Neli Siqueira

Fundada em 1972, a *Biblioteca Neli Siqueira* começou com a função de guardar a documentação técnica do metrô. Seu nome foi homenagem a uma antiga bibliotecária do Metrô. Dentre diversas funções relevantes para a Companhia, a bibliotecária foi responsável em implementar a captação de documentos históricos da Companhia do Metropolitano de São Paulo. Foi coordenadora de projetos como: Biblioteca nas Estações, Classificação Metroviária e Atualizações da Legislação Organizada sobre Transporte Urbano e Passageiros, Centralização de Aquisição Bibliográfica da Companhia e Serviços de Circulação (OLIVEIRA, 2018).

O seu acesso não se dá por dentro de nenhuma estação de metrô. Sua localização (Praça Marechal Deodoro, 306, no Edifício Joia) é próxima à estação Marechal Deodoro na linha 3-Vermelha, no núcleo denso e central da cidade. O acervo desta biblioteca é especializado em transportes: memória técnica, normas técnicas, cultural e metrô pelo mundo. “Seu acervo é composto de 22.433 títulos de obras bibliográficas, 415 títulos de periódicos e mais de 113.000 itens não bibliográficos, que estão organizados tanto por suporte quanto por tipo de produção” (OLIVEIRA, 2018, p. 44). Também há títulos de engenharia, arquitetura, direito, administração, economia, informática e outros.

2. Companhia do Metropolitano de São Paulo: Poesia no Metrô

A Companhia do Metropolitano de São Paulo possui a Linha da Cultura, voltada para ações artístico-culturais no metrô. A programação da Linha é divulgada mensalmente em cartazes espalhados no metrô. Suas atividades são direcionadas para artes visuais, cinema, música e literatura. Através da Linha

da Cultura, o programa da *Arte no Metrô* trabalha em várias frentes. Iniciou-se em 1978 na estação da Sé, com a instalação de esculturas, murais e painéis artísticos. Durante as décadas posteriores, o programa implantou obras de arte contemporânea brasileira nas estações.

A proposta do Metrô é que exista uma valorização da arquitetura com a integração das obras de arte, causando nos transeuntes novas percepções da arte. Pretende com isso, também, uma maneira de se comunicar com o usuário e, a partir desses elementos artísticos, transmitir mensagens educativas que o estimulem a apreciar obras de arte e a respeitar os espaços coletivos que utiliza em seu cotidiano (JACOB, 2006, p. 386).

É desse programa que surge o projeto *Poesia no Metrô*, inaugurado em outubro de 2009 na Linha 2 – Verde. O Poesia é um dos maiores programas de leitura de poemas em língua portuguesa já realizado.

A primeira fase do projeto instalou os poemas em oito estações da Linha 2 – Verde. Os textos foram localizados nas paredes, colunas, corredores e vãos livres. Segundo Jacob (2006), os escritores escolhidos foram: Camões, Sá de Miranda, Castelo Branco, Gregório de Matos, Cláudio Manuel da Costa, Gonçalves Dias, Castro Alves, Cruz e Sousa, Alphonsus de Guimarães, Cesário Verde, Augusto dos Anjos, Fernando Pessoa, Sá-Carneiro, Camilo Pessanha, Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Jorge de Lima, Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto.

3. *Companhia do Metropolitano de São Paulo: Achados na Leitura*

No Dia Mundial do Livro de 2019 foi lançado o projeto *Achados na Leitura* cuja ação foi a disponibilização de livros em totens para trocas entre usuários. O projeto consiste na distribuição gratuita dos livros deixados na Central de Achados e Perdidos do Metrô. Os livros precisam ter estourado o prazo de 60 dias, limite para retirada do local.

A cada dois meses, uma estação é escolhida e a estante de livros permanece durante trinta dias, os livros advêm da Central de Achados e Perdidos. Com o mote “Alguém perdeu, nós achamos e todos compartilharemos”, o projeto disponibiliza mais de 200 exemplares a cada ação. Os usuários, por outro lado, são convidados a colaborar de duas maneiras: doando com seus próprios livros ou compartilhando fotos dos totens, ou dos livros nas redes sociais com as hashtags #metrosp e #achadosnaleitura. O projeto não aceita livros didáticos ou de cunho religioso, político ou sexual.

4. *Companhia do Metropolitano de São Paulo: Clube de Leitura do Metrô*

Realizado na Biblioteca Neli Siqueira, o *Clube de Leitura do Metrô* tem início em 2019. Em setembro do mesmo ano, tive a oportunidade de participar de um de seus encontros. O livro escolhido era a premiada *graphic novel* de Art Spiegelman “Maus”. Com alegorias animais, a obra expressa a brutalidade da Segunda Guerra Mundial baseada no relato do pai do autor. O encontro recebeu três convidados: o professor Waldomiro Vergueiro da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Guilherme Kroll, um dos fundadores da Balão Editorial, e o historiador Filipe Figueiredo.

Dezoito pessoas compareceram ao encontro que aconteceu no espaço da biblioteca em volta de uma mesa com lanches, café e chá. A discussão não era pautada por temas cerrados, pelo contrário, a abertura para todos falarem fazia com que os assuntos saltassem rapidamente. Um dos convidados, o professor Waldomiro, comentou haver trazido uma apresentação, mas não chegou a utilizá-la. A proposta era que os convidados comessem com falas panorâmicas sobre perspectivas do contexto e conteúdo do livro. Mas logo a discussão tomou rumo próprio e estilo informal. Em clima descontraído, as pessoas comiam durante a discussão e não havia necessidade de pedir o momento da fala.

Falou-se muito do conteúdo da obra, também do formato, da intertextualidade, da realidade atual relacionada à obra. Ao final, deram informes sobre os próximos encontros e leituras. Entregaram uma pesquisa de satisfação sobre o Clube e uma lista de presença. Com a pandemia do novo coronavírus em março de 2020, as visitas à Biblioteca cessaram e o Clube da Leitura passou por uma adaptação para bate-papos digitais. Os encontros passaram a ser toda última quinta-feira do mês via plataforma de videoconferência.

Os livros debatidos nesses encontros foram:

Março: Persépolis – Autoria de Marjane Satrapi (2000);

Abril: Tudo pode ser roubado – Autoria de Giovana Madalosso (2018);

Maio: A metamorfose – Autoria de Franz Kafka (1915);

Junho: Oito do Sete – Autoria de Cristina Judar (2017);

Julho: Momo e o Senhor do Tempo – Autoria de Michael Ende (1996);

Agosto: O Velho e o Mar – Autoria de Ernest Hemingway (1952);

Setembro: O Tribunal da Quinta-feira – Autoria de Michel Laub (2016);

Outubro: A Pequena Caixa de Gwendy – Autoria de Stephen King e Richard Chizmar (2018);

Novembro: Quarto de Despejo – Autoria de Carolina Maria de Jesus (1960);

Dezembro: Qualidade de Vida e Autoestima – Autoria de Leo Fraiman (2020).

5. *Companhia do Metropolitano de São Paulo: Nas Estantes da Zona Norte*

Realizada anualmente entre os anos de 2012 e 2019, o *Nas Estantes da Zona Norte* ocorria em motivo do Dia Nacional do Livro. Com o apoio da Companhia do Metropolitano de São Paulo, esta ação foi de responsabilidade da Rede Social Zona Norte e realizou a distribuição gratuita de livros nas áreas livres (de acesso não pago). O projeto já passou pelas estações Tucuruvi, Parada Inglesa, Santana, Carandiru e Jardim São Paulo/Ayrton Senna. A distribuição também é acompanhada por ações diversas, como contação de histórias.

6. *Companhia do Metropolitano de São Paulo: Viaje na Leitura*

Com a pandemia do novo coronavírus, a Companhia cessou os eventos presenciais e começou a desenvolver ações digitais de incentivo à leitura. O *Viaje na Leitura*, projeto da Companhia em parceria com a TocaLivros, disponibiliza literatura no formato de audiolivros gratuitos. A iniciativa surge por conta da pandemia, mas convida passageiros e internautas a ouvir audiolivros no decorrer de suas viagens de metrô.

7. *ViaQuatro e ViaMobilidade: Leitura nas Vias*

O projeto *Leitura na ViaQuatro* consiste na instalação de prateleiras nos corredores das estações da linha 4 – Amarela para o compartilhamento de títulos entre os próprios passageiros. Para participar, basta que o passageiro escolha e leve algum título, não é necessário fazer qualquer tipo de cadastro. A doação de livros também acontece livremente. Há também o incentivo da circulação do livro, com a devolução das obras para que outras pessoas possam utilizá-las. Dessa forma, o projeto tem em vista incentivar a cidadania e a interação entre os passageiros. Três anos depois, em 2019, a ViaMobilidade também instalou os nichos nas estações da linha 5 – Lilás.

O curso de marcenaria do Instituto Tomie Ohtake desenvolveu as estantes para receber os livros. No início do projeto, em 2016, a Livraria Leitura ficou responsável por manter as estantes abastecidas e monitorar o acervo. Entre os anos de 2016 e 2017 o *Leitura na ViaQuatro* fez uma parceria com a *Comic Con Experience* (CCXP), que estendeu o benefício de meia-entrada àqueles que doassem um livro. Em 2018 a ação também fez parceria com a Editora Brasileira para a doação de títulos.

8. *ViaQuatro e ViaMobilidade: Clube Digital de Leitura*

Assim como o *Viaje na Leitura*, as empresas ViaQuatro e ViaMobilidade também disponibilizaram audiolivros gratuitos e começaram a realizar um *Clube de Leitura Digital*. Em parceria com a TocaLivros,

são exibidos vídeos nos monitores dos trens e das estações contendo o código QR para acesso a audiolivros. Os livros são escolhidos por conta de dias comemorativos, como o Dia das Crianças, Dia do Folclore, Dia do Escritor, Dia Nacional do Orgulho LGBT.

9. Instituto Brasil Leitor: Embarque na Leitura

O *Embarque na Leitura* foi um projeto do Instituto Brasil Leitor (IBL), patrocinado pela AES Eletropaulo e empresas do Grupo Usiminas. Ele consistiu na instalação de bibliotecas nas estações de metrô para facilitar o acesso e empréstimo gratuito de livros. A primeira biblioteca foi inaugurada na estação Paraíso da linha 2 - Verde, em 2004. O acervo contava com *best-sellers*, literatura brasileira, autoajuda, infantojuvenil, romance, filosofia, religião, ciências sociais, linguística, artes, história e livros em braile. Os títulos mais procurados eram: *A Menina que Roubava Livros* - Markus Zusak; *O Caçador de Pipas* - Khaled Hosseini; *A Cidade do Sol* - Khaled Hosseini; *A Cabana* - William Young; *Anjos e Demônios* - Dan Brown.

O projeto chegou a contar com mais de trinta mil associados. A bibliotecária ficava responsável por procurar os exemplares nas estantes e efetuar os empréstimos, enquanto os passageiros aguardavam do lado de fora. Para fazer a carteirinha, era necessário levar documentos pessoais, comprovante de residência e foto 3x4. O empréstimo durava dez dias, com a possibilidade de renovação mediante pedido. Além do empréstimo de livros, o Embarque na Leitura realizava eventos ligados à literatura, como contação de história, bate-papos e tarde de autógrafos.

O projeto chegou a instalar cinco bibliotecas: na estação Paraíso (linha 1-Azul e 2-Verde), nas estações Santa Cecília e Tatuapé (linha 3-Vermelha), na estação Brás (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM) e na estação Sacomã (de ônibus). O fim do projeto ocorreu em 2012 por falta de financiamento.

10. SESC: BiblioSesc

Desde 2017, a estação Guilhermina-Esperança (linha 3-Vermelha) recebe quinzenalmente a *Biblioteca Volante do Sesc (BiblioSesc)*. O caminhão-biblioteca estaciona na praça, ao lado da estação. Algumas vezes também recebe atividades como narrativa oral, intervenção visual, exposição do ilustrador, intervenção artística, dentre outras. O empréstimo é gratuito e conta com um acervo de 3,5 mil livros, jornais e revistas. O último registro encontrado da *BiblioSesc* na estação Guilhermina-Esperança foi em março de 2020, antes da declaração de pandemia no Brasil.

11. L&PM: Ticket Books

O Dia Mundial do Livro de 2015 contou com uma ação da editora L&PM, assinada pela agência Africa. Na estação Faria Lima da linha 4 - Amarela, passageiros receberam gratuitamente 1500 livros de bolso. Dentre eles, 300 eram *Ticket Books* - livros que serviam também de bilhete único com seis viagens já disponíveis. Para usar o bilhete, era necessário que o passageiro-leitor encostasse seu livro na catraca. Era possível, inclusive, recarregar o *ticket book* em site do projeto. Foi incentivado que, após a leitura, o passageiro recarregasse seu livro e o presentasse para outro usuário de metrô. Chamam a atenção as capas criadas especialmente para essa coleção, com inspiração em mapas do metrô de diversas partes do mundo.

Os dez títulos escolhidos foram: *"A Arte da guerra"* (Sun Tzu); *"Assassinato no Beco"* (Agatha Christie); *"Hamlet"* (William Shakespeare); *"Cem Sonetos de Amor"* (Pablo Neruda); *"Cebolinha em apuros!"* (Mauricio de Sousa); *"Garfield - Foi mal"* (Jim Davis); *"O grande Gatsby"* (F. Scott Fitzgerald); *"Quintana de bolso"* (Mario Quintana); *"Sherlock Holmes: O cão dos Baskerville"* (Sir Arthur Conan Doyle); e *"Peanuts: Amizade. É pra isso que servem os amigos"* (Charles M. Schulz).

12. Grupo Projetos de Leitura: Viajando na Leitura

Desenvolvido pelo Grupo Projetos de Leitura, o *Viajando na Leitura* tem a proposta de deixar livros em lugares de trânsito, seja no transporte público coletivo, táxis ou aeroportos. A capa dos livros possui

um adesivo com o convite: LEIA-ME E ME ESQUEÇA POR AÍ. Segundo o coordenador do Grupo Projetos de Leitura, as obras disponibilizadas costumam conter crônicas com histórias curtas, a fim de ser lidas de maneira rápida e pontual; e os livros infantis também prezam por breves histórias com ilustrações. Em São Paulo o projeto já aconteceu na CPTM, no Metrô, na Viação Cometa e nos ônibus de Guarulhos.

O Grupo Projetos de Leitura fez uma parceria com as concessionárias ViaQuatro e ViaMobilidade para eventos de incentivo à leitura. Em abril de 2019, foi feita uma parceria com a *Leitura na ViaQuatro* para distribuir 1200 exemplares na estação São Paulo-Morumbi da linha 4 – Amarela. Em comemoração ao Dia Internacional do Livro Infantil, distribuíram gratuitamente 1200 livros. Cada exemplar contava com uma tarja na capa contendo a orientação para que, após a leitura, o passageiro realizasse a devolução do livro nas prateleiras e nichos da *Leitura na ViaQuatro*. Em julho do mesmo ano realizaram uma ação similar na estação Largo Treze da linha 5 – Lilás por conta do Dia Nacional do Escritor. Em novembro foi a vez da estação Santo Amaro ter a distribuição de livros. O evento também contou com uma roda de conversa com alunos de duas escolas públicas da região.

13. Movimento BookCrossing: BookCrossing Brasil

O movimento *BookCrossing Brasil* é uma prática de deixar livros em lugares públicos para que outras pessoas os encontrem. Na capa e contracapa do livro são colocadas etiquetas explicando como o movimento funciona. Nelas há o pedido para que a pessoa registre seu achado no site oficial do movimento (www.bookcrossing.com.br). Esse registro possibilita rastrear a trajetória de cada livro. Após a leitura, a pessoa é convidada a esquecer o livro em outro lugar público. O lema do movimento é “leia, registre e liberte”.

Em 2010, em parceria com o centro de cultura virtual Kliceo, o BookCrossing Brasil “esqueceu” 1500 livros nas estações Vila Madalena, Clínicas, Consolação, Trianon-Masp, Brigadeiro, Alto do Ipiranga, Ana Rosa, Paraíso, Sé, Barra Funda e Tietê.

14. Empresa 24x7 Cultural: máquinas de venda de livros

Até meados de 2019, o metrô contava com *máquinas de venda de livros* dentro de algumas estações. Por meio de nota publicada no Facebook⁶, a empresa 24x7 Cultural informou que encerrou as operações no Metrô de São Paulo. Segundo a nota, foi uma decisão por parte da Companhia do Metropolitan de São Paulo. É possível encontrar algumas máquinas inoperantes nas estações.

Algumas máquinas seguiam o modelo de “Pague quanto acha que vale”. O pagamento mínimo era de R\$2,00 porque o equipamento só tinha entrada de cédulas. Era possível encontrar diversos gêneros como ficção, gastronomia, filosofia, negócios, humor, religiosos, dentre outros.

15. Pessoa física: Leitura no Vagão

O *Leitura no Vagão* é uma iniciativa privada cuja ação é “abandonar” livros em locais diversos, como os assentos dos vagões. Fundado em 2014 por Fernando Tremonti, que procurou o Metrô e recebeu a autorização para o início do projeto. O livro segue com a indicação para que a pessoa, ao final da leitura, também abandone o livro no transporte público. O piloto do projeto foi realizado no metrô de São Paulo e expandiu-se para ônibus e outras cidades. Em vista de minimizar o desconforto e o cansaço do dia a dia no transporte público, o projeto visa proporcionar outra experiência de viagem que só um livro poderia proporcionar. Nos natais de 2016 e 2017, o projeto ajudou o Papai Noel do metrô a distribuir livros.

6 Disponível em: <https://www.facebook.com/maquinadelivros/>. Acesso em: 08 ago. 2019.

Considerações finais

Ao considerar a dimensão da metrópole de São Paulo, com seus mais de doze milhões de habitantes, é inegável a baixa quantidade de projetos. É possível perceber que apenas alguns deles transformavam o metrô em um lugar de permanência e aproximação da cultura. A partir do momento em que o metrô é vivenciado como um destino e não como um espaço de passagem, experimenta-se a cidade de uma forma diferente. A leitura caminante e barulhenta, própria do núcleo da metrópole, é uma experiência ambivalente entre a multidão.

Uma parte dos projetos sugere a identificação do metrô como um lugar para o qual você deseja ir para se relacionar com os livros e com as pessoas. Os projetos da *Biblioteca Neli Siqueira*, *Clube de Leitura do Metrô*, *Nas Estantes da Zona Norte*, *Embarque na Leitura* e *BiblioSesc* produzem **relações de sociabilidade com encontros presenciais** entre passageiros leitores, com a discussão sobre as leituras e leituras orais. É grande a potencialidade de propagação da literatura nesses espaços de troca e vivência.

Outros projetos são de **distribuição de livros e de trocas mediadas por objetos**, como *Achados na Leitura*, *Leitura nas Vias*, *BookCrossing Brasil*, *Leitura no Vagão* e *Viajando na Leitura*. É possível perceber como eles transformavam o metrô em um espaço de aproximação à cultura. A surpresa em encontrar um livro e a decisão por carregá-lo consigo não é feita de maneira automática, é necessário um investimento subjetivo, e o início de uma leitura em um vagão pode provocar o contágio de outros passageiros. Contudo, a forma dessa troca (mediada por objetos) acaba por limitar as interações entre passageiros leitores.

O *Clube Digital de Leitura* e o *Viaje na Leitura* acabam sugerindo o **consumo individual do áudio-livro** por meio de uma captura via telefone celular, sendo que a ausência física do livro transforma a prática da leitura, uma vez que sai do âmbito tátil-visual e passa para o auditivo. Os projetos *Ticket Books* e as *máquinas de venda de livros* tinham como prioridade o **intuito publicitário** do consumo do livro. Eles acabam por concorrer com diversas outras publicidades à procura de um consumidor.

Destacamos a singularidade do *Poesia no Metrô*, pois o projeto produz um **espaço identitário e histórico** marcado pelos poetas da língua portuguesa. Ao parar para ler uma poesia em meio ao trânsito corrido de passageiros, o sujeito vai de encontro ao uso objetivo e funcional do metrô para ressemantizar aquele espaço com um sentido de lugar. A sensação de ler em meio a uma multidão apressada marca a experiência sensível do passageiro leitor.

Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc. **In the metro**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2002.

_____. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. 9ª edição. Campinas: Papirus, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger e CAVALLLO, Guclielmo. **História da leitura no mundo ocidental**, vol. II. São Paulo: Ática, 1999.

CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel. O Livro – Uma mudança de perspectiva *In*: LE GOFF, Jacques e Nora, Pierre. **História** – Novos Objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 4ª edição, 1995.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Ed. UNB, 1994.

_____. Do livro à leitura. *In*: CHARTIER, Roger. (Org.). **Práticas da leitura**. 5ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 77-105.

_____. Leituras e leitores “populares” da Renascença ao período clássico *In*: CHARTIER, Roger e CAVALLO, Guclielmo. **História da leitura no mundo ocidental**, vol. II. São Paulo: Ática, 1999, p. 117-134.

JACOB, Eduardo Louis. Leituras ambientais na paisagem transformada. **Comunicação & Educação**, v. 11, n. 3, 2006, p. 379-391.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2008.

OLIVEIRA, Juliana Venancio. **O portal da Biblioteca Metro Neli Siqueira como espaço de mediação e referência à história da Companhia do Metropolitano de São Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de São Paulo.

SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. **Tempo social - Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 209-229, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/sDhTTskCGVGdYqWRTyLnWPm/?lang=pt>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Referências eletrônicas

As informações foram coletadas entre os dias 15 de junho e 06 de agosto de 2021 dos seguintes sítios eletrônicos:

<http://redesocialzonanorte.blogspot.com/>

<http://www.educacional.com.br/>

<http://www.metro.sp.gov.br>

<http://www.viaquatro.com.br>

<https://anptrilhos.org.br/>

<https://creativepool.com/>

<https://propmark.com.br/>

<https://saopaulosao.com.br>

<https://www.abcdoabc.com.br>

<https://www.bookcrossing.com.br>

<https://www.estadao.com.br/>

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/>

<https://agora.folha.uol.com.br/>

<https://www.gazetasp.com.br/>

<https://www.metroworldnews.com.br>

<https://www.saopaulo.sp.gov.br>

<https://www.viamobilidade.com.br>

<https://www1.folha.uol.com.br/>



O BRINCAR MEDIADO E MIDIATIZADO: POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO DE SENTIDOS DAS CRIANÇAS A PARTIR DOS RITUAIS DE CONSUMO¹

Marcelo de Andrade²³

-
- 1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 2021.
 - 2 Doutorando em Ciências da Comunicação ECA/USP sob orientação da Profa. Dra. Clotilde Perez. Pesquisador do GESC3 – Grupo de Estudos Semióticos em Comunicação, Cultura e Consumo. marcelo_dandrade@yahoo.com.br.
 - 3 Bolsista CNPq.

Resumo: A criança *youtuber* enquanto protagonista se revela um personagem que traz para o âmbito público práticas que, até então, eram limitadas às ambiências do privado. Diante da crescente visibilidade adquirida por tais personagens tomadas como modelo, nos interessa refletir sobre a midiatização dos ritos de brincar, bem como dos modos de ser criança. A partir de uma perspectiva teórica, buscamos propor que o brincar diante da câmera desempenhado pelos *youtubers* mirins se revela um ritual de consumo que, tal qual um dispositivo midiático, seria capaz de articular sentidos entre marcas e espectadores na construção de modos hegemônicos de ser e estar criança em um contexto crescentemente conectado.

Palavras-chave: Comunicação e consumo; produção de sentidos; rituais de brincar; infâncias conectadas; *youtuber* mirim.

Introdução

Em decorrência da consolidação dos aparatos digitais de comunicação e da convergência crescente entre os dispositivos tecnológicos, é sabido que os indivíduos contemporâneos dispõem de outras possibilidades para produzir, compartilhar e, principalmente, conferir novos sentidos e significados aos conteúdos postos em circulação (CASTELLS, 2017; DIJCK, 2013; JENKINS; FORD; GREEN, 2014).

Em meio a este cenário complexo e em constante mutação, as crianças são comumente representadas como espectadores demasiadamente indefesos e incapazes de reconhecer os conteúdos que circulam pela rede; uma percepção que não é nova, visto que discussões com a mesma tônica já estavam presentes na dicotomia criança e televisão (POSTMAN, 1999; STEINBERG; KINCHELOE, 2004). Não por acaso, no senso comum há um entendimento que coloca a criança em um lugar de extrema fragilidade diante dos estímulos e apelos que o âmbito digital proporciona. É evidente que esta percepção é importante, uma vez que a criança se encontra em processo de desenvolvimento, mas, por outro lado, trata-se de uma visão um tanto simplista, tendo em vista que parte do pressuposto de que o sujeito, simplesmente por ser criança, seria incapaz de negociar, interpretar, tampouco compreender as mensagens que perpassam suas telas.

Neste capítulo, procuramos nos distanciar de concepções reducionistas e considerar que a discussão deve ser mais ampla e ir além da simples noção de incapacidade muitas vezes apregoada. Sob o prisma da Sociologia da Infância, a partir das conjecturas de autores como Corsaro (2011), James e Prout (1997) e Sarmiento (2004, 2005), partimos do pressuposto de que as crianças são atores sociais plenos de direitos e, por sua vez, possuem capacidades que são resultados tanto do seu desenvolvimento cognitivo quanto da sua experiência com o mundo, inclusive com o mundo da mídia. Logo, consideramos que as crianças são ativas na produção de sentidos e, portanto, capazes de negociar – evidentemente a seu modo e nos seus próprios termos – com os conteúdos que estão em circulação, afinal, o significado não é inerente ao conteúdo, mas produto dessa negociação entre as crianças e o mundo da mídia.

Diante dessa contínua negociação de sentidos, práticas culturais fortemente atreladas às infâncias, como no caso das brincadeiras, também são atravessadas por processos de resignificação à medida que o contexto técnico-sociocultural se modifica. As brincadeiras realizadas em frente à câmera pelos *youtubers* mirins, por exemplo, são práticas culturais que não surgiram somente após a consolidação da internet, mas foram sendo negociadas e remodeladas à medida que os aparatos digitais se imbricavam ao próprio cotidiano das crianças. Se comparada a práticas anteriores, a grande diferença é que agora a brincadeira não se confina aos espaços privados, circunscrito ao âmbito familiar; pelo contrário, é crescentemente midiaticizada, tornando-se ao mesmo tempo uma atividade íntima e pública capaz de gerar identificação, promover estilos de vida, visões de mundo, bem como modos de ser criança.

A partir dessa breve contextualização, a proposta deste capítulo é pensar no brincar dos *youtubers* mirins como um ritual de consumo que, tal qual um dispositivo midiático, seria capaz de articular sentidos entre marcas e espectadores na construção de modos hegemônicos de ser e estar criança em um contexto cuja conexão é algo imprescindível. No entanto, antes de adentrarmos no tópico seguinte,

vale salientar que nossa intenção aqui é apresentar uma possibilidade teórica de pesquisa. Os ganhos empíricos, embora sejam fundamentais, não são contemplados no escopo deste texto e serão discutidos em outra oportunidade, uma vez que se trata de uma pesquisa ainda em andamento.

A mediação do brincar

Enquanto prática social, a brincadeira é uma dinâmica dotada de significado que necessita de aprendizado. Para que uma determinada atividade seja reconhecida como uma brincadeira, é necessário que os sujeitos envolvidos a interpretem como tal, isto é, a criança precisa partilhar dessa mesma cultura para poder brincar (BROUGÈRE, 1998).

Por ser uma atividade social que está em constante mutação, o brincar ganha novos contornos e significados à medida que os aparatos técnicos e interativos adentram ao cotidiano infantil. Nos últimos anos, por exemplo, ver ou postar vídeos no YouTube passou a ser uma brincadeira característica da criança que se conecta a plataformas digitais com objetivo de ver, mas também ser vista.

Diante desses novos modos de perceber e sentir o espaço e tempo, de ver e de ouvir, isto é, desse novo *sensorium* nos termos de Walter Benjamin (MARTÍN-BARBERO, 2002), as crianças conferem outros sentidos em seus modos de brincar online e, por sua vez, contribuem com a instituição de novos processos de subjetivação. Para a psicanalista Suely Rolnik (1997), não há como constituir uma percepção cultural sem uma construção subjetiva que lhe dê sentido e vice-versa. Nesse sentido, para que possamos pensar na mediação do rito de brincar é preciso que haja uma construção subjetiva que dê sentido a esta forma de brincar, ou seja, as crianças, portanto, não apenas são impactadas e moldadas pelas culturas, mas se revelam atores sociais que edificam culturas.

Desse modo, considerando que o ato de brincar é socialmente aprendido e as paisagens subjetivas e culturais indissociáveis, acreditamos que as crianças *youtubers* contribuem com um processo de subjetivação capaz de dar visibilidade a uma percepção cultural à medida que brincam e se divertem em frente à câmera. Constitui-se, então, um tipo de subjetividade fortemente mediado que é sistematicamente apresentado como um modo atual e divertido de ser criança, e tudo que não é condizente com tal modo de ser é cuidadosamente deixado de fora. Trata-se de um modo de subjetivação que denominamos como a criança conectada (ANDRADE, 2019) a qual se estabelece enquanto um sujeito que brinca diante da câmera e também contribui para produzir os ritos e modos de brincar numa ambiência digital cujos interesses mercadológicos e publicitários muitas vezes estão colocados como pano de fundo.

Vale ressaltar que adotamos o termo criança conectada não apenas para enfatizar que as crianças estão progressivamente conectadas aos aparatos digitais, mas que para além de consumir, curtir e compartilhar, a criança conectada contribui para demarcar e difundir estilos de vida, modos de brincar e ser criança em linha com o protagonismo dos bens de consumo e dos equipamentos conectados à internet. Neste sentido, entendemos que os *youtubers* mirins, para além de produtores de conteúdo, ocupam o posto de produtores de subjetividades, pois revelam um tipo de subjetivação que indica os modos divertidos, atuais e, até mesmo, bem-sucedidos de ser criança em um contexto cuja presença de bens de consumo e aportes publicitários são substanciais para dar materialidade aos aspectos simbólicos que edificam tais personagens mirins.

Nosso objetivo, portanto, é propor que o rito de brincar da criança conectada se revela uma atividade crescentemente mediada, de modo que a própria brincadeira se remodela e ganha novos contornos à medida que os aparatos midiáticos adentram ao cotidiano infantil. Para isso, é fundamental entendermos, neste primeiro momento, qual noção de mediação tomamos como referência, uma vez que este conceito não comunga de definição absoluta e única; pelo contrário, pode ser apreendido a partir de diferentes vertentes.

Apesar das primeiras formulações a respeito da mediação terem surgido em meados dos anos 1980, foi principalmente a partir dos anos 2000 que tal abordagem ganhou suas primeiras tentativas de desenvolver-se de forma sistemática. De acordo com Trindade e Perez (2014), a mediação vem

na esteira evolutiva do pensamento comunicacional, buscando ir além das tradicionais abordagens dos estudos de mídias que, até então, se limitavam aos estudos de análise textual, economia política da produção dos meios e estudos de recepção ou audiências.

Na prática, o objetivo da midiática é apreender a ampla presença da mídia em meio aos processos de transformação, organização e (re)estruturação de práticas sociais, política, culturais, econômicas etc., e por sua vez, abarcar as mudanças sociais decorrentes da disseminação de conteúdos e plataformas midiáticas que se entrelaçam aos contextos e práticas da vida cotidiana (COULDRY; HEPP, 2013). A partir dessa corrente teórica, a midiática busca, em última instância, analisar criticamente a inter-relação entre as mudanças na mídia e na comunicação frente às transformações na cultura e na sociedade (HEPP, 2014).

De acordo com o autor dinamarquês Stig Hjarvard (2012), todo processo de midiática pode ser definido de duas maneiras, isto é, de forma direta (forte) ou indireta (fraca). A primeira refere-se às atividades que, antes não mediadas, se transformam em uma forma mediada, de modo que só podem ser realizadas através da interação com um meio. Um exemplo bastante atual em tempos de pandemia são as aulas remotas que, antes dependentes da presença física, só foram possíveis desde que mediadas por telas e seus apetrechos, revelando-se um processo de midiática direta. Por outro lado, a midiática indireta acontece quando uma atividade é influenciada, mas não totalmente dependente e transformada pelos mecanismos midiáticos.

Tendo em vista que a midiática se debruça sobre o modo com que a sociedade e as realidades estariam se reestruturando devido à presença crescente das mídias e da comunicação na cultura, podemos considerar que tal abordagem dialoga, em certo sentido, com o conceito de mediações comunicacionais da cultura presente nas formulações de Jesús Martín-Barbero (2015). Não por acaso, Couldry e Hepp (2013), ao elegerem as principais correntes que tornaram a perspectiva da midiática possível, destacam a importância de Martín-Barbero na pavimentação de caminhos sobre os quais se assentam muitas das reflexões acerca da centralidade dos processos midiáticos no contemporâneo.

Para o autor brasileiro José Luiz Braga (2012), a noção apresentada por Martín-Barbero foi fundamental, tendo em vista que colocou em cena o sujeito integrado a seus contextos, bem como começou a fazer perceber os processos midiáticos. Desse modo, processos de mediações e midiática não se colocam em contraponto, como contrários, mas a midiática se revela, na contemporaneidade, um dos principais tipos de mediação dos processos sociais.

A partir dessa proposição, podemos inferir que há uma falsa controvérsia entre os conceitos de mediações e midiática. O que existe, na prática, são posições teóricas ligadas aos modos locais de perceber os fenômenos de comunicação (TRINDADE, 2019).

Ao discutir sobre a inserção do conceito de midiática na agenda internacional de investigação dos meios, a portuguesa Rita Figueiras (2017) diz emergir um debate em torno das diferenças e aproximações entre os conceitos de midiática e mediações. De um lado, está a corrente nórdica europeia que considera que o conceito de midiática é capaz de explicar melhor o entrelaçamento das mídias com a sociedade. Do outro, estão os estudos latino-americanos, que consideram o conceito de mediações como o que melhor serve aos estudos de mídia e comunicação, especialmente a partir das mediações comunicacionais da cultura de Martín-Barbero, a qual deixa claro a centralidade da comunicação na formação sociocultural.

Sendo assim, a distinção entre mediações e midiática não se limita a um debate exclusivamente epistemológicos, isto é, no sentido de eleger o conceito que melhor possa abarcar as complexidades do mundo contemporâneo; trata-se também de uma disputa política, pois como nos lembra Lopes (2014, p. 75) “o debate científico da comunicação, como todo debate científico, é feito dentro de um campo regulado pela lógica da autoridade científica e do reconhecimento”. Logo, tal debate é feito de controvérsias, oposições e complementaridades, ao mesmo tempo, epistêmicas e políticas.

Embora a proposta deste texto seja pensar na brincadeira da criança conectada a partir do conceito de midiática, é preciso ter a clareza que tal concepção carrega controvérsias e disputas. Ao lançarmos luz sobre os processos de mediações e midiática, procuramos sinalizar que não se tratam de visões antagônicas. Pelo contrário, as aproximações entre ambas as correntes teóricas tendem a

enriquecer o debate e gerar resultados mais robustos, pois as mediações se revelam importantes para perceber o lugar do sujeito em meio às dinâmicas comunicacionais, tendo em vista suas apropriações e seus contextos. E a midiaticização, por sua vez, permite perceber tais apropriações em meio a uma estrutura que, através da interação, molda padrões culturais, práticas de sociabilidade, bem como crenças e visões de mundo (TRINDADE, 2019; TRINDADE; PEREZ, 2019). Na prática, a junção entre ambas as vertentes indica uma rica conjectura de pesquisa diante das complexidades comunicacionais que edificam as realidades contemporâneas, possibilitando a compreensão tanto dos sujeitos em seus contextos quanto das estruturas que acomodam as lógicas culturais.

Neste momento, contudo, nos interessa pensar no brincar da criança conectada enquanto uma prática fortemente midiaticizada, tendo em vista que o próprio rito de brincar é modelado e ressignificado a partir da presença crescente dos aparatos digitais no cotidiano de grande parte das crianças brasileiras com acesso à internet.

Desse modo, no tópico seguinte, buscamos dar um passo além e apresentar uma possibilidade de pesquisa que se revela frutífera diante do brincar midiaticizado das crianças, com especial destaque para os influenciadores mirins. Para isso, argumentamos que a midiaticização do brincar das crianças *youtubers* se revela um ritual de consumo que, em suas dimensões comunicacionais, seria capaz de orientar e modular as condutas daqueles que brincam, como também propagar certas visões de mundo, estilos de vida e modos de ser criança frequentemente atrelados a marcas e bens de consumo.

A brincadeira como ritual de consumo midiaticizado

Em um contexto cada vez mais midiaticizado, percebe-se que, sobretudo nos últimos anos, um contingente crescente de crianças vem experimentando novas formas de interação, sociabilidade e entretenimento por meio das telas. Se, por um lado, as crianças estão consumindo com regularidade os incontáveis conteúdos distribuídos pela rede, por outro, não podemos deixar de notar que, ao se apropriarem dos aparatos digitais, as crianças também reconfiguram e conferem outros sentidos em seus modos de brincar.

Partindo do pressuposto de que o ato de brincar é socialmente constituído e compreende certos conjuntos de regras, sequências e padrões que devem ser compartilhados pelos pares, nos parece possível tecer aproximações e pensar na brincadeira enquanto um ritual. Para fundamentar tal argumentação, tomamos como ponto de partida as observações da antropóloga Mariza Peirano (2003), para quem o ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica, constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos. No intuito de oferecer uma definição operativa de ritual, a autora elenca cinco pontos basilares: 1) não há definição absoluta de ritual, pois a compreensão do que é ou não um ritual deve ser etnográfico, ou seja, o pesquisador é quem deve apreender os momentos ritualísticos; 2) a natureza dos eventos rituais não importa, pois podem ser festivos, religiosos, profanos etc. O que interessa é que eles tenham uma forma específica – certo grau de convencionalidade, redundância, e que combine palavras e ações; 3) o ritual não se caracteriza pela aparente falta de racionalidade ou pela falta de relação entre meios e fins, pois a racionalidade é critério da nossa sociedade e transformá-la em um consenso universal só tende a atrapalhar; 4) uma vez que a sociedade possui um repertório de categorias, classificações, formas e valores que é compartilhado, o que se encontra no ritual já é encontrado no dia a dia e vice-versa; e 5) por vivermos em sociedade, todas as nossas ações possuem um elemento comunicativo implícito, por isso, o ritual se trata de um sistema cultural de comunicação simbólica (PEIRANO, 2003).

Ademais, Peirano propõe que a ação ritualística pode ser apreendida como performativa em três sentidos. O primeiro no sentido pelo qual dizer é também fazer algo como um ato convencional; o segundo no sentido de que os participantes experimentam uma performance que se vale, ao mesmo tempo, de vários meios de comunicação; e o terceiro no sentido de que os valores são criados pelos atores durante o ato performático. Logo, os rituais estão presentes em diversos momentos da vida cotidiana, especialmente naqueles em que as performances estão postas: o jogo de futebol, o ato religioso, a

brincadeira performada pela criança diante de uma câmera, como também o consumo são exemplos de rituais que atravessam nosso percurso diário.

Quando falamos em consumo, especialmente a partir do mundo ocidental, precisamos reconhecer que tal fenômeno desempenha papel central na formação sociocultural, de modo que é a partir do consumo que nos relacionamos com nossos pares, que damos sentidos às coisas e ao mundo que nos circunda.

Tal qual outras tantas atividades que compõem a cultura, o consumo não é natural, mas um ato socialmente aprendido; uma prática cujas dimensões material e simbólica são indissociáveis. É por isso que, “modos de ser, estilos de vida, valores e discursos são socialmente apreendidos, bem como gostos e hábitos que perfazem as rotinas diárias” (CASTRO, 2012, p. 61) Pelo consumo adquirimos novos interesses, conferimos valor sobre determinadas questões e, até mesmo, elegemos certos estilos de vida como os ideais. De acordo com Maria Aparecida Baccega (2014, p. 55) o “consumo abarca o intangível, na forma de ‘experiências’ ou vivências oferecidas aos consumidores em ambientes concretos ou virtuais”.

Ao delinear uma conexão entre o consumo e os rituais e, portanto, trabalhar com a ideia de ritual do consumo, o antropólogo Grant McCracken (2003) argumenta que os bens têm qualidades móveis e, por isso, possuem uma significação que está para além de seu caráter utilitário e comercial. Trata-se de um significado que está sempre trânsito, movendo-se do mundo culturalmente constituído para os bens de consumo e, em seguida, se deslocando dos bens para o consumidor individual.

De acordo com o autor canadense, há três localizações para o significado (mundo culturalmente constituído; bens de consumo; consumidores individuais) e dois momentos de transferência (mundo-para-bem; bem-para-consumidor). Por essa perspectiva, o significado presente no mundo culturalmente constituído é transferido para os bens de consumo por mediações dos sistemas da moda e da publicidade. A partir do momento em que estão alocados nos bens de consumo, os significados são transferidos para os indivíduos por meio dos rituais que, para McCracken, se resumem aos rituais de posse, troca, arrumação e despojamento. Esses rituais, de acordo com Perez (2020, p. 54), “podem ser definidos como comportamentos estabelecidos e reconhecidos pela sociedade e que propiciam um contexto para o indivíduo afirmar, atribuir, evocar ou mesmo rever significados”.

Embora a proposta de McCracken (2003) revele a competência dos rituais de consumo na transferência de significados, é preciso ponderar que o autor observa esse fenômeno a partir de sua formação, isto é, de um ponto de vista antropológico. Pensando nisso, Trindade e Perez (2014b) sugerem que a proposta do autor canadense acerca dos rituais de consumo é passível de uma nova interpretação, de modo a contemplar atos sequenciais regulares mais simplificados, denominados pelos autores como rituais de busca, compra, posse e usos e descartes. Essa nova interpretação possibilita entender que o consumo não se inicia apenas na posse, como visto em McCracken, mas muito antes. A busca por vídeos no YouTube, a descoberta de bens de consumo que neles aparecem, bem como o deslizar de dedos pelos conteúdos protagonizados por crianças na internet, tudo isso é consumo.

Nesse sentido, observa-se uma perspectiva transdisciplinar para pensar nos rituais de consumo, a qual se manifesta tanto do ponto de vista antropológico – capaz de compreender como os rituais de consumo operam em uma dimensão *pessoa-objeto* –, quanto comunicacional – que percebe os rituais de consumo como dispositivos midiáticos capazes de articular sentidos de produtos e marcas na vida das pessoas. Abre-se, então, um rico espectro de pesquisa na intersecção entre comunicação, consumo e infância, possibilitando compreender tanto as relações estabelecidas entre as crianças e os bens de consumo em seus rituais cotidianos (antropológico), quanto vislumbrar os significados produzidos a partir do rito de brincar, de modo a compreender como esses rituais atuam tal qual dispositivos midiáticos na propagação de certos estilos hegemônicos de ser e viver a infância (comunicacional e semiótico).

Vale salientar que tomamos como arcabouço teórico a noção de dispositivos proposta por Foucault (2012) e Agamben (2009). Para Foucault (2012) o dispositivo tem função dominante, articulando com propósitos hegemônicos para a construção de um ideal social que se traduz em um conjunto de signos, formulações e discursos. Já para Agamben (2009) dispositivo é qualquer coisa que tenha a capacidade de orientar, determinar e modelar os gostos, as condutas e opiniões dos seres vivos.

No caso deste texto, é a partir da perspectiva do ritual de consumo como dispositivo midiático que buscamos diálogo com o brincar da criança em suas dimensões midiaticizadas. Pensar no rito da brincadeira online enquanto dispositivo midiático nos parece um caminho teórico-metodológico potente, uma vez que os dispositivos, em suas dimensões midiaticizadas, têm a capacidade de propagar certos modos de brincar, modelar as condutas daqueles que brincam e articular sentidos entre as marcas e seus consumidores, ao mesmo tempo em que instituem um ideário midiaticizado de ser e estar criança.

Os rituais de consumo midiaticizados como dispositivos na articulação de sentidos

As crianças *youtubers* se revelam personagens com grande capacidade para agregar seguidores e propagar conteúdos. O canal dos irmãos Maria Clara & JP⁴ é um exemplo eloquente do que aqui chamamos de criança conectada, pois, por um lado, a dupla se apresenta tal qual qualquer criança de sua idade, com linguagens informais e certa dose de amadorismo e espontaneidade. Mas, por outro lado, os irmãos se destacam como porta-vozes da própria marca, tendo em vista que brincam diante da câmera e, concomitantemente, demonstram sua linha de brinquedos, deixando evidente os interesses comerciais colocados como pano de fundo. A rigor, muitas das produções culturais dessas pequenas personalidades, especialmente aquelas que se destacam na rede em matéria de número de seguidores e visualizações – como no caso de Maria Clara e JP – passam a ser apropriadas e atravessadas por interesses publicitários e mercadológicos.

É importante ressaltar que na conjuntura atual, a prática publicitária não se limita aos contextos circunscritos aos modos tradicionais de se fazer publicidade, mas se manifesta por diferentes formatos de publicização (CASAQUI, 2011), transbordando, portanto, qualquer aprisionamento midiático e pertencendo àquilo que Perez e Aquino (2018) chamaram de ecologia publicitária. Dentre às diferentes práticas e estruturas sobre os quais a publicidade emerge e circula, pode-se dizer que um dos principais formatos e, talvez, um dos mais persuasivos, é o entretenimento. Em particular no caso das crianças, o entrelaçamento entre publicidade e entretenimento se revela uma estratégia, ao mesmo tempo, oportuna e problemática, tanto para os interessados em interpelar a criança enquanto consumidora, quanto para aqueles que buscam monetizar suas produções em um contexto cujas regras em vigor restringem o endereçamento publicitário à criança no Brasil (ANDRADE; CASTRO, 2020; CRAVEIRO; BRAGAGLIA, 2017).

Nesse sentido, à medida que as mensagens publicitárias se hibridizam com as produções de entretenimento, fica evidente a sobrevida do fazer publicitário em meio ao cotidiano infantil, pois, nestes casos, o apelo comercial é transvestido de diversão, mas carregando ainda sua função primeira, isto é, a persuasão. Portanto, não é exagero dizer que, com certa frequência, as crianças *youtubers* que brincam e aparentemente se divertem em frente à câmera, atuam como porta-vozes de marcas e, por sua vez, contribuem com a articulação de sentidos entre produtos e consumidores mirins em seus modos de brincar online.

Posto isso, como forma de contemplar os objetivos traçados inicialmente, nos interessa, neste momento, resgatar alguns conceitos discutidos ao longo do texto para pensar no brincar da criança conectada como um ritual de consumo midiaticizado. O primeiro conceito diz respeito à ideia de ritual em Peirano (2003), que considera o ritual como um sistema cultural de comunicação simbólica constituído de seqüências ordenadas e padronizadas de palavras e atos que, em seus traços constitutivos, pode ser visto como performativo.

Outro ponto importante para a nossa reflexão diz respeito ao conceito sobre os rituais de consumo proposto inicialmente por McCracken (2003) e atualizado em Trindade e Perez (2014b). A partir dessas abordagens, podemos perceber que a prática publicitária tem papel central na circulação de signifi-

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/c/MariaClaraeJP>. Acesso em: dez/2022.

cados, e os rituais, por sua vez, atuam como um lugar de intermédio, de transferência de significados, uma vez que os bens de consumo possuem sentidos cambiantes e constantemente em trânsito.

Por fim, a terceira perspectiva diz respeito à noção de mediação que, de acordo com Couldry e Hepp (2013), trata-se de um conceito que busca apreender a ampla presença da mídia na vida social, abarcando as transformações culturais decorrentes da disseminação de conteúdos e plataformas midiáticas que se entrelaçam aos contextos e práticas da vida cotidiana.

A partir dessas três bases teóricas, acreditamos ser possível inferir que a brincadeira na qual crianças aparentemente se divertem e demonstram bens de consumo diante da câmera, torna-se progressivamente um ritual de consumo mediado. Ou seja, trata-se de um ritual porque há uma forma específica de se fazer os vídeos neste formato; segue-se certa convencionalidade, redundância e sequência de palavras e atos, de modo que os sentidos são conferidos à medida que a brincadeira/performance acontece.

Trata-se também de um ritual de consumo, pois, por meio do sistema publicitário, a aparente e despretensiosa brincadeira tem a capacidade de transferir significados com vistas à construção simbólica da relação entre os bens de consumo e as crianças. Cria-se, portanto, uma espetacularização dos hábitos de consumo que são transformados em rituais.

Por fim, tratar-se de uma brincadeira mediada, pois o brincar passa por mudanças substanciais decorrentes da presença e intensificação de plataformas midiáticas na vida cotidiana das crianças. Se observado a partir da proposta de Hjarvard (2012), a brincadeira se revela um processo de mediação direta (forte), uma vez que só é possível brincar de ser *youtuber* mirim desde que, impreterivelmente, seja feito dentro de um determinado espaço midiático, com certos equipamentos e bens de consumo, e de acordo com um conjunto de regras, sequências e padrões tanto de gestos quanto falas que darão o tom para que a produção seja reconhecida como tal.

Desse modo, a partir da perspectiva transdisciplinar dos rituais de consumo, que em seu viés comunicacional atuam como dispositivos capazes de articular sentidos entre marcas e consumidores, defendemos que o rito de brincar em suas dimensões mediadas pode ser visto como dispositivo midiático, pois a brincadeira protagonizada pelos *youtubers* mirins tem a capacidade de atuar como articulador de sentidos entre as marcas promovidas e as crianças espectadores.

Como dito inicialmente, é evidente que a proposta aqui apresentada, por fazer parte de uma pesquisa ainda em andamento, tem uma perspectiva teórica e, portanto, demanda ganhos empíricos no sentido de verificar como isso se consolida. Contudo, por ora, concluímos este texto com a interpretação de que pensar no rito de brincar enquanto dispositivo capaz de articular sentidos se revela um caminho proveitoso para melhor compreender o lugar da criança em suas dimensões mediadas, visto que o ritual de brincar diante da câmera, para além de promover bens de consumo e transferir significados, possui a capacidade de orientar, determinar e moldar gostos, práticas, estilos de vida e visões de mundo diante das crianças que brincam e consomem cotidianamente tais produções.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O Que é o Contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ANDRADE, Marcelo. **Comunicação, consumo e diversão nos vídeos unboxing: a publicidade e a criança conectada**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2019.

ANDRADE, Marcelo; CASTRO, Gisela. Youtubers mirins e os vídeos unboxing: uma reflexão sobre a criança conectada nas tramas da publicidade contemporânea. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 14, n. 1, p. 96-116, 2020.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação e consumo. In: CITELLI, Adilson; BERGER, Christa (org.). **Dicionário de Comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 53-64.

- BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI, Jeder; JACKS, Nilda (org.). **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. **Faculdade de Educação**, v. 24, n. 2, p. 103-116, 1998.
- CASAQUI, Vander. Por uma teoria da publicização: transformações no processo publicitário. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, n. 36, p. 131-151, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- CASTRO, Gisela. Screenagers: entretenimento, comunicação e consumo na cultura digital. In: BARBOSA, Livia (org.). **Juventudes e gerações no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 61-77.
- CORSARO, William. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. Conceptualizing mediatization: Contexts, traditions, arguments. **Communication Theory**, v. 23, n. 3, p. 191-202, 2013.
- CRAVEIRO, Pâmela Saunders Uchôa; BRAGAGLIA, Ana Paula. Regulação da publicidade infantil no Brasil: a publicidade após a resolução 163 do Conanda. In: ALCÂNTARA, Alessandra; GUEDES, Brenda (org.). **Comunicação e Infância: processos em perspectiva**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017. p. 11-30.
- DIJCK, José Van. **The culture of connectivity: a critical history of social media**. 2. ed. New York: Oxford, 2013.
- FIGUEIRAS, Rita. Estudos em mediatização: causalidades, centralidades, interdisciplinaridades 1. **Matrizes**, v. 11, n. 1, p. 101-126, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.
- HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiáticos: pesquisa da mediatização na era da “mediação de tudo”. **Revista Matrizes**, v. 8, n. 1, p. 45-64, 2014.
- HJARVARD, Stig. Mediatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.
- JAMES, ALLISON; PROUT, Alan. **Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood**. London: Falmer Press, 1997.
- JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Aleph, 2014.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Matrizes**, v. 8, n. 1, p. 65-80, 2014.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo**. Santiago, Chile: Donde de Cultura Económica, 2002.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- MCCRACKEN, Gran. **Cultura & consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e atividade de consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- PEIRANO, Mariza. **Rituais: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- PEREZ, Clotilde. **Há limites para o consumo?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2020.
- PEREZ, Clotilde; AQUINO, Victor. Estética do consumo: uma perspectiva a partir da ecologia publicitária. **Visualidades**, v. 16, n. 2, p. 301-318, 2018.
- POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- ROLNIK, Suely. Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura. Em: **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papirus, 1997. p. 25-34.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel; CERISARA, Ana Beatriz (org.). **Crianças e Míudos : Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação**. Lisboa:

Edições ASA, 2004. p. 9-34.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005.

STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe. **Cultura infantil: a construção corporativa da infância**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

TRINDADE, Eneus. Entre mediações e midiatizações do consumo: uma perspectiva latino-americana. *In*: TRINDADE, Eneus; LACERDA, Juciano de Sousa; FERNANDES, Mário Luiz (org.). **Entre Comunicação e Mediações: visões teóricas e empíricas**. Campina Grande: UEPB, 2019. p. 57-74.

TRINDADE, Eneus; PEREZ, Clotilde. Dimensões do Consumo midiatizado. *In*: MARTINS, Moisés de Lemos; OLIVEIRA, Madalena (org.). **Comunicação Ibero-americana: os desafios da internacionalização**. Minho. p. 3089-3097.

TRINDADE, Eneus; PEREZ, Clotilde. Os rituais de consumo como dispositivos midiáticos para a construção de vínculos entre marcas e consumidores. **Alceu**, v. 15, n. 29, p. 157-171, 2014. b.

TRINDADE, Eneus; PEREZ, Clotilde. O consumidor entre mediações e midiatização. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 32066, 2019.



O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC) NA UNIDADE EDUCATIVA¹

Tatiana Garcia Luz-Carvalho²

-
- 1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 2021.
 - 2 Mestra em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, com orientação do Prof. Dr. Adilson Citelli; licenciada em Educomunicação pela mesma universidade e jornalista graduada pela Faculdade Cásper Líbero. Integra o grupo de pesquisa Mediações Educomunicativas - MECOM (ECA-USP). E-mail: luzcarvalho.tatiana@alumni.usp.br.

Resumo: A partir de referencial teórico da interface Comunicação e Educação, o presente artigo analisa o decreto do município de São Paulo que fixa as atribuições de direção e coordenação pedagógica. O objetivo é entender o que se espera desses profissionais no posicionamento das TDIC no ambiente escolar. O estudo permite a percepção de que gestores escolares podem desempenhar papel estratégico no favorecimento dessas temáticas na escola, ao terem como função articular a equipe docente e a construção do Projeto Político Pedagógico da unidade educativa.

Palavras-chave: Gestão escolar. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. Comunicação. Educação.

Introdução

Num contexto de crescimento exponencial do espaço tomado pelas mídias e tecnologias na rotina de crianças e jovens, influenciando seus modos de ver, pensar e agir no mundo, a escola tem um papel importante. Ela conjuga com as demais agências de socialização: mídia e família, não se submetendo ou subordinando a elas, mas compondo uma parceria de responsabilidades (BACCEGA, 2008).

O espaço importante e necessário ocupado por essa agência educadora só é possível a partir de um projeto bem delineado e da atuação diária de profissionais, pois como nos lembra Lück (2009) "Educação é um processo humano de relacionamento interpessoal e, sobretudo, determinado pela atuação de pessoas" (p. 82). Nesse sentido, mostra-se importante lançar mirada para as ações promovidas, as atitudes assumidas, os recursos empregados e as estratégias adotadas pelas pessoas que trabalham na educação, visando "[...] entender o papel da escola e dos docentes como ativadores de discursos e facilitadores do diálogo social, dimensão, reiteramos, comunicativa em seu sentido mais abrangente [...]" (CITELLI, 2019, p. 322).

Nesse sentido, este texto se volta à reflexão sobre o papel da direção e da coordenação pedagógica, de escolas municipais da cidade de São Paulo, na lida com as TDIC. As reflexões aqui apresentadas fazem parte de um dos capítulos da monografia de mestrado da autora, "Perspectivas da gestão escolar sobre mídias e TDIC: uma análise a partir de duas escolas municipais de ensino fundamental em São Paulo"³, a qual tem como objetivo investigar se as posturas adotadas por direção e coordenação pedagógica são da ordem do afastamento ou da aproximação com relação às TDIC e mídias.

Metodologia

No intento de compreender o papel esperado de gestores no tratamento das TDIC dentro das escolas, discutiremos o decreto do município de São Paulo nº 54.453 de outubro de 2013 que "Fixa as atribuições dos Profissionais de Educação que integram as equipes escolares das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino". Não nos filiamos a uma metodologia de análise específica, mas buscamos discutir os dizeres da prescrição a partir de bibliografia da área, mais especificamente Paro (2016) e Lück (2009), pesquisadores referência em termos de gestão escolar, e seis artigos que abordam o entrecruzamento: gestão escolar e TDIC. Chegou-se nesses trabalhos por meio de levantamento informal realizado no Portal de Periódicos CAPES/MEC, SciELO, Biblioteca Digital de Trabalhos Acadêmicos da USP e Google Acadêmico, em fevereiro de 2021. A busca foi realizada procurando em títulos e resumos a combinação das palavras-chave "gestão escolar" OU "gestor escolar" E "tecnologias digitais de informação

3 Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-29112022-120808/pr-br.php>. Acesso em 12 de fev. de 2023.

e comunicação” OU “tecnologias de informação e comunicação”. Realizamos a leitura dos resumos dos artigos encontrados e filtramos pela pertinência.

Quem é a gestão escolar?

De acordo com o decreto municipal nº 54.453 de outubro de 2013, a equipe gestora das Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) na cidade de São Paulo é composta pelo diretor de escola, assistente de diretor e coordenador pedagógico, sendo a equipe “[...] responsável pela administração e coordenação dos recursos e das ações curriculares propostas nos projetos político-pedagógicos de cada unidade educacional” (São Paulo, 2013).

Segundo Lück (2009), a equipe de gestão é encarregada da organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, sendo o diretor a pessoa com maiores responsabilidades.

Gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu próprio projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios de democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo [...], de participação e compartilhamento [...] e auto-controle [...] (Lück, 2009, p. 24).

Para a autora é importante que as estratégias de intervenção da gestão sejam organizadoras e mobilizadoras, de modo que possam ser orientadas para auxiliar que os processos de formação e aprendizagem dos alunos sejam cada vez mais potentes (LÜCK, 2009).

Hessel (2004) defende o caráter potencialmente transformador de um cargo de gestão escolar, discorrendo, nesse sentido, sobre as características que se espera de uma boa liderança. Segundo ela, de acordo com os princípios democráticos promulgados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), o gestor deve compartilhar responsabilidades, adotando prática mais participativa. Nessa linha, Hessel (2004) apresenta as TIC como importantes instrumentos para a integração dos esforços e das ações da escola. “[...] a tecnologia não está simplesmente dando suporte às tarefas manuais, mas está criando oportunidades e situações totalmente novas. Além de eletrônica, a revolução é da comunicação” (p. 5).

Assim, entende-se o lugar estratégico ocupado por diretores e coordenadores pedagógicos na implementação do projeto da escola. Neste artigo, a lente que ajusta o olhar para o trabalho de gestão escolar é a da interface Comunicação e Educação, ou seja, observaremos as atribuições desses sujeitos buscando entender quais os limites e as fronteiras de decisão de gestores como ativadores de discursos e facilitadores do diálogo social com relação ao trabalho pedagógico com as TDIC.

Gestores de São Paulo no contexto dos documentos oficiais

A LDB define que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um norte para as propostas pedagógicas e os currículos dos sistemas e redes de ensino no Brasil. Como consta no site do governo⁴, ela “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Este documento, que é orientado pelos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), define quais são os conhecimentos, as competências e as habilidades a serem trabalhadas com os estudantes ao longo dessa trajetória escolar. O texto final da BNCC foi publicado em

4 BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 31 jul. 2021.

2017. Antes deste, houve versões preliminares que passaram por avaliação de educadores, pesquisadores e entidades.

Soares (2018) analisou as três edições da BNCC, à luz dos preceitos teóricos da educomunicação, para entender qual tratamento é dado à interface Comunicação e Educação no documento nacional.

O pesquisador identifica que o tema da educação midiática ganha destaque na versão definitiva do documento, visto que seis das dez competências gerais exprimem algum vínculo metodológico ou teórico com essa área. Segundo Soares (2018) são elas as competências 3, 4, 5, 7, 9 e 10, apresentadas nas páginas 7 e 8 da BNCC.

No caso, são contemplados elementos que se relacionam à expressão cultural, ao uso das diferentes linguagens, à criação e à utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação, sempre com a expressa recomendação de que isso se faça de forma crítica, significativa, reflexiva e ética (Soares, 2018, p. 12).

Apesar da declarada importância dada ao desenvolvimento de competências voltadas à educação midiática, Soares (2018) afirma não ser possível garantir que as palavras não passarão de frases soltas em um discurso protocolar. Ele coloca nas mãos dos atores escolares a decisão sobre a perspectiva a ser adotada para tratar da temática: “se sob uma perspectiva iluminista-bancária ou se no contexto de um procedimento construtivista-dialógico” (p. 13).

[...] resta, pois, saber em que condições, de que maneira e em que espaços curriculares os aprendizados sobre as diferentes linguagens, incluindo as midiáticas e digitais, serão assegurados no momento de explicitar tais normas em projetos curriculares específicos (Soares, 2018, p. 18).

Por esta via, além de evocar o trabalho de educadores e mídia-educadores, Soares deixa algumas interrogações em aberto, as quais estão alinhadas ao problema da dissertação da qual este artigo é um recorte: ele indaga quais serão os referenciais teóricos e as condições didáticas adotadas pelos gestores para implementar o desenvolvimento das competências gerais relacionadas à interface Comunicação e Educação.

A partir das diretrizes apresentadas pela BNCC, a Secretaria Municipal de Educação (SME) da cidade de São Paulo publicou em 2017 um currículo próprio voltado ao Ensino Fundamental⁵. O documento propõe objetivos de aprendizagem e desenvolvimento às escolas municipais, de acordo com as particularidades do município. Além de contemplar as áreas tradicionais como Matemática, Língua Portuguesa, Artes, Geografia etc., o currículo conta com uma parte dedicada ao que chamam de “Tecnologias para a Aprendizagem”. Em matéria publicada no site da SME, o destaque principal é essa área de tecnologias, que desponta como uma inovação no país, uma vez que a Prefeitura de São Paulo “[...] será ainda a primeira rede municipal a contar com aulas de programação e letramento digital no currículo desde o 1º ano”⁶.

De acordo com o documento, na cidade de São Paulo, no final do século XX e início do XXI, as escolas contavam com laboratórios de informática estanques que ou encontravam-se fechados, ou recebiam visitas periódicas dos alunos para aprendizado de técnicas de manejo da máquina e softwares de escritório. Hoje, muitas escolas contam com profissionais atuantes dentro da área de Tecnologias para a Aprendizagem, Informática Educativa ou Educação Digital que têm visões e objetivos mais amplos para o uso das TDIC, não apenas a fluência técnica. É o que aparece formulado em documento oficial do município: “Tal contexto leva-nos a ajustar processos educacionais, ampliando e ressignificando o uso que fazemos das tecnologias para que os estudantes saibam lidar com a informação cada vez mais disponível” (São Paulo, 2019, p. 45).

O Currículo da Cidade de São Paulo, conta, além do embasamento teórico, com tabelas por série, compostas por três eixos: programação, TIC e letramento digital. Dentro desses eixos, são destacados

5 O currículo foi revisado em 2019 e também conta com uma versão para Educação de Jovens e Adultos.

6 Rede municipal de São Paulo volta às aulas nesta segunda-feira com novo currículo. Disponível em: <https://bit.ly/3cTO95R>. Acesso em: 30 jul. 2022.

objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Além disso, são identificados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁷ (ODS) relacionados àquela expectativa de aprendizagem.

Na parte dois do currículo, onde são apresentadas as concepções que o regem, afirma-se que “[...] tecnologias são produções humanas e, como tais, são partes de suas culturas” (São Paulo, 2019, p. 65). Desde 1988, a prefeitura paulistana adota o termo Informática Educativa para falar sobre a área de estudo de tecnologias, mas é em 1993 que ela deixa de ter uma visão apenas tecnicista e passa a ser enxergada como “[...] um objeto de ampliação de visão de mundo dos estudantes” (São Paulo, 2019, p. 65).

Nessa perspectiva, intentamos que os estudantes não apenas saibam utilizar as tecnologias, mas que entendam como podem utilizá-las para interagir, conectar-se com o outro, participar e formar redes, colaborar, agir, responsabilizar-se, construir e ressignificar conhecimentos a partir delas, na perspectiva de sujeito integral em todas as suas dimensões, que conhece, investiga e expressa o mundo (São Paulo, 2019, p. 68).

De acordo com Gavassa e Tadeu (2018), o Currículo da Cidade tem como premissa planejar e trabalhar de maneira colaborativa de modo que o documento seja resultado da confluência de vários campos do saber. Desse modo, segundo elas, pode-se contribuir para que “[...] os estudantes construam uma visão macro da realidade e percebam os benefícios que podem obter se utilizarem saberes interdisciplinares para entender e participar no mundo” (p. 72).

Na seção de concepção de currículo apresentada pela SME, é dito que os professores são os protagonistas deste documento, os principais sujeitos na implementação do programa, visto a natureza do fazer docente. Mais especificamente os professores orientadores de educação digital (POED), já que o componente curricular de Tecnologias para a Aprendizagem foi elaborado para implementação nas aulas e ações que acontecem no laboratório de educação digital das escolas municipais, bem como em diferentes áreas de conhecimento.

Dos gestores espera-se comprometimento e articulação:

Nesse processo o envolvimento da equipe gestora da escola (coordenadores pedagógicos e diretores) é muito importante, no sentido de articular professores da mesma área, de diversas áreas; do mesmo ciclo e dos diferentes ciclos nas discussões curriculares e na organização dos planejamentos com vistas a atender melhor os estudantes daquela comunidade escolar (São Paulo, 2019, p. 19).

À frente, quando é abordado o currículo na prática, o documento propõe novamente um trabalho conjunto da equipe gestora e dos docentes para a *gestão curricular*, ou seja, juntos eles devem planejar, interpretar e desenvolver a proposta de currículo (São Paulo, 2019).

Além disso, em 2019 foi publicado um caderno de Orientações Didáticas voltado à coordenação pedagógica visando a implementação do Currículo da Cidade. No texto de apresentação do documento, assinado pela Divisão de Ensino Fundamental e Médio (DIEFEM), da Coordenadoria Pedagógica (COPED) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, é dito:

O Coordenador Pedagógico tem a possibilidade de desenvolver percursos de formação continuada que apoiem os professores nesse processo de implementação curricular. Para isso, é necessário que - além de conhecer o Currículo da Cidade - também se aproprie do papel de formador e articulador dos processos educativos que acontecem na escola (São Paulo, 2019, p. 7).

Almeida e Rubim (2004) apresentam algumas experiências da primeira década do século XXI que demonstram transformações no espaço escolar a partir do envolvimento de gestores na incorporação

⁷ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda de 17 itens composta pela Organização das Nações Unidas (ONU). Eles devem ser implementados por todos os países até 2030. Para saber mais, acesse: <https://bit.ly/3zhC69P>. Acesso em: 30 jul. 2021.

das TIC. As pesquisadoras defendem um processo de mudança que acontece na “[...] tensão entre a estabilidade do sistema educacional com as transformações da sociedade e dos indivíduos [...]” (p. 3 e 4), visto que a inserção das TIC nas escolas pode gerar conflitos.

Portanto, a equipe gestora nesse contexto, assumindo um papel de mediadora e problematizadora diante do uso das TIC na escola, terá condições de alcançar maior êxito no processo de apropriação desses recursos, por parte dos docentes, alunos e comunidade escolar (Ikeshoji e Terçariol, 2015, p. 58).

Nas seções que se seguem, vamos analisar o papel de diretores e coordenadores pedagógicos a partir do decreto municipal da cidade de São Paulo que legisla sobre esses profissionais. Destacaremos incisos que se relacionam ao objeto da pesquisa buscando entender o lugar social desses sujeitos na escola.

Direção da escola

Para tratar do escopo do trabalho do diretor de escola são destinados três capítulos do decreto municipal nº 54.453, cada qual se referindo à: função, competências e atribuições. A função está descrita em um parágrafo único, enquanto as competências e atribuições são detalhadas em incisos.

Art. 4º A função de Diretor de Escola deve ser entendida como a do gestor responsável pela coordenação do funcionamento geral da escola, de modo a assegurar as condições e recursos necessários ao pleno desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva de favorecer o constante aprimoramento da proposta educativa e execução das ações e deliberações coletivas do Conselho de Escola, observadas as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação e a legislação em vigor (São Paulo, 2013).

Paro (2016) parte da premissa de que as escolas mantêm há mais de vinte anos uma razão mercantil e um amadorismo pedagógico que rege a lógica dos processos. Segundo ele, a direção das instituições públicas é forjada em uma contradição, por um lado é a autoridade máxima que goza de todo o poder dentro da escola, por outro não tem autonomia para tomar decisões, sendo um mero preposto do Estado, via Secretaria da Educação. Enquanto supostamente as escolas são um sistema hierárquico, cujo poder está concentrado nas mãos da direção, na verdade, este é detido pelo Estado e a gestão se encontra sem recursos para gerir a unidade educativa (PARO, 2016). Mas ao Estado, segundo o autor, é interessante que a comunidade escolar veja na pessoa do diretor uma figura de poder de caráter autoritário. Nesse sentido, o autor argumenta sobre a importância da distribuição de poder no interior do estabelecimento de ensino, inclusive com o conselho escolar, do qual participam familiares dos alunos.

Essa impotência e falta de autonomia do diretor sintetizam a impotência e falta de autonomia da própria escola. E se a escola não tem autonomia, se a escola é impotente, é o próprio trabalhador enquanto usuário que fica privado de uma das instâncias por meio das quais ele poderia apropriar-se do saber e da consciência crítica (Paro, 2016, p. 16).

Segatto et al (2020) também destacam que no Brasil os diretores têm menor autonomia, eles “Dedicam ainda uma grande parte do tempo de trabalho às atividades administrativas e financeiras, colocando as pedagógicas em segundo plano e delegando-as aos coordenadores pedagógicos” (p. 166).

As dezessete competências do diretor expostas no decreto municipal circulam em torno do cumprimento de disposições legais e diretrizes educacionais; da aplicação de medidas disciplinares para alunos e funcionários; da coordenação do uso do espaço físico; da gestão de documentos, no sentido

da prestação de contas e das certificações; do cuidado com a permanência estudantil e a contratação e gestão dos funcionários da escola. Para Lück (2009):

Uma das competências básicas do diretor escolar é promover na comunidade escolar o entendimento do papel de todos em relação à educação e a função social da escola, mediante a adoção de uma filosofia comum e clareza de uma política educacional, de modo a haver unidade e efetividade no trabalho de todos (p. 18).

Neste caminho, ela argumenta que à direção escolar compete a construção de um repertório conceitual próprio da unidade educativa, o qual traduz políticas educacionais, desafios e demandas impostas pela sociedade globalizada.

Entre as competências preconizadas pelo decreto, interessa-nos destacar a seguinte: “II – submeter, à apreciação das instâncias superiores, a implantação de propostas curriculares diferenciadas”. Aos poucos, as TDIC vêm ganhando espaço nos documentos escolares, a exemplo do componente curricular de *tecnologias para a aprendizagem* que compõem o Currículo da Cidade de São Paulo há poucos anos, desde 2017. Desta maneira, elas poderiam ser lidas como “propostas curriculares diferenciadas” as quais, de acordo com o decreto, dependem dos diretores escolares para serem levadas a instâncias superiores. Este inciso demonstra que para as práticas pedagógicas e conteúdos serem garantidos e formalizados pelo currículo, diretores devem estar envolvidos, não cabendo apenas aos docentes, por exemplo.

As dezessete atribuições descrevem que cabe ao diretor de escola uma série de atividades relacionadas ao patrimônio, às pessoas e às incumbências administrativas. Aqui, vamos colocar luz sobre aquelas relacionadas aos compromissos curriculares:

I – coordenar a elaboração do projeto político-pedagógico, acompanhar e avaliar a sua execução em conjunto com a comunidade educativa e o Conselho de Escola/CEI/CIEJA, observadas as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação;

IV – favorecer a viabilização de projetos educacionais propostos pelos segmentos da unidade educacional ou pela comunidade local, à luz do projeto político-pedagógico (São Paulo, 2013).

De acordo com os incisos I e IV, que descrevem as atribuições, a direção é tida como uma importante garantidora do PPP da escola, aquela que coordena a elaboração do documento, acompanha e avalia sua implementação, favorece e viabiliza projetos salvaguardando sua relação com o PPP. Uma das competências requeridas do trabalho da direção, segundo Lück (2009) é de estabelecer alinhamentos entre este projeto e a sua incorporação nas ações educacionais.

Os incisos V e IX revelam o papel inovador esperado dos diretores: aqueles que buscam alternativas e soluções e que introduzem “inovações tecnológicas” em processos administrativos e pedagógicos:

V – possibilitar a introdução das inovações tecnológicas nos procedimentos administrativos e pedagógicos da unidade educacional;

IX – buscar alternativas para a solução dos problemas pedagógicos e administrativos da unidade educacional (São Paulo, 2013).

Novamente as TDIC aparecem como “algo novo”, “diferenciado” e sob responsabilidade de gestores.

A atualidade dos processos pedagógicos, a contextualização de seus conteúdos em relação à realidade, os métodos de sua efetivação, a utilização de tecnologias, a dinâmica de sua realização, a sua integração em um currículo coeso são algumas das responsabilidades da gestão pedagógica observadas pelo diretor escolar (Lück, 2009, p. 94).

Segundo a autora, na realização do trabalho de gestão pedagógica, a direção deve promover atualizações constantes “[...] dos métodos e processos de orientação da aprendizagem dos alunos, mediante adoção de tecnologias da informação e sua utilização regular nas aulas” (Lück, 2009, p. 102).

Piedade e Pedro (2014) assumiram a pertinência de estudar as crenças e percepções envolvidas

nas práticas de diretores escolares para a utilização das TD (Tecnologias Digitais - termo utilizado em Portugal), entendendo-os como “[...] promotores do processo de integração das tecnologias nas práticas profissionais dos professores das suas escolas [...]” (p. 110). O trabalho dos pesquisadores portugueses teve os líderes escolares como foco, pois os veem como atores frequentemente negligenciados e pouco envolvidos no encadeamento de integração efetiva das tecnologias na escola. A partir da resposta de 133 diretores escolares, Piedade e Pedro (2014) identificaram uma correlação estatística entre o grau de proficiência e o índice de utilização das TD. Eles levantaram também os fatores que, na opinião dos entrevistados, têm maior impacto na integração das tecnologias nos contextos escolares, quais sejam: “a existência de professores inovadores; a valorização do trabalho dos professores; e a disponibilização de mais softwares e aplicações de cariz educativo” (p. 127). Segundo os pesquisadores “[...] pode-se inferir que os diretores escolares consideram que são efetivamente as práticas docentes a exercer maior preponderância nos processos de integração das tecnologias nas suas escolas [...]” (Piedade e Pedro, 2014, p. 127).

Ikeshoji e Terçariol (2015) também alertam sobre a precária formação dos gestores escolares para a atuação com as tecnologias, bem como o escasso envolvimento deste educador na integração das TDIC na escola.

Lück (2009) afirma que “A ação do diretor será tão limitada quanto limitada for sua concepção sobre a educação, a gestão escolar e o seu papel profissional na liderança e organização da escola” (p. 15). Paro (2017), por sua vez, traz a ideia de que não é simples para a direção focar nessas questões curriculares. Segundo o autor, são excessivas as exigências dos órgãos superiores do sistema de ensino por informações e prestação de contas, e tal prática toma o tempo da direção de cuidar de problemas da escola. Desse modo, as práticas políticas estariam somadas às práticas administrativas como mediadoras para alcançar o objetivo educativo.

Cruz, Silva e Simonian (2013) realizaram pesquisa com 15 professores e 120 discentes de uma Unidade Estadual de Ensino de Referência, no município de Camaragibe, em Pernambuco, visando entender o uso das tecnologias educacionais⁸ pela gestão pedagógica. Os pesquisadores concluíram que:

A díade gestor escolar e TIC otimiza e transforma os processos administrativos e pedagógicos, modificando a tradicional prática de ensino em um dinâmico processo que estimula o educando e o professor à pesquisa, à análise e à apreensão de conhecimentos, o que antes não lhes era ofertado (Cruz, Silva e Simonian, 2013, p. 45).

Com relação ao assistente de direção, segundo o decreto, a ele cabe atuar conjuntamente com o diretor e substituí-lo em caso de necessidade.

Direção e coordenação compõem conjuntamente a equipe gestora das unidades educativas. Na próxima seção, observaremos as atribuições de coordenadores descritas no decreto municipal buscando entender seu raio de atuação quanto às TDIC.

Coordenação pedagógica

Paro (2016) caracteriza a direção escolar como uma atividade-meio, aquela que viabiliza a realização direta do processo pedagógico, que se dá, principalmente, em sala de aula. Já a coordenação pode ser vista como uma atividade-fim, na medida em que lida diretamente com questões pedagógicas.

No decreto municipal, para o coordenador pedagógico não se fala em competências, há apenas a descrição da função e o detalhamento em dezenove incisos das atribuições:

8 Vale notar que os autores entendem a tecnologia educacional como aquela que “abrange a área do conhecimento na qual a tecnologia se submete aos objetivos educacionais” (Cruz et al, 2013, p. 39).

Art. 10. O Coordenador Pedagógico é o responsável pela coordenação, articulação e acompanhamento dos programas, projetos e práticas pedagógicas desenvolvidas na unidade educacional, em consonância com as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação, respeitada a legislação em vigor (São Paulo, 2013).

Das diversas interfaces em que estes profissionais devem atuar, destacaremos as atribuições do âmbito curricular e as relacionadas às TDIC. Assim como a direção, a coordenação é peça chave para o PPP. Ambos cuidam da elaboração do documento, mas enquanto a direção *acompanha* a execução e a avaliação, à coordenação é destinada a função de *ordenar* esses dois processos:

I – coordenar a elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico da unidade educacional, visando a melhoria da qualidade de ensino, em consonância com as diretrizes educacionais do Município (São Paulo, 2013).

Além disso, o decreto determina que tais profissionais elaborem, implementem e integrem os planos de trabalho dos professores, em sintonia ao PPP:

III – coordenar a elaboração, implementação e integração dos planos de trabalho dos professores e demais profissionais em atividades docentes, em consonância com o projeto político-pedagógico e as diretrizes curriculares da Secretaria Municipal de Educação (São Paulo, 2013).

Ou seja, coordenadores têm uma relação ainda mais íntima com o currículo, sendo responsáveis, inclusive, por organizar e executar processos avaliativos sobre a atividade pedagógica, como consta nos incisos V, IX e X:

V – promover a análise dos resultados das avaliações internas e externas, estabelecendo conexões com a elaboração dos planos de trabalho dos docentes, da coordenação pedagógica e dos demais planos constituintes do projeto político-pedagógico;

IX – participar da elaboração de critérios de avaliação e acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas na unidade educacional;

X – acompanhar e avaliar o processo de avaliação, nas diferentes atividades e componentes curriculares, bem como assegurar as condições para os registros do processo pedagógico (São Paulo, 2013).

Ainda no que tange ao compromisso curricular, os coordenadores são responsáveis pela implementação de programas da Secretaria Municipal de Educação, como o Currículo da Cidade de São Paulo.

XV – promover e assegurar a implementação dos programas e projetos da Secretaria Municipal de Educação, por meio da formação dos professores, bem como a avaliação e acompanhamento da aprendizagem dos alunos, no que concerne aos avanços, dificuldades e necessidades de adequação (São Paulo, 2013).

Aparece, então, como tarefa da coordenação, a formação dos professores a partir dos programas e projetos da SME.

A formação de professores não é uma tarefa apenas dos gestores do município de São Paulo, mas se repete pelo país. Em investigação empreendida em território nacional, a pesquisa TIC Educação (CGI.BR, 2020) localizou que está no radar de 96% dos profissionais responsáveis pelas escolas brasileiras a necessidade de ofertar programas de desenvolvimento profissional para os educadores como uma das prioridades para a melhoria geral do funcionamento da escola. No entanto, no Brasil, a formação de professores ainda se apresenta com o um gargalo, visto que, em 2019, apenas 33% dos docentes haviam realizado um curso de formação continuada sobre o uso de tecnologias em atividades pedagógicas, sendo que 59% dos professores de escolas públicas afirmam sentirem falta de um curso específico sobre o tema (CGI.BR, 2020).

Em pesquisa realizada pelo grupo coordenado por Citelli no final da década de 2000 já era revelado que os professores de Ensino Fundamental e Médio da rede pública municipal e estadual de São Paulo não tinham sido formados para trabalhar com a interface comunicação/educação (CITELLI, 2011). Quando essa mesma questão é refeita pelo grupo, entre 2017 e 2020, a 509 professores da educação básica de 23 dos 27 estados da unidade federativa, evidencia-se que embora a maior parte dos docentes, 94%, vejam a relação entre escola e meios de comunicação como complementar, apenas 28% cursaram algu-

ma disciplina voltada ao estudo da comunicação na educação durante a formação docente (cursos de graduação/licenciatura). Um número considerável de respondentes, 65%, nunca realizou nenhum curso de formação continuada para o trabalho com os meios de comunicação em sala de aula (CITELLI, 2020). Nesse sentido,

É evidente considerar que não são as tecnologias em si que aumentam a lacuna digital, mas sim que muitas vezes os próprios professores carecem das competências necessárias para desenvolver dinâmicas de trabalho que favoreçam a sua utilização [...] (Bonilla-Del-Rio et. al, 2017, p. 81, tradução nossa).

Ikeshoji e Terçariol (2015) realizaram uma revisão bibliográfica dos artigos publicados na base de dados SciELO entre 2004 e 2014 sobre TIC na escola, com foco na gestão escolar. A partir dos 10 artigos selecionados para leitura completa e análise, as pesquisadoras perceberam que embora as TIC sejam vistas como importantes ferramentas no processo de ensino e aprendizagem, ainda é preciso investir em programas de formação conectados ao cotidiano escolar, visto que são mal compreendidas e empregadas. “Por isso é importante vislumbrar a tecnologia no processo de ensino e de aprendizagem como uma ferramenta de auxílio da mediação, no que tange a educação” (p. 57).

Por fim, cabe destacar o inciso XIII que demonstra o papel da coordenação na promoção do acesso da equipe docente aos recursos necessários, entre eles os tecnológicos.

XIII – promover o acesso da equipe docente aos diferentes recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis na unidade educacional, garantindo a instrumentalização dos professores quanto à sua organização e uso (São Paulo, 2013).

Nesse sentido, uma das competências de gestão pedagógica e do cotidiano escolar esperadas dos gestores, segundo Lück (2009), é a promoção e organização do uso das TIC no favorecimento dos processos de ensino e aprendizagem significativa dos alunos.

Considerações Finais

A partir da observação de elementos da BNCC e do Currículo da Cidade de São Paulo, bem como da análise do decreto municipal nº 54.453 de 2013, pudemos perceber que direção e coordenação estão implicadas nas decisões e articulações sobre as TDIC nas escolas, tanto administrativa, como pedagogicamente.

As TDIC têm se mostrado cada vez mais relevantes para educação, saúde, engajamento cívico, relações sociais etc., e é nesse sentido que devemos garantir o debate qualificado sobre o lugar do digital e das mídias na vida societária (CITELLI, 2019).

Pesquisadores e educadores vêm evidenciando a importância da educação formal ocupar-se desse estudo sobre as dimensões políticas, sociais e econômicas das mídias e TDIC, sendo gestores escolares profissionais que ocupam papel estratégico dentro da unidade educativa.

Referências

ALMEIDA, Maria de.; RUBIM, Lígia. **O papel do gestor escolar na incorporação das TIC na escola:** experiências em construção e redes colaborativas de aprendizagem. São Paulo: PUC-SP, v. 2, 2004.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação/Educação:** Um campo em ação. Atas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico, v. 4, p. 383-393, 2005.

CGI.BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras**: TIC Educação 2020: edição COVID-19: metodologia adaptada [livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1 ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ONdbkl>. Acesso em: 31 jul. 2022.

CITELLI, Adilson. Comunicação e educação: implicações contemporâneas. In Citelli, A. e Costa, M. C. C. (orgs.) **Educomunicação. Construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas. 2011. p. 59 - 76.

CITELLI, Adilson. Comunicação e educação: as pontes da linguagem. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 16, n. 46, 2019.

CITELLI, Adilson (org). **Inter-relações comunicação e educação no contexto do ensino básico** [recurso eletrônico] – São Paulo: ECA-USP, 2020. 217 p. ISBN 978-65-88640-18-0. Disponível em: <https://bit.ly/3bguxZh>. Acesso em: 31 jul. 2022.

CRUZ, Valmira Maria de Amariz Coelho.; SILVA, Frederico Fonseca; SIMONIAN, Michele. Gestão escolar e as TIC: uma díade transformadora. **Revista de Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental**, v. 8, n. 1, p. 37-46, 2013.

GAVASSA, Regina Célia Fortuna Broti; TADEU, Tania. Currículo de tecnologias para aprendizagem e objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras**: TIC Educação, 2018.

HESSEL, Ana Maria Di Grado. **As TIC podem auxiliar na gestão da escola**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

IKESHOJI, Elisangela Aparecida Bulla; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima. As tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica e gestão escolar. **Revista Iberoamericana de Tecnología en Educación y Educación en Tecnología**, n. 15, p. 51-62, 2015.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PARO, Vitor. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2017.

PIEDADE, João; PEDRO, Neuza. Tecnologias digitais na gestão escolar: Práticas, proficiência e necessidades de formação dos diretores escolares em Portugal. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 27, n. 2, p. 109-133, 2014.

SÃO PAULO. Prefeitura municipal de São Paulo. **Decreto nº 54.453 de 10 de outubro de 2013**. Disponível em: <https://bit.ly/3bniUzK>. Acesso em: 31 jul. 2022.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade de São Paulo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3PRDYgE>. Acesso em: 31 jul. 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 7-24, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v23i1p7-24. Disponível em: <https://bit.ly/3bmYLJR>. Acesso em: 31 jul. 2022.



A UTILIZAÇÃO DO MAPA DE MEDIAÇÕES EM ESTUDOS SOBRE MOVIMENTO ESTUDANTIL CHILENO (2006 E 2011) E OCUPAÇÕES ESCOLARES BRASILEIRAS (2015 E 2016)

Andressa Caprecci¹²

-
- 1 Trabalho apresentado no Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 2021.
 - 2 Especialista em processos didáticos-pedagógicos para cursos na modalidade a distância pela UNIVESP, mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação e licenciada em Educomunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Possui experiência na área da comunicação, educação e educomunicação. E-mail: andressa.caprecci@usp.br.

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir como o *Mapa Metodológico de Mediações* pode auxiliar na construção do *olhar complexo* em uma pesquisa sobre movimento social e comunicação. A pesquisa faz uma comparação entre estudos sobre as ocupações escolares ocorridas em 2015 e 2016 no Brasil e movimento estudantil chileno, especificamente as ondas de 2006 e 2011. Conclui-se que a utilização deste mapa pode auxiliar na formação do olhar complexo sobre o fenômeno, bem como oferecer subsídios para a análise crítica de investigações.

Palavras-chave: Mapa Metodológico das Mediações. Pensamento complexo. Ocupações secundaristas brasileiras. Movimento estudantil chileno. Jesús Martín-Barbero.

Introdução

A temática do *Conexão Pós 2021* "Contribuições da Pesquisa em Comunicação no contexto (pós) pandêmico" traz à tona o questionamento de como a área em questão se constitui no contexto complexo de crise sanitária.

Este trabalho iniciou-se ainda em uma vida pré-pandêmica, no ano de 2020, mas passado um mês das primeiras "aulas da pós" fomos invadidas pela angústia e desespero. E como pesquisar em um contexto tão árduo? Essa foi a questão que eu e tantos outros tivemos que lidar. Prazos, datas, incertezas, aulas remotas, aulas canceladas. Mas tudo isso com a vontade de continuar a pesquisa, apesar de tanta dificuldade.

Quando adentrei ao Programa de Pós Graduação meu projeto era outro, meu recorte era outro, mas junto ao meu orientador, Richard Romancini, fomos revendo e reestruturando. E hoje, em processo de finalização da pesquisa, este artigo está sendo construído como uma reflexão metodológica para a construção de um olhar complexo na pesquisa.

A trama complexa das relações comunicacionais

A fim de construir um olhar complexo sobre as relações comunicacionais que ocorrem nos fenômenos estudados, buscaremos explorar dois pontos de discussão: a teoria da complexidade de Edgar Morin e os mapas de mediações de Jesús-Martín Barbero.

Edgar Morin (2006) traz à problemática a questão da complexidade, propondo uma visão multifacetada, que foge dos padrões simplistas: "a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico" (p. 13).

A escolha por tais teorias que constituem o núcleo duro conceitual auxiliará na construção das tramas analíticas para o material bibliográfico a partir de duas instâncias: a primeira no que diz respeito à compreensão dos fenômenos estudados e a segunda à manipulação dos materiais empíricos. Ressalta-se que as produções acadêmicas selecionadas para análise são materiais científico-culturais, de cunho político e que tratam de um fenômeno latino americano.

Para construir essa trama, buscaremos em Jesús Martín-Barbero o que Morin (2006) chama de macroconceitos. Para o autor, "os conceitos não se definem jamais por suas fronteiras, mas a partir de seu núcleo" (p. 72).

Em uma gama de discussões importantes que Martín-Barbero apresenta ilumina-se, inicialmente, sua visão sobre a cultura comunicacional contemporânea e a influência das tecnologias.

A tecnologia digital radicaliza a experiência de desancoragem produzida pela modernidade, porque essa tecnologia desloca o conhecimento, modificando tanto o estatuto cognitivo quanto o institucional das condições de conhecimento, levando a uma forte indefinição das fronteiras entre razão e imaginação, conhecimento e informação, natureza e artifício, arte e ciência, conhecimento especializado e experiência profana (Martín-Barbero, 2018, p. 29).

A partir desse questionamento, apresentamos os três princípios apresentados por Morin (2006) que nos auxiliam a construir o pensamento complexo: dialógico, recursão organizacional e hologramático.

No *princípio dialógico* é possível “manter a dualidade no seio da unidade” (p. 72), ou seja, compreende a construção do entendimento a partir de dois pontos opostos, mas que se complementam. Dessa forma, ele é uma perspectiva de leitura das palavras de Martín-Barbero (2018), que diz que a diversidade cultural latino-americana é singular, “o espaço de um conflito profundo e uma dinâmica cultural inevitável” (p. 11). Os conflitos são constituídos de opostos que convergem nessa dinâmica cultural peculiar, assumida pelo autor.

O segundo princípio, a *recursão organizacional*, diz respeito à retroalimentação dos processos, Morin (2006) apresenta um exemplo: “a sociedade é produzida pelas interações entre indivíduos mas a sociedade, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz” (p. 27). Nesse momento é possível destacar que Martín-Barbero modifica seu olhar sobre a comunicação ao longo de sua jornada acadêmica, e foca nas mediações, em detrimento dos meios. Tomaremos, então, a comunicação como um fenômeno cultural que constrói as subjetividades presentes na América Latina, essas subjetividades compõem essa sociedade.

Por fim, tomando o *princípio hologramático*, exemplificado por Morin (2006): “No mundo biológico, cada célula de nosso organismo contém a unidade da informação genética deste organismo” (p. 74), ou seja, a parte está no todo e o todo está na parte. Quando tratamos da Teoria Barberiana para compreender nosso fenômeno, destacamos os mapas de mediações que nos apresentam o fluxo das partes que compõem o todo, no que diz respeito à cultura comunicacional.

O autor busca na cartografia ferramentas para compreender a cultura latino-americana, atualizando seus mapas conforme o tempo histórico. “E, conforme apontamos, a cartografia barberiana diz respeito a um método estratégico-rizomático e as mediações devem ser vistas como dispositivos que se entrecruzam em constante movimento de mutação, renovação e atualização” (Lopes, 2018, p. 51).

Assumindo esse método, buscamos modificar o olhar sobre os acontecimentos, para compreender detalhes antes não vistos. Lopes (2018) defende que a apropriação dos mapas de mediações aponta “novos lugares metodológicos” (p. 60).

Fazendo o uso deles, identificamos nas produções acadêmicas curadas, as mediações exploradas pelas pesquisadoras de comunicação (e de áreas conexas que se interessam pelas dimensões comunicativas dos movimentos sociais). É importante ressaltar que este mapa foca nas “mediações comunicativas das mutações culturais de nosso tempo” (Lopes, 2018, p. 51).

Segundo Martín-Barbero (2001) existe uma distância entre a “historicidade social” e os “instrumentos teóricos” e pretende, por isso, que o mapa de mediação:

sirva para questionar as mesmas coisas – dominação, produção e trabalho – mas a partir de outro lado: as brechas, o consumo e o prazer. Um mapa que não sirva para a fuga, e sim para o reconhecimento da situação a partir das mediações (Martín-Barbero, 2001, p. 300).

O que pode ser considerado o último *Mapa Metodológico das Mediações* foi produzido por Lopes (2018)³, com base em uma entrevista de Martín-Barbero a Omar Rincón. Os eixos e mediações emergem da cultura latino-americana contemporânea e demonstram a complexidade das novas ramificações.

3 Não é possível, pelas limitações de espaço deste artigo, historiar ou descrever em detalhes aspectos do desenvolvimentos dos mapas em geral e do último mapa em particular. A literatura sobre essas questões tem crescido com trabalhos sobre os mapas especificamente e a respeito da contribuição barberiana para a pesquisa comunicacional. Ver, entre outros, Escosteguy e Sifuentes (2017), Bonin (2018), Escosteguy (2018), Lopes (2018b), Rincón, Jacks, Schimitz e Wottrich (2019).

Figura 1 - Quarto Mapa Metodológico das Mediações



Fonte: Lopes (2018)

Temos como elemento central do mapa “Comunicação, Cultura e Política” que são produtos das mediações. Segundo Martín-Barbero (1992, citado em Lopes, 2018),

As mediações são esse “lugar” de onde é possível compreender a interação entre o espaço da produção e o da recepção: o que [a mídia] produz não responde unicamente a requerimentos do sistema industrial e a estratégias comerciais, mas também a exigências que vêm da trama cultural e dos modos de ver (p. 52).

Portanto, a consciência sobre essas mediações apresentadas por Martín-Barbero apontam caminhos na investigação dos artigos selecionados. Esse é um dos elementos da justificativa do trabalho, tendo em vista que o próprio campo de estudo dos movimentos sociais observa a necessidade de que a abordagem da comunicação nas investigações possua maior complexidade, como se expõe a seguir.

Justificativa

O trabalho se justifica em duas vertentes: metodológica e temática. Na instância temática, na escolha por estudar movimentos sociais de juventudes latino-americanas; como afirmam Lopes e Romancini (2014), a ciência emerge da sociedade e por isso os seus objetivos devem estar atrelados aos interesses coletivos, ao entendimento de dimensões relevantes da sociedade. Nesse sentido o estudo dos Movimentos Sociais (MS) ganha relevo. Os MS e os protestos se tornaram agentes e arenas centrais da luta social e política, ao mesmo tempo em que se configurou um campo acadêmico sobre eles (Jasper, 2016), com, por vezes, interface expressiva com a comunicação (Cable, 2017).

Os MS e a comunicação possuem importância para compreender fenômenos sociais ligados tanto à manutenção da democracia e conquista de direitos quanto à possibilidade de agendas conservadores adquirirem viés ou “verniz” popular. E em um contexto político brasileiro, onde a democracia está em crise, é essencial relembrar a importância do poder popular em lutas progressistas.

Além disso, no quesito metodológico, busca-se identificar o estado de conhecimento do assunto, fazendo uma retomada do conjunto de produções e interpretações que ajudam a compreender as mediações de comunicação que se destacam, baseado nas teorias de Martín-Barbero (JMB).

A respeito delas e da aludida necessidade de adensamento da dimensão comunicacional no estudo dos MS, Treré (2020) oferece discussões e pistas para escapar do que ele chama de “reducionismos comunicativos” na análise de movimentos sociais. Esses reducionismo, incluiriam, entre outros, o estudo de um único meio e a adoção de uma ideia de dualismo espacial nas práticas dos indivíduos – quando essas se mostram cada vez mais híbridas, por exemplo. Para o que concerne a este trabalho, é válido

observar a observação de Treré (2020) sobre a noção barbeiriana de “mediação” ter representado um esforço para “resgatar a complexidade do que os sujeitos fazem realmente com os meios”, bem como, o giro desse autor, dos meios às mediações, ter “(re)localizado com firmeza a investigação sobre a mídia nas negociações culturais, nas interações sociais e nas apropriações de atores concretos” (p. 228, tradução nossa). Treré (2020) não chega a discutir o possível significado do Mapa das Medições na pesquisa dos MS. No entanto, é essa, justamente, nossa preocupação em nível metodológico. Assim, espera-se que os resultados do trabalho possam ser úteis tanto aos interessados em MS e comunicação de maneira geral quanto aos estudiosos sobre metodologia.

Objetivos

O objetivo principal deste estudo é explorar a possibilidade de uso e a importância do *Quarto Mapa Metodológico de Mediações* nesta pesquisa sobre movimento social e comunicação, especificamente no que diz respeito ao âmbito da metapesquisa, isto é, ao estudo da produção de conhecimento científico sobre determinada temática. Posteriormente, compreender a que lugares de reflexão pode nos levar, e por fim refletir sobre a utilização de uma estratégia desse tipo em diferentes fenômenos.

Metodologia

Para realizar o estudo comparativo entre a produção científica sobre o movimento estudantil do Chile e as ocupações brasileiras buscou-se, inicialmente, delimitou-se os objetivos da pesquisa e escolheu-se os procedimentos metodológicos, a fim de operacionalizar o objeto empírico de maneira consciente e reflexiva.

Segundo Lopes (2014) existe um equívoco quanto a concepção da palavra *metodologia*. “Metodologia *da* pesquisa para indicar a investigação ou teorização da prática da pesquisa científica e Metodologia *na* pesquisa para indicar o trabalho com métodos empregados” (p. 93).

Dessa forma, em sua obra *Pesquisa em Comunicação* (2014), Lopes apresenta um modelo metodológico *da* pesquisa em comunicação. E a partir dos níveis e fases propostos pela autora, são operacionalizadas ações a fim de responder os objetivos da presente pesquisa. Tendo como premissa metodológica o modelo de Lopes (2014), avança-se para a metodologia *na* pesquisa, buscando procedimentos teóricos e reflexivos. Portanto, o mapa de mediações se encaixa como metodologia *na* pesquisa, e foi tomado como base estrutural do pensamento analítico.

Dentro do macro levantamento desta pesquisa, foram encontrados 435 artigos, sendo 201 sobre o Brasil e 229 sobre o Chile. Em uma segunda triagem, foram identificados os que estão na área da comunicação, sendo 56 do Brasil e 94 no Chile. No entanto, visando uma análise de conteúdo em uma amostra possível, foi decidido selecionar com base na métrica da *Qualis Capes* (classificação de periódicos quadriênio 2013-2016) e da *CIRC - La Clasificación Integrada de Revistas Científicas*, apenas artigos com a classificação A e B. A justificativa para esse recorte se dá por um critério de escolha final de trabalhos que, em tese, foram publicados em revistas qualificadas, ou seja, na qual os trabalhos passarem por um crivo de avaliação pelos pares rigoroso, sendo assim, considerados contribuições de relevo para o conhecimento do assunto. É claro, que isso também torna o estudo mais manejável e com possibilidade de aprofundamento a partir de um corpus mais seletivo.

Com esse recorte, chegou-se à amostra de 11 artigos sobre o Brasil e 12 sobre o Chile. A leitura destes artigos foi realizada com base no protocolo de análise elaborado pela autora (Figura 1), que buscou identificar aspectos ou dimensões das mediações que poderiam ser percebidas nos discursos construídos.

Figura 1 - Protocolo de análise para leitura dos artigos

Título:
Autores:
Palavras-chave:
Referência completa:
Ano publicação:
Revista:
Classificação:
Resumo:
Objeto empírico da pesquisa:
Conceitos abordados:
Mediações (mapa metodológico)

Fonte: Autora (2022)

A leitura analítica foi instrumentalizada pela plataforma *Nvivo*, na qual foram criadas categorias, com base nas medições, para qualificar trechos selecionados e, por extensão, o trabalho de maneira geral. Após essa análise qualitativa, realizou-se uma contagem dos grifos e essa frequência foi transposta para os gráficos que serão apresentados abaixo, favorecendo discussões do material empírico bibliográfico.

Sucintamente, as mediações foram entendidas da seguinte forma:

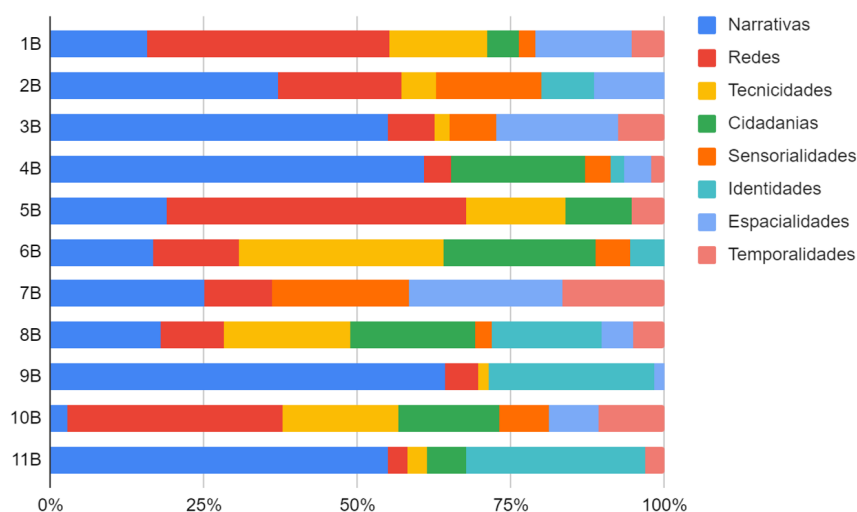
1. Narrativas: representação de um acontecimento;
2. Redes: ligações digitais ou analógicas entre as pessoas;
3. Tecnicidades: efeitos da técnica sobre a realidade social;
4. Cidades: ação política do sujeitos;
5. Sensorialidades: modo como o ser humano percebe a vivência social;
6. Identidades: modo de ser e ser representado em sociedade, diz respeito a um indivíduo ou grupo;
7. Espacialidades: espaço físico ou virtual que abriga acontecimentos;
8. Temporalidades: maneira pelo qual o tempo é percebido pelo ser humano.

Análise quantitativa

A interpretação quantitativa foi baseada na contagem de grifos em cada artigo lido – ou seja, 12 artigos sobre o Chile e 11 sobre o Brasil. É importante destacar que os grifos não necessariamente se enquadram em apenas uma mediação, dessa forma, a depender, um mesmo trecho se enquadrou em mais de uma delas. Outra questão é em relação ao tamanho dos grifos, há alguns com apenas uma linha, e outros com três parágrafos, não houve delimitação de tamanho, somente o destaque de um trecho que tinha a linha de pensamento que expressava uma ideia mediadora.

No gráfico abaixo, sobre o caso brasileiro, a mediação *narrativas* teve maior destaque nos artigos. Seguida de *redes* e *tecnicidades*. Posteriormente, *cidadanias*, *identidades* e *sensorialidades* também têm expressividade. Já a mediação *espacialidade* e *temporalidades* aparecem pouco nos artigos. Com este levantamento, é possível notar que todos os artigos abordam pelo menos cinco mediações e apenas um artigo aborda as oito.

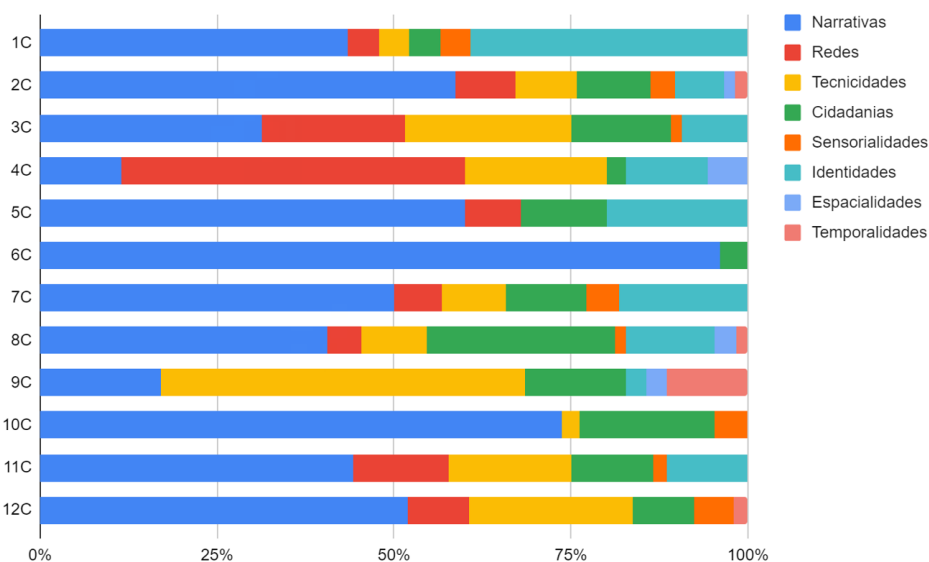
Figura 2 - Frequência de mediações por artigo no caso brasileiro



Fonte: Autora (2022)

Em relação ao gráfico do Chile, *narrativas* também tem maior destaque, seguido de *redes* e *tecnicidades*. *Temporalidades* e *espacialidades* têm pouca frequência. Somente em dois artigos foram encontrados trechos sobre todas as mediações. Diferentemente do gráfico sobre o Brasil, há um artigo que só tem duas mediações.

Figura 3 - Frequência de mediações por artigo no caso chileno



Fonte: Autora (2022)

Análise qualitativa

A análise a seguir faz parte de uma interpretação da pesquisadora em determinado espaço-tempo. No entanto, dentro de um longo trabalho interpretativo foram encontradas ramificações das mediações que conduzirão a discussão. Os grifos deste capítulo não serão referenciados, pois o que nos interessa é o conteúdo expresso por eles, e isso auxilia a manter uma certa discrição.

Brasil

Na mediação *redes* foram identificadas duas vertentes de discursos, os relatos sobre as redes humanitárias criadas pelo movimento (redes sociais analógicas), e os discursos que tratam das redes sociais digitais, predominantemente o *Facebook* no caso das ocupações brasileiras, que também tem uma relação direta com as redes analógicas.

Como o exemplo abaixo:

O conceito de sincronização remete-se aos fenômenos onde há interação entre dois ou mais sistemas, neste caso, a **colaboração entre os estudantes em seus colégios**, a ponto de surgir uma ordem coletiva, um “andar juntos”, no qual a sincronia é percebida não pela análise de casos isolados, mas pelo conjunto das ações promovidas pelos participantes. (grifo nosso).

Na mediação *narrativas*, foram identificadas três vertentes discursivas. A primeira se relaciona a reflexões sobre o discurso da mídia hegemônica (narrativa hegemônica), a segunda sobre filmes e produções audiovisuais independentes (narrativa crítica), mas feita por profissionais da área e a terceira e, bastante expressiva, as produções criadas pelos próprios estudantes (contranarrativas).

A mediação de *cidadanias* é a centralidade do movimento estudado. Segundo Bonin (2019) os novos movimentos sociais buscam pressionar as estruturas neoliberais para expandir os direitos a toda a população. Foram identificadas duas ramificações, os discursos sobre cidadania que diz respeito à ação política, ou seja, a organização e táticas que tiveram um impacto na realidade e o de *construção*, que abrange os aprendizados proporcionados por esta experiência, o potencial educativo.

A mediação *identidades* tem duas vertentes, a primeira se relaciona com a *identidade coletiva* construída pelo movimento, que é um dos aspectos relevantes dos movimentos sociais. Ela se soma à própria construção identitária individual dos participantes, gerando um sentido de pertencimento. Esse aspecto é responsável por justificar os mártires das organizações, bem como integrantes que arriscam suas vidas e liberdades em prol da causa (Johnston, 2014, p. 20). A segunda do que chamamos de *pautas identitárias*, ou seja excertos sobre o questões de gênero, sexualidades e raça.

A mediação *tecnicidades* diz respeito a como a técnica interfere no espaço social. No entanto, há uma tendência tecno reducionismo presente. O trecho abaixo exemplifica:

A atual computação social, também conhecida como Web 2.0, possibilita a construção de **espaços inclusivos, transparentes e cosmopolitas**, não garantidos a priori, mas com fortes potenciais para agenciar lutas, desejos e ações. (...) Assim, a computação social aumenta “as possibilidades da inteligência coletiva e, por sua vez, a voz do povo” e a ideia de democracia passa a ser entendida como ciberdemocracia “um tipo de aprofundamento e de generalização das abordagens de uma livre diversidade em **espaços abertos da comunicação e de cooperação**” (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 14 e 54). (grifo nosso).

O primeiro ponto deste trecho é o foco na técnica, pois ele diz que a web 2.0 tem determinadas

características, e a utilização das palavras: inclusivos, transparentes, cosmopolitas, espaço aberto, cooperação expressam positividade em relação à Web. A visão maniqueísta precisa ser repensada, pois impede a construção de um olhar complexo. É necessário buscar uma visão multifacetada sobre o fenômeno, compreender as oportunidades e riscos, as qualidades e defeitos.

Em relação à *temporalidades* encontram-se diversos grifos com a palavra “tempo real”, para demonstrar que a velocidade do universo digital é tão veloz, que a informação é repassada instantaneamente, mesmo que o espaço não seja o mesmo. Portanto, mesmo que haja distância espacial, não há uma distância temporal, como acontecia na comunicação analógica.

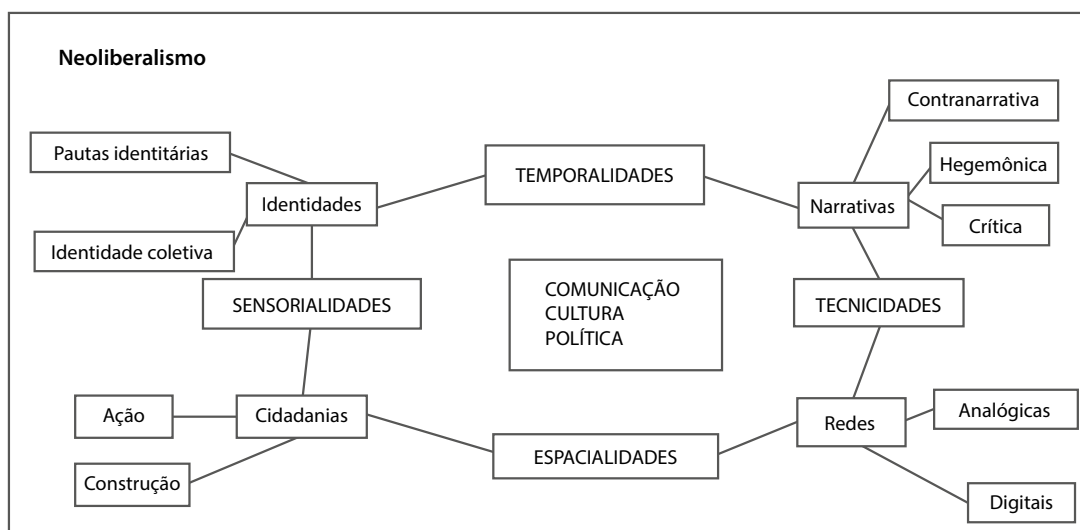
A mediação *sensorialidades* se relaciona com a mudança do *sensorium* humano. O grifo abaixo traz a discussão da modificação perceptiva ocasionada pela digitalidade.

Neste contexto, as juventudes estão passando por esta “**mutação perceptiva**”, transitando entre a “percepção tradicional” (estática, linear) e a “**colagem de fragmentos**” (interconexão de textos audiovisuais e uma extensão real-virtual, do alcance do clique ao mundo). As mudanças comportamentais e comunicacionais permeiam nosso cotidiano de maneira quase irreversível. (grifo nosso).

Por fim, a mediação *espacialidades* está totalmente atrelada a tática deste movimento, o próprio nome “ocupações” remete a apropriação do espaço público e tentativa de modificação. Toda essa ação cidadão, de alguma maneira, modificou a realidade.

Com essas reflexões e sistematização dos grifos, foi construído um analítico sobre o fenômeno estudado, sintetizando o que foi percebido nas diferentes investigações estudadas.

Figura 4 - Mapa analítico sobre as ocupações brasileiras



No caso do Chile, alguns pontos diferem. A mediação *narrativas* teve as mesmas três ramificações, no entanto o discurso sobre as narrativas hegemônicas aparecem com mais frequência do que os estudos sobre contranarrativas.

Há também uma ligação das *narrativas* com as redes digitais, identificou-se um discurso que assume que o espaço das redes sociais digitais é também uma rede de narrativas, por isso a ligação entre elas. Mas assim como no estudo sobre o Brasil, há as mesmas ramificações de redes: digitais e analógicas, porém uma outra vertente que parte da analógica é a rede entre movimentos sociais de jovens.

A relação entre *redes* sociais digitais e analógicas pode ser explicada pelo trecho abaixo, uma relação do entre as “redes e as ruas”

Percebemos que funciona quando você liga para participar de marchas e manifestações usando **eventos do Facebook**, porque as pessoas vêm. Mas **não abandonamos as ações de rua** e o trabalho de porta em porta. (tradução nossa) (grifo nosso).

Esse discurso sobre como as redes impactam o MS mostram que a presença virtual não exclui a presença real, elas são complementares, não excludentes.

Na mediação *espacialidades* encontrou-se um discurso sobre o território latino americano, a potência territorial do movimento, e outro sobre os espaços digitais e não digitais.

Alguns pesquisadores chegaram a afirmar que os movimentos estudantis mais ativos e poderosos em termos políticos do mundo se encontram na América Latina (Fischer, 1963), razão pela qual é necessário analisar com profundidade essa região.

Os desdobramento da mediação *cidadanias* também diz respeito à construção, formação cidadã da experiência, e a ação política do movimento, mas foi identificado um outro discurso, o de *reação*, então a partir do tensionamento do movimento houve determinado resultado prático.

Em relação às *identidades* também há uma discussão sobre pautas identitárias, sobre identidade coletiva do movimento e a construção da identidade dos jovens pela mídia que produziram, dessa forma a ramificação da *construção* ilumina esse questionamento. A consolidação da identidade coletiva, passa por um lugar de construção narrativa.

Importante também quanto à identidade é o fato de que a produção da mídia pelos estudantes permitiu que muitos deles fossem socializados como ativistas, aprendendo a agir como militantes engajados numa causa com a qual tinham forte proximidade.

Sobre as *tecnicidades*, foi encontrado um trecho que qualifica essa relação, e mostra complexidade que existe.

Já, a relação dos movimentos sociais com a Internet pode ser "**determinante**" ou "**instrumental**" (Welp, 2015), focar em uma rede social (Facebook ou Twitter), na combinação de várias ou desenvolver formas mais elaboradas de videoativismo. (grifo nosso).

Sobre as *temporalidades* encontrou-se um grifo sobre a perpetuação da narrativa, agora ela se estende ao longo do tempo, como demonstra o trecho abaixo.

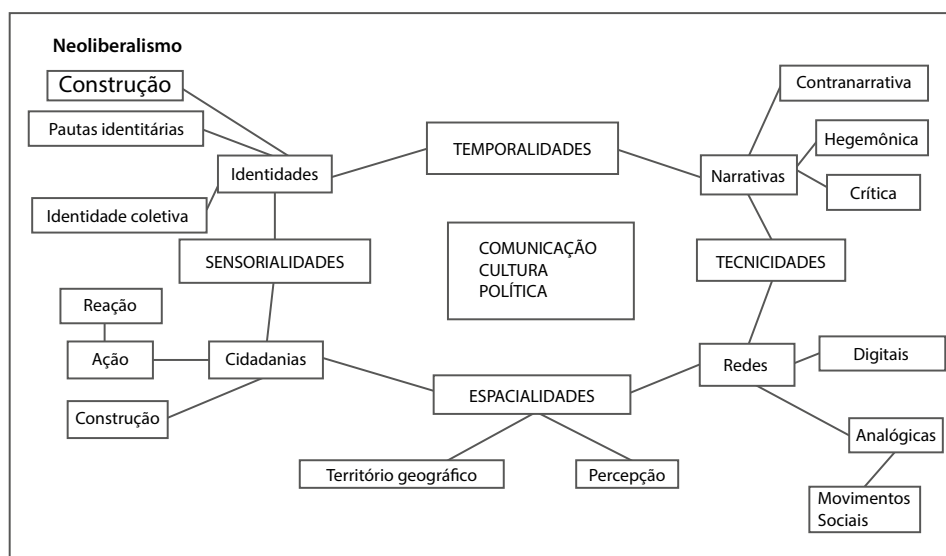
Eles circularam suas fotografias pela web, de onde foram compiladas para construir uma obra que **perpetuaria** essa expressão coletiva ao longo do tempo. (grifo nosso).

Por fim, quanto às *sensorialidades*, encontrou-se um excerto que utiliza Martín- Barbero para refletir sobre esse novo *sensorium*:

Martin-Barbero (2010) observa que, ao mesmo tempo em que a revolução tecnológica amplia as brechas sociais, ela "também mobiliza o imaginário social das comunidades, potencializando suas habilidades de sobrevivência e associação, protesto e participação democrática, defesa de seus direitos sociopolíticos e culturais e ativação de seus criatividade expressiva" (p. 159).

Após essas interpretações, elaborou-se o mapa abaixo, que compila novas ramificações, a partir do olhar metodológico proposto por Martín-Barbero.

Figura 5 - Mapa analítico sobre o movimento chileno



Tanto o Mapa Brasileiro quanto o chileno têm como plano de fundo *neoliberalismo*, a princípio pensou-se em inseri-lo como uma mediação, mas notou-se que esse aspecto político-econômico impacta em todas as mediações. No entanto, seguindo observações de analistas dos movimentos sociais dos anos recentes, particularmente os juvenis, sobre a importância dessa conjuntura política e econômica que impulsiona os protestos e mobilizações (García Canclini, 2019; Saavedra Utman, 2020), parece relevante indicá-lo dessa maneira. Os movimentos como os estudados nascem do embate com o sistema neoliberal e se constituem nele, e as mediações se fazem neste cenário.

Conclusão

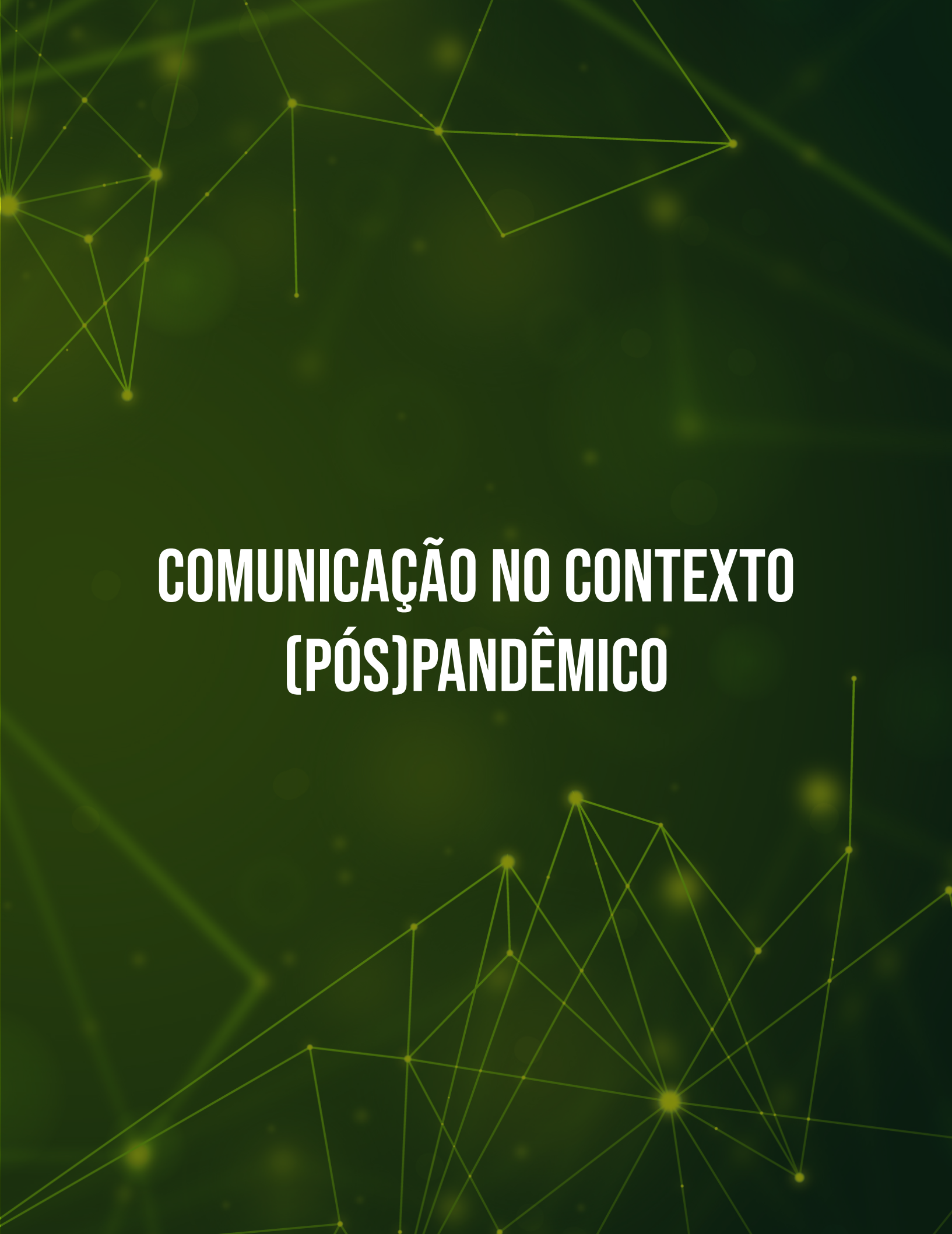
O estudo sobre as análises a respeito do movimento estudantil chileno e as ocupações estudantis brasileiras buscou utilizar o Mapa Metodológico de Jesús Martín-Barbero para construir a interpretação, que vem sendo aprofundada de modo a explicar as convergências e diferenças a respeito da construção de conhecimento sobre os movimentos em análise, particularmente sob o viés da comunicação. Com isso, tem sido possível compreender que ele de fato é um mapa que nos auxilia a enxergar configurações analíticas e movimentos reflexivos adotados nos trabalhos, e a partir disso tem sido possível encontrar outras ramificações e desenvolvimentos que tornam possível melhor compreender aspectos dessa produção.

Dessa forma, a pista que temos hoje é que o uso dele auxilia na construção do pensamento complexo, pois olhar para o fenômeno a partir dessas oito mediações propostas norteia o trabalho da análise da pesquisa que tem sido feita sobre o tema.

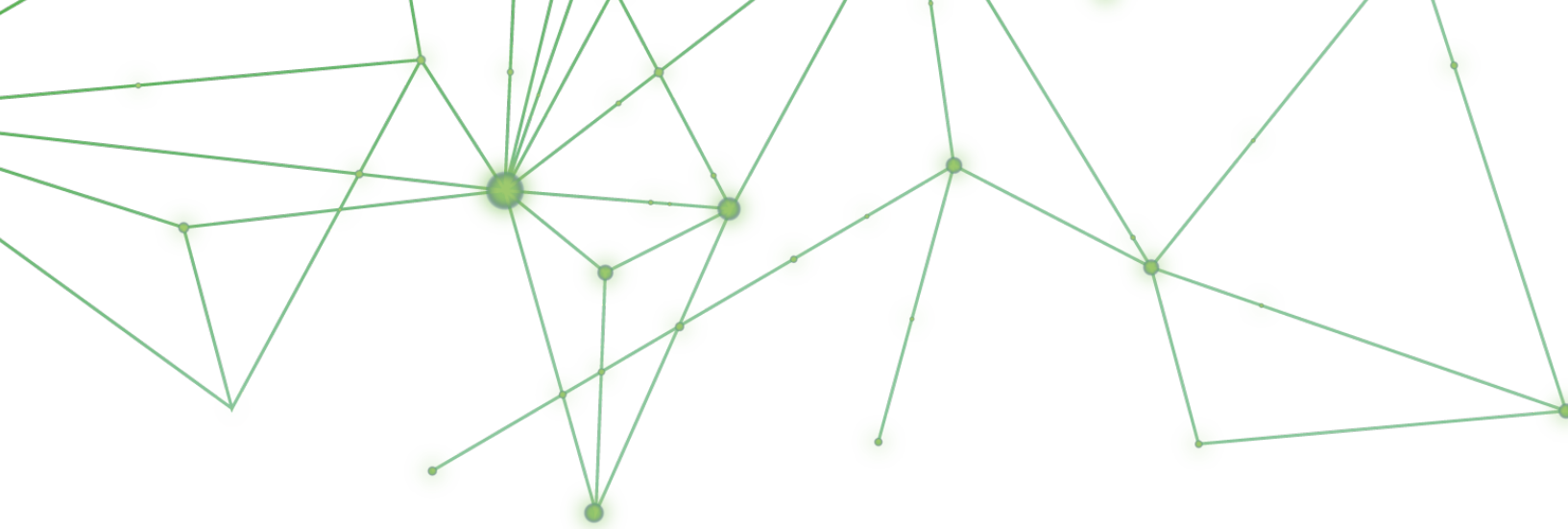
Referências

BONIN, Jiani Adriana. Dos meios às mediações: chaves epistêmicas, teóricas e metodológicas legadas à pesquisa de recepção. *Intexto*, Porto Alegre, n. 43, p. 59-73, set/dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201843.59-73>.

- BONIN, J. A. Inter-relações entre culturas, tecnicidade e cidadania na obra de Jesús Martín-Barbero. **MATRIZES**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 27-44, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i2p27-44>.
- CABLE, Jonathan. Communication sciences and the study of social movements. In: KLANDERMANS, B.; ROGGE-BAND, C. (Eds.). **Handbook of social movements across disciplines**. Cham: Springer, 2017. p. 185-201.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Um tributo a Martín-Barbero: fazendo memória de trajetos. **Intexto**, Porto Alegre, n. 43, p. 24-34, set./dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201843.24-34>.
- ESCOSTEGUY, A. C. D.; SIFUENTES, L. O mapa das mediações comunicativas da cultura: cartografando a pesquisa. In: SACRAMENTO, I. (Org.). **As mediações comunicativas da saúde**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. p. 20-35.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Ciudadanos reemplazados por algoritmos**. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2019.
- JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- JOHNSTON, Hank. **What is a social movement?** Cambridge, UK; Malden, MA. Polity Press, 2014.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. 11a ed.. São Paulo: Loyola, 2014.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo. A teoria barberiana da comunicação. **MATRIZES**, São Paulo, 12(1), 39-63, 2018a. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p39-63>.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Jesús Martín-Barbero e os mapas essenciais para compreender a comunicação. **Intexto**, Porto Alegre, n. 43, p. 14-23, set./dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201843.14-23>.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo; ROMANCINI, Richard. Epistemologia da Comunicação. In A. Citelli, C. Berger, M. A. Baccega, M. I. V. Lopes, & V. França (Orgs.), **Dicionário de comunicação. Escolas, teorias, autores**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 127-137
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: 3 introduções. **MATRIZES**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 9-31, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p9-31>.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- RINCÓN, Omar; JACKS, Nilda; SCHIMTZ, Daniela; WOTTRICH, Laura. **Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural: diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero**. Quito: CIESPAL, 2019.
- RONSONI, Veneza Mayora. A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção). XIX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, **Anais...** Compós, Rio de Janeiro- RJ, 2010.
- UTMAN SAAVEDRA, Jorge. **Comunicación, comunes y movimientos sociales: mediaciones de Base contra la política neoliberal**. Bogotá: Fundación Friedrich Ebert, 2021.



COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO (PÓS)PANDÊMICO



CUIDADOS NA ESCOLA: UMA ANÁLISE RITUAL E NARRATIVA SOBRE A VOLTA ÀS AULAS EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19¹

Maria Rita Mazzucatto²

-
- 1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 2021.
 - 2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM ECA USP). Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Criadirmack: direito à vez e à voz de crianças e adolescentes da Faculdade de Direito da UPM. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Novas Narrativas (GENN ECA USP). Editora assistente da Revista Interfaces da Comunicação (ECA USP).

Resumo: Este artigo enfoca as mudanças envolvidas no retorno às aulas em meio à pandemia de COVID-19, ilustrado pela cartilha *Cuidados na Escola*. Para isso, fizemos uma revisão bibliográfica e traçamos o histórico das concepções de infância, adolescência e amor parental até os dias atuais. A partir do critério epistemológico e teórico, analisamos dicotomias rituais e discutimos a possibilidade de que o retorno à escola seja um novo ritual de passagem, contribuindo a criação de novas narrativas.

Palavras-chave: Comunicação; Volta às aulas; Crianças e adolescentes; Amor parental; Novas narrativas e rituais.

Introdução

A pandemia de COVID-19 trouxe mudanças em diversos aspectos da vida humana. Com a orientação da Organização Mundial da Saúde em prol do isolamento social (UN NEWS, 2020), a rotina de cidadãos do mundo todo foi modificada bruscamente. No artigo, discutiremos sobre as dimensões rituais do retorno às aulas neste contexto, ilustrado pela cartilha *Cuidados na Escola*, uma parceria entre o UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Turma da Mônica, personagens tão conhecidos da Mauricio de Sousa Produções. Como pano de fundo para a volta às aulas no Brasil pandêmico em 2021, temos o abre e fecha das escolas e os desafios enfrentados por crianças, adolescentes, pais e educadores. Embora todos sofram com a incerteza do momento, o retorno presencial é uma realidade. Na rede educacional privada de São Paulo, por exemplo, a quase totalidade dos alunos iniciou o ano de 2021 a se dividir entre ensino *online* e atividades presenciais. Já na rede pública, embora os desafios sejam muito maiores, como a ameaça do trabalho infantil e da evasão escolar por conta da crise econômica (CAFARDO, 2021), as escolas também retornaram suas atividades presenciais até a quase totalidade.

Desta forma, cuidados básicos começaram a ser discutidos nesse retorno e, no presente artigo, sugerimos que este adquiriu dimensões rituais e até de passagem devido às novas camadas de cuidados, comunicação e o que passa a representar para a sociedade e todos os envolvidos no processo. Assim, o retorno às aulas ainda dialoga com a especialização do amor parental e do afeto com crianças e adolescentes ao longo do tempo.

Como metodologia, contaremos com o aporte metodológico da revisão bibliográfica (MARTINO, 2018), a fim de contextualizar o atual cenário do amor parental, das relações familiares e da preocupação com crianças e adolescentes na contemporaneidade e, assim, temos subsídios para fazer uma análise do objeto deste artigo, o retorno às aulas em si e a cartilha *Cuidados na Escola*. Já para arrematar a discussão, propomos a metodologia do critério epistemológico e teórico (LOPES, 2003) para podermos, a partir da revisão, compor a análise ritual, narrativa e a abordagem geral sobre o tema, contribuindo para uma visão não instrumentalista das ciências humanas.

Em complemento ao método escolhido, reforçamos a importância do diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Nos moldes promulgados pelo Paradigma da Complexidade, destacamos ainda a interdisciplinaridade como aspecto necessário e desejável para potencializar avanços nas respectivas áreas das ciências humanas, a partir do diálogo e do intercâmbio (MORIN, 2010). Por isso, contaremos com aportes da comunicação, das ciências sociais, da história e da antropologia para compor a discussão.

Noções de infância, adolescência e amor parental: construção e contextualização históricas

Infância e adolescência são construções históricas e sociais (VYGOTSKY; LÚRIA; LEONTIEV, 1988), sendo resultado do desenvolvimento e da complexificação da sociedade (MEAD, 1951). É importante situarmos circunstancialmente o surgimento dessas concepções. A noção de que a infância é uma nova etapa do desenvolvimento humano decorre da invenção da família nuclear, do estado-nação e da nova lógica produtiva, características da sociedade industrial (ARIÈS, 1986). Desta maneira,

Apenas à medida que o conhecimento humano – gerado pelo trabalho humano numa relação dialética que condicionava o desenvolvimento de ambos – possibilitou a produção de excedentes e permitiu vitórias mais persistentes na luta diária pela sobrevivência, foi possível ampliar o tempo de não trabalho para alguns segmentos da sociedade. Já é bastante conhecida a discussão acerca de que a infância, na forma como a pensamos hoje, é uma construção dos últimos 200 anos da história (MELLO, 2007, p. 84).

Apenas na Idade Média surge de fato a ideia de infância como uma etapa diferenciada da vida. Até o século XII, elas são retratadas como adultos em miniatura, até pelas roupas que apresentavam na iconografia da época. Somente a partir do século XIV começam a ser diferenciadas inicialmente pelas vestimentas (LINS, 2007). Sua importância cresce com o paralelo traçado com o culto ao menino Jesus, iniciado no século XIII (LE GOFF; TRUONG, 2006), acentuando-se as manifestações sociais de luto pela morte de crianças (anteriormente, algo, se não tratado com indiferença, menos manifestado e resguardado ao ambiente doméstico), além da importância do sacramento cristão do Batismo, já que, segundo a fé católica, “as crianças mortas sem batismo serão privadas da eternidade no Paraíso” (LINS, 2007, p. 227). Em complemento, Ariès (1986) endossa os aspectos mais relevantes associados à noção de infância: o mimo (século XVI), a consciência da inocência e a priorização da educação (por volta do século XVII).

Já sobre a adolescência, temos o século XVIII como o período em que se tentou delimitar as características desta fase (LEPRE, 2003). Assim, faz-se necessário recorrermos aos estudos em psicologia para entendermos como se deu essa construção:

No século XX, embasado em pressupostos científicos, o adolescente moderno típico estabeleceu-se como um objeto natural com características e atributos psicológicos bem demarcados. [...] A noção de adolescência emerge inteiramente vinculada à lógica desenvolvimentista, sendo uma etapa do desenvolvimento pela qual todos passariam obrigatória e similarmente (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 4).

Desta forma, na sociedade moderna, “[...] com suas condições materiais e simbólicas específicas, a criança, o adolescente e o jovem adquiriram um status de dependentes, não responsáveis jurídica, política e emocionalmente” (SALLES, 2005, p. 35).

Assim, a família nuclear moderna coleciona traços que permitem o que Luc Ferry denomina de “reencantamento do mundo”, aspecto paradoxal dos nossos tempos. Ademais, para além das considerações filosóficas sobre o amor,³ abordaremos sua interface mais prática até chegarmos aos contornos atuais das relações amorosas, afetivas e familiares no que denominamos de pós-modernidade (LYOTARD, 1988). O surgimento do casamento por amor, advindo do romantismo burguês, modificou profundamente os costumes praticados até então. As relações que se inauguram com isso culminaram no atual contexto de preocupação e cuidado com crianças e adolescentes, frutos finalmente de relações de amor e alvo de um ascendentemente especializado amor parental (FERRY, 2012). As características

3 Sobre isso, recomendamos o panorama de Comte-Sponville sobre o amor na Filosofia (COMTE-SPONVILLE, 2016).

mais sombrias do atual processo de globalização tiveram, então, o efeito contrário e fundaram um humanismo baseado no que o autor chama de amor-paixão e, com isso, temos a sacralização do humano, o que modifica de forma radical o cenário político e a esfera pública (FERRY, 2012). Em resumo, “[...] a globalização desconstrói as figuras tradicionais do sagrado para dar lugar, no final, ao nascimento da sacralização do humano” (FERRY, 2012, p. 92).

No Brasil, não foi diferente. “O século XIX ratifica a descoberta humanista da infância e da adolescência como idades da vida” (MAUAD, 2018, p. 140). Nos dicionários, começam a surgir termos para demarcar essa diferenciação, como “menino”, “menina”, “adolescente”, “meninice”, entre outros (MAUAD, 2018). Assim, percebemos que o desenvolvimento do amor parental e do aprimoramento do cuidado com a prole foram de fato conquistas que se espalharam pelo mundo mais ou menos de forma homogênea (FERRY, 2012), refletindo ainda na aquisição de direitos específicos de crianças e adolescentes.⁴

A partir deste histórico, partimos, então, para uma análise sobre a volta às aulas em meio à pandemia no contexto brasileiro. O cuidado com os filhos, que já era uma realidade, toma proporções ainda mais específicas no contexto da pandemia de COVID-19. A segregação de crianças e jovens entre pessoas a salvo da doença e grupos de risco não mais se aplica. Todos estão suscetíveis aos efeitos nefastos do período: seja a perda de saúde física e mental, seja a vulnerabilidade social e a ameaça à educação (RIVELLINO, 2020). Este é o pano de fundo do retorno às atividades escolares, ilustrado e exemplificado a partir da cartilha *Cuidados na Escola*, enfocada a seguir.

A volta às aulas na pandemia a partir da cartilha *Cuidados na Escola*, do UNICEF em parceria com a Mauricio de Sousa Produções

Em 1946, é criado o UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, órgão especializado em proteger crianças e adolescentes de forma global. O contexto é o final da Segunda Guerra Mundial, a partir do qual se iniciam os debates sobre a paz e os direitos humanos e, ainda em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) dá início às atividades de reorganização do mundo pós-guerra. O UNICEF começa sua atuação com os primeiros comitês nacionais em 1947, e, em 1953, adquire efetivamente o status de agência permanente da ONU, que reconheceu a necessidade de perenizar sua atuação na defesa de direitos infantojuvenis para além do período de contingência.

Com o alcance da maturidade de instituição supranacional, o UNICEF adquiriu novas agendas e bandeiras, enfatizando a educação e a importância da estruturação de políticas públicas, entre diversos outros projetos, dentre os quais um dos mais recentes é objeto de discussão deste artigo. Especialmente importantes são ainda as orientações do órgão por ocasião da pandemia de COVID-19. Durante este período, tem obtido destaque o posicionamento da instituição, por exemplo, quando orienta pais e responsáveis a adotarem, durante o isolamento social, medidas como: garantir a calma do ambiente doméstico a crianças e adolescentes; passar segurança e oferecer o acolhimento a medos e incertezas; escutá-los; não esconder a verdade, mas sem alarmá-los; além de estabelecer o diálogo e a comunicação constantes (UNICEF, 2020).

Já no Brasil, o UNICEF ganhou mais notoriedade e aproximação com seus públicos-alvo quando inaugurou a associação com a Mauricio de Sousa Produções (MSP), que é considerada atualmente a maior produtora de conteúdo infantil do país. Fundada em 1959, além do grande apelo dos gibis da Turma da Mônica e produtos associados, uma faceta importante da empresa é a sua atuação em causas sociais ligadas ao público infantojuvenil. Desde 2005, os personagens da Turma da Mônica ilustram

⁴ Em termos gerais, no contexto mundial, algumas das legislações mais importantes sobre a Declaração Universal, de 1948, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, adotada pela ONU em 20 de novembro de 1959 e a Convenção dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989. Já no cenário brasileiro, fundamentadas pela Doutrina de Proteção Integral, temos a Constituição Federal de 1988 e, mais especificamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, lei nº 8069/90.

guias informativos do UNICEF sobre os direitos de crianças e adolescentes e, em 2007, a protagonista, Mônica, passa a ser, finalmente, embaixadora do UNICEF no Brasil (UNICEF, 2021a).

Com este breve histórico, temos como objeto de análise deste artigo a volta às aulas e a cartilha *Cuidados na Escola*, uma parceria entre o UNICEF e a Mauricio de Sousa Produções, lançada em junho de 2021 (UNICEF, 2021b). O material tem como subtítulo ser um *Guia para pais, mães e responsáveis conversarem com as crianças sobre os cuidados para quem vai à escola em tempos de coronavírus* e aborda os novos protocolos que podem e devem ser adotados pelas escolas na volta às aulas em tempos pandêmicos. Foi estruturada em seções contendo tópicos importantes, tais como: as medidas para prevenir a COVID-19, a exemplo da higienização das mãos e do distanciamento; os protocolos de chegada à escola, como a medição de temperatura; cuidados envolvendo cumprimentos, práticas de esportes, hora do lanche, entre outros; o correto procedimento de lavagem das mãos; a etiqueta respiratória; a importância da máscara; além de algumas instruções adicionais segmentadas por faixas etárias.

A cartilha, então, ilustra a importância deste momento e também dos cuidados na volta às aulas. As múltiplas camadas de cuidados e o grande debate envolvendo essa questão nos sugeriu a hipótese de que estejamos diante de um novo ritual contemporâneo. Se a volta às aulas não tinha esse protagonismo anteriormente, no contexto de exceção traz à tona diversas possibilidades de interpretação. A seguir, discutiremos brevemente algumas delas.

Uma análise ritual e narrativa da volta às aulas na pandemia e da cartilha *Cuidados na Escola*

Para iniciarmos a análise sobre a cartilha *Cuidados na Escola* e a volta às aulas em meio à pandemia de COVID-19 a partir da bibliografia, podemos ressaltar a dicotomia importante e ainda válida entre casa e rua (DAMATTA, 1997). Para Damatta, a casa é lugar de protagonismo, segurança e no qual podemos expressar nossa opinião, em oposição à rua, o externo, sendo o comportamento social neste espaço muitas vezes acompanhado por transgressões (DAMATTA, 1997, p. 19). No cenário pandêmico, tal oposição se acentua. A casa é abrigo, aconchego e ambiente seguro contra a ameaça externa, o vírus. E, para preservá-la como tal, nos eventuais contatos com o ambiente de fora, devemos observar nosso comportamento, evitando contaminação e, portanto, a dessacralização do que é doméstico. Situamos nesta dicotomia entre sagrado e profano (ELIADE, 2018), interno e externo (DAMATTA, 1997) o retorno às aulas.

Tendo como pano de fundo a tendência ao *déficit* ritual, que culmina na manutenção do indivíduo “[...] em sua solidão interior ante a passagem do tempo” (SEGALIN, 2002, p. 57), os rituais contemporâneos acabam por adquirir essa dimensão individual e por restringir sua expressão coletiva, que agora é menos social e mais referente à família nuclear e aos pequenos grupos. Para Segalen (2002), a essência do ritual é exatamente “[...] misturar o tempo individual e o tempo coletivo” (SEGALIN, 2002, p. 31-32). A casa, que ainda carregava na contemporaneidade os contornos sagrados herdados de tempos longínquos, adquire, durante a pandemia, conotação mais sacralizada. E os grupos sociais, já restritos, ficam ainda mais seletos com a necessidade de distanciamento social.

Em adição a este ponto, trazemos o conceito de “sacralização do humano”, de Luc Ferry (2012). Como já dissemos, o amor aos filhos tal como o conhecemos hoje está diretamente relacionado à invenção do casamento por amor, isso porque “[...] os produtos do amor, em geral, são objetos de amor [...]” (FERRY, 2012, p. 98). E, sendo cada vez mais sagrados na atualidade, crianças e adolescentes, especialmente agora, devem ser protegidos do vírus e, por isso, preservados na sacralidade do ambiente doméstico. No cenário ideal, onde não haja transgressões aos direitos desses indivíduos, esse cuidado torna especialmente desafiadora a volta às aulas no Brasil.

Neste momento, as contribuições de Mary Douglas também são essenciais. A antropóloga em seu clássico livro *Pureza e Perigo* avalia os rituais de poluição ao longo do tempo, analisando as religiões ditas primitivas e sua persistência, importância e modificações até os dias contemporâneos (DOUGLAS,

2014). Ela nos chama a atenção para a relativização do que consideramos sujo ou impuro. “As regras de higiene mudam, naturalmente, com as mudanças no nosso estado de conhecimento” (DOUGLAS, 2014, p. 19). Essa relativização pode ser exemplificada com o trecho a seguir:

Podemos reconhecer nas nossas próprias noções de sujeira que estamos usando uma espécie de *omnibus compendium* que inclui todos os elementos rejeitados de sistemas ordenados. É uma ideia relativa. Sapatos não são em si sujos, mas é sujeira colocá-los na mesa da sala de jantar; comida não é sujeira em si, mas é sujeira deixar utensílios de cozinha no quarto, ou deixar comida salpicada na roupa; do mesmo modo, equipamento do banheiro na sala de visitas; roupa pendurada nas cadeiras; coisas do primeiro andar no térreo, roupa de baixo aparecendo, e assim por diante. Resumindo, nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideias (DOUGLAS, 2014, p. 50-51).

A partir disso, além de ser relativa nossa ideia de sujeira e impureza, o que pôde ser visto recentemente com o aprimoramento das medidas de higiene em prevenção à COVID-19, conforme descobertas científicas foram endossando nosso entendimento sobre o vírus e sua disseminação, sugerimos que o ambiente doméstico tem sido ascendentemente sacralizado e, em oposição, a externalidade, a rua, a escola, o trabalho e outros locais de convivência tornaram-se impuros e perigosos. Como “[...] coisas sagradas e lugares sarados devem ser protegidos contra a profanação” (DOUGLAS, 2014, p. 20), a volta às aulas, o retorno a esse local agora impuro tornou-se um tabu, tanto no sentido de ser uma proibição e ordem de não fazer algo (VAN GENEPP, 2012), quanto no sentido mais popular de não haver sobre a questão um consenso social.

Figura 1 - “Mantendo as mãos limpas” e “As cinco etapas para lavar as mãos”



Fonte: GUIA UNICEF - Cuidados na Escola. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021b. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cuidados-na-escola>>. Acesso em: 21/06/2021.

Figura 2 – “Quando lavar as mãos ou passar álcool em gel?”

QUANDO LAVAR AS MÃOS OU PASSAR ÁLCOOL EM GEL?



- Antes de entrar e depois de sair do transporte escolar;
- Ao chegar na escola (de carro, de transporte escolar, de ônibus);
- Ao entrar e sair da sala de aula;
- Depois de tocar superfícies (maçaneta da porta, por exemplo);
- Depois de tocar materiais de aprendizagem, cadernos e livros;
- Depois de usar um lenço descartável para assoar o nariz;
- Antes de retirar a máscara para comer, beber água ou para colocar uma limpa;
- Depois de retirar a máscara e antes de comer;
- Depois de ir ao banheiro.

Fonte: GUIA UNICEF - Cuidados na Escola. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021b. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cuidados-na-escola>>. Acesso em: 21/06/2021.

Ilustram isso excertos da cartilha, exemplificados pelas Figuras 1 e 2 (UNICEF, 2021b), e também alguns dos comentários na postagem do UNICEF no Facebook sobre o material, que podem ser classificados em dois polos: o endosso à importância da cartilha, por sua qualidade e relevância nos tempos atuais, e a condenação à iniciativa e à volta as aulas, de forma geral (FACEBOOK UNICEF..., 2021). Ambos os posicionamentos são importantes e compreensíveis, ilustrando a dicotomia entre casa e rua, pureza e perigo e a natural complexidade do tema. Dito isso, partimos à análise da cartilha em si e da volta às aulas sob a perspectiva do ritual, hipótese deste artigo, e, como tal, insumo à construção de novas narrativas.

Neste ponto, algumas conceituações fazem-se necessárias. Segundo Segalen (2002):

O ritual faz sentido, visto que ordena a desordem, atribui sentido ao acidental e ao incompreensível, confere aos atores sociais os meios para dominar o mal, o tempo e as relações sociais. Sua essência é misturar o tempo individual e o tempo coletivo (SEGALEN, 2002, p. 31).

Assim, vemos que não são todos os hábitos diários ou periódicos que se configuram como ritos, isto porque:

O rito ou ritual é um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. O rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagens e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns a um grupo (SEGALEN, 2002, p. 31).

Conjecturamos, então, sobre se o retorno às aulas em meio à pandemia configuraria um ritual, ressignificado no contexto de exceção e adquirindo, por conta disso, contornos de passagem. Além de um ritual de passagem convencional, talvez seja ainda mais marcante como encenação de sair de um mundo que não mais existe para um novo. Como uma experiência comunicativa e compartilhada de significação (SEGALEN, 2002), alguns aspectos adicionais do ritual devem ser considerados nesta análise. Rituais são estruturas simbólicas que acompanham a humanidade em sua empreitada para atribuir significado ao mundo. “Essa potência denominada ritual é uma narrativa, que contém uma plataforma de mídias” (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019, p. 209). Além disso, Nassar, Farias e Ribeiro (2019) atentam para o conjunto global das características inerentes aos rituais: sua faceta narrativa, sua essência performática, seu aporte midiático e sua interface com as sociedades, à medida que se situam em um espaço e se repetem no tempo (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019).

Os autores propõem, então, indagações que buscam identificar os contornos de um ritual. Estas são: “[...] Quem diz?; O que se diz, para quem e como é dito?; Onde é dito?; Quando é dito?; Por que é dito?” (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019, p. 210). Nas respostas para estas perguntas, quando em aplicação ao ritual de volta às aulas na pandemia, encontramos paralelos e interfaces que nos incentivam a este caminho conceitual. Tendo como objeto de análise a cartilha *Cuidados na Escola*, alguns paralelos podem ser traçados aqui.

Sugerimos, então, que o próprio desenvolvimento de uma cartilha que oriente esse retorno às aulas confere a este ato uma dimensão ritual. Sobre a comunicação do material e da volta às aulas, o que é dito, então, neste documento oficializa a importância desses protocolos, novas regras e adaptações que devem ser cumpridos. Já o que é dito o tempo todo no espaço ressignificado da escola e no conteúdo é o combate ao vírus e, portanto, à doença. Por sua vez, os emissores dessa comunicação ritual são o UNICEF e a MSP, organizações historicamente preocupadas com os direitos de crianças e adolescentes. Pais, responsáveis, educadores e as próprias crianças e os adolescentes são, finalmente, alvo da comunicação e participantes do ritual. A forma como é dita tem uma preocupação lúdica e facilita tanto a compreensão dos mais novos quanto oferece apoio aos adultos ao serem mediadores dessa comunicação.

O local disso é a escola, lugar anteriormente sagrado, mas que agora se encontra como possibilidade de profano, por ser um risco potencial à saúde. Onde antes o protagonismo era a educação a convivência, protocolos estritos são colocados para evitar a contaminação, mas com a preocupação de não mais deixar somente a cargo do ensino a distância a instrução de crianças e adolescentes, com todos os desafios que essa modalidade tem apresentado aos educadores, principalmente em face às desigualdades sociais brasileiras. Em um cenário de violações aos direitos humanos de crianças e adolescentes (ONU BRASIL, 2020) e os desafios à educação no atual contexto (CAFARDO, 2021), o retorno à escola e o prezar pela educação tornam-se prioridade e pauta. A educação e a escola ensaiam, assim, ser novamente sagradas, e apontamos a cartilha como uma tentativa de resgate dessa característica.

Acerca das duas últimas etapas da classificação ritual (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019), temos que o tempo dessa mensagem é contemporâneo à pandemia de COVID-19, atualmente já mais branda devido à cobertura vacinal, embora não saibamos ao certo quando deve terminar e se, ao final dela, de fato retornaremos integralmente às antigas rotinas. E o contexto que traz propósito a esses protocolos citados na cartilha é a própria crise sanitária, juntamente com a complexidade que acarreta.

Além dessa possibilidade de interpretação e classificação ritual, temos o cenário de ritual de passagem (VAN GENNEP, 2012) da volta às aulas. Se a importância das primeiras vezes rituais já pudesse ser aplicada a um regular retorno à escola, na pandemia, a passagem adquire contornos ainda mais claros. O *pivotamento* do ritual de passagem, apontado por Van Gennep (2012) e endossado por Segalen (2002), pode ser conceituado a seguir.

Além da consonância com as definições apresentadas de rituais, conjecturamos sobre a adequação dessa volta excepcional às aulas também à teoria dos ritos de passagem. Assim, consultaremos as consagradas contribuições de Arnold Van Gennep (2012) sobre esta categoria ritual. O autor discute sobre a separação entre os ritos de passagem de outras expressões simbólicas, diferenciando-os notadamente a partir de seu resultado (uma mudança de estado separa o indivíduo anterior e sua versão posterior ao ritual) e sua composição em três etapas (separação, margem e agregação). O autor ainda entende que um ritual de passagem possui importância proporcional ao seu ineditismo. Tais cerimônias possuem, para o autor, importância principalmente como uma etapa da expressão completa da ideia de agregação entre os membros de um grupo (VAN GENEPP, 2012).

Figura 3 - “Retorno à escola”



Fonte: GUIA UNICEF - Cuidados na Escola. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021b. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cuidados-na-escola>>. Acesso em: 21/06/2021.

Desta forma, aplicando tal classificação ao retorno à escola na pandemia, temos que a separação, primeira etapa ritual, ocorreu por conta da pandemia e sua duração, embora possa variar, é muito marcante, devido à incerteza de quando poderia voltar a operar uma rotina regular. A cartilha *Cuidados na Escola* é parte deste momento e das discussões sobre retorno seguro. Já o período de margem é marcado pelo momento responsável por definir se a criança e o adolescente podem ou não adentrar ao ambiente escolar: a medição de temperatura, como explicita a Figura 3 (UNICEF, 2021b). Caso não haja indicação de febre, está liberada a entrada, mediante higienização das mãos e porventura de materiais com álcool gel.

Figura 4 - “Todo herói usa máscara!”



Fonte: GUIA UNICEF - Cuidados na Escola. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021b. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cuidados-na-escola>>. Acesso em: 21/06/2021.

Figura 5 – “Uso de máscaras nas escolas”



Fonte: GUIA UNICEF - Cuidados na Escola. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021b. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cuidados-na-escola>>. Acesso em: 21/06/2021.

Figura 6 – Regras para atividades coletivas



Fonte: GUIA UNICEF - Cuidados na Escola. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021b. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cuidados-na-escola>>. Acesso em: 21/06/2021.

Por fim, sobre o momento de agregação, a aula, esta segue padrões regulares, mas com cuidados adicionais, como o uso de máscaras, descrito nas Figuras 4 e 5 (UNICEF, 2021b), outras orientações necessárias aos momentos reservados a intervalos e lanches, à prática de esportes e atividades coletivas, como nos mostra a Figura 6 (UNICEF, 2021b). As regras, que fazem parte de qualquer ritual, são cada vez mais estritas, com a necessidade de distanciamento físico, utilização de máscaras, o contato diminuto dos alunos entre si e com professores e funcionários, além da frequente limpeza de mãos e outros objetos, como materiais escolares e brinquedos. O momento de agregação pode ser restringido e ainda ser feito de forma presencial e virtual, sendo o formato híbrido uma realidade no retorno às aulas. Todos esses momentos são descritos na cartilha *Cuidados na Escola*.

Nossa hipótese recai, então, sobre a possibilidade de que a interpretação da volta às aulas em meio à pandemia adquira essa complexidade ritual devido às especificidades de sua condição nesse momento. Percebemos que essa volta tem acontecido com mais frequência do que o normal, quando somente os períodos de festas e férias interrompiam os ciclos escolares. Com a incerteza pandêmica, a volta tem acontecido algumas vezes, como acompanhamos com o abrir e fechar das escolas (CAFARDO, 2021). Além disso, as novas camadas de cuidados acrescidas ao retorno escolar também colaboram para uma maior conotação ritual, endossando a importância desta(s) primeira(s) vez(es).

Neste sentido, acreditamos que estão sendo escritas novas narrativas sobre a educação, o afeto, o amor parental e a vida de crianças e adolescentes com esses novos elementos acrescidos no retorno à escola no período de crise sanitária. No que denominamos de novas narrativas, temos que são “[...] formadas pela construção colaborativa, para uma sociedade mais justa, democrática, transparente e participativa [...]” e são “[...] capazes de quebrar o automatismo e de causar mudança de inconsciência e de consciência, gerando envolvimento, interações e, sobretudo, ricas experiências e emoções” (NASSAR; RIBEIRO, 2012).

Assim, se o mundo pós-moderno já era reconhecido por suas vertiginosas mudanças, a pandemia causou um extremo impacto ao modificar diversos processos instantaneamente, sendo um deles a busca por esse retorno às instituições, como a escola, a partir da “reinvenção das narrativas do mundo” (RIBEIRO, 2019, p. 162). Compartilhamos, então, a visão contida nos moldes promulgados por Nassar e Ribeiro (2012), que afirmam que “[...] há possibilidades positivas sobre as novas narrativas que anunciam a pós-modernidade” (NASSAR; RIBEIRO, 2012), e a tentativa de retorno seguro à escola como um novo ritual pode contribuir para um futuro protagonismo da educação e, portanto, da comunicação e do afeto.

Considerações Finais

Assim, partindo de uma breve contextualização sobre as noções de infância, adolescência e amor parental ao longo do tempo, tivemos subsídios para entender o momento de retorno às aulas durante a pandemia de COVID-19, ilustrada pela cartilha *Cuidados na Escola*, do UNICEF em parceria com a produtora MSP.

Discutimos, então, as especificidades deste retorno à escola em período tão peculiar, além das dicotomias que o constituem, como sagrado e profano, casa e rua. A partir disso, pudemos conjecturar sobre a volta às aulas seria, então, com o aporte comunicacional de materiais como a cartilha, um novo ritual e, talvez, até de passagem, de mundo antigo, regular, para o desconhecido e assustador “novo normal”. Para isso, utilizamos como aporte uma abordagem interdisciplinar em ciências humanas, enfocando a abordagem ritual e narrativa sobre nosso objeto.

Finalmente, com os rituais e as novas narrativas, reiteramos a importância de que todos os envolvidos nesta criação sejam sujeitos e possam dialogar e, neste sentido, a cartilha *Cuidados na Escola* oferece uma tentativa válida de tornar este momento de incertezas mais amoroso. Já que o “[...] diálogo é o encontro amoroso dos homens [...]” (FREIRE, 1983, p. 28) e, por isso, uma “exigência existencial” (FREIRE, 2013, p. 114) deve ser cada vez maior a importância do amor como condição para o diálogo e,

consequentemente, para a educação, oferecendo arquipélagos de certezas (MORIN, 2000) no mar de incertezas (MORIN, 2020) que vivemos na atualidade.

Referências

8 RECOMENDAÇÕES para ajudar as crianças a lidar com o estresse. **UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância**, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2020-04/saude-mental_orientacoes-familias.pdf>. Acesso em: 25/05/2020.

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BIOGRAFIA MÔNICA - Embaixadora do UNICEF no Brasil desde 2007. **UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância**, 2021a. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/monica>>. Acesso em: 21/06/2021.

CAFARDO, Renata. **A volta da escola**. O Estado de S. Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/cidades,a-volta-da-escola,1178379>>. Acesso em: 21/07/2021.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

COVID-19: Crianças enfrentam risco maior de abuso e negligência em meio a medidas de contenção. **ONU BRASIL**, 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/covid-19-criancas-enfrentam-risco-maior-de-abuso-e-negligencia-em-meio-a-medidas-de-contencao/>>. Acesso em: 24/06/2021.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

FACEBOOK UNICEF Brasil. Cuidados na Escola. 23/06/2021. 11h00. Disponível em: <<https://www.facebook.com/UNICEFBrasil/posts/4202048039851630>>. Acesso em: 30/06/2021.

FERRY, Luc. **A revolução do amor: por uma espiritualidade laica**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. [Recurso eletrônico]. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GUIA UNICEF - Cuidados na Escola. **UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância**, 2021b. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cuidados-na-escola>>. Acesso em: 21/06/2021.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEPRE, Rita Melissa. **Adolescência e Construção da Identidade**. v. 10, p. 01-09. 2003.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor, volume 1**. 6ª ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MARQUES, Júlia. **De sala de xadrez a 'cantina delivery': escolas de SP se adaptam para receber 100% dos alunos**. O Estado de S. Paulo, 2021. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,de-sala-de-xadrez-a-cantina-delivery-escolas-de-sp-se-adaptam-para-receber-mais-alunos,70003795612>>. Acesso em: 31/07/2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MEAD, Margaret. **Adolescência y cultura en Samoa**. Buenos Aires: Paidós, 1951.

MELLO, Suely Amaral. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 83-104, abr. 2007. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1630/1371>>. Acesso em: 02/02/2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/%x>, p. 84.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, Edgar. **As certezas são uma ilusão**. Fronteiras do Pensamento. 2020. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/entrevistas/edgar-morin-as-certezas-sao-uma-ilusao>>. Acesso em: 01/06/2020.

NASSAR, Paulo; RIBEIRO, Emília P. **Velhas e Novas Narrativas**. Revista Estética- Citrus, 2012. Disponível em <<http://citrus.uspnet.usp.br/estetica/index.php/anteriores/85-revista-8/52-2012-2-art5>>. Acesso em: 06/05/2019.

NASSAR, Paulo; FARIAS, Luiz Alberto de; RIBEIRO, Emília Pomarico. **Narrativas rituais: uma aproximação entre comunicação e antropologia**. In: SCHEID, Daiane; MACHADO, Jones; PÉRSIGO, Patrícia M. TENDÊNCIAS EM COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL Temas emergentes no contexto das organizações. Santa Maria – RS: FACOS-UFSM, 2019, p. 209-224.

RIBEIRO, Emília Pomarico. **Novas Narrativas da Comunicação em Organizações**. 2019. 318 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RIVELLINO, Roberta. **Por que a Covid-19 também é perigosa para crianças e adolescentes**. Veja Saúde, 2020. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/por-que-a-covid-19-tambem-e-perigosa-para-criancas-e-adolescentes/>>. Acesso em: 21/06/2021.

SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estud. psicol.** (Campinas), Campinas, v. 22, n. 1, p. 33-41, Mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02/03/2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000100005>.

SEGALEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

TESTING, TRACING, and when to lift restrictions: WHO's latest advice. **UN News**, 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2020/04/1061642>>. Acesso em: 15/07/2020.

VAN GENEPP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich; LÚRIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/Edusp, 1988.



O TRABALHO DE PESQUISADORA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: REFLEXÕES SOBRE A ENTREVISTA MEDIADA POR NOVOS DISPOSITIVOS COMUNICACIONAIS¹

Naiana Rodrigues da Silva²

-
- 1 Trabalho apresentado ao *Conexão Pós* do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 08 e 09 de dezembro de 2021.
 - 2 Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Comunicação e Linguagens pela UFC; pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA-USP), doutoranda em Ciências da Comunicação no PPGCOM-ECA-USP, vinculada à linha de pesquisa Epistemologia, Teoria e Metodologia da Comunicação, sob orientação da prof^a Dr^a Roseli Fígaro. E-mail: naianarodrigues@usp.br.

Resumo: O trabalho aqui apresentado é derivado da tese de doutorado que desenvolvemos no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM), da Escola de Comunicações e Artes (ECA), e aponta as vantagens e desvantagens da realização de entrevistas científicas com o auxílio de novos dispositivos comunicacionais como as plataformas digitais. Para tanto, descrevemos nossa experiência e orientamos sua análise a partir da abordagem da comunicação e trabalho, com foco na ergologia e na linguagem.

Palavras-chave: Ergologia. Trabalho. Pesquisa. Entrevista. Dispositivos comunicacionais.

Introdução

A pandemia da Covid-19 nos colocou frente a uma crise de dimensões múltiplas. No mundo do trabalho, uma das repercussões mais polêmicas e evidentes foi a adoção do modelo de trabalho remoto ou *home office* em razão do distanciamento social como norma profilática contra a disseminação do coronavírus. Na educação, na comunicação, no jornalismo e na produção acadêmica, trabalhar em casa se tornou mandatório, um privilégio que outras trabalhadoras e trabalhadores de cadeias produtivas diferentes não tiveram. Contudo, a benesse de estar “protegida/protegido” em casa é marcada por relações de comunicação e trabalho contraditórias, por déficit de prescrições, pelo duelo entre tempo de trabalho e tempo de descanso; pelas opressões de gênero; por disputas territoriais no espaço da casa; pelo aumento das despesas domésticas e pela dependência das plataformas digitais para a realização das atividades de comunicação e trabalho (FÍGARO et al, 2021).

No que diz respeito ao trabalho acadêmico, em especial ao desenvolvimento de teses e dissertações embasadas em pesquisas empíricas, a adequação das atividades de trabalho foi essencial. Ou seja, as pesquisadoras e pesquisadores tiveram que usar seus saberes instituídos (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007) e criatividade para superar as adversidades impostas pelo contexto social e sanitário, modificando assim suas atividades laborais com vistas à realização dos objetivos de trabalho, sintetizados aqui na efetivação da pesquisa de campo.

Para entender como se deu a gestão do trabalho de pesquisa no cenário pandêmico, realizo uma reflexão sobre a minha própria experiência de investigação orientada pelos preceitos teóricos e epistemológicos da comunicação e trabalho, uma abordagem de estudo pluridisciplinar que busca suporte no materialismo histórico-dialético, na Ergologia e nos estudos de linguagem e discurso para investigar as relações de comunicação e de trabalho (FÍGARO, 2008).

Minha pesquisa, intitulada “As relações de comunicação e trabalho de jovens jornalistas cearenses: um estudo das dramáticas, da deontologia e do ethos profissionais”, teve como objetivo investigar as transformações no mundo do trabalho do jornalismo a partir das experiências de jovens profissionais localizados em um mercado de trabalho periférico. Para tanto, realizei duas etapas empíricas de investigação. Uma de caráter mais quanti-qualitativo, com aplicação de questionário online junto a um universo de 202 sujeitos graduados entre os anos de 2014 e 2018 no Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. Esta etapa aconteceu ainda no ano de 2019 e resultou na obtenção de 131 respostas.

A segunda etapa de investigação se deu com a realização de entrevistas em profundidade com 13 jovens que responderam à primeira etapa da pesquisa³. Estava prevista para acontecer no ano seguinte, em 2020, mas foi adiada em razão da pandemia. Apesar de ter esperado que os efeitos da disseminação da covid minimizassem para realizar as entrevistas de modo presencial, em 2021, meu prazo de espera acabou e a pandemia crescia em uma segunda onda com alta letalidade no Brasil⁴. Em razão disso, re-

3 Antes da realização das entrevistas, o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 2019.

4 Mais informações em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/fiocruz-alerta-para-possivel-alta-de-mortes-por-covid-19>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

corremos à aplicação de entrevistas de forma remota com o auxílio da aplicação digital Google Meet, à época uma das mais utilizadas.

Para este artigo, trago alguns apontamentos mobilizados por esta experiência como um primeiro esforço de sistematização de normas para o trabalho de pesquisa mediado por plataformas digitais.

O trabalho de pesquisa sob o viés da Ergologia

A comunicação e trabalho é o norte teórico e metodológico de nossa pesquisa de doutorado e das reflexões que trazemos aqui sobre uma das etapas empíricas da investigação. Entre as premissas centrais do binômio estão a compreensão de que o trabalho e a comunicação estão no cerne da constituição do humano enquanto ser social. É por meio das atividades de trabalho e das atividades de comunicação que o sujeito singular se conecta com o coletivo, garantindo sua existência e a própria reprodução da sociedade por meio das ações laborais e do emprego da comunicação e da linguagem para trabalhar (FÍGARO, 2008).

O conhecimento dessa conexão entre o singular e o social é capturado pela via da dialética, um método que orienta tanto as investigações de cunho materialista quanto aquelas de vertente mais ergológica, como é o caso da minha pesquisa. A ergologia é uma abordagem que emerge em razão das transformações produtivas que se instauram no mundo do trabalho. Amparada em preceitos da Ergonomia, ela busca compreender como as macroestruturas incidem sobre as situações micro de trabalho e, para tanto, orientou a entrada de pesquisadores em fábricas, *offices* e em uma diversidade de espaços laborais buscando compreender as atividades concretas de trabalho (SCHWARTZ, 2014).

Dessa forma, a Ergologia se alinha com a comunicação e trabalho por valorizar o concreto, o material, as realidades empíricas de trabalho e os sujeitos que as constituem, enfatizando a dimensão humana do trabalho em diálogo com as técnicas, com a história, com a sociedade e, sobretudo, com as normas e valores, preceitos que orientam o fazer dos trabalhadores. Além disso, a abordagem ergológica *estimula os trabalhadores a verbalizar seu ponto de vista da atividade, uma maneira de tornar essa atividade comunicável e, assim, submetê-la à confrontação com os saberes acadêmicos, científicos e institucionalizados* (FREITAS, BIANCO, 2019).

Maria Cecília Souza-e-Silva (2014), estudando a interface entre a Ergologia e a linguagem, destaca três preceitos fundamentais para a compreensão dessa abordagem. O primeiro deles trata da distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real.

Qualquer que seja a situação, haverá sempre uma distância entre o que se pensa acerca do trabalho (seja o que outros pensam, seja o que nós mesmos pensamos) e a realidade desse trabalho. Os/As trabalhadores/as sempre reorganizam permanentemente seus postos de trabalho (SOUZA-E-SILVA, 2014, p. 287).

Os conceitos de trabalho prescrito e real são herança da Ergonomia da atividade⁵ e originam o que se entende na ergologia como as normas antecedentes, um patrimônio humano composto por leis, regras, manuais, inovações, técnicas e uma diversidade de construtos históricos e sociais acumulados que orientam a realização de uma determinada atividade de trabalho (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007). Portanto, os estudos ergológicos situam-se exatamente na investigação da distância entre as normas antecedentes que prescrevem “como deve ser o trabalho” e a realidade concreta, que mostra “como de fato o trabalho é realizado” por conta das condições singulares com as quais o trabalhador se depara em uma situação laboral específica.

Isso nos conduz ao segundo fundamento ergológico, o de que o conteúdo da distância entre o prescrito e o normatizado antecipadamente é “sempre parcialmente ressingularizado” (SOUZA-E-SILVA,

5 Alain Wisner é o principal nome dessa corrente no mundo. No Brasil, a obra clássica dele é o livro “Introdução à Ergonomia: da teoria à prática”, de 1996.

2014, p. 287). Ou seja, as normas são personalizadas pelo trabalhador diante das limitações que o meio de trabalho lhe impõe (DURRIVE, 2014). Dessa maneira, temos a renormalização do trabalho, a qual se dá a partir do debate de normas, ação que marca o terceiro fundamento ergológico.

Finalmente, a terceira proposição traz a questão do debate de valores na atividade de trabalho. A racionalidade de normas que antecipam todo agir social não dissipa nem torna inútil a obrigação feita a cada trabalhador/a de repensar, no seu íntimo, suas escolhas na vida e no trabalho" (SOUZA-E-SILVA, 2014, p. 287).

Debater as normas é colocar as prescrições em perspectiva diante dos valores sociais e pessoais do trabalhador e dos saberes instituídos (científicos e acadêmicos) e investidos (da experiência) aos quais ele tem acesso para renormalizar a atividade de trabalho e assim cumprir seus objetivos laborais. A partir desses fundamentos, a ergologia mostra que a atividade de trabalho humana não é um ato mecânico, completamente previsível e controlado.

Por mais que os sistemas produtivos tentem antecipar ao máximo os atos de trabalho estabelecendo regras para o fazer e até mesmo para o pensar humano, o que se pode perceber ao analisar o concreto do trabalho é que essa antecipação completa é uma ilusão, pois sempre há margem para a renormalização, para a mudança, para a adequação, para a subversão e para a criatividade. Afinal, uma antecipação completa e irrestrita não daria margem para a criação humana e, sem esta, dificilmente estaríamos vivendo o estágio de desenvolvimento tecnológico, cultural e até mesmo artístico que conhecemos hoje.

Por conseguinte, o destino do humano, como ser de atividade, é manter-se na tensão constante, e mesmo na contradição, entre desaderência e readerência axiológicas e desaderência e readerência epistêmicas, com o risco permanente, sobretudo em nossas sociedades da mercadoria e do direito, de uma divergência patogênica entre essas duas desaderências: risco de ocultamento quanto à necessidade do corpo-si de reformular parcialmente esse destino no presente dos encontros da história, bem como risco de negação quanto à obrigação de renormalizar. Uma obrigação que leva a um retrabalho dos saberes e valores que contesta, recusa, todo conhecimento dominador que essencialmente já sabe tudo (SCHWARTZ, 2014, p. 273).

O que interessa ressaltar demarcando os fundamentos ergológicos é a agência humana a despeito das limitações e cerceamentos do trabalho. O corpo-si (corpo físico e subjetivo) é a entidade racionalizadora da gestão laboral e como tal está sempre em debate com os outros do trabalho (colegas, normas antecedentes, leis, instituições etc.) avaliando os riscos, os esforços necessários e a efetividade dos instrumentos para a conclusão de seus objetivos de trabalho. Dessa forma, em uma situação singular, o trabalhador lança mão de diferentes recursos para renormalizar sua atividade, avaliando, julgando, escolhendo, agindo e realizando uma ou mais tarefas.

A partir dessas premissas, que me orientaram conceitualmente na análise do trabalho dos jovens jornalistas sujeitos da pesquisa, empreendi também um esforço reflexivo avaliando minha própria atividade de trabalho de pesquisadora, que foi renormalizada de modo mais incisivo por conta das restrições, das limitações as quais a pandemia me submeteu. Portanto, este artigo se converte em uma escrita de trabalho (CUNHA, 2010), que mesmo não tendo sido rascunhada no calor do desenvolvimento da atividade, ou seja, durante a realização das entrevistas da pesquisa, ainda pode ser considerada um modo de sistematização dos saberes apreendidos com essa experiência.

A escrita entra no horizonte de pesquisadores do trabalho porque estamos interessados no que fazem os sujeitos, por que fazem, e como fazem, e, para tanto, necessitamos ter uma abordagem compreensiva, que não pode prescindir do auxílio dos próprios sujeitos na reconstrução dessas questões, e que não pode ignorar o manuseio dos artefatos, dos instrumentos, entre eles, a escrita (CUNHA, 2010, p. 55).

Este artigo contempla assim uma descrição das decisões tomadas em razão das limitações de meu trabalho de investigação recuperadas a partir das anotações que fiz em meu diário de pesquisa após as entrevistas em profundidade, as quais relatam, sobretudo, as dificuldades experienciadas com a substituição da técnica de coleta de dados presencial pela mediação tecnológica. Para construir uma análise mais fundamentada dessa experiência de trabalho, me amparo teoricamente na análise do discurso (MAINGUENEAU, 2020; 2002) e nos estudos ergológicos da dimensão linguageira do trabalho (BOUTET, 2016), afinal, as entrevistas em profundidade se constituem como uma situação comunicativa, um gênero do discurso secundário (BAKHTIN, 2017) orientado com uma finalidade específica, no caso, a coleta de dados objetivos e subjetivos sobre o trabalho de jovens jornalistas.

A entrevista como uma atividade linguageira de trabalho

As pesquisas de natureza ergológica costumam recorrer à entrevista para acessar o mundo do trabalho e conhecer as particularidades das atividades laborais exatamente por se tratar de uma técnica que faz uso da linguagem, das palavras como dados expressivos de uma realidade humana.

Em conformidade com os postulados da Ergologia, o trabalho é uma atividade humana que se define por sua dimensão simbólica e, em razão da natureza sócio-histórica do trabalho humano, a linguagem ocupa um lugar central nos processos de produção, organização, validação da atividade de trabalho, bem como nos processos de formação para a atividade de trabalho (PESSOA, 2016, p. 64).

É válido demarcar que na contemporaneidade, a linguagem, por meio da escrita e da leitura, é condicionante para a entrada no mundo do trabalho de um modo geral, daí a comunicação se tratar de uma dimensão integrante e importante das atividades de trabalho, que se constituem também por meio de atos de linguagem, os quais não podem ser dissociados do contexto social em que acontecem (BOUTET, 2016).

O trabalho de pesquisa, independentemente das técnicas e métodos utilizados, é também um trabalho de linguagem e, como tal, está sujeito às regras e condicionamentos da situação comunicativa, que envolve desde a igualdade de condições entre os sujeitos envolvidos às particularidades dos dispositivos de comunicação disponíveis, passando pelos gêneros e cenas discursivas manejados (MAINGUENEAU, 2020).

A entrevista, enquanto um gênero do discurso científico, está assim envolta em uma variedade de preceitos e de regras organizados com vistas ao melhor cumprimento do trabalho do pesquisador, o qual renormaliza sua ação a cada nova entrada no campo, a cada novo encontro com os entrevistados, pois, diferente de um inquérito fechado, a entrevista tem como atrativo – e fator complicador, a latência da subjetividade do entrevistado e do entrevistador. Ela pode assim favorecer a emergência de um substrato emocional, afetivo e avaliativo na forma de palavras, forçando o corpo-si a empreender um movimento reflexivo sobre si mesmo e sobre o trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007).

Daí o fato de a entrevista ser reconhecida como um diálogo, como uma situação em que há dois parceiros co-construindo saberes.

Diálogos no plural, pois nós instauramos em cena uma dupla relação dialógica: entre o sujeito e o outro, ou entre o sujeito e ele mesmo, mas também, inicialmente, entre ele e nós, coatores na situação criada. É preciso evidentemente vigiar para que a relação instaurada não seja primeiro desigual, e duplamente desigual: somos aquele que não sabe nada ou quase nada do trabalho, em todo caso do trabalho deste operador em questão, aquele também que não conhece nada da linguagem: “linguagem ferroviária”, “linguagem” da construção civil, “linguagem” dos correios... E, no entanto, o modo com que nosso discurso lixa as asperezas do real vivido por nosso interlocutor pode indispor-lo, inibir duradouramente suas

tentativas. Para tentar pôr em palavras com ele, e não por ele, um universo cujas dimensões nos escapam logo de início, mas também a história, convém fazer o papel daquele a quem o trabalho do outro deve ser ensinado, conter nossa tendência a cobrir de conceitos demasiadamente estabilizados por e para nós mesmos das histórias e de uma temporalidade industriosa extremamente versátil (CLOT; FAÍTA, 2016, p. 46. Grifos no original).

Diante disso, explorar o sentido dialógico da entrevista é ir além da mimetização de uma conversa e acionar saberes acadêmicos, éticos e até mesmo políticos para acessar um mundo singular materializado no discurso do entrevistado, um mundo que na minha pesquisa corresponde ao mundo do trabalho. Baseada nisso, foi que optei, em na tese, pelo uso da expressão “participante” em vez de “informante”, usual em muitos manuais metodológicos, reconhecendo linguisticamente a atividade do corpo-si, que atua como co-construtor do conhecimento produzido por essa interação dialógica.

Contudo, reconhecer que os saberes investidos dos participantes da pesquisa, expressos em suas comunicações sobre o trabalho, são essenciais para a produção do conhecimento científico não nos isenta do controle do trabalho de pesquisa e das tensões e conflitos que essa interação pode provocar (ZAPPELA-RICHARD, 2002). Ao meu favor, posso argumentar que a proximidade relativa com as(os) participantes da pesquisa, estabelecida por se tratar de egressas(os) da universidade em que atuo, foi favorável tanto para a rápida seleção e aceitação delas e deles para colaborar com a pesquisa, quanto para a supressão das intempéries advindas pelas condições atípicas de realização das entrevistas durante a pandemia.

Apesar de carregar uma imagem ética muito forte de professora, para construir com as(os) participantes uma relação de cunho mais horizontal, acionei o ethos (MAINGUENEAU, 2020) de jornalista profissional. Esse jogo de imagens refratadas foi articulado discursivamente quando me assumi como profissional afastada das redações que precisava de atualizações sobre o trabalho jornalístico. Essa fala apareceu ao longo da conversa, quando explicava como era o trabalho quando fui repórter, seja por curiosidade do entrevistado ou por minha própria iniciativa, estabelecendo assim diálogos diacrônicos com os participantes.

Essas intervenções podem soar inconvenientes para metodólogos que defendem a mínima interrupção nas entrevistas em profundidade ou abertas. Em nossa defesa, observamos que nossas entrevistas não foram estritamente abertas, pois como lembra Paul Thompson (1992, p. 258), a entrevista completamente aberta pode favorecer a fuga do participante de modo que suas falas se tornem um aglomerado desconexo. Ele defende, portanto, que para garantir que a entrevista tenha todo seu potencial aproveitado é necessário que o pesquisador estabeleça um direcionamento, uma orientação para que a fonte tenha ciência dos objetivos da entrevista e o pesquisador possa obter falas importantes. Em razão disso, optamos por realizar entrevistas semiabertas, tendo um roteiro básico de perguntas como norte, o qual se reconstruía a cada interação, pois um questionamento em uma entrevista não ressoa da mesma forma para cada participante (ZAPPELLA-RICHARD, 2002, p. 226), implicando assim em uma constante renormalização da atividade de entrevista.

Meu roteiro foi composto por uma lista com cerca de 30 questionamentos, divididos em 5 sessões temáticas: 1. Atualização de dados sobre o trabalho; 2. Trabalho na pandemia; 3. Descrição da atividade de trabalho; 4. Problematização do ethos jornalístico, dos saberes e valores para o trabalho; 5. Sentimentos, desejos, sonhos e realizações. Ele serviu de guia para que fossem contemplados os assuntos importantes, o que não impediu que outros temas emergissem nas falas das(os) jovens jornalistas em virtude da espontaneidade que a entrevista enquanto comunicação dialógica proporciona, mesmo estando ela cerceada pelo distanciamento físico.

A entrevista mediada por um novo dispositivo digital

A apropriação da aplicação digital para a realização da entrevista em profundidade foi uma renormalização do meu trabalho de pesquisa e envolveu o aprimoramento das minhas próprias normas

anteriores a cada nova reunião. Em um movimento de vigilância epistemológica (LOPES, 2005), observei que o uso da plataforma digital atendeu aos preceitos pragmáticos para a realização de entrevistas qualitativas de forma remota. Contudo, as características desse dispositivo comunicacional, como a conectividade, a multimídia do suporte, o sincronismo, o tipo de enunciação que ele evoca e a atividade linguística (BOUTET, 2016) que ele enseja ora favorecem a horizontalidade entre as parceiras/ os parceiros dessa situação comunicativa, enaltecendo os aspectos cognitivos e sociais dessa relação, e ora erigem assimetrias que instrumentalizam a relação entre pesquisadora e participantes.

Os atributos das plataformas, como a audiovisualidade e a sincronidade, favorecem à entrevista mediada por plataformas tecnológicas uma enunciação baseada na oralidade, identificada pela partilha do mesmo ambiente digital pelos enunciadores e pelos mesmos sentidos humanos para a recepção das mensagens, em que ambos podem reagir imediatamente a estímulos provenientes de entonação, atitudes corporais etc., afinal, os enunciadores, na situação de interação oral não podem ter acesso prévio aos enunciados e assim vão tomando conhecimento deles aos poucos, construindo uma consciência muito vaga da estrutura e sequência dos enunciados (MAINGUENEAU, 2002, p. 79). Condições essas que coincidem com o que se desenrola em uma situação de entrevista em profundidade clássica, em que pesquisadora e participantes agem de modo espontâneo, estando a pesquisadora em posição de controle pela estrutura da cena genérica (MAINGUENEAU, 2002) que lhe autoriza a ter um roteiro de enunciados prévios e a conduzir o sentido do diálogo.

Contudo, a transposição dessa enunciação oral para o ambiente digital, a partir de um dispositivo comunicacional novo (MAINGUENEAU, 2002), implica em perdas de deixas simbólicas e ganhos de estabilidade dos enunciados. Pois, como lembra Maingueneau (2002), nas situações de comunicação face a face, os enunciados se perdem de modo muito fácil em razão do fluxo comunicacional e de sua irrepetibilidade. A ciência enquanto discurso social precisa, portanto, estabilizar esses enunciados orais para transformá-los em dados e para tal recorre, por exemplo, a gravações de áudio ou vídeo das entrevistas, que são uma prescrição, uma norma antecedente para o trabalho de pesquisa.

A mediação tecnológica da entrevista pela plataforma digital garantiu essa estabilidade, pois as conversas, naquele período, em 2021, ainda podiam ser gravadas gratuitamente na aplicação Google Meet. Hoje, essa estabilidade dos enunciados se torna um problema para os pesquisadores, pois as plataformas restringiram a funcionalidade de gravação das reuniões para assinantes, o que desnuda a lógica comercial das plataformas digitais, que são meios de produção e de comunicação simultaneamente (GROHMANN, 2020). Essa natureza das plataformas coloca os pesquisadores diante de um debate de normas, afinal, é evidente a incongruência entre os objetivos que guiam o trabalho científico, dentre os quais está a produção de conhecimento social acessível - e os objetivos das plataformas, que englobam também a comercialização de bancos e análises de dados digitais extraídos das ações dos usuários no ambiente digital (SRNICEK, 2018).

Portanto, aceitar os termos de uso de uma aplicação dessas plataformas, como o Meet, e valer-se de suas funcionalidades, é ficar à mercê do sistema de dataficação que orienta a economia de plataformas, o que pode se converter em um dilema ético para os pesquisadores que militam em prol da construção de conhecimento coletivo e independente. Neste caso, me submeti à dataficação impetrada pela Google, uma das cinco gigantes do monopólio da internet no mundo, por motivos pragmáticos como sua popularidade e estabilidade, ciente de que estava contribuindo para sua lógica predatória de acumulação de dados. Uma decisão que hoje revisaria dando preferência ao uso de plataformas alternativas e/ ou nacionais.

Simbolicamente, a mediação tecnológica pode provocar uma contenção de subjetividade na entrevista, manifesta por respostas curtas e objetivas da parte dos participantes, que podem se sentir pressionados pelo dispositivo comunicacional a engendrar uma comunicação mais direta e instrumental (BOUTET, 2016). Por sorte, não foi o que vivi em minha experiência de pesquisa. Talvez, pela familiaridade entre participantes e pesquisadora, que antes já estiveram nos papéis de professora e alunos, nossa interação foi marcada por uma grande riqueza simbólica, expressa em encontros que duraram entre duas e três horas, nos quais foram exploradas as dimensões cognitivas e sociais da linguagem (BOUTET, 2016). Os entrevistados se dispuseram a responder a todas as questões com paciência e não se furtaram de demonstrar seus sentimentos, que variavam entre raiva ao falar das injustiças no trabalho; tristeza ao tratar da pandemia e alegria ao recordar momentos da vida universitária.

Construí uma relação de confiança com os participantes, engendrando uma cenografia discursiva (MAINGUENEAU, 2002) de intimidade que as plataformas favorecem graças ao seu aspecto portátil, pois podem ser acessadas de diferentes dispositivos, tanto móveis quanto fixos, desde que estejam conectados à internet. É válido ressaltar que em 2021, quando realizei as entrevistas, os jovens jornalistas, participantes da pesquisa, estavam trabalhando remotamente também com o auxílio de plataformas digitais, portanto, estavam habituados à revelação de sua intimidade do lar pelas telas, o que não fez das entrevistas mediadas uma situação de constrangimento.

Sendo assim, as entrevistas foram encenadas em diferentes espaços das casas dos participantes. Da minha parte, como dispunha de um cômodo exclusivo para o trabalho, sempre realizava as entrevistas no mesmo lugar, mas adentrei o quarto, a sala, a cozinha e o home office dos jovens jornalistas. Aliás, o excesso de intimidade durante as entrevistas científicas é uma preocupação que acomete os pesquisadores e, nas palavras de Poupart (2008), um dos fatores de desistência dos participantes. Um obstáculo que, segundo o autor, deve ser superado por meio de negociações entre entrevistador e entrevistados.

Neste caso, ciente da sobrecarga de trabalho às quais os trabalhadores da comunicação estavam submetidos durante a pandemia (FÍGARO et al, 2020; 2021), empreendi várias negociações com os participantes de forma a não tornar a entrevista um ato penoso e enfadonho. Negocieei que cada encontro deveria ter no máximo duas horas de duração e que a conversa poderia ser interrompida a qualquer momento para os jovens beberem água e se alimentarem. Essa dinâmica fez com que seis entrevistas fossem compostas por mais de uma reunião, o que não comprometeu nosso cronograma de trabalho. Por sua vez, essa flexibilidade negociada implicou em interrupções que resultaram em restrições dos tempos de fala da pesquisadora e dos próprios participantes e não se deram apenas de forma intencional, como o acordado antes das entrevistas, mas sobretudo por meio de imprevistos provocados por diferentes fatores como a instabilidade da conexão com a internet e a interrupção de familiares.

Essas restrições ora se deram de forma mais intensa, como na conversa com um dos participantes cuja conexão de internet era extremamente instável, o que repercutiu na transcrição da entrevista, em que muitos trechos ficaram inaudíveis, o que me privou de algumas informações e da compreensão de alguns sentidos sobre o trabalho, mas não a ponto de a entrevista ser considerada inviável. Já com outra participante, a descontinuidade foi motivada pelo dispositivo que descarregou. Nesse caso, por comodidade, o participante se conectou à entrevista por meio de um smartphone e precisou interromper a conversa para procurar o carregador do aparelho e recarregá-lo.

E, por fim, a conversa com uma terceira participante foi descontinuada, primeiro, porque a conexão no seu quarto estava ruim. Na sala de estar a conexão melhorou, mas o que dificultou a continuidade foi a dinâmica familiar, pois os pais dela estavam no cômodo assistindo à televisão, ocasionado vazamento de ruídos da TV para a entrevista, o que só foi superado depois que eles saíram da sala espontaneamente. Esses exemplos foram os mais complicados, contudo, em todas as entrevistas alguma interferência mínima de ordem técnica ou de ordem social foi registrada.

No que diz respeito a possíveis prejuízos dos participantes advindos com as entrevistas, não tivemos nenhum relato dessa natureza. Por outro lado, alguns participantes, ao final das conversas, revelaram seus sentimentos em relação à experiência de entrevista. Para dois deles, a entrevista foi o estopim para um processo de autoanálise profissional.

(...) eu quero ter uma relação com o meio acadêmico de alguma forma. É uma coisa que infelizmente não tem ocorrido por causa do trabalho, né, por causa dos excessos. Da pandemia também. E, assim, acaba sendo terapêutico conversar sobre isso. (...) Nossa senhora, tô aqui no divã. Só é meio torto, né, a minha cadeira." (PARTICIPANTE 1, 2021).

(Risos) Tá sendo terapêutico... falar sobre mim (PARTICIPANTE 2, 2021).

A comparação da cenografia da entrevista com a de uma sessão de terapia, onde o que há de mais íntimo e dramático é revelado e o autoconhecimento é instigado, mostra como o falar sobre o trabalho é silenciado na rotina profissional, como se o local de trabalho não fosse o espaço adequado para isso.

Além disso, essas falas confirmam a previsão de Schwartz (2007) de que a entrevista sobre o trabalho possibilita ao trabalhador reconsiderar sua própria relação com o trabalho.

Considerações finais

A experiência de conclusão de uma pesquisa empírica com o auxílio de um dispositivo comunicacional digital mobilizou a sistematização de novos saberes investidos (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) para o trabalho acadêmico, como paciência, compreensão e capacidade de negociação. Também demandou o letramento e a posse de uma infraestrutura digital mínima como recursos prescritivos para a realização do trabalho, o qual deve ser orientado com vistas ao cumprimento dos objetivos particulares da investigação em curso e ao respeito com as/os participantes da pesquisa que abdicam de seu tempo de vida para colaborar com a produção científica.

Apesar de serem entes produtivos controversos, as plataformas digitais, assim como outros recursos tecnológicos, mesmo não tendo como finalidade primeira a produção científica, podem ser apropriadas pelos pesquisadores com essa finalidade, contribuindo pragmaticamente para a realização de pesquisas empíricas. Contudo, a despeito das características desses dispositivos comunicacionais, é o trabalho humano do pesquisador, por meio de sua competência comunicativa que dará o tom cognitivo das entrevistas, evitando que se tornem uma comunicação instrumental e extraíndo dessa experiência o material intelectual necessário para a produção de conhecimento na área de comunicação ou em outra área da pesquisa social.

Com isso, entendo que a entrevista mediada pelas plataformas digitais, quando amparada em um método e embasada em construtos teóricos e epistemológicos coerentes, é uma técnica de coleta de dados legítima, requerendo o rigor e a vigilância crítica e epistemológica que qualquer outra técnica e procedimento acadêmicos necessitam.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

BOUTET, J. Atividades de linguagem em situações de trabalho. Trad REBECHI, C. N; FIGARO, R. PARÁGRAFO. V. 4, N. 1, p. 91 – 97, Jan- Jun, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/381/0>. Acesso em: 31 de maio de 2020.

CLOT, Y; FAÏTA, D. Gêneros e estilos em análise do trabalho: conceitos e métodos. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, V.25, N.2. p. 33-60, mai-ago, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9555>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

CUNHA, D. M. Problemas de trabalho e questões de linguagem. In **Educação e Realidade**. Vol. 35. N. 1, p. 49-64, jan/abr, 2010.

DURRIVE, L. La Démarche Ergologique: Pour un dialogue entre normes et renormalisations. **Ergologia**. N. 11, p. 171-198, maio de 2014. Disponível em: http://www.ergologia.org/uploads/1/1/4/6/11469955/11_conf_3_durrive.pdf. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

FÍGARO, R. **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?** São Paulo: ECA/USP, Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2020.

_____. **Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19: 1 ano e 500 mil mortes depois**. São Paulo: ECA/USP, Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021.

FREITAS, R. G; BIANCO, M. F. Uma revisão sobre a temática da Ergologia na produção científica brasileira. **Ergologia**, n° 21, p. 105 – 124, maio de 2019. Disponível em: http://www.ergologia.org/uploads/1/1/4/6/11469955/art_5_freitas_bianco.pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**. V. 22, N. 1, p. 106 – 122, jan-abr. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epic/article/view/12188>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Variações sobre o ethos**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

PESSOA, F.C.C. O trabalho com as palavras: espaços de escuta e renormalizações. In *Ergologia*, n° 15, Maio, 2016.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

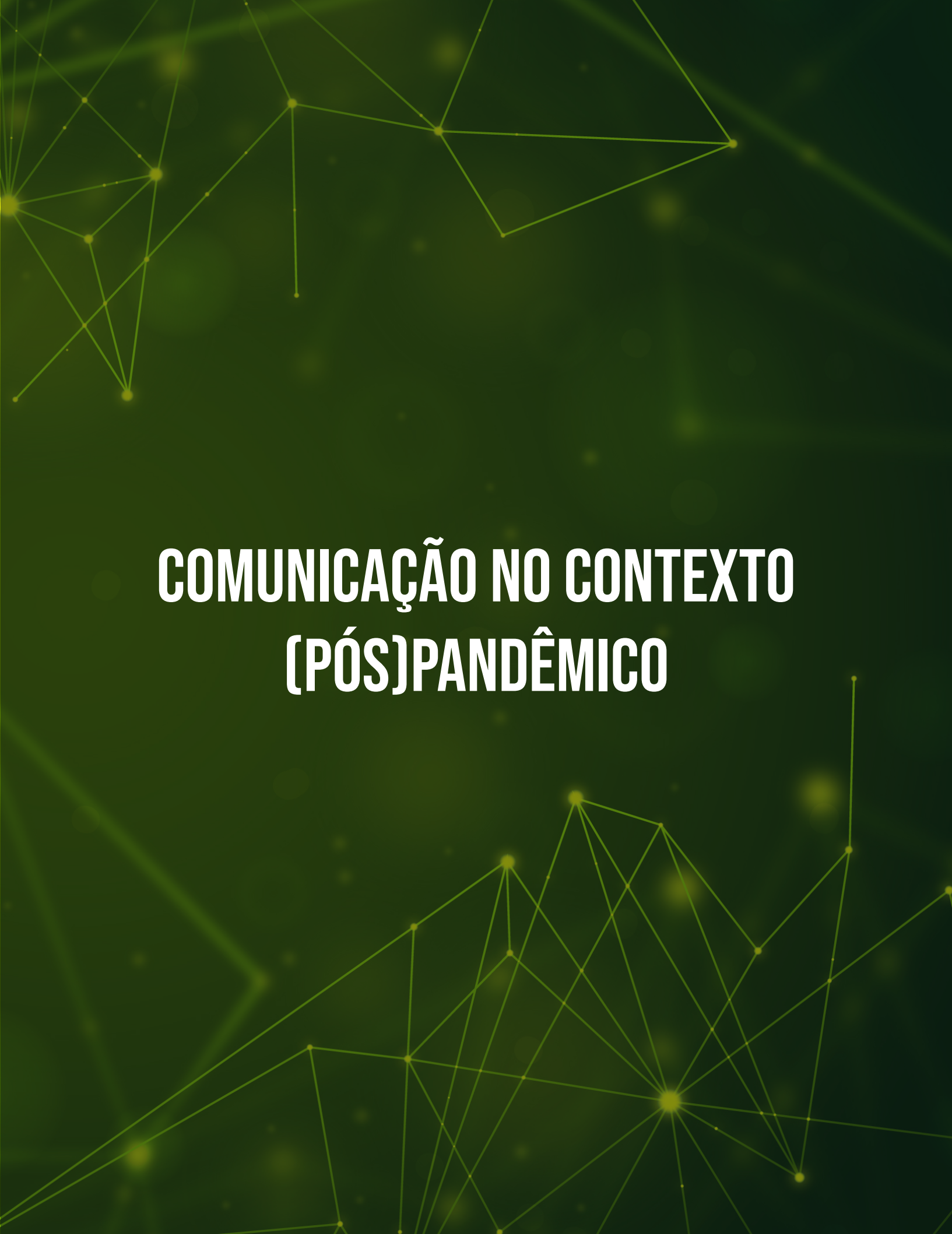
SCHWARTZ, Y. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. In **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul.-set. 2014.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2007.

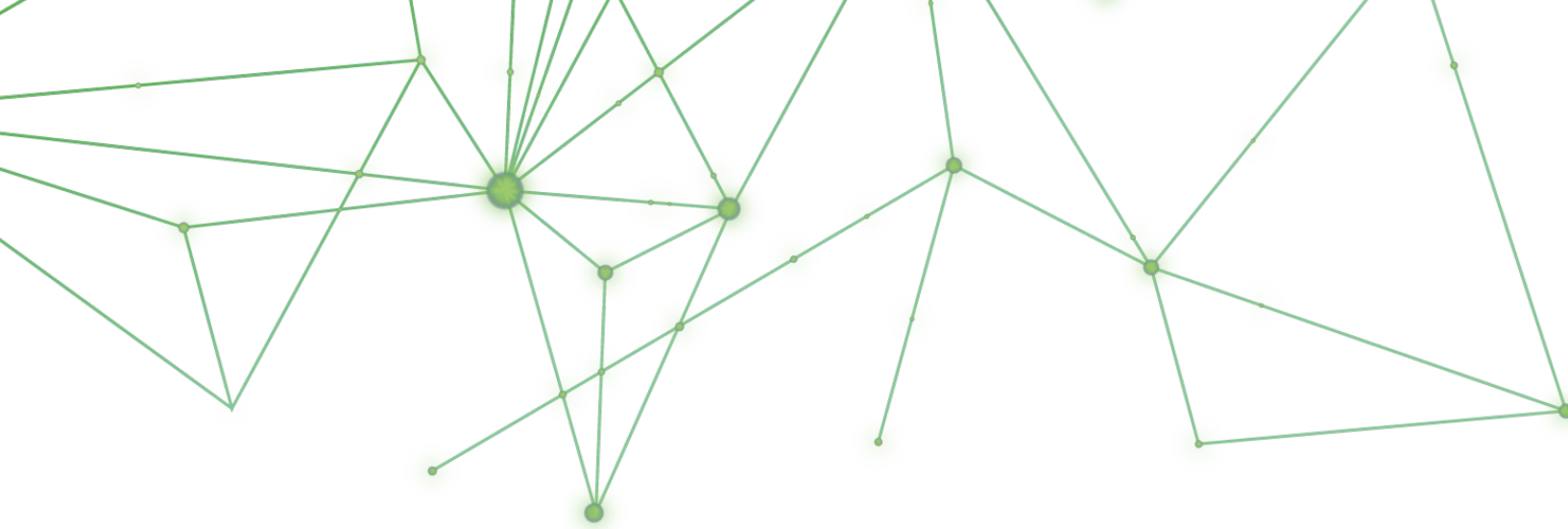
SOUZA-E-SILVA, M. C. P. A interface estudos discursivos e estudos ergológicos. In **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 282-289, jul.-set. 2014.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018.

ZAPPELA-RICHARD, J. A pulsão comunicativa: jogos e desafios no questionamento entre entrevistador e entrevistado. In SOUZA-E-SILVA, M. C. P; FAÍTA, D (orgs). **Linguagem e Trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo, 2002.



COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO (PÓS)PANDÊMICO



O DISCURSO NEOLIBERAL COMO SINÔNIMO DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MOTORA¹

Jamir Kinoshita²³

-
- 1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 2021.
 - 2 Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), na linha de pesquisa Comunicação, Redes e Linguagens: Objetos Teóricos e Empíricos, sob orientação da Profª Dra. Roseli Figaro. Mestre em Ciências da Comunicação e pós-graduado (*lato sensu*) em Gestão de Processos Comunicacionais pela ECA-USP. Pesquisador do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT/ECA-USP). Professor de cursos presenciais e de EaD de Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Jornalismo e Gestão de Marketing e consultor de reputação corporativa. E-mail: jamir.kinoshita@usp.br.
 - 3 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Fincance code 001.

Resumo: Apresentamos novo recorte em pesquisa em andamento que trata da imbricação da comunicação com o mundo do trabalho (FÍGARO, 2001; 2008) das pessoas com deficiência motora pelo viés da ontologia do ser social (LUKÁCS, 2012). No caso, discorremos sobre parte dos fundamentos teóricos que vão nos possibilitar, na pesquisa de campo, aferir como o neoliberalismo (HARVEY, 2008) faz uso do discurso do empreendedorismo (DARDOT; LAVAL, 2016) para tratar da inclusão social desse grupo de trabalhadores.

Palavras-chave: Comunicação. Mundo do trabalho. Pessoas com deficiência motora. Discurso neoliberal. Inclusão social.

Introdução

Este capítulo traz aspectos epistemológicos que têm sido abordados em pesquisa de doutorado que se encontra em andamento⁴ e que trata das relações de comunicação no mundo do trabalho (FÍGARO, 2001; 2008) das pessoas com deficiência (PCDs) motora pela perspectiva da ontologia do ser social (LUKÁCS, 2012).

Especificamente, trazemos para a discussão um recorte baseado na hipótese central da investigação, que aponta que o discurso neoliberal (HARVEY, 2008), sustentado pela lógica do empreendedorismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; EHRENBURG, 2010; STANDING, 2013; BRÖCKLING, 2015; DARDOT; LAVAL, 2016; HAN, 2017), acaba servindo como justificativa à noção de inclusão social para esse grupo de trabalhadores.

Desse modo, o presente texto se junta ao debate que propusemos em publicação anterior do *Coneção Pós*. Naquela ocasião, discorremos sobre as problematizações iniciais que nos levaram a desenvolver o referido estudo, mostrando uma contextualização histórica sobre a deficiência, os dados gerais e oficiais de PCDs no Brasil e uma avaliação acerca da legislação atinente ao tema (KINOSHITA, 2021).

Agora, buscamos fundamentar uma parte dos elementos teóricos que vão servir de subsídio à análise de discurso (PÊCHEUX, 1997; 2002; MAINGUENEAU, 2013) que procederemos adiante em nossa investigação. Nesse sentido, cumpre destacar que estamos aplicando questionário com perguntas abertas e realizando entrevistas gerais e aprofundadas com representantes de agências de recrutamento, de órgãos de classe, do poder público, de entidades do terceiro setor e de empresas. Os últimos sujeitos da pesquisa que ouviremos serão, estrategicamente, as PCDs motora⁵.

A imbricação do binômio comunicação e trabalho

O estudo que estamos desenvolvendo só tem sentido se compreendido à luz da intersecção das relações que envolvem a comunicação com o mundo do trabalho. Daí que partindo do pressuposto

4 O estudo teve início pouco antes da chegada da pandemia de Covid-19 ao Brasil e da consequente adoção do distanciamento social e do modelo de trabalho *home office* como profilaxias para se evitar a propagação da doença. A investigação, que já passou por exame de qualificação em abril de 2022, está registrada no sistema da Plataforma Brasil (sob nº 4.5201521.7.0000.5390), em consonância com a Resolução 520/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece os preceitos éticos em pesquisas envolvendo seres humanos. Para isso, obteve parecer favorável (nº 4.709.510) do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP.

5 Julgamos importante, primeiramente, dispor de uma visão sobre a deficiência dos outros atores sociais para, aí sim, conversarmos com melhor propriedade com os trabalhadores que têm deficiência motora. A decisão, aliás, vai auxiliar na definição deste *corpus*, tendo em vista a variedade de atividades profissionais existentes e desempenhadas pelas PCDs.

de que o objeto é condição *sine qua non* para a existência do sujeito (HEGEL, 1991), pode-se afirmar que o trabalho é o objeto que qualifica o sujeito, conferindo-lhe uma sensação de pertencimento e de reconhecimento, já que ele é um elemento importante para determinar a constituição do homem como ser social.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que [...] antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalho, do ser meramente biológico ao ser social. [...] Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social [...] (LUKÁCS, 2012, p. 43).

Percebe-se, então, que o trabalho, ao ser considerado uma atividade humana (FÍGARO, 2009a), atribui identidade ao ser humano. Conforme pondera Dejours (2004, p. 28), o trabalho comporta uma série de fatores: “[...] gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar etc.”

Portanto, para além das questões estruturais relativas a salário/remuneração e ao tipo de vínculo empregatício, que não devem ser desmerecidas, o ato de trabalhar representa o compromisso do trabalhador de se colocar por completo na efetivação de uma determinada tarefa.

Com base nisso, pode-se asseverar, de acordo com Fígaro (2014, p. 61), que o trabalho é “[...] o motor do conjunto de pessoas que se coloca em relação de comunicação [...]” com uma “[...] linguagem própria, híbrida, por onde circulam as visões de mundo e os valores éticos.” Assim, entende-se a imbricação da comunicação com o mundo do trabalho como “[...] um microcosmo que pode nos revelar temas e problemas no âmbito mais amplo.” Estabelece-se, dessa maneira, um panorama de complementaridade entre esses dois eixos conceituais.

Cumprе esclarecer que o aporte sobre linguagem adotado nesta conjuntura não se assenta na Linguística. No nosso caso, ela responde pela materialização de relações, valores e ideologias que orientam a vida em sociedade (FÍGARO, 2009b). Este posicionamento é que permite verificarmos a linguagem *como* trabalho, *no* trabalho e *sobre* o trabalho (NOUROUDINE, 2002)⁶, polo analítico estruturante de nossa pesquisa, ainda mais por estarmos tratando de trabalhadores que são PCDs motora.

Por isso é que vamos apoiar nossa análise também na visada ergológica, que mostra que todo trabalho, por mais simples que seja, sempre comporta aspectos pessoal, criador, inédito e transformador do mundo (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007), já que a atividade de trabalho é renormalizadora dos atores sociais e do meio laboral. Logo, independentemente das prescrições que são inerentes a qualquer ofício, sempre há espaço para a singularidade na tarefa.

Nesse contexto é que ganha enlevo o entendimento a respeito do discurso proferido pelas PCDs motora e pelos demais agentes que circundam sua esfera profissional. Convém apontar que nossa investigação ainda não enveredou na análise de discurso (PÊCHEUX, 1997; 2002; MAINGUENEAU, 2013) – lembramos que estamos na etapa de coleta de dados junto aos diferentes sujeitos da pesquisa, conforme listamos anteriormente. De todo modo, como preparação à fase analítica de tais discursos é que se faz necessário depreender desde já que sujeito (com deficiência motora) é este que se constitui a partir das relações de trabalho.

Ele é um ser que se faz no dia a dia, no trabalho que realiza, que prova e mostra ser capaz de construir. Não no sentido redutor da prática, desconectada e alienante.

6 Segundo o autor, a linguagem *como* trabalho é aquela realizada pelos profissionais para orientar o trabalho, por meio de gestos, sinais e falas, ocorrendo no processo coletivo de produção que exige cooperação e diálogo. A linguagem *no* trabalho representa uma das realidades constitutivas da situação do trabalho global na qual se desenrola a atividade, incluindo as conversas sobre outros assuntos que perfazem o cotidiano dos trabalhadores. A linguagem *sobre* o trabalho são as falas do trabalho produzidas pelos próprios protagonistas da tarefa que é desenvolvida.

Mas, no sentido da práxis, ou seja, a partir de sua atividade concreta diária a realidade se abre para ele. Ele age sobre ela, numa relação mútua de construção e conhecimento. O conhecimento está, portanto, diretamente vinculado ao operar, ao fazer (FÍGARO, 2001, p. 177).

Assim, é a percepção acerca do processo de trabalho que, de acordo com Marx e Engels (2007, p. 15), “[...] permite, ao mesmo tempo, a compreensão da origem da separação da teoria e da prática e das formas que permitem a sua reconexão.” Daí a necessidade de se vislumbrar que trabalho é este que foi construído historicamente e qual é a dimensão do seu valor.

O materialismo dialético como princípio de reflexão

Nossa discussão se ancora primordialmente na centralidade da comunicação no mundo do trabalho e na centralidade do trabalho para a constituição social do ser humano. Neste último caso, o conhecimento do mundo se dá a partir das condições objetivas de produção e de reprodução da existência do ser humano e na maneira peculiar com que ele se apropria da natureza, ponto em que se determinam as formas de organização social e a própria consciência humana.

Aí é que entra o materialismo histórico dialético como aporte que nos auxilia a apreender a “[...] sociedade na forma de sua totalidade, ou seja, desde a sua estrutura (econômica, material) até a interação entre os aspectos e elementos da vida social, das leis e forças motrizes que fazem com que a sociedade se movimente e se desenvolva.” (MARQUES DA SILVA, 2019, p. 16).

Convém salientar que a perspectiva dialética decorre do fato de que a história e a cultura, na visagem marxista, são explicitadas com base na identificação de situações materiais e ideais em que se prenunciam contradições (RODRIGUES DA SILVA, 2019), as quais servem para contextualizar nossa temporalidade na divisão do trabalho.

O conceito de materialismo histórico dialético só foi possível a partir da compreensão do movimento das contradições do sistema capitalista, da centralização da produção material e da definição das bases e da organização das duas classes – a burguesia e a operária. Foi justamente para municiar a classe que vende a sua força de trabalho [...] que o materialismo marxista foi elaborado como condição da própria história (MARQUES DA SILVA, 2019, p. 17).

Portanto, a história social do ser humano é aquela que retrata seu próprio desenvolvimento, tenha ele consciência ou não dessa situação. “As suas relações materiais formam a base de todas as suas relações. Estas relações materiais nada mais são que as formas necessárias nas quais se realiza a sua atividade material e individual.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 100).

Daí que se torna conveniente para o capital deter o controle sobre o método de trabalho, usurpando-o do indivíduo que efetivamente trabalha. Dessa forma, o que era uma alienação dos processos de produção do trabalhador passa a ser uma mera questão de procedimentos gerenciais. Essa movimentação simboliza o sistema de metabolismo social do capital (ANTUNES, 2001), que é o resultado da divisão que submeteu o trabalho ao capital.

Segundo Marx e Engels (2007, p. 12), “[...] o mundo é produto do trabalho humano, como realidade histórica construída coletivamente pelos homens.” Este trabalho se transforma em mercadoria, adquirindo valor de uso, que é “[...] o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.” (MARX, 1985, p. 45-46). Logo, na sociedade, ele é ao mesmo tempo o portador material do valor de troca. O tempo de trabalho é a base para o excedente do valor de uso e o que caracteriza o valor de troca.

Como o ser humano se constitui pelo trabalho é preciso pensar quem é esse sujeito que emerge da concepção social, ou seja, como ocorre a formação social da consciência individual. Desse modo,

ratifica-se que o protagonismo humano é proporcionado pela atividade de trabalho, que é o que fundamenta as pessoas em suas relações sociais.

Esta perspectiva é importante quando pensamos na situação a que estão expostas as PCDs motora em seus ambientes laborais. Mostra ainda o quão atuais são os preceitos marxistas ao olharmos como se encontra estruturado o mundo do trabalho e o quanto nossa pesquisa está inserida ao contexto socioeconômico e político. É justamente nesse ponto que interpelamos criticamente o neoliberalismo, que representa a exacerbação dos expoentes estruturantes do capitalismo, projetando uma forma de vida que se encontra entranhada na esfera pública.

O neoliberalismo como discurso da vida cotidiana

É relevante destacar que o neoliberalismo não significa a criação de uma nova teoria até porque todas as características visíveis nele já estavam no cerne do modelo capitalista. Por isso é que se impõe a necessidade da crítica ao capitalismo, mesmo diante das transformações desse modelo que observamos na atualidade.

Estabelece-se, dessa maneira, uma dicotomia, pois por um lado se tem que a crise do capitalismo se deve ao estatismo, à presença excessiva do Estado. Por outro, não se consegue falar em neoliberalismo sem a existência de um Estado forte que garanta, pela ordem, a concorrência.

Tal paradoxo demonstra que o entrave não é o mercado, mas sim a estatização. Nesse sentido, julgamos pertinente a imbricação entre o materialismo histórico dialético e a linha foucaultiana, que considera o primado neoliberal como razão, o que propicia compreender no que consiste esse diapasão.

[...] o neoliberalismo atual não é, de maneira nenhuma, como se diz muitas vezes, a ressurgência, a recorrência de velhas formas de economia liberal, formuladas nos séculos XVIII e XIX, que o capitalismo atualmente reativaria, por certo número de razões relacionadas tanto à sua impotência, às crises que ele atravessa, quanto a certo número de objetivos políticos ou mais ou menos locais e determinados. [...] O que está em questão é saber se, efetivamente, uma economia de mercado pode servir de princípio, de forma e de modelo para um Estado de cujos defeitos, atualmente, à direita como à esquerda, por uma razão ou por outra, todo o mundo desconfia (FOUCAULT, 2008, p. 159).

Essa órbita nos leva à biopolítica, que significa depreender como o poder se desenvolve e passa, no caso do neoliberalismo, a conduzir a vida das pessoas, inclusive no que se refere à luta de classes. Para tanto, faz-se necessário entender o conceito de governamentalidade, que é o conjunto formado pelo saber, teoria, discurso, instituições e relações políticas que estão em jogo no exercício do poder, que tem como alvo a população, a economia política e os dispositivos de segurança como instrumentos técnicos (ibid.).

Estes parâmetros auxiliam a verificar o que está em disputa e de que modo se dão os assujeitamentos como reflexo da produção de um consentimento e de uma adesão dos indivíduos à figura de agentes de um jogo econômico. Isso é vital para perceber o que investe os discursos sobre inclusão social das PCDs motora pelo espectro do trabalho, tanto por parte das empresas, órgãos de classe, poder público, entidades do terceiro setor, agências de recrutamento e dos próprios trabalhadores.

Prememente destacar que as mudanças profundas que sobrepujam o mundo não significam que o capitalismo acabou. Tais transformações merecem ser melhor investigadas para se depreender o processo dialético que segue em curso/expansão e em constante modificação, dado que o regime de acumulação flexível conflagra cada vez mais a extração do máximo valor no trabalho, ou seja, as pessoas trabalham temporariamente mais, o que faz com que se crie ainda muito mais valor, recebendo-se menos pelas tarefas desenvolvidas, o que é um dos pilares do prisma neoliberal.

Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. [...] O processo de neoliberalização [...] envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais [...], mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração (HARVEY, 2008, p. 13).

A compreensão de tais mudanças é que nos possibilitam vislumbrar o que simboliza a classe trabalhadora, que se vê em meio a um crescimento econômico não sustentável, que nada tem a ver com uma racionalidade do capitalismo. E é nesta configuração que se engendra a chamada governança corporativa, cujo ecossistema demonstra o quão volátil e fictício é o capital.

Além disso, é justamente neste regime de acumulação com dominância financeira, em que se tem a diversificação interna das empresas e a reprogramação da força de trabalho, que se percebe como o neoliberalismo impõe a noção do empreendedorismo como sinônimo de inclusão social junto às PCDs motora. Predomina, assim, uma lógica que tem a gestão empresarial como uma espécie de entidade normalizadora e normativa do capitalismo, em que se entoam mantras como a descentralização, a meritocracia e a administração por metas.

A noção fundamental dessa concepção da vida laboral é a de empregabilidade, que designa a capacidade de que as pessoas precisam ser dotadas para que se recorra a elas nos projetos. A passagem de um projeto para outro é a oportunidade de aumentar a própria empregabilidade. Esta é o capital pessoal que cada um deve gerir, constituído pela soma de suas competências mobilizáveis. Considera-se que uma empresa oferece certa forma de garantia quando, em vez de evitar demissões e prometer carreiras, ela não destrói a empregabilidade de seus assalariados, mas, ao contrário, a desenvolve (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 126).

Essa perspectiva indica novos formatos de engajamento e de aspirações pessoais em que retumba a apologia da mudança, do correr riscos na carreira e da possibilidade de uma maior e mais rápida mobilidade na esfera profissional, escanteando as garantias mínimas relativas aos direitos trabalhistas. Dessa maneira, são louvados instrumentos de reificação do trabalho como a criatividade, a reatividade e a flexibilidade dos profissionais em torno de seus ofícios ou na busca por oportunidades de trabalho. Assim eclodem os direitos sociais, as modificações nos contratos de trabalho e a dinâmica das entidades que lutam em prol da classe trabalhadora.

Nesse panorama de crise socioeconômica, a construção de sentidos no âmbito laboral transfigura o significado do desemprego, que passa a ser algo atribuído diretamente ao desempenho das pessoas. Aí entra em ação a imposição neoliberal/empreendedora, cuja “[...] resposta foi torná-las mais aptas para o trabalho, atualizando suas ‘habilidades’ ou reformando seus ‘hábitos’ e ‘atitudes’. Isso facilitou a passagem para o estágio seguinte de culpar e demonizar os desempregados como preguiçosos e parasitas.” (STANDING, 2013, p. 77).

Estabelece-se que a demissão de um profissional não é mais reflexo do ordenamento capitalista. Terceiriza-se a crise da falta de emprego ao próprio trabalhador, que abre espaço a outro cenário: “A imaginação como empresário transforma a experiência de impotência do possível ou real desemprego no ativismo de quem tenta, pelos seus próprios meios, impor-se no mercado de trabalho.” (BRÖCKLING, 2015, p. 62, com tradução nossa). Com isso, o mercado é visto como um ser subjetivado que usa motivações psicológicas, assumindo um papel tanto de educador quanto de disciplinador.

A lógica do empreendedor de si

A ideia da livre concorrência como sinônimo de liberdade está no centro da dinâmica neoliberal, que tem no indivíduo a realização de sua dimensão micro e subjetiva. Essa postura propicia o surgimento do empreendedor como princípio de conduta mais fundamental à vigência da ordem econômica. Tem-se, portanto, um sujeito empresarial que nada mais é que qualquer pessoa de potencial econômico, que se mostra essencial à manutenção do *status quo* capitalista.

[...] é na figura do empreendedor e no desenvolvimento, ao mesmo tempo recente e rápido dos modos de ação empreendedores, que o heroísmo encontra sua forma dominante. O empreendedor foi erigido como modelo de vida heroica porque ele resume um estilo de vida que põe no comando a tomada de riscos numa sociedade que faz da concorrência interindividual uma justa competição (EHRENBERG, 2010, p. 13).

Evoca-se a saga do homem comum, que utiliza sua coragem para ultrapassar as condições materiais adversas como se fossem obstáculos de uma prova de atletismo. Isso pressupõe que as desigualdades são justas, cabendo ao atleta menos preparado se esforçar ao máximo para tentar se equiparar aos demais. Há todo um esforço próprio para a superação das diferenças pelo mérito pessoal.

Nesse panorama, o esporte é “[...] utilizado para tornar visível as performances da empresa [...], seus produtos [...] ou para transformar os assalariados em mantenedores de sua própria empresa [...]”. Por sua vez, “[...] os esportistas e os aventureiros estão inclinados a adotar um modo de ação empresarial para administrar sua imagem [...]” (ibid., p. 9-10), o que mostra como a massificação do modelo homem-empresa tem consequências na vida das pessoas.

Essa mitologia da prática esportiva forja um indivíduo responsável por si mesmo, que se torna um herói (porém com poderes comuns) que se integra à sociedade. É preciso que essa personagem seja alguém da classe trabalhadora (“um de nós”), que se constitui em um modelo de como é possível, com esforço, dedicação e méritos próprios, vencer no capitalismo com um desempenho heroico diário.

A empresa de si mesmo é uma “entidade psicológica e social, e mesmo espiritual”, ativa em todos os domínios e presente em todas as relações. É sobretudo a resposta a uma nova regra do jogo que muda radicalmente o contrato de trabalho, a ponto de abolir-lo como relação salarial. A responsabilidade do indivíduo pela valorização de seu trabalho no mercado tornou-se um princípio absoluto. [...] Em outras palavras, como o trabalho se tornou um “produto” cujo valor mercantil pode ser medido de forma cada vez mais precisa, chegou a hora de substituir o contrato salarial por uma relação contratual entre “empresas de si mesmo”. Desse ponto de vista, o uso da palavra “empresa” não é uma simples metáfora, porque toda a atividade do indivíduo é concebida como um processo de valorização do eu (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 335).

Portanto, esse empreendedor de si, simbolizado pelos sucessos e fracassos obtidos em sua jornada (heroica e de superação), só vem reafirmar o homem empresarial como a dimensão antropológica do neoliberalismo, partindo-se da economia para todos os domínios coletivos e individuais. Afinal, “[...] não se é um empreendedor de si, tem de se ser um. Somente se pode ser um porque sempre se foi desafiado como tal.” (BRÖCKLING, 2015, p. 54, com tradução nossa).

Se o mercado constrói o sujeito, isso quer dizer que ele atua como um processo de formação de si, que ocorre em uma relação dialética entre sujeito e objeto, na qual o sujeito precisa se dobrar, ocasionando uma reflexividade, que também se apresenta ao empreendedor de si.

O empreendedorismo como justificativa para tornar invisível a deficiência

Dado que o sujeito pode tudo, desde que ele seja flexível, um indivíduo dócil e mais produtivo, podemos considerar que ele é o resultado de uma sociedade disciplinar, em que há a individualização das multidões, os assujeitamentos constantes, além da invisibilidade e a anonimização do poder.

No entanto, esse sujeito disciplinar, que representa o empreendedor de si, é posto em xeque. “A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais ‘sujeitos da obediência’, mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos.” (HAN, 2017, p. 23).

Faz-se necessário apontar que o sujeito do desempenho está submetido ao sistema social. Este indivíduo tem atrás de si o sujeito da obediência/disciplinar, uma vez que um modelo de sociedade não anula o outro. Quando trazemos a discussão para o campo dos trabalhadores que são PCDs motora, percebemos o quanto tais temas emolduram o cotidiano desse grupo.

Submersas na retórica de um discurso⁷ de que a sua atuação na esfera do trabalho é um desafio constante à superação das dificuldades imputadas a um corpo imperfeito, fora dos padrões convencionais, nota-se o quanto o neoliberalismo, pela visão do empreendedorismo, tem servido para escamotear o debate da inclusão social, tanto por parte do mercado quanto da própria PCD motora.

No mundo atual, com diagnóstico e comunicação instantâneos, possibilitados pela tecnologia, é mais fácil identificar e categorizar as dificuldades de um indivíduo e marcar essa pessoa para a eternidade. [...] É assim que a deficiência e a precariedade se juntam. As pessoas identificadas como diferentes, além de serem mais propensas a encontrar oportunidades de vida restritas a opções precárias, também são mais propensas a ser pressionadas nesse sentido (STANDING, 2013, p. 137).

É preciso reconhecer o papel do Estado enquanto criador de políticas públicas de respeito à diversidade e, no caso das PCDs, de igualdade de condições ao que se refere ao âmbito do trabalho (KINOSHITA, 2021). Acaso ou não, no início deste século, o poder público, observando o custo dos benefícios concedidos a essa população, opta pela “[...] ‘medicalização’ da deficiência, pela busca para tornar ‘empregáveis’ mais pessoas com deficiência e por empurrá-las para os empregos.” (STANDING, 2013, p. 137). Essa postura só reforça o objetivo central da nossa pesquisa para saber como se configuram as relações de comunicação e de trabalho das pessoas com deficiência motora que estão em atividade na esfera laboral.

Considerações finais

Priorizamos neste capítulo contextualizar parte dos aportes teóricos que vão nos auxiliar, na parte empírica da pesquisa, a analisar os discursos proferidos (PÉCHEUX, 1997; 2002; MAINGUENEAU, 2013) pelos trabalhadores que são PCDs motora e os demais atores sociais que circundam esse mundo do trabalho específico.

Longe de considerar a discussão finalizada, trazemos uma reflexão sobre como a lógica neoliberal (HARVEY, 2008), impingida pelo empreendedorismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; EHRENBURG, 2010; STANDING, 2013; BRÖCKLING, 2015; DARDOT; LAVAL, 2016; HAN, 2017), abarca a dimensão da

⁷ Em que pese não estarmos na etapa de análise de discurso, já é possível antever sinais desta situação junto aos materiais coletados. Acreditamos que isso ficará ainda mais demarcado quando nos aprofundarmos na aferição dos enunciados dos sujeitos da pesquisa.

inclusão social desse grupo. Essa situação, a se confirmar em uma próxima etapa do nosso estudo, é reverberada pelos sujeitos da pesquisa, inclusive pelas próprias PCDs motora.

A (ainda) suposição reforça nossa opção por desenvolver essa investigação à luz das relações de comunicação no mundo do trabalho (FIGARO, 2001; 2008) pela perspectiva da ontologia social (LUKÁCS, 2012). Essa imbricação “[...] propicia entender o trabalho em acepção ampla – como atividade humana –, permite ao trabalhador e, portanto, ao sujeito, ser de comunicação, ocupar o lugar que ele merece nas pesquisas.” (FÍGARO, 2009b, p. 6).

Como discurremos, a retórica neoliberal, perpassada pelo empreendedorismo, transmuta o trabalhador comum à figura de um atleta, que supera as adversidades, tidas como normais, em uma jornada heroica (EHRENBERG, 2010), servindo de exemplo para os demais profissionais. No caso das PCDs motora, o discurso da superação se faz bastante presente, uma vez que o mundo corporativo demanda que elas se equiparem aos seus colegas de trabalho⁸.

Por isso a importância da fundamentação do materialismo histórico dialético (MARX, 1985; MARX; ENGELS; 2007; 2010) e da crítica ao empreendedorismo como forma de escapar e ser uma contraposição à visão e ao discurso organizacional do mercado, que só visa, em se tratando das corporações, encontrar muitas vezes uma mera justificativa, prevista nos chamados relatórios de sustentabilidade, para reificar a postura neoliberal, que pouco ou nada tem de inclusiva.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2009.
- BRÖCKLING, Ulrich. **El self emprendedor**: sociología de una forma de subjetivación. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo** – Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEJOURS, Christophe. *Subjetividade, trabalho e ação*. **Revista Produção**. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.
- EHRENBERG, Alain. **O culto da performance** – Da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.
- FÍGARO, Roseli. **Comunicação e trabalho** – Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. São Paulo: Anita Garibaldi/Fapesp, 2001.
- _____. *Atividade de comunicação e de trabalho*. Revista Trabalho Educação Saúde, v. 6, n. 1, 2008.
- _____. *Comunicação e trabalho*: binômio teórico produtivo para as pesquisas de recepção. **Mediaciones Sociales** – Revista de Ciencias Sociales y la Comunicación. Madri: Universidade Complutense de Madri, n. 4, 2009a.
- _____. *Estudo de recepção e ergologia*: novos desafios teórico metodológicos. **E-Compós** – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 12, n. 3, set./dez. 2009b.
- _____. *O campo da comunicação e a atividade linguageira no mundo do trabalho*. Chasqui, n. 126, out. 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

8 Essa intuição decorre de uma percepção mais geral sobre os dados coletados pelas entrevistas e questionários utilizados como instrumentos da nossa pesquisa. A isso se soma a própria sensação do pesquisador, que também é PCD motora, com mobilidade reduzida permanente, ao longo de sua trajetória profissional.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **O sistema de vida ética**. Lisboa: Edições 70, 1991.

KINOSHITA, Jamir. *Problematizações sobre o constructo do perfil dos trabalhadores com deficiência física motora em suas relações de comunicação*. In: MUNGIOLI, Maria Cristina Palma; FÍGARO, Roseli (orgs.). **Conexão Pós**: desafios contemporâneos da pesquisa. São Paulo: ECA-USP, 2021, p. 152-163. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/sites/default/files/inline-files/EBOOK%20-%20conexao%20P%C3%93S%20_1.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

LUCKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2013.

MARQUES DA SILVA, Ana Flávia. *Metodologia*: um mergulho para ir além da aparência na construção do objeto. In: FÍGARO, Roseli; GONÇALVES, Gean (orgs.). **Conexão Pós**: solidariedade na pesquisa e perspectivas de docência. São Paulo: ECA-USP, 2019, p. 15-23. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/sites/default/files/2021-05/ebook_2_conexao_pos_1.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MARX, Karl. **O capital** – Crítica da economia política. v. I, T. 1, Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Cultura, arte e literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NOUROUDINE, Abdallah. *A linguagem*: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez; FAÏTA, Daniel (orgs.). **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Edunicamp, 1997.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Editora Pontes, 2002.

RODRIGUES DA SILVA, Naiana. *Histórias de vida de trabalho*: uma proposta teórica-metodológica para o campo da comunicação. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/Intercom, 2 a 7 set. 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: Universidade Federal do Pará/UFPA, p. 1-15. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0305-1.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007.

STANDING, Guy. **O precariado** – A nova classe perigosa. São Paulo: Autêntica, 2013.



A MARGINALIDADE INTERDITADA: CENSURA ESTATAL À OBRA DE PLÍNIO MARCOS¹

José Esteves Evagelidis²

-
- 1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 2021.
- 2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP na linha de pesquisa Comunicação: Interfaces e Institucionalidades, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Castilho Costa, pesquisador do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM) da USP, membro do grupo de pesquisa da Cátedra José Bonifácio (Centro Ibero-Americano/USP) e coordenador do Programa Memória-História Oral da Fundação Arquivo e Memória de Santos. E-mail: historiaoral@fundasantos.org.br

Resumo: O presente artigo é um relato de pesquisa em andamento, em nível de Doutorado, sobre as formas e os motivos pelos quais o Estado manteve vigilância e censura à obra do dramaturgo Plínio Marcos. A pesquisa é realizada a partir do Arquivo Miroel Silveira, nos acervos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo e Delegacia de Ordem Política e Social de Santos. Utilizaremos a análise de conteúdo como metodologia de tratamento e análise de informações constantes nos documentos.

Palavras-chave: Censura; Plínio Marcos; Teatro brasileiro; Arquivo Miroel Silveira, DEOPS.

Introdução

Considerado um autor maldito, o escritor e dramaturgo Plínio Marcos foi um dos primeiros a retratar a vida dos submundos de São Paulo. Poucos escreveram sobre homossexualidade, marginalidade, prostituição e violência com tanta autenticidade. Foi, entre as coisas que dele se sabe, dramaturgo, ator, jornalista, tarólogo, camelô de seus próprios livros, técnico da extinta TV Tupi, jogador de futebol e palhaço.

Nasceu em Santos, São Paulo, em 29 de setembro de 1935 e morreu em São Paulo, capital, em 19 de novembro de 1999. Após uma carreira frustrada jogador de futebol na Portuguesa Santista e de trabalhar como palhaço de circo por cinco anos, escreveu, aos 22 anos, sua primeira peça, *Barrela*.³ Frequentador de um círculo cultural de Santos do qual participavam artistas e intelectuais como Miroel Silveira, Patrícia Galvão, Cacilda Becker e Paulo Lara, entre outros, Plínio passou a integrar o elenco de companhias amadoras de teatro, com a ajuda de Pagu. Depois, transferiu-se para São Paulo, no início da década de 1960, onde participou da criação do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Na década de 60 participou, também, da novela *Beto Rockfeller*, na TV Tupi, de quatro de novembro de 1968 a 30 de novembro de 1969, fazendo o papel de Vitório, melhor amigo de *Beto Rockfeller* (Luiz Gustavo), personagem principal da novela.

Após 1968, mesma época da exibição de *Beto Rockefeller*, o teatro de Plínio Marcos passa a ser sistematicamente censurado. Até mesmo *Dois Perdidos Numa Noite Suja* e *Navalha na Carne*, que já haviam sido apresentadas em diversas regiões do país, foram interditadas em todo o território nacional.

Na década de 1970 Plínio Marcos era o próprio símbolo do autor perseguido pela censura. Incomodava a ditadura e a censura federal. Foi preso pelo II Exército em 1968, sendo liberado dias depois por interferência de Cassiano Gabus Mendes, então diretor da Televisão Tupi. Em 1969 foi preso em Santos, no Teatro Coliseu, por se recusar a acatar a interdição do espetáculo *Dois Perdidos Numa Noite Suja*, em que trabalhava como ator. Foi transferido depois, do presídio de Santos, para o DOPS em São Paulo, de onde saiu por interferência de vários artistas e sob a tutela de Maria Della Costa. Além dessas prisões, foi detido para interrogatório em várias ocasiões.

Na década de 1980, quando o regime militar terminou e suas peças foram liberadas, Plínio novamente surpreendeu. Escreveu as peças *Jesus Homem* e *Madame Blavatsky*, nas quais mostra uma fase mais espiritualista e esotérica. Em 1985 ganhou os prêmios Molière e Mambembe pela montagem de *Madame Blavatsky*.

3 MENDES, Oswaldo. **Bendito Maldito: uma biografia de Plínio Marcos**. São Paulo: Leya, 2009.

Objeto

O objeto da pesquisa é a censura aplicada pelo Estado à obra do dramaturgo Plínio Marcos. Para análise das formas e motivos pelos quais as obras de Plínio foram sucessivamente interditadas, serão utilizadas as peças do autor e os pareceres dos censores contidos no Arquivo Miroel Silveira,⁴ sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo: *As aventuras do coelho Gabriel* (1962); *Os fantoches* (1963); *Enquanto os navios atracam* (1963); *Nossa gente, nossa música* (1964); *Reportagem de um tempo mau* (1965); *Chapéu em cima de paralelepípedo para alguém chutar* (1966); *Dois perdidos numa noite suja* (1966); *Dia virá: o Cristo evangélico* (1967); *Navalha na carne* (1967).

Documentos do Acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Delegacia de Ordem Política e Social de Santos (DOPS/Santos) também serão pesquisados para compor a análise final.

Hipóteses de trabalho

A hipótese que se apresenta é a de que a obra de Plínio Marcos era constantemente interdita menos pela imoralidade contida no texto do que pela proposta de subversão social, na medida em que o autor coloca no palco a marginalidade social. O ato censório estatal queria preservar uma sociedade "modelar", ao impedir que um lugar nobre como um palco teatral apresentasse personagens que são invisíveis à esta mesma sociedade: uma censura, a princípio, de cunho estético (além de político, em última análise), com resultados práticos na preservação da "moral" e dos "bons costumes", valores caros aos governantes do período e que formariam uma sociedade com relações afetivas, sexuais e familiares modelares, sem os arranjos pessoais, improvisados, dissidentes, inusuais, que assinalam para tendências de uma sociedade em movimento e em transformação.

Em suma, um mundo que não existe.⁵ Assim, as peças de Plínio seriam censuradas, a princípio, por apresentar em um lugar nobre como o palco personagens que são invisíveis à sociedade, invisíveis até mesmo nos becos onde vivem.

Justificativa

Publicações como *Censura em Cena*⁶ e *Teatro e Censura – Vargas e Salazar*⁷ já expuseram que a censura sempre existiu no Brasil. Foi anterior à criação da imprensa, das bibliotecas, da educação e do teatro. Iniciada no período colonial, resistiu à Monarquia e sobreviveu à República, passou por duas épo-

4 Acervo composto por 6.137 prontuários referentes a censura prévia a peças teatrais e circenses no Estado de S. Paulo, cobrindo o período de 1927 a 1973. Durante este período, mesmo em governos considerados democráticos, era obrigatório que espetáculos de diversões públicas fossem analisados previamente pela censura, que foi exercida em órgãos estaduais até 1968, quando a ditadura militar centralizou a censura num órgão federal. O acervo referente à censura teatral paulista esteve sob guarda da USP desde 1988, quando foi recolhido pelo professor Miroel Silveira e, a partir de 2002, tornou-se objeto de pesquisas do Grupo de Pesquisas do Arquivo Miroel Silveira, depois Núcleo de Pesquisas de Comunicação e Censura, que deu origem ao Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura. Tendo servido de base a numerosas pesquisas sobre a censura a manifestações artísticas, os documentos ficaram sob guarda da USP até 2018, quando o acervo foi devolvido ao Arquivo do Estado de São Paulo.

5 COSTA, Cristina. **Isto não é censura – a construção de um conceito e de um objeto de estudo**. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo, 2016.

6 COSTA, Cristina. **Censura em Cena**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2006.

7 COSTA, Cristina. **Teatro e censura: Vargas e Salazar**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011.

cas de rígida ditadura (o Estado Novo de Getúlio Vargas e a Ditadura Civil Militar instaurada em 1964) e, mesmo após a abertura, quando a censura oficial foi extinta pela Constituição de 1988, ela se manifesta em processos indiretos e híbridos como a censura econômica e a classificação indicativa, ainda realizada por funcionários públicos e critérios ditados pelo governo. O peso desse legado pode ser avaliado pela precariedade que envolve as artes no país, até mesmo em momentos de franca produtividade em todas as áreas como nos anos 1950-1970.

O Arquivo Miroel Silveira traz um rico acervo para estudo da chamada *censura clássica*, isto é, a censura prévia promovida pelo Estado como forma de monitorar a produção simbólica e artística produzida pelos jornais, revistas, livros, palcos e telas. Estudado por cerca de dez anos por uma equipe coordenada pela Profa. Dra. Maria Cristina Castilho Costa, o AMS possibilitou que o grupo chegasse à algumas conclusões importantes: a censura se constitui em uma tradição que diz respeito não só ao autoritarismo de um governo que quer coibir críticas, denúncias e a oposição à sua ação política, mas também à cultura que se implanta subliminarmente no público espectador e na opinião pública em geral.⁸

Assim, a análise das peças censuradas de Plínio Marcos encontradas no AMS pode indicar o caminho para entendimento dos motivos e consequências, inclusive até os dias de hoje, dessa interdição pelo Estado das obras do autor, além da mera preocupação em proibir críticas e denúncias à sua atuação política, já que esse não era o objetivo principal de Plínio. Em relação ao caráter subliminar e cristalizado da interdição no Brasil, devemos lembrar que a censura estatal foi utilizada por todas as ditaduras para se legitimarem e preservarem, mas elas não são as únicas formas de governo a lançarem mão de atos censórios.⁹

Quanto à opção metodológica em se realizar uma investigação baseada em história e memória, lembramos o pensamento de Martín-Barbero, ao nos avisar que a obsolescência acelerada dos objetos de nossa sociedade e o enfraquecimento de nossos indicadores de identidade estão nos gerando um “desejo irreprimível por passado”. Ainda que moldado pelo mercado, esse desejo existe e deve ser levado em conta como um sintoma de um descontentamento cultural profundo, “que expressa a ansiosa indigência que sofremos por mais tempo e a materialidade de nossos corpos reivindicando menos espaço e mais lugar”.¹⁰

Compartilhamos, ainda, as ideias de Lopes¹¹ sobre estudos comprometidos com a transformação de nosso contexto sempre contraditório e desigual, que já nos valeu denominações como terceiro mundo, e hoje emergentes, contexto a partir do qual toda investigação deve iniciar e manter relações de compreensão e superação. Para a autora, as razões da globalização devem nos incentivar a fazer aquelas perguntas-problema que mais têm relação vital com nossa existência social e que são, ao mesmo tempo, as que têm maior potencial de apresentar relevância e pertinência teórico-epistemológica e fazer avançar o conhecimento no campo da Comunicação.

Assim, ainda segundo Lopes, em uma sociedade de classes, historicamente o papel do cientista social tem sido atuar como “intelectual orgânico” junto às classes dominantes, com suas visões de mundo traduzidas em discurso científico.¹² Nesse sentido, Lopes e Romancini afirmam que o desenvolvimento de um campo científico sempre resulta da combinação de interesses sociais e interesses cognitivos na acumulação tanto de capital simbólico como de capital epistêmico.¹³

Para Bourdieu, a ideia de uma ciência neutra é uma ficção, interessada em fazer passar por científico uma forma neutralizada da representação dominante do mundo social. Assim, ao desvendar os mecanismos sociais que mantém a ordem estabelecida, cujo funcionamento eficaz depende do desconhecimento de sua lógica e efeitos, a ciência social toma partido na luta política.¹⁴

8 COSTA, Cristina. **Op. cit.**, 2016.

9 **Idem.**

10 MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: 3 introduções. **MATRIZES**, vol. 2, 2018, p. 26.

11 LOPES, Maria Immacolata V. Reflexividade e relacionismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em Comunicação. In: BRAGA, J.L.; LOPES, M.I.V.; MARTINO, L.C. (orgs.). **Pesquisa Empírica em Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010, p. 47.

12 LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em Comunicação**. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2014, p.47.

13 LOPES, Maria Immacolata V., ROMANCINI, Richard. Epistemologia. In: CITELLI, Adilson; BERGER Christa; BACCEGA, Maria Aparecida; LOPES, Maria Immacolata V.; FRANÇA, Vera (orgs.). **Dicionário de Comunicação**. Escolas, teorias, autores. São Paulo: Ed. Contexto, 2014, p. 128 .

14 BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983, p. 148.

Concordamos com Morin, quando este declara que na visão clássica científica o surgir de uma contradição é um erro. Na visão complexa proposta pelo autor, quando se chega a contradições por vias empírico-rationais, isso não significa um erro, mas o atingir de uma camada profunda da realidade que não encontra tradução em nossa lógica, justamente por ser profunda. Assim, não se pode compreender nenhuma realidade de modo unidimensional.¹⁵

Nesse sentido, Mattelart e Matellart partem do reconhecimento de que a noção de comunicação recobre sentidos múltiplos, sendo um campo científico que se inscreve, historicamente, em tensão entre as redes físicas e imateriais, entre o biológico e o social, a natureza e a cultura, os dispositivos técnicos e o discurso, a economia e a cultura, as perspectivas micro e macro, o local e o global, o ator e o sistema, o indivíduo e a sociedade, o livre-arbítrio e os determinismos sociais.¹⁶

Finalmente, compartilhamos novamente a visão de Lopes ao nos relatar que como a comunicação se constitui historicamente como campo autônomo de estudos, ela não pode ser investigada fora do contexto econômico, social, político e cultural que a envolve.¹⁷

Quadro Teórico de Referência

Para que a pesquisa alcance um bom resultado, serão empregadas fontes teóricas focadas no estudo do Arquivo Miroel Silveira e no teatro paulista. Assim, para o Arquivo Miroel Silveira, a referência é a obra de Maria Cristina Castilho Costa.¹⁸ Para os estudos do desenvolvimento do teatro em São Paulo, serão utilizadas as obras de Décio de Almeida Prado,¹⁹ Sábato Magaldi²⁰ e Maria Thereza Vargas.²¹

Maria Aparecida de Aquino,²² Élio Gaspari,²³ e Caio Túlio Costa²⁴ dão subsídios para os estudos da repressão no Brasil, assim como Ricardo Cravo Albin,²⁵ com seu trabalho sobre os processos de revisão da censura, apresentados à Comissão Superior de Censura, da qual participou. Outros autores que estudaram a censura na literatura e em outras áreas da vida social são de especial importância, entre eles Leila Mezan Algranti²⁶ e Eduardo Frieiro.²⁷

A cultura deve ser entendida não como uma uniformidade de valores, ideias e propostas, mas como o equilíbrio instável de conjuntos ideológicos que se opõem e disputam o poder, através do qual se afirmam como pensamento dominante. Entre os mecanismos hegemônicos está a censura que coíbe, limita ou exclui a oposição, a crítica e a divergência, cuja ação se processa nos mais diferentes níveis da vida social, das relações interpessoais à legislação vigente. Portanto, a censura não se limita ao confronto de ideias ou à divergência ideológica, mas aos mecanismos de coerção estabelecidos

-
- 15 MORIN, Edgar. O paradigma complexo. In: **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 68-69.
- 16 MATTELART, Armand e MATTELART, Michèle. **História das teorias de Comunicação**. São Paulo: Loyola, 1998, p. 10.
- 17 LOPES, Maria Immacolata V. Esboço para uma história dos estudos em Comunicação no Brasil e na América Latina: processos de institucionalização do campo. In: CROVI DRUETTA, Delia e CIMADEVILLA, Gustavo (orgs.). **Del mimeógrafo a las redes digitales**. ALAIC, 2018, p. 35.
- 18 COSTA, Cristina. **Op. cit.**, 2006.
- 19 PRADO, Décio de Almeida. **História concisa do teatro brasileiro**. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial, 1999.
- 20 MAGALDI, Antônio Sábato. **Panorama do teatro brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Global, 1997.
- 21 VARGAS, Maria Thereza. **Teatro operário na cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Informação e Documentação Artísticas. Centro de Pesquisa em Arte Brasileira, 1980.
- 22 AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa, Estado autoritário, 1968-1978: o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- 23 GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- 24 COSTA, Caio Túlio. **Cale-se: a saga de Vannucchi Leme, a USP como aldeia gaulesa, o show proibido de Gilberto Gil**. São Paulo: A Girafa, 2003.
- 25 ALBIN, Ricardo Cravo. **Driblando a censura**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.
- 26 ALGRANTI, Leila Mezan Algranti. **Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)**. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2004.
- 27 FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livreria do cônego: como era o Gonzaga? e outros temas mineiros**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

pelo poder, a partir dos quais se pretende controlar toda oposição e dissidência ao sistema de poder estabelecido.

O pensamento de Guy Debord,²⁸ Jacques Rancière²⁹ e Lipovetsky e Serroy³⁰ também é levado em consideração neste trabalho, principalmente em relação ao regime estético da sociedade atual, onde o consumo é hiperindividualista, experiencial, hedonista e emocional.

Objetivos

Entre os objetivos gerais esta investigação busca compreender como e porque o Estado vigiava e interditava as obras do dramaturgo Plínio Marcos; ao mesmo tempo, entender os motivos da censura estatal ao autor já que a característica de sua obra não era emancipadora, pedagógica e tampouco política; verificar se a interdição oficial ao autor permaneceu, subliminarmente, no público espectador e na opinião pública em geral, no período após a extinção constitucional da censura.

Nos seus objetivos específicos a pesquisa busca apontar as formas e métodos de censura à obra do autor; analisar o contexto estético-cultural do período, com o fim de situar esteticamente a obra de Plínio Marcos; compreender as imbricações entre a produção cultural do período e a oposição ao regime militar instalado e, finalmente, verificar o impacto da interdição à obra do autor e como isso influenciou a produção futura.

Observação

A pesquisa tem como recorte inicial o intervalo entre 1962 a 1978, período que compreende a criação das peças do autor disponíveis no Arquivo Miroel Silveira e dos documentos encontrados até este momento da nos acervos DEOPS/SP e DOPS/Santos. Para recriar esse período, será usada a pesquisa bibliográfica e documental.

Nove peças do autor são encontradas no Arquivo Miroel Silveira, e nos acervos DEOPS/SP e DOPS/Santos foram localizados, até o presente momento, dois conjuntos de documentos sobre Plínio Marcos de Barros: uma pasta com 172 páginas, entre relatórios, informes e recortes de jornais, e outra, o prontuário 2640, com 94 páginas, também em nome do autor e contendo informes, relatórios reservados, recortes de jornais e filipetas de peças teatrais de Plínio Marcos. Esta última pasta foi elaborada pelo DOPS/Santos, e a primeira, pelo DEOPS/SP.

O universo de investigação será um conjunto de unidades, portanto, composto de textos e documentos, que comporão uma amostra significativa (não estatística), e os métodos dos tratamentos dos dados serão qualitativos.³¹

Técnicas de Coleta

28 DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

29 RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Exo Experimental/Editora 34, 2009, p. 13-15.

30 LIPOVETSKY, G. & SERROY, J. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

31 LOPES, Maria Immacolata V. **Op. cit.**, 2014, p. 145.

Em relação à pesquisa documental, concordamos com Le Goff, quando este afirma que o documento não é inócuo, sendo o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu. Como toda fonte histórica, o documento deve ser visto como “documento-monumento”, resultado do esforço das sociedades históricas para legar ao futuro determinada imagem de si próprias. Cabe ao historiador, portanto, não fazer papel de ingênuo.³²

Análise dos Dados

Aqui serão apresentados a descrição dos documentos e depoimentos coletados e discutidas, ainda, a análise dos dados, na busca das conexões, mediações e contradições dos elementos que estiveram associados à problemática pesquisada, procurando estabelecer as relações entre a parte e o todo desta problemática.

Devemos considerar que o pesquisador que trabalha com informações colhidas por meio de documentos e depoimentos como fontes deve ser capaz de desmontá-las, ou seja, analisar as condições de sua produção, para utilizá-las de forma plena.

Para chegar a esse resultado, utilizaremos como metodologia de tratamento e análise de informações constantes dos documentos a análise de conteúdo, para a compreensão crítica do sentido manifesto ou oculto das comunicações. A análise de conteúdo se apresenta como uma atividade de interpretação que consiste no descobrimento do não aparente, o potencial de inédito, no sentido do que não foi dito, retido por qualquer mensagem.³³ Tal análise envolve o conteúdo das mensagens e a busca de seus significados. Os enunciados são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais.

A forma de análise a ser empregada leva em conta a perspectiva das Ciências da Comunicação. Assim, tanto a pesquisa teórica quanto a empírica levarão em conta seu processo histórico cultural, principalmente a partir de imbricações híbridas, considerando o desenvolvimento do teatro nacional, a realidade política e econômica do período, os principais movimentos culturais, estéticos e artísticos, a ação da censura estatal e suas influências no período estudado e após sua extinção oficial.

Considerações

Apesar de a pesquisa ainda estar em andamento, acreditamos reunir elementos que sugerem a confirmação da hipótese de que as obras de Plínio Marcos eram constantemente interditas menos pela imoralidade contida no texto do que pela proposta de subversão social, na medida em que o autor coloca no palco a marginalidade social. A inspiração para suas obras mais marcantes veio de personagens e situações reais, que ele vivenciou e observou na zona portuária de Santos.

Entre os estivadores e trabalhadores temporários do cais, alcoolismo, ausência de clara demarcação entre trabalho e lazer, sociabilidade em espaços exclusivamente masculinos, força física, ostentação de símbolos de virilidade e valentia, rivalidades étnicas e violentas disputas pelas oportunidades de emprego em um mercado de trabalho instável, formaram a imagem de uma comunidade perigosa e marginalizada por outros grupos.³⁴

Os textos de Plínio, com poucos personagens, retratam a sociedade apenas como pano de fundo,

32 LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 200, p. 537-8.

33 BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

34 SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem padrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 129.

ênfatisando os conflitos interindividuais. Seus dramas são compostos de prostitutas de terceira categoria, desocupados, cafetões, homossexuais, personagens que não constituem o povo ou o proletariado, pelo menos nas formas dramáticas imaginadas até então. São, antes, uma escória que não alcançara nem os primeiros degraus do capitalismo:

Em vez de propósitos revolucionários, ou de uma encantadora ingenuidade, (os personagens) revelavam em cena um rancor e um ressentimento que, embora de possível origem econômica, não se voltavam contra os poderosos, por eles mal entrevistados, mas contra seus próprios companheiros de infortúnio.³⁵

Na lida do cais, são inúmeros os exemplos de agressividade verbal, compondo um terreno semântico composto por noções de força e honra: a violência verbal implica a capacidade de cada um reagir "como homem".³⁶

Nessa luta áspera e cotidiana entre opressores (valentões, cafetões, agiotas) e oprimidos (prostitutas, travestis, homossexuais, mendigos), a agressão verbal (o palavrão) valia alguns pontos. A agressão física, muitos pontos.³⁷

Assim, com a contundência textual das suas primeiras obras, transferindo a cena da classe média para os becos habitados pelo lumpesinato, Plínio devolveu ao público habitual a imagem feroz do homem que o próprio dramaturgo ajudou a criar. Não havia mais lugar para bom gosto no palco. Ele trilhou ao máximo o caminho aberto por Nelson Rodrigues, segundo o qual tudo é permitido, ou nas palavras de Antonin Artaud, "o teatro foi feito para abrir coletivamente os abscessos".³⁸

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004.

ALBIN, Ricardo Cravo. **Driblando a censura**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa, Estado autoritário, 1968-1978: o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

COSTA, Caio Túlio. **Cale-se: a saga de Vannucchi Leme, a USP como aldeia gaulesa, o show proibido de Gilberto Gil**. São Paulo: A Girafa, 2003.

COSTA, Cristina. **Censura em cena: teatro e censura no Brasil – Arquivo Miroel Silveira**. São Paulo: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2006.

_____. **Teatro e censura: Vargas e Salazar**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011.

_____. **Isto não é censura – a construção de um conceito e de um objeto de estudo**. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3448-1.pdf>. Acesso em: 24 set. 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

35 PRADO, Décio de Almeida. **O teatro brasileiro moderno: 1930-1980**. São Paulo: Perspectiva: Universidade de São Paulo, 1983, p. 103.

36 SILVA, Fernando Teixeira da **Op. cit.**, 2003, pp. 149-150.

37 PRADO, Décio de Almeida. **Op. cit.**, 1983, p. 103.

38 MAGALDI, Sábato, 1997. **Op. cit.**, 1997, p. 308.

FRIEIRO, Eduardo. **O diabo livraria do cônego**: como era o Gonzaga e outros temas mineiros. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LIPOVETSKY, G. & SERROY, J. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOPES, Maria Immacolata V. Reflexividade e relacionismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em Comunicação. In: BRAGA, J.L.; LOPES, M.I.V.; MARTINO, L.C. (orgs.). **Pesquisa Empírica em Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

_____, ROMANCINI, Richard. Epistemologia. In: CITELLI, Adilson; BERGER Christa; BACCEGA, Maria Aparecida; LOPES, Maria Immacolata V.; FRANÇA, Vera (orgs.). **Dicionário de Comunicação**. Escolas, teorias, autores. São Paulo: Ed. Contexto, (2014).

_____. **Pesquisa em Comunicação**. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. Esboço para uma história dos estudos em Comunicação no Brasil e na América Latina: processos de institucionalização do campo. In: CROVI DRUETTA, Delia e CIMADEVILLA, Gustavo (orgs.). **Del mimeógrafo a las redes digitais**. ALAIC, 2018.

MAGALDI, Antônio Sábato. **Panorama do teatro brasileiro**. 3.ed. São Paulo: Global, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: 3 introduções. **MATRIZES**, vol. 2, 2018.

MATTELART, Armand e MATTELART, Michèle. **História das teorias de Comunicação**. São Paulo: Loyola, 1998.

MENDES, Oswaldo. **Bendito maldito: uma biografia de Plínio Marcos**. São Paulo: Leya, 2009.

MORIN, Edgar. O paradigma complexo. In: **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

PRADO, Décio de Almeida. **O teatro brasileiro moderno: 1930-1980**. São Paulo: Perspectiva: Universidade de São Paulo, 1983.

_____. **História concisa do teatro brasileiro**. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Estética e política. São Paulo: Exo Experimental/ Editora 34, 2009.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

VARGAS, Maria Thereza. **Teatro operário na cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Informação e Documentação Artísticas. Centro de Pesquisa em Arte Brasileira, 1980.



COMUNICAÇÃO AUTORITÁRIA: ELEMENTOS DISCURSIVOS DA TIPOLOGIA DO FASCISMO, SEGUNDO UMBERTO ECO NAS FALAS DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO¹

Lana Canepa²

-
- 1 Trabalho apresentado no *Conexão Pós: Contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico* do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 2021.
 - 2 Jornalista, especialista em Ciência Política pela UnB. Integrante do grupo de pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade (USP). Mestranda do [Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo – USP], área de concentração: Comunicação, Redes e Linguagens: objetos teóricos e empíricos. Orientador: Eugênio Bucci.

Resumo: O objetivo desse trabalho é identificar a lógica comunicacional do presidente Jair Bolsonaro com base na tipologia de Fascismo Eterno, de Umberto Eco. Para contribuição de análise da Comunicação utilizamos também as teorias de Eugênio Bucci. Mais de 700 declarações dadas em dois anos e meio foram catalogadas. Através da análise de conteúdo (Bardin) identificamos que as frases mais repetidas se encaixam em todos os traços do Fascismo, a serem detalhadas nesse trabalho. O resultado da checagem foi a construção de um banco de dados inédito sobre as falas do presidente.

Palavras-chave: Comunicação. Política. Jornalismo. Fascismo. Bolsonaro.

O Fascismo no discurso de Bolsonaro

Bolsonaro e seus aliados sempre operaram a comunicação oficial no breu da máquina pública com uma estratégia que parecem ter sido arquitetadas por um gabinete de ódio que coloca em prática técnicas profissionais de desinformação operadas pelo presidente diariamente por meio de declarações que ganham projeção maior nas redes sociais e em transmissões ao vivo. O presente trabalho analisou as declarações mais repetidas por Jair Bolsonaro durante os primeiros dois anos e meio de governo, segundo banco de dados da agência de checagem 'Aos Fatos'. São 709 falas registradas entre os dias 01 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2021, checadas e reunidas com o objetivo de avaliar se a lógica comunicacional do presidente reproduz traços do 'Fascismo Eterno' pelos parâmetros de Umberto Eco e também de Jason Stanley. O objetivo é fazer um comparativo entre as ideias mais defendidas por Bolsonaro com a tipologia do fascismo e avaliar se a comunicação do presidente tem, na sua forma estruturante, natureza fascista.

Os objetivos específicos são avaliar se as táticas da comunicação fascistas são colocadas em prática pelo presidente por meio de ataques constantes a jornalistas, tratados como inimigos. E saber se a comunicação do presidente gera intencionalmente opacidade na esfera pública com teorias da conspiração e mentiras muito repetidas como estratégia autoritária para dominar o debate na esfera pública e afastar questionamentos legítimos de sua gestão. Uma das consequências do uso dessa tática de comunicação fascista seria a corrosão, operada por dentro, das estruturas que sustentam a democracia brasileira.

Essa opacidade da esfera pública foi promovida pelas declarações desencontradas do presidente e pelas tentativas de silenciamento promovidas pelo governo Bolsonaro. A equipe do presidente trabalhou em duas frentes, limitar a liberdade de imprensa por meio de campanhas de desinformação; e, por outra frente, impôs sucessivas negativas abusivas a solicitações de informação por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), e a o sigilo recorrente a dados corriqueiros como, por exemplo, às visitas do líder do centrão Valdemar da Costa Neto e dos filhos do presidente ao Palácio do Planalto, ou aos dados da carteira de vacinação de Bolsonaro, que falou várias vezes contra a vacina para covid.

Em 2018, um estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) comprovou que, travestido de notícia, o conteúdo falso tem 70% mais chances de ser compartilhado e viralizar (DZIKES, 2018), já que o consumo de conteúdo passou a ser muito mais guiado pelas emoções do que pela razão. O conteúdo falso é pensado para provocar as emoções, gerar engajamento, e, portanto, muitas vezes é mais original e atraente que o "feijão com arroz" que a mídia tradicional consegue entregar com redações cada vez menores. Mais cliques é sinônimo de uma fatia maior dos anúncios online.

Wardle & Derakhshan (2017) desenharam o diagrama da "desordem informacional" para deixar claro que a simplificação do termo 'fake news' não é mais aceitável porque muita coisa circula nas redes sociais: propaganda, mentiras, conspirações, rumores, fraudes, conteúdo partidário, falsidades e mídia manipulada. O conteúdo, sendo verdadeiro ou falso e, tem potencial para provocar um dano a depender da intenção por trás de quem produz e acabar contribuindo para a poluição provocada pela desinformação. Sátira, brincadeiras ou conexões falsas, quando título é apenas uma isca para um conteúdo que não entrega o que prometeu, são avaliados como de baixo dano. Mas o conteúdo 100% fabricado, criado

para enganar; manipulado, quando as imagens ou conteúdo de publicações verdadeiras alteradas; conteúdo impostor, quando fontes genuínas são imitadas; ou conteúdo verdadeiro, como uma foto antiga, é compartilhado em um contexto falso, nesses casos os danos podem ser mais graves. Claire Wardle (2020) critica o uso do termo 'fake news', especialmente por jornalistas, porque, além de não resumir o que pretende representar, ainda é usado como arma para ataques coordenados por políticos autoritários contra a própria imprensa, reforçando a lógica de que notícias não são "confiáveis" e de que é possível questionar o publicado que não convém. É nesse contexto que as mentiras travestidas de notícia podem engajar mais, vencer a disputa pela audiência, e contribuir para uma campanha orquestrada de poluição do debate público com teorias da conspiração no lugar de notícias. Essa poluição nos faz perder tempo e energia desmentindo boatos e absurdos enquanto os temas verdadeiramente importantes, como as cobranças que devem ser feitas aos políticos, acabam em segundo plano, e isso pode ser visto como uma tática de comunicação fascista.

"Os políticos fascistas justificam suas ideias ao aniquilar um senso comum de história, criando um passado mítico para respaldar sua visão do presente. Eles reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade distorcendo a linguagem da idealização por meio da propaganda e promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias. Depois de um tempo, com essas técnicas, a política fascista acaba por criar um estado de irreabilidade, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado" (STANLEY, 2019, p.9).

Consideramos também o conceito de 'espetáculo' de Guy Debord, os métodos para fixação da crença, de Charles Peirce, e as teorias de Eugênio Bucci. A partir de um banco de dados com mais de 709 declarações checadas, a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) deve apontar o que Bolsonaro disse de mais fascista; e se o que Bolsonaro mais disse também é fascista.

Parte importante das declarações do presidente foi no cercadinho montado para separar apoiadores de jornalistas na entrada da residência oficial, o Palácio da Alvorada, onde Jair Bolsonaro fala diariamente. Esse local representa o centro da estratégia de comunicação do presidente, como um ponto de partida, é onde o presidente faz corpo a corpo com os apoiadores, fala diariamente e testa as teses, geralmente fake news, que serão repetidas à exaustão nas lives e entrevistas. Também é no cercadinho que o presidente prioriza os celulares e as redes sociais frente ao jornalismo profissional presente, e, acima de tudo, é no cercadinho que o presidente dispara grosserias contra repórteres, destila seu ódio contra a imprensa, e recebe o apoio da plateia de apoiadores aos berros que aprenderam com ele a desprezar e desconfiar de jornalistas.

O cercadinho é, portanto, o palco para o espetáculo com inspiração fascista desenhado por Bolsonaro para servir à lógica do "o que é bom aparece e o que aparece é bom" da sociedade do espetáculo (DEBORD, 1931). Nesse picadeiro, fica claro que Bolsonaro abusa de uma comunicação autoritária com elementos discursivos inspirados na tipologia do 'Fascismo Eterno' (ECO, 2019) para promover a corrosão da democracia pela descrença na 'verdade factual' (ARENDT, 1963) com ataques constantes ao livre debate na esfera pública, usando, como nenhum presidente tinha conseguido até então, o controle da *instância da imagem ao vivo* (BUCCI, 2009) para impor suas crenças pelas redes sociais como arma de ataque a quaisquer adversários e ao ambiente democrático. Os objetivos ficam claros, dominar e poluir o debate na esfera pública, confundir e pregar em favor de uma ruptura democrática.

Uma mudança estrutural na comunicação já muito clara nos últimos anos invade, no governo Bolsonaro, o território da comunicação oficial. Bucci explica como a palavra vem perdendo o lugar para a imagem, o espaço público é tomado, preenchido, inundado por imagens, e elas passam a reinar sobre o território do que é a verdade.

"O espaço comum, antes mediado pelos diários, converteu-se em um imenso parque de diversões virtual e, nessa evolução, a «instância da imagem ao vivo» passou a ocupar o seu centro, o que acarretou efeitos irreversíveis sobre as formas de relato factual. A instância da imagem ao vivo instaurou-se como o oráculo da sociedade, um oráculo massificado que se apresenta como a mais alta forma de registro

da dita realidade para uma civilização que terá em seus olhos o principal critério de verificação da verdade” (BUCCI, 2009, p.69).

Produzir um conteúdo cada vez mais pasteurizado, mais palatável passou a ser uma meta tão importante na disputa pela atenção dos leitores, na briga por espaço de monetização do olhar de usuários, que transformou boa parte do jornalismo profissional. Bucci explica como nasce “a superindústria do imaginário” (2021), a partir do uso da tecnologia capaz de oferecer uma enorme quantidade de conteúdo para garantir o extrativismo do olhar. Esse modelo em que os consumidores são usuários viciados em novidade gerou uma mutação, a mercadoria deixa de estar no produto, na coisa corpórea, e toma outra dimensão, a dos signos. Bucci afirma que o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo o que é visível. Usuários passam a trabalhar voluntariamente, desesperadamente, sem cessar. E apoiadores oferecem sua energia vital por esse trabalho, em nome do grande líder.

Em sua teoria crítica, Debord explica como a imagem transformou a sociedade moderna porque tudo o que era diretamente vivido agora se esvai na fumaça da representação. O espetáculo, define Debord, é o *capital* a um tal grau de acumulação que se torna imagem (DEBORD, 1992, p.20). A dominação da economia sobre as nossas vidas levou a uma degradação gradativa do *ser* em *ter* até que o importante passou a ser *parecer*. O espetáculo não é só o conjunto de imagens, é um modelo de relações sociais em um mundo realmente invertido, em que o verdadeiro é um momento do falso.

“O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é «o que aparece é bom, o que é bom aparece». A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência” (DEBORD, p.12).

A constante mistificação do passado, culto à tradição, os ataques às instituições, a ação pela ação, irrealidade, anti-intelectualismo, são todas provas de que o Fascismo está vivo nas palavras de Bolsonaro. Ele trabalha o tempo todo para destruir a ordem estabelecida na democracia e colocar no lugar um regime autoritário, mesmo que em moldes democráticos. Depois de apresentar exemplos de como o presidente mais reproduz cada um dos traços do fascismo no capítulo anterior, é indispensável também constatar que não se tratam de exceções, o que Bolsonaro mais diz também está contaminado pelo fascismo, segundo a lista de declarações mais repetidas apresentada no capítulo 3. A primeira marca do fascismo é o poder concentrado nas mãos de um grande líder, grande pai, que assume a responsabilidade pelo destino da nação, como foi nos casos de Hitler e Mussolini. Esse grande líder deve ser forte, e recebe voto de confiança em momentos de crise, promete proteger seu povo do perigo iminente de inimigos perigosos. A energia que sustenta o fascismo é o ódio, e o jogo de ‘nós contra eles’ (STANLEY, 2018) gera uma onda de ódio que precisa de uma máquina poderosa de propaganda para se propagar. Com a chegada das redes sociais essa onda ganhou as proporções de um tsunami. Para garantir a proteção prometida, o grande líder pede em troca devoção. Ele faça em nome de um passado maravilhoso, em que a vida era simples e feliz. A hierarquização do poder é muito presente, por isso a militarização também é central para o líder fascista. A bandeira do nacionalismo é hasteada em frente a pessoas brancas da classe média frustrada e da classe trabalhadora que se sente ameaçada por cidadãos de segunda classe, preguiçosos, que querem ser sustentados pelo estado. O fascismo é racista. E por amor à nação, os apoiadores são convocados para a luta pelas bandeiras importantes para o grande líder, mesmo que elas sejam anti-intelectuais, irrealistas, acreditar também é uma prova de amor.

Bucci explica como a massa de apoiadores se deixa seduzir por uma ligação até erótica com esse grande líder por consequência de um enfraquecimento do Eu (ego), analisado por Freud (BUCCI, 2021, p.7), ao afirmar que a energia sexual, quase bruta, se manifesta na paixão amorosa pelo líder, assim como se manifesta no ódio irracional e violento contra os que são pelo líder classificados como seus inimigos. E cita outro livro onde esse processo libidinal que transforma homens em massa é debatido: Como funciona o fascismo: a política do ‘nós e eles’, do professor de filosofia em Yale, Jason Stanley.

Para Stanley, o líder fascista divide a população entre ‘nós’ e ‘eles’ e cria uma identidade nacionalista, que se apropria dos símbolos da nação para assumir o poder e atacar as instituições garantidoras como a constituição e os tribunais justificando suas ideias ao aniquilar um senso comum de história,

criando um passado mítico para respaldar sua visão do presente. Os políticos fascistas reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade distorcendo a realidade por meio da propaganda e promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias. Depois de um tempo, com essas técnicas, explica o autor, a política fascista acaba por criar um estado de irreabilidade, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado. (STANLEY, 2018, p.5) O diagnóstico segue, em resumo, mostrando que a política fascista usa estratégias comuns: o passado mítico, propaganda, anti-intelectualismo, irreabilidade, hierarquia, vitimização, lei e ordem, ansiedade sexual, apelos à noção de pátria, e desarticulação da união e do bem estar público.

Fascio, explica Bucci (2021, p.30), é “o nome do feixe de sarrafos amarrados por tiras de couro vermelho, na forma de um porrete, normalmente com uma lâmina de bronze numa das extremidades”, um símbolo fálico explícito que virou totem do fascismo italiano. Outra inspiração para a palavra fascismo, o *fascinus* ou *fascinum* era um amuleto contra mau olhado usado na antiga Pompéia em formato de falo ereto, às vezes alado. Símbolo da dominação, e do clima de amor pelo líder e ódio pelos que são considerados inimigos, como a imprensa.

“O caráter libidinal inibe ou estanca a liberdade individual e a espontaneidade, canalizando os desejos para um chefe supremo que se alimenta da servidão erótica de que dispõe. Nas massas, os afetos não libertam, mas reprimem. É assim que o fascismo se apropria das energias sexuais de seus seguidores” (BUCCI, 2021, p.8).

Partimos de uma busca pelas declarações mais repetidas no banco de dados da agência de checagem ‘Aos Fatos’, pelo período de dois anos e meio de governo. O resultado foi uma base de dados com 3.250 declarações catalogadas pela agência. As declarações foram organizadas pelo critério de frequência e só as sete mais repetidas foram extraídas e checadas. Bolsonaro reproduz crenças fixadas a partir de métodos dos mais primitivos, como a tenacidade, uma teimosia repetitiva; a autoridade, que cita médicos para embasar protocolos fantasiosos; e a priori, o achismo em sua forma mais bruta, crenças sem apoio na ciência. (PEIRCE, 1877). Para analisar os elementos da tipologia do Fascismo no discurso de Bolsonaro, utilizamos o método de análise de conteúdo de Bardin (2002), que identifica três fases do processo (p.95): a pré-análise, escolha dos documentos, objetivos, hipóteses e indicadores, ou seja, o banco de dados da agência de checagem; a segunda fase é a exploração do material pela operação de codificação. A ideia aqui foi selecionar as declarações mais repetidas para entender se o padrão comunicacional usado pelo presidente é de natureza fascista.

Para contribuição de análise da Comunicação utilizamos os 14 traços do ‘Fascismo Eterno’ de Umberto Eco, com um olhar também mais recente sobre o tema, pela perspectiva do filósofo Jason Stanley. As características usadas para categorizar (BARDIN, 2016) as falas de Bolsonaro foram: 1- O culto à tradição, toda a verdade está dada, não pode existir avanço no saber; 2- Recusa da modernidade, ao iluminismo, repúdio ao intelectual; 3- Irracionalismo, ação pela ação; 4- O desacordo é traição; 5- Racismo; 6- Apela às classes médias frustradas; 7- Nacionalismo e obsessão pela conspiração; 8- Riqueza é humilhante e os inimigos são ao mesmo tempo fortes demais e fracos demais; 9- A vida é uma guerra permanente; 10- O desprezo pelos fracos; 11- Cada um é educado para tornar-se um herói; 12- Como guerra e heroísmo são jogos difíceis, transfere a vontade de poder para questões sexuais; 13- Populismo qualitativo; 14- Fala a novilíngua, um esvaziamento proposital do sentido das palavras.

Seis das sete declarações mais repetidas pelo presidente de janeiro de 2019 a junho de 2021 estavam ligadas à pandemia. E para tentar impor suas crenças negacionistas, Bolsonaro usou métodos dos mais primitivos de fixação das crenças (PEIRCE, 1877). A tenacidade, que é a teimosia repetitiva, sem nenhum fundamento fático; e a autoridade, quando cita médicos ou fala em primeira pessoa para referendar o que está dizendo, especialmente sobre tratamento precoce com cloroquina.

7 declarações mais repetidas por Jair Bolsonaro (jan.2019 a jun. 2021) Fonte: elaboração própria	ocorrências	Traços fascistas
1. Transfere a responsabilidade pelo desastre da pandemia e diz que foi impedido de agir por decisão do STF	100	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
2. A hidroxicloroquina está dando certo	84	1, 2, 3, 4, 7, 9, 11, 14
3. Não há corrupção no governo	78	7, 8, 9
4. Sempre defendi vidas e empregos na pandemia	70	1, 3, 7, 9, 10, 13, 14
5. Tomei hidroxicloroquina e me safei	62	1, 2, 3, 7, 6, 9, 10, 11, 13, 14
6. O lockdown não está dando certo	47	1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 14
7. 70% da população vai ser infectada, não tem como fugir, é uma realidade (Imunidade de rebanho)	34	2, 3, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14
Total declarações	475	

É possível perceber que o traço do fascismo mais presente nas declarações de Bolsonaro é o nono da lista de Eco, “a vida é uma guerra permanente”, presente em todas as sete declarações mais repetidas. Os traços 3 (irracionalismo), 7 (Nacionalismo e obsessão pela conspiração) e 14 (novilingua) aparecem seis vezes. Os traços 1 (tradicionalismo), 2 (Anti-intelectualismo), 10 (Desprezo pelos fracos) e 11 (heroísmo) tiveram cinco registros. 6 (apela às classes médias frustradas) e 13 (populismo qualitativo) quatro, 4 (O desacordo é traição) foi citado três vezes, 8 (Riqueza é humilhante) dois registros, 5 (Racismo) e 12 (transfere a vontade de poder para questões sexuais) têm um cada. Na fase final, segundo Bardin (2002), é feito o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação final.

A declaração mais repetida pelo presidente é uma mentira: “Transfere a responsabilidade pelo desastre da pandemia”, pois foi impedido de agir por decisão do Supremo Tribunal Federal, foi registrada 100 vezes no período analisado, os primeiros dois anos e meio de governo. O presidente não foi impedido de agir, o Supremo decidiu que a competência pela gestão da pandemia era concorrente, cabia a ele e aos governadores e prefeitos, e a palavra final sobre fechamentos seria de gestores locais. Essa declaração, em suas várias formas, reproduz todos os traços do ‘Fascismo Eterno’. A segunda declaração mais repetida também é mentirosa, a hidroxicloroquina não funcionou como tratamento contra a covid³, e isso só empurrou muita gente para a contaminação acelerada que acabou gerando novas variantes mais perigosas do vírus. Dizer que não há corrupção no governo também não é verdade, já que o governo acumula casos de corrupção.⁴ ‘Sempre defendi vidas e empregos’ foi uma tentativa do presidente de recusar o rótulo de insensível com as mortes por covid. Quando ultrapassamos o número de mortes da China, o presidente respondeu no cercadinho do Alvorada aos jornalistas, “e daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”⁵. Em setembro de 2020, quando o país se aproximava das 150 mil mortes, em um evento para produtores rurais, o presidente disse: “Vocês não entraram na conversinha mole de ‘fica em casa’. Isso é para os fracos”. (BOLSONARO apud AOS FATOS, 2021, online). Em novembro de 2020, com mais de 160 mil mortes: “tudo agora é pandemia. Tem que acabar com

3 <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/oms-cloroquina-nao-funciona-contr-a-covid-19-e-pode-causar-efeitos-adversos/>

4 <https://www.estadao.com.br/politica/governo-bolsonaro-acumula-escandalos-de-corrupcao-confira-os-principais/>

5 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>

esse negócio. Lamento os mortos, todos nós vamos morrer um dia. Não adianta fugir disso, fugir da realidade, tem que deixar de ser um país de maricas” (BOLSONARO apud AOS FATOS, 2021, *online*). Em fevereiro de 2021, quando as mortes aceleraram: “Nós temos que enfrentar os nossos problemas, chega de frescura e de mimimi. Vão ficar chorando até quando? Temos de enfrentar os problemas. Respeitar, obviamente, os mais idosos, aqueles que têm doenças, comorbidades, mas onde vai parar o Brasil se nós pararmos? (BOLSONARO apud AOS FATOS, 2021, *online*).

A ineficácia do lockdown⁶ e a imunidade de rebanho⁷ defendidas nas declarações do presidente também foram superadas pela ciência e, mesmo sabendo que eram mentiras, Bolsonaro continuou repetindo as mesmas crenças.

Conclusões

É possível concluir, portanto, que o modelo comunicacional de Bolsonaro reproduz todos os sinais listados como marcas do ‘Fascismo Eterno’ por Umberto Eco (2019), mesmo que ele não inaugure esse modelo, é preciso reconhecer que Bolsonaro profissionaliza o uso dessa estrutura comunicacional fascista, toma para si e transforma em discurso oficial.

“O Ur-Fascismo ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. Seria muito confortável para nós se alguém surgisse na boca de cena do mundo para dizer: “Quero reabrir Auschwitz, quero que os camisas-negras desfilem outra vez pelas praças italianas!” Infelizmente, a vida não é fácil assim! O Ur-Fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o dedo para cada uma de suas novas formas - a cada dia, em cada lugar do mundo” (ECO, 2019, p.61).

O traço mais presente e preocupante, porque avança do terreno da retórica para o campo prático, é o uso do discurso autoritário para afastar e, literalmente atacar jornalistas, e, com isso, recusar a verdade dos fatos em sua *guerra permanente* que mascara sua incompetência como gestor já que as crises geradas por ele tomam, constantemente, o lugar no debate público dos problemas reais da população. É no combate à liberdade de imprensa que Bolsonaro se permite ser mais fascista, porque fez disso sua principal bandeira para bloquear qualquer tipo de fiscalização de suas ações antidemocráticas.

Referências

ARENDT, Hannah. **Verdade e política**, 1967. Parte v. In: ARENDT, Hannah. Entre o passado e o Futuro. Tradução de Manuel Aberto. Lisboa: Relógio D'Água editores, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011 (2002).

BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário. Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível**. Belo Horizonte/São Paulo, Autêntica, 2021, 446 páginas.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Cultura política, a imprensa e bibliotecas públicas em tempos de fake news. In: SANTAELLA, Lucia (org). Coleção Interrogações. Barueri: Estações das Letras e Cores, 2019.

6 <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/03/03/evidencias-cientificas-mostram-que-lockdown-funciona-contr-a-covid-19.htm>

7 <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58559716>

DEBORD, Guy. **Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: Ebooks Brasil, 2003.

ECO, Umberto; **O Fascismo Eterno**, tradução de Eliana Aguiar, 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

DZIKES, P. Study: On Twitter, **false news travels faster than true stories**. MIT News, Cambridge, mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2toeBNS>. Acesso em: 6 jun. 2019.

PEIRCE, Charles Sanders. **How to make our ideas clear**. 1878. Disponível em: <https://courses.media.mit.edu/2004spring/mas966/Peirce%201878%20Make%20Ideas%20Clear.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021

PEIRCE, Charles Sanders. **The Fixation of Belief** (1877). Disponível em: <https://goo.gl/drXPPp>. Acesso em: 20 mar 018. Acesso em: 16 mai. 2021

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2018

WARDLE, C. & H. DERAKSHAN, **Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**, 2017. Disponível em: <http://tverezo.info/wp-content/uploads/2017/11/PREMS-162317-GBR-2018-Report-desinformation-A4-BAT.pdf>

WARDLE, Claire. **Guia para entender a desordem informacional**, 2020. Disponível em: https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_PTBR.pdf?x76851

